



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho

# Relatório Anual **2017**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

# **RELATÓRIO ANUAL**

## **2017**

Relatório Anual do TRT da 4ª Região. Porto Alegre, p. 1-378, 2017.

## EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	Rodrigo Fontes Corrêa – Secretário-Geral da Presidência
ORGANIZAÇÃO	Maria Letícia Möllmann
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
CAPA	Camila Dotto
FOTOS	Secretaria de Comunicação Social do TRT4

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.  
Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 1963- .  
Anual

1. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. 2. Relatórios. 3.  
Relatório do TRT 4ª R – 2017.

CDU 347.998.72R4(047)

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região  
Av. Praia de Belas, nº 1.100 – CEP 90.110-903 – Porto Alegre – RS  
Fone 51 3255-2000 | [www.trt4.jus.br](http://www.trt4.jus.br)

**Gestão 2015/2017**  
**Posse em 11 de dezembro de 2015**

**Beatriz Renck**  
Presidente

**João Pedro Silvestrin**  
Vice-Presidente

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
Corregedora Regional

**Marçal Henri dos Santos Figueiredo**  
Vice-Corregedor Regional

**Gestão 2017/2019**  
**Posse em 15 de dezembro de 2017**

**Vania Cunha Mattos**  
Presidente

**Ricardo Carvalho Fraga**  
Vice-Presidente

**Marçal Henri dos Santos Figueiredo**  
Corregedora Regional

**Marcelo Gonçalves de Oliveira**  
Vice-Corregedor Regional

# APRESENTAÇÃO

Apresento o Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região relativo aos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2017, em atendimento ao inc. XXVII do art. 39 do Regimento Interno deste Tribunal.

Porto Alegre, 11 de maio de 2018.

**Vania Cunha Mattos**

Presidente do TRT da 4ª Região/RS

---

*Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – 2017, apresentado na Sessão Ordinária do Órgão Especial realizada no dia 18 de maio de 2018.*

# SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO.....	6
ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 2º GRAU.....	9
ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 1º GRAU.....	22
POSSES, REMOÇÕES, PERMUTAS E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS.....	28
COMISSÕES REGIMENTAIS.....	30
GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU.....	32
PRESIDÊNCIA.....	38
VICE-PRESIDÊNCIA.....	199
CORREGEDORIA REGIONAL.....	205
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL.....	225
OUVIDORIA.....	241
MEMORIAL.....	247
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA.....	269
DIRETORIA-GERAL.....	293
MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU.....	321
MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU.....	339
REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	365

## ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1941 – 1943	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente <sup>1</sup>
1943 – 1946	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente
1946 – 1949	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1949 – 1951	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1951 – 1953	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1953 – 1955	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1955 – 1958	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1958 – 1961	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1961 – 1963	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1963 – 1965	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1965 – 1967	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente MOZART VICTOR RUSSOMANO – Vice-Presidente (até 1966) PERY SARAIVA – Vice-Presidente (de 1966 a 1967)
1967 – 1969	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1969 – 1971	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1973 – 1975	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1975 – 1977	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1977 – 1979	IVÉSCIO PACHECO – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente
1979 – 1981	ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Presidente CLOVIS PEREIRA ASSUNÇÃO – Vice-Presidente

<sup>1</sup> Presidente do Conselho Regional do Trabalho, vinculado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<b>GESTÃO</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO</b>
1981 – 1983	ERMES PEDRO PEDRASSANI – Presidente JOÃO ANTONIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Vice-Presidente
1983 – 1985	JOÃO ANTÔNIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Presidente ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Vice-Presidente
1985 – 1987	ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Presidente SILENO MONTENEGRO BARBOSA – Vice-Presidente
1987 – 1989	FERNANDO ANTÔNIO PIZARRO BARATA SILVA – Presidente JOÃO LUIZ TORALLES LEITE – Vice-Presidente
1989 – 1991 <sup>2</sup>	JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA – Presidente PAULO MAYNARD RANGEL – Vice-Presidente (até 1990) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Presidente (de 1990 a 1991) RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional (de 1990 a 1991) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Corregedor Regional (1990) VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional (de 1990 a 1991)
1991 – 1993	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Presidente CARLOS EDMUNDO BLAETH – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional PAULO JOSÉ DA ROCHA – Vice-Corregedor Regional
1993 (julho a dezembro)	CARLOS EDMUNDO BLAETH – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional
1993 – 1995	RONALDO JOSÉ LOPES LEAL – Presidente VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Presidente PAULO JOSÉ DA ROCHA – Corregedor Regional SEBASTIÃO ALVES MESSIAS – Vice-Corregedor Regional
1995 – 1997	VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Presidente FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional DARCY CARLOS MAHLE – Vice-Corregedor Regional
1997 – 1999	FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente SEBASTIÃO ALVES DE MESSIAS – Vice-Presidente BEATRIZ BRUN GOLDSCHMIDT – Corregedora Regional CARLOS AFFONSO CARVALHO DE FRAGA – Vice-Corregedor Regional

<sup>2</sup> Pela Lei nº 7.911/1989, foram criados os cargos de Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, providos por Juízes togados, quando da eleição do Presidente e do Vice-Presidente. No período anterior a essa lei, a Corregedoria Regional era exercida pelo Presidente do TRT.



<b>GESTÃO</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO</b>
1999 – 2001	DARCY CARLOS MAHLE – Presidente BELATRIX COSTA PRADO – Vice-Presidente ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Corregedora Regional MARIO CHAVES – Vice-Corregedor Regional
2001 – 2003	ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Presidente FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Vice-Presidente MARIO CHAVES – Corregedor Regional PEDRO LUIZ SERAFINI – Vice-Corregedor Regional
2003 – 2005	FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Presidente DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Vice-Presidente PEDRO LUIZ SERAFINI – Corregedor Regional MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Vice-Corregedora Regional
2005 – 2007	DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente JOÃO GHISLENI FILHO – Vice-Presidente MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Corregedora Regional (até 2006) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional (de 2006 a 2007) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Vice-Corregedora Regional (até 2006) JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional (2007)
2007 – 2009	JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente CARLOS ALBERTO ROBINSON – Vice-Presidente BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional
2009 – 2011	CARLOS ALBERTO ROBINSON – Presidente MARIA HELENA MALLMANN – Vice-Presidente JURACI GALVÃO JÚNIOR – Corregedor Regional ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Corregedora Regional
2011 – 2013	MARIA HELENA MALLMANN – Presidente ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
2013 – 2015	CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
2015 – 2017	BEATRIZ RENCK – Presidente JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional
2017 – 2019	VANIA CUNHA MATTOS – Presidente RICARDO CARVALHO FRAGA – Vice-Presidente MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Corregedor Regional MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Vice-Corregedor Regional

# ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 2º GRAU

## TRIBUNAL PLENO

### Composição até 15 de dezembro de 2017:

BEATRIZ RENCK – Presidente

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

CLEUSA REGINA HALFEN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

RICARDO CARVALHO FRAGA

FLÁVIA LORENA PACHECO

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

VANIA CUNHA MATTOS

DENISE PACHECO

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

REJANE SOUZA PEDRA

WILSON CARVALHO DIAS

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

MARIA HELENA LISOT

LUCIA EHRENBRINK

IRIS LIMA DE MORAES

MARIA MADALENA TELESCA

GEORGE ACHUTTI  
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL  
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO  
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
RAUL ZORATTO SANVICENTE  
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES  
JOÃO PAULO LUCENA  
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL  
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS  
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA  
KARINA SARAIVA CUNHA  
FABIANO HOLZ BESERRA  
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER  
JANNEY CAMARGO BINA  
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO  
*Cargo Vago*

**Composição em 31 de dezembro de 2017:**

VANIA CUNHA MATTOS – Presidente  
RICARDO CARVALHO FRAGA – Vice-Presidente  
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Corregedora Regional  
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Vice-Corregedor Regional  
ROSANE SERAFINI CASA NOVA  
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA  
ANA LUIZA HEINECK KRUSE  
BERENICE MESSIAS CORRÊA  
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA  
CLEUSA REGINA HALFEN  
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO  
FLÁVIA LORENA PACHECO  
JOÃO PEDRO SILVESTRIN  
LUIZ ALBERTO DE VARGAS  
BEATRIZ RENCK  
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA  
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA  
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ  
EMÍLIO PAPALÉO ZIN

DENISE PACHECO  
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ  
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS  
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO  
REJANE SOUZA PEDRA  
WILSON CARVALHO DIAS  
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA  
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO  
MARIA HELENA LISOT  
LUCIA EHRENBRINK  
IRIS LIMA DE MORAES  
MARIA MADALENA TELESCA  
GEORGE ACHUTTI  
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL  
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO  
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
RAUL ZORATTO SANVICENTE  
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES  
JOÃO PAULO LUCENA  
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL  
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS  
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA  
KARINA SARAIVA CUNHA  
FABIANO HOLZ BESERRA  
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER  
JANNEY CAMARGO BINA  
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO

*Cargo Vago*

Integraram, ainda, o Tribunal Pleno, no exercício de 2017, os Exmos. Desembargadores:

JOSÉ FELIPE LEDUR, aposentadoria em 15.03.2017;  
HERBERT PAULO BECK, aposentadoria em 10.07.2017.

Tomaram posse no Tribunal, no ano de 2017, os Exmos. Desembargadores:

JANNEY CAMARGO BINA, em 07.07.2017, na vaga decorrente da aposentadoria do Exmo. Desembargador José Felipe Ledur;

MARCOS FAGUNDES SALOMÃO, em 28.11.2017, na vaga decorrente da aposentadoria do Exmo. Desembargador Herbert Paulo Beck.

### **Juízes de 1º Grau, Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal em 2017:**

MANUEL CID JARDON

ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI

CLOCEMAR LEMES SILVA

CARLOS HENRIQUE SELBACH

MARCOS FAGUNDES SALOMÃO

LUIZ CARLOS PINTO GASTAL

JANNEY CAMARGO BINA

MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO

ROBERTO CARVALHO ZONTA

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Tribunal Pleno compareceram os Procuradores ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN, GILSON LUIZ LAYDNER DE AZEVEDO, ALEXANDRE MARIN RAGAGNIN e VICTOR HUGO LAITANO.

## **ÓRGÃO ESPECIAL**

### **Composição até 15 de dezembro de 2017:**

#### **ANTIGUIDADE:**

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

CLEUSA REGINA HALFEN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

RICARDO CARVALHO FRAGA

**ELEITOS:**

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente

BEATRIZ RENCK – Presidente

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

RAUL ZORATTO SANVICENTE

**SUPLENTE:**

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

IRIS LIMA DE MORAES

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

REJANE SOUZA PEDRA

MARIA HELENA LISOT

LAIS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

**Composição em 31 de dezembro de 2017:**

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

CLEUSA REGINA HALFEN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

RICARDO CARVALHO FRAGA – Vice-Presidente

**ELEITOS:**

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

VANIA CUNHA MATTOS – Presidente

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Corregedor Regional

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA  
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Vice-Corregedor Regional  
GEORGE ACHUTTI  
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

**SUPLENTE:**

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO  
MARIA MADALENA TELESCA  
REJANE SOUZA PEDRA  
WILSON CARVALHO DIAS  
MARIA HELENA LISOT  
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL  
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

Representando o Ministério Público do Trabalho nas Sessões do Órgão Especial compareceram os Procuradores ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN, GILSON LUIZ LAYDNER DE AZEVEDO, ALEXANDRE MARIN RAGAGNIN e VICTOR HUGO LAITANO.

## **SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS**

**Composição até 15 de dezembro de 2017:**

BEATRIZ RENCK – Presidente  
JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente  
ANA LUIZA HEINECK KRUSE  
BERENICE MESSIAS CORRÊA  
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA  
FLÁVIA LORENA PACHECO  
LUIZ ALBERTO DE VARGAS  
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA  
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA  
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ  
EMÍLIO PAPALÉO ZIN  
DENISE PACHECO

**Composição em 31 de dezembro de 2017:**

VANIA CUNHA MATTOS – Presidente

RICARDO CARVALHO FRAGA – Vice-Presidente  
ANA LUIZA HEINECK KRUSE  
BERENICE MESSIAS CORRÊA  
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA  
FLÁVIA LORENA PACHECO  
JOÃO PEDRO SILVESTRIN  
LUIZ ALBERTO DE VARGAS  
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA  
CLÁUDIO ANTONIO CASSOU BARBOSA

**Integrou também a Seção de Dissídios Coletivos, no exercício de 2017:**

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ, que tomou posse como Diretora da Escola Judicial em 15.12.2017;  
EMÍLIO PAPALÉO ZIN e DENISE PACHECO, até 15.12.2017. A partir desta data, tais magistrados deixaram de integrar a SDC em razão da diminuição do número de Desembargadores que constituem a sessão, decorrente da alteração do *caput* e do § 2º do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal.

**Juíza de 1º Grau Titular de Vara do Trabalho, convocada para atuar no Tribunal, e que atuou na SDC:**

MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO, na cadeira da Exma. Desembargadora Berenice Messias Corrêa, a contar de 31.03.2017.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da Seção de Dissídios Coletivos compareceram os Procuradores BEATRIZ DE HOLLEBEN JUNQUEIRA FIALHO e PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ.

## **1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS**

**Composição em 31 de dezembro de 2017:**

BEATRIZ RENCK – Presidente  
DENISE PACHECO  
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO  
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO  
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
RAUL ZORATTO SANVICENTE  
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES



JOÃO PAULO LUCENA  
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL  
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS  
KARINA SARAIVA CUNHA  
FABIANO HOLZ BESERRA  
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER  
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO  
Juiz Convocado MANUEL CID JARDON (em cadeira decorrente da aposentadoria do Desembargador Flavio Portinho Sirangelo)  
Juiz Convocado LUIS CARLOS PINTO GASTAL (na cadeira da Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez)

**Integraram também a 1ª Seção de Dissídios Individuais em 2017:**

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – PRESIDENTE  
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL  
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO  
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
RAUL ZORATTO SANVICENTE  
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES  
JOÃO PAULO LUCENA  
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL  
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS  
KARINA SARAIVA CUNHA  
FABIANO HOLZ BESERRA  
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER  
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO  
JANNEY CAMARGO BINA  
Juiz Convocado LUIS CARLOS PINTO GASTAL (na cadeira da Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez)

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 1ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, ANA LUIZA ALVES GOMES, VICTOR HUGO LAITANO, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ, BEATRIZ DE HOLLEBEN JUNQUEIRA FIALHO e CRISTIANO BOCORNY CORRÊA.

## **2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente  
EMÍLIO PAPALÉO ZIN  
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ  
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS  
WILSON CARVALHO DIAS  
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA  
MARIA HELENA LISOT  
IRIS LIMA DE MORAES  
MARIA MADALENA TELESCA  
GEORGE ACHUTTI  
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

### **Integraram também a 2ª SDI em 2017:**

HERBERT PAULO BECK – aposentadoria em 10.07.2017;  
JOSÉ FELIPE LEDUR – aposentadoria em 15.03.2017;  
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI – passou a integrar a 2ª SDI em 24.07.2017, por remoção, na vaga da cadeira do Exmo. Desembargador Herbert Paulo Beck, até 15.12.2017, quando retornou para a 1ª SDI;  
LÚCIA EHRENBRINK – saiu da 2ª SDI, por remoção, em 09.03.2017;  
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, até 15.12.2017, quando assumiu o cargo de Vice-Corregedor do Tribunal;  
RICARDO CARVALHO FRAGA, até 15.12.2017, quando assumiu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal.

### **Integraram também a 2ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2017, os Juízes Convocados:**

CARLOS HENRIQUE SELBACH, convocado até 15.12.2017 na cadeira do Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, que ocupava o cargo de Diretor da Escola Judicial;  
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO, convocado até 25.07.2017 na cadeira do Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira, que se encontrava afastado em curso no exterior;  
ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA, convocado em 10.07.2017 na cadeira do Desembargador aposentado Herbert Paulo Beck. Também convocado em 25.07.2017 na cadeira do Exmo. Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira, até 28.09.2017.

### **Em 2017, participaram, ainda, da 2ª SDI, os Exmos. Magistrados:**

HERBERT PAULO BECK – aposentadoria em 10.07.2017;

JOSÉ FELIPE LEDUR – aposentadoria em 15.03.2017;

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI – passou a integrar a 2ª SDI em 24.07.2017, por remoção, na vaga da cadeira do Desembargador Herbert Paulo Beck, até 15.12.2017;

LÚCIA EHRENBRINK, saiu da 2ª SDI, por remoção, em 09.03.2017;

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, até 15.12.2017, quando assumiu o cargo de Vice-Corregedor;

RICARDO CARVALHO FRAGA, até 15.12.2017, quando assumiu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 2ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores ANA LUIZA ALVES GOMES, CRISTIANO BOCORNY CORRÊA, DENISE MARIA SCHELLENBERGER FERNANDES, LEANDRO ARAÚJO, LOURENÇO AGOSTINI DE ANDRADE, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MÁRCIA BACHER MEDEIROS, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA.

## **SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente

CLEUSA REGINA HALFEN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

REJANE SOUZA PEDRA

LUCIA EHRENBRINK

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

JANNEY CAMARGO BINA

### **Integraram também a Seção Especializada em Execução no ano de 2017:**

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente

CLEUSA REGINA HALFEN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

VANIA CUNHA MATTOS

REJANE SOUZA PEDRA

LUCIA EHRENBRINK

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

JANNEY CAMARGO BINA

MANUEL CID JARDON

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da Seção Especializada em Execução compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, ALINE MARIA HOMRICH SCHNEIDER CONZATTI, ANA LUIZA ALVES GOMES, BEATRIZ DE HOLLEBEN JUNQUEIRA FIALHO, CRISTIANO BOCORNY CORREA, DENISE MARIA SCHELLENBERGER, LEANDRO ARAUJO, LOURENÇO AGOSTINI DE ANDRADE, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ, SILVANA RIBEIRO MARTINS e VICTOR HUGO LAITANO.

## **1ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente  
IRIS LIMA DE MORAES  
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
FABIANO HOLZ BESERRA

## **2ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – Presidente  
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS  
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL  
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Integraram também a 2ª Turma, em 2017, o Desembargador ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ (até 15.12.2017) e o Juiz Convocado CARLOS HENRIQUE SELBACH.

## **3ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Presidente  
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ  
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS  
MARIA MADALENA TELESCA.

Integraram também a 3ª Turma os Desembargadores RICARDO CARVALHO FRAGA (Presidente), MARIA MADALENA TELESCA, GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA, MARCOS FAGUNDES SALOMÃO, LUIZ ALBERTO DE VARGAS, LUÍS CARLOS PINTO GASTAL e ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPER.

## **4ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente  
GEORGE ACHUTTI  
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES  
JOÃO PAULO LUCENA

Integraram também a 4ª Turma os Desembargadores MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, MARCOS FAGUNDES SALOMÃO e o Juiz Convocado ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA.

## **5ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente  
JANNEY CAMARGO BINA  
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA  
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

Integraram também a 5ª Turma os Desembargadores CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS, KARINA SARAIVA CUNHA, BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS e a Juíza Convocada MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO.

## **6ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

BEATRIZ RENCK – Presidente  
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA  
RAUL ZORATTO SANVICENTE  
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

Integraram também a 6ª Turma os Desembargadores JOSÉ FELIPE LEDUR, BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS e JANNEY CAMARGO BINA.

## **7ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente  
EMÍLIO PAPALÉO ZIN  
DENISE PACHECO  
WILSON CARVALHO DIAS

Integraram também a 7ª Turma em 2017 a Desembargadora CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ e o Juiz Convocado MANUEL CID JARDON.

## **8ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2016:**

LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Presidente  
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO  
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO

Integraram também a 8ª Turma em 2017 os Desembargadores JOÃO PAULO LUCENA, LUCIA EHRENBRINK e ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER.

## **9ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente  
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO  
LUCIA EHRENBRINK  
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

Integraram também a 9ª Turma em 2017 os Desembargadores JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA (Presidente), LUIZ ALBERTO DE VARGAS, ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER, FABIANO HOLZ BESERRA e o Juiz Convocado MANUEL CID JARDON.

## **10ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2016:**

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente  
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO  
REJANE SOUZA PEDRA  
JANNEY CAMARGO BINA

Integraram também a 10ª Turma, em 2017, os Desembargadores VANIA CUNHA MATTOS (Presidente), DENISE PACHECO, EMÍLIO PAPALÉO ZIN e JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA.

## **11ª TURMA**

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

FLÁVIA LORENA PACHECO – Presidente  
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA  
MARIA HELENA LISOT  
Juiz Convocado MANUEL CID JARDON

Integraram também a 11ª Turma, em 2017, os Desembargadores HERBERT PAULO BECK, KARINA SARAIVA CUNHA e MARCOS FAGUNDES SALOMÃO.

# ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO

## 1º GRAU

### JUIZES TITULARES

*Em 31 de dezembro de 2017 (por ordem de antiguidade)*

1. JOÃO BATISTA SIECZKOWSKI MARTINS VIANNA
2. MANUEL CID JARDON
3. SIMONE MARIA NUNES KUNRATH
4. BEN-HUR SILVEIRA CLAUS
5. MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
6. CARLOS ALBERTO MAY
7. LUIS CARLOS PINTO GASTAL
8. ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA
9. LUIZ FERNANDO BONN HENZEL
10. ROSIUL DE FREITAS AZAMBUJA
11. JOE ERNANDO DESZUTA
12. MAURICIO SCHMIDT BASTOS
13. FREDERICO RUSSOMANO
14. ANDRÉ LUIZ SCHECH
15. ENY ONDINA COSTA DA SILVA
16. ANITA JOB LÜBBE
17. EDSON PECIS LERRER
18. JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI
19. CARLOS HENRIQUE SELBACH
20. LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
21. ANA ILCA HÄRTER SAALFELD
22. HORISMAR CARVALHO DIAS
23. EDUARDO DE CAMARGO
24. LUIZ ANTONIO COLUSSI
25. JOSÉ RENATO STANGLER
26. EDSON MOREIRA RODRIGUES
27. THEMIS PEREIRA DE ABREU
28. CACILDA RIBEIRO ISAACSSON
29. CLAUDIO SCANDOLARA
30. ARY FARIA MARIMON FILHO
31. MARCELO PAPALÉO DE SOUZA
32. RICARDO FIOREZE
33. RUI FERREIRA DOS SANTOS
34. MARCELO SILVA PORTO
35. CELSO FERNANDO KARSBURG
36. ALEXANDRE SCHUH LUNARDI
37. LUIS FETTERMANN BOSAK
38. SILVANA MARTINEZ DE MEDEIROS
39. JORGE ALBERTO ARAUJO

40. MÁRCIA CARVALHO BARRILI
41. PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL
42. ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
43. NEUSA LÍBERA LODI
44. GUSTAVO FONTOURA VIEIRA
45. LILA PAULA FLORES FRANÇA
46. LAURA ANTUNES DE SOUZA
47. LUIS ANTÔNIO MECCA
48. DANIEL DE SOUSA VOLTAN
49. RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
50. MARILENE SOBROSA FRIEDL
51. CLOCEMAR LEMES SILVA
52. BERNARDA NUBIA TOLDO
53. ELISABETE SANTOS MARQUES
54. DANIEL SOUZA DE NONOHAY
55. ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA
56. MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
57. ADRIANO SANTOS WILHELMS
58. SIMONE SILVA RUAS
59. ROSANE MARLENE DE LEMOS
60. LEANDRO KREBS GONÇALVES
61. ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH
62. MARCELO CAON PEREIRA
63. RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
64. PATRICIA HERINGER
65. MAURÍCIO MACHADO MARCA
66. ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES
67. FERNANDO FORMOLO
68. MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
69. LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
70. VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
71. JARBAS MARCELO REINICKE
72. IVANILDO VIAN
73. SILVIONEI DO CARMO
74. FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
75. MÁRCIO LIMA DO AMARAL
76. TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
77. CARLA SANVICENTE VIEIRA
78. JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
79. INGRID LOUREIRO IRION
80. FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA TRINDADE EMERY
81. PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
82. ADRIANA FREIRES
83. SIMONE OLIVEIRA PAESE
84. VALDETE SOUTO SEVERO
85. MARISTELA BERTEI ZANETTI



86. ANA JULIA FAZENDA NUNES
87. RAFAEL DA SILVA MARQUES
88. CINARA ROSA FIGUEIRÓ
89. GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
90. LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
91. EDUARDO DUARTE ELYSEU
92. RENATO BARROS FAGUNDES
93. CANDICE VON REISSWITZ
94. ODETE CARLIN
95. LUCIANA BÖHM STAHNKE
96. CINTIA EDLER BITENCOURT
97. CRISTIANE BUENO MARINHO
98. CRISTINA BASTIANI
99. JOSÉ CARLOS DAL RI
100. RAQUEL NENÊ SANTOS
101. JULIETA PINHEIRO NETA
102. LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI
103. LINA GORCZEVSKI
104. ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA
105. DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI
106. FABIANA GALLON
107. GILBERTO DESTRO
108. RACHEL DE SOUZA CARNEIRO
109. ADRIANA MOURA FONTOURA
110. PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA
111. CAROLINA SANTOS COSTA
112. DEISE ANNE LONGO
113. LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH
114. DIOGO SOUZA
115. GRACIELA MAFFEI
116. ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
117. ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO
118. RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS
119. MARCELO BERGMANN HENTSCHKE
120. BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA
121. ROZI ENGELKE
122. ELIANE COVOLO MELGAREJO
123. GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA
124. PAULA SILVA ROVANI WEILER
125. RITA VOLPATO BISCHOFF
126. ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA
127. LENARA AITA BOZZETTO
128. MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA
129. EDUARDO VIANNA XAVIER
130. JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE
131. CAROLINA HOSTYN GRALHA

## **JUÍZES SUBSTITUTOS**

*Em 31 de dezembro de 2017 (por ordem de antiguidade):*

1. SONIA MARIA POZZER
2. ANA CAROLINA SCHILD CRESPO
3. PAULO ERNESTO DORN
4. RITA DE CÁSSIA AZEVEDO DE ABREU
5. PATRICIA IANNINI DOS SANTOS
6. FERNANDA PROBST MARCA
7. MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI
8. LIGIA MARIA FIALHO BELMONTE
9. FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO
10. ADRIANA SEELIG GONÇALVES
11. ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES
12. ELIZABETH BACIN HERMES
13. MAURÍCIO DE MOURA PEÇANHA
14. LUCIANA KRUSE
15. RAFAELA DUARTE COSTA
16. DANIELA ELISA PASTÓRIO
17. DENILSON DA SILVA MROGINSKI
18. JULIANA OLIVEIRA
19. RODRIGO TRINDADE DE SOUZA
20. MARIA CRISTINA SANTOS PEREZ
21. ADRIANA KUNRATH
22. GUSTAVO JAQUES
23. RUBIANE SOLANGE GASSEN ASSIS
24. CESAR ZUCATTI PRITSCH
25. MAX CARRION BRUECKNER
26. LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL
27. GLÓRIA MARIANA DA SILVA MOTA
28. NIVALDO DE SOUZA JUNIOR
29. RODRIGO DE ALMEIDA
30. VINÍCIUS DANIEL PETRY
31. ALINE VEIGA BORGES
32. GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO
33. TIAGO MALLMANN SULZBACH
34. JEFFERSON LUIZ GAYA DE GOES
35. LUCIANA CARINGI XAVIER
36. ANA LUIZA BARROS DE OLIVEIRA
37. LUÍS FERNANDO DA COSTA BRESSAN
38. FABIANE MARTINS
39. EDENILSON ORDOQUE AMARAL
40. OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER
41. LUÍSA RUMI STEINBRUCH
42. DANIELA FLOSS

43. CAROLINA TOALDO DUARTE DA SILVA FIRPO
44. RAQUEL GONÇALVES SEARA
45. VALTAIR NOSCHANG
46. ANA PAULA KOTLINSKY SEVERINO
47. FERNANDA GUEDES PINTO CRANSTON WOODHEAD
48. GUSTAVO FRIEDRICH TRIERWEILER
49. NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA
50. EDUARDO BATISTA VARGAS
51. ANA PAULA KEPPELER FRAGA
52. MARCIA PADULA MUCENIC
53. MATHEUS BRANDÃO MORAES
54. CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO
55. LÚCIA RODRIGUES DE MATOS
56. CHARLES LOPES KUHN
57. DANIELA MEISTER PEREIRA
58. THIAGO BOLDT DE SOUZA
59. CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA
60. MILENA ODY
61. RODRIGO MACHADO JAHN
62. FELIPE LOPES SOARES
63. PATRICIA ZEILMANN COSTA
64. EVANDRO LUÍS URNAU
65. IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS
66. KELEN PATRÍCIA BAGETTI
67. GIANI GABRIEL CARDOZO
68. MARCOS RAFAEL PEREIRA PIZINO
69. GUSTAVO PUSCH
70. CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO
71. MAURICIO JOEL ZANOTELLI
72. ANDRÉ SESSIM PARISENTI
73. ELISEU CARDOZO BARCELLOS
74. EDENIR BARBOSA DOMINGOS
75. GABRIELA LENZ DE LACERDA
76. RAFAEL MOREIRA DE ABREU
77. RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO
78. JAQUELINE MARIA MENTA
79. ÁTILA DA ROLD ROESLER
80. BÁRBARA FAGUNDES
81. ADRIANA LEDUR
82. MATEUS CROCOLI LIONZO
83. SHEILA SPODE
84. CÍNTHIA MACHADO DE OLIVEIRA
85. JORGE FERNANDO XAVIER DE LIMA
86. FERNANDO REICHENBACH
87. FELIPE JAKOBSON LERRER
88. PATRÍCIA BLEY HEIM

89. TAÍSE SANCHI FERRÃO
90. ROBERTA TESTANI
91. MAURÍCIO GRAEFF BURIN
92. MARCELA CASANOVA VIANA ARENA
93. MARINA DOS SANTOS RIBEIRO
94. SHEILA DOS REIS MONDIN ENGEL
95. RAFAEL FLACH
96. RAFAEL FIDELIS DE BARROS
97. FABRÍCIO LUCKMANN
98. BRUNO MARCOS GUARNIERI
99. CÁSSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN
100. VINÍCIUS DE PAULA LÖBLEIN
101. DIOGO GUERRA
102. CAROLINE BITENCOURT COLOMBO
103. MARIANA PICCOLI LERINA
104. MARINES DENKIEVICZ TEDESCO FRAGA
105. MARIANA VIEIRA DA COSTA
106. BRUNO FEIJÓ SIEGMANN
107. TIAGO DOS SANTOS PINTO DA MOTTA
108. CAMILA TESSER WILHELMS
109. ANDRÉIA CRISTINA BERNARDI WIEBBELLING
110. GILMARA PAVÃO SEGALA
111. PAULO ROBERTO DORNELLES JUNIOR
112. PAULO PEREIRA MÜZELL JUNIOR
113. VICKY VIVIAN HACKBARTH KEMMELMEIER
114. RODRIGO DE MELLO

# POSSES, REMOÇÕES, PERMUTAS E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS

## POSSES

**Tomaram posse no ano de 2017:**

**No cargo de Desembargador:**

JANNEY CAMARGO BINA, em 12.07.2017, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOSÉ FELIPE LEDUR;

MARCOS FAGUNDES SALOMÃO, em 1º.12.2017, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador HERBERT PAULO BECK.

**No cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho:**

LENARA AITA BOZZETTO, em 07.04.2017;

MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA, em 23.06.2017;

EDUARDO VIANNA XAVIER, em 28.08.2017;

JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE, em 29.09.2017;

CAROLINA HOSTYN GRALHA, em 19.12.2017.

**No cargo de Juiz do Trabalho Substituto:**

GILMARA PAVAO SEGALA, em 14.07.2017;

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR, em 05.10.2017;

PAULO ROBERTO DORNELLES JUNIOR, em 05.10.2017;

PAULO PEREIRA MÜZELL JUNIOR, em 05.10.2017;

VICKY VIVIAN HACKBARTH KEMMELMEIER, em 05.10.2017;

## REMOÇÕES

Juíza GLÓRIA VALÉRIO BANGEL, em 1º.03.2017, para a 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;

Juíza CAROLINA SANTOS COSTA, em 1º.03.2017, para a 3ª Vara do Trabalho de Gravataí;

Juiz LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH, em 1º.03.2017, para a 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga;

Juiz MARCELO BERGMANN HENTSCHKE, em 1º.03.2017, para a Vara do Trabalho de São Jerônimo;

Juíza ROZI ENGELKE, em 1º.03.2017, para a 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul;

Juiz MARCELO CAON PEREIRA, em 1º.03.2017, para a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo;

Juiz ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO, em 1º.03.2017, para a Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha;

Juíza ROSANE MARLENE DE LEMOS, em 10.07.2017, para a 2ª Vara do Trabalho de Esteio;

Juiz ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, em 10.07.2017, para a 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo;

Juíza RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS, em 07.08.2017, para a 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo;

Juíza BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA, em 07.08.2017, para a 2ª Vara do Trabalho de Lajeado.

### **PERMUTA PARA ESTE REGIONAL:**

Juiz TIAGO DOS SANTOS PINTO DA MOTTA, em 28.04.2017;

Juíza CAMILA TESSER WILHELMS, em 28.04.2017;

Juíza ANDREIA CRISTINA BERNARDI WIEBBELING, em 03.07.2017;

Juiz RODRIGO DE MELLO, em 07.12.2017.

### **PERMUTA PARA OUTRO REGIONAL:**

Juiz GUILHERME DA SILVA GONÇALVES CERQUEIRA, em 24.04.2017;

Juiz IGO ZANI NUNES CORREA, em 28.04.2017;

Juiz NIKOLAI NOWOSH, em 03.07.2017;

Juiz JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR, em 07.12.2017.

### **APOSENTADORIAS**

Juiz SÉRGIO GIACOMINI, em 31.07.2017;

Juíza ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI, em 1º.06.2017;

Juíza MIRIAM ZANCAN, em 03.11.2017;

Desembargador JOSE FELIPE LEDUR, em 15.03.2017;

Desembargador HERBERT PAULO BECK, EM 10.07.2017.

### **FALECIMENTO**

Juiz CLÁUDIO ROBERTO OST, em 15.04.2017.

# COMISSÕES REGIMENTAIS

## COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

### Composição até 15 de dezembro de 2017:

Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente  
Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA  
Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

### Composição em 31 de dezembro de 2017:

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente  
Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO  
Desembargadora MARIA MADALENA TELESCA

## COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

### Composição até 15 de dezembro de 2017:

Desembargador WILSON CARVALHO DIAS – Presidente  
Desembargador RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA  
Desembargador JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA  
Juiz MANUEL CID JARDON  
Juiz GIANI GABRIEL CARDOZO

### Composição em 31 de dezembro de 2017:

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – Presidente  
Desembargador GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Desembargador JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA  
Juiz GIANI GABRIEL CARDOZO  
Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES

## COMISSÃO DE INFORMÁTICA

### Composição até 15 de dezembro de 2017:

Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente  
Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA  
Desembargador GEORGE ACHUTTI  
Juíza ENY ONDINA COSTA DA SILVA  
Juiz RODRIGO DE ALMEIDA TONON

Juiz CLOCEMAR LEMES SILVA  
Servidora BÁRBARA BURGARDT CASALETTI  
Servidora KÁTIA VIEGAS  
Servidor ONÉLIO LUIS SOARES SANTOS  
Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

**Composição em 31 de dezembro de 2017:**

Desembargador CLAUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA – Presidente  
Desembargador GEORGE ACHUTTI  
Desembargador RAUL ZORATTO SANVICENTE  
Juíza ANITA JOB LÜBBE  
Juiz EVANDRO LUIS URNAU  
Juiz CLOCEMAR LEMES SILVA  
Servidor RODRIGO FONTES CORREA  
Servidor ONÉLIO LUIS SOARES SANTOS  
Servidora BÁRBARA BURGARDT CASALETTI  
Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

Integrou, também, a Comissão de Informática, em 2017, a Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi (aposentadoria em 1º.06.2017).

## **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

**Composição até 15 de dezembro de 2017:**

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente  
Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN  
Desembargadora LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

**Composição em 31 de dezembro de 2017:**

Desembargador LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Presidente  
Desembargadora LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI  
Juiz GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO



## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

### **Composição até 15 de dezembro de 2017:**

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – Presidente

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Desembargador MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Juiz ARY FARIA MARIMON FILHO

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA

### **Composição em 31 de dezembro de 2017:**

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA – Presidente

Desembargador CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

Desembargadora REJANE SOUZA PEDRA

Desembargador FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

Juiz ARY FARIA MARIMON FILHO

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA

# **GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU**

*Em 31 de dezembro de 2017*

## **PRESIDÊNCIA**

### **Secretário(a)-Geral da Presidência**

Kátia Viegas (até 14.12.2017)

Rodrigo Fontes Correa (a partir de 15.12.2017)

### **Assessor Jurídico da Presidência**

Eduardo Munari Preto

### **Assessor-Chefe Administrativo da Presidência**

Ricardo Braga Botelho

### **Assessora de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais**

Carolina da Silva Ferreira

### **Diretor da Secretaria de Apoio aos Magistrados**

João Carlos Giroto

### **Diretora da Secretaria de Controle Interno**

Tânia Mara de Araújo Borges (até 31.05.2017)

Luiz Antonio dos Santos Pinto (a partir de 26.06.2017)

### **Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações**

Natacha Moraes de Oliveira

#### **Coordenador de Gestão de TIC**

Alberto Daniel Müller

#### **Coordenador de Atendimento a Usuários**

Denilson Ribeiro de Quadros

#### **Coordenador de Infraestrutura Tecnológica**

Paulo Mendes Ribeiro Júnior

#### **Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas**

André Soares Farias

### **Diretor da Secretaria de Comunicação Social**

Gabriel Pereira Borges Fortes Neto

### **Assessor de Comunicação Social**

Inácio do Canto Rocha Filho

## **JUÍZO AUXILIAR DE EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS**

### **Assessora-Chefe**

Márcia Jaqueline Leal Vargas

## **ESCOLA JUDICIAL**

### **Secretário Executivo da Escola Judicial**

Diogo de Seixas Grimberg

### **Coordenadoria de Documentação e Pesquisa**

Adriana Godoy da Silveira Sarmento (até 28.02.2017)

Norah Costa Burchardt (a partir de 1º.03.2017 até 31.07.2017)

Carla Teresinha Flores Torres (a partir de 1º.08.2017)

### **Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento**

Camila Frigo

## **VICE-PRESIDÊNCIA**

### **Assessora**

Kenia Suarez Varela (até 14.12.2017)

Cassia Rochane Miguel (a partir de 15.12.2017)

## **CORREGEDORIA REGIONAL**

### **Secretário da Corregedoria**

Mauro Baltar Grillo (até 14.12.2017)

Maria Eneida Giordani (a partir de 15.12.2017)

### **Assessor Técnico-Operacional da Secretaria da Corregedoria**

Jeferson Andrade

### **Assessor Jurídico da Secretaria da Corregedoria**

Guy de Bruchard (até 14.12.2017)

Andrea Koliver (a partir de 15.12.2017)

### **Assessora Administrativa da Secretaria da Corregedoria**

Clarice Regina Lazarotto (até 14.12.2017)

Fernanda Jardim Azambuja (a partir de 15.12.2017)

## **VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

### **Assessora**

Andrea Koliver (até 14.12.2017)

Andreia Lucrecio de Macedo (a partir de 15.12.2017)

## **MEMORIAL**

### **Coordenador**

Mauricio Oliveira Agliardi

## **OUVIDORIA**

### **Assistente-Chefe da Ouvidoria**

Márcia Gizeli de Oliveira Feijó (até 13.12.2017)

Mariana Merolillo Marimon (a partir de 14.12.2017)

## **DIRETORIA-GERAL**

### **Diretora-Geral**

Bárbara Burgardt Casaletti

### **Assessoria da Diretoria-Geral**

Tatiana Patricia Krause

### **Diretoria da Secretaria de Administração**

João Henrique Carvalho de Lima Ribas

#### **Coordenadora de Contabilidade**

Eliane Silveira de Cesaro

#### **Coordenadoria de Planejamento**

André Luis de Assis

#### **Coordenador de Licitações e Contratos**

André Magnus Martins

#### **Coordenadoria de Material e Logística**

Alexandre Gomes Nunes

### **Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças**

Eder Giovane Scherer Oliveira

#### **Coordenadora de Orçamento e Finanças**

Cláudia Duarte Raffo

#### **Coordenador de Pagamento**

César Augusto Collatto

### **Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo**

Madison Gonçalves Trautmann

#### **Coordenador de Segurança Institucional**

João Luiz Peixoto da Silva

### **Diretoria da Secretaria de Manutenção e Projetos**

Sandro Schiavon

#### **Coordenador de Projetos e Execução de Obras e Serviços**

Marcos Aurélio da Rosa Silva

#### **Coordenador de Manutenção e Instalações Prediais**

Luís Fernando Pontello

### **Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas**

Paulo Ricardo Barreto Ferreira

#### **Coordenadora de Informações Funcionais**

Lúcia Thomé de Oliveira

#### **Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas**

Cristina Schmidt

**Coordenador de Saúde**  
Pedro Ivo Siqueira de Belli

## **SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

**Secretário-Geral Judiciário**  
Onélio Luís Soares Santos

**Assessor da Secretaria-Geral Judiciária**  
Aldo da Silva Jardim

**Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos**  
Cláudia Regina Schröder

**Secretária da 1ª Seção de Dissídios Individuais**  
Ialdari Maria Benvenuto Santin

**Secretária da 2ª Seção de Dissídios Individuais**  
Mauren Reinoldi da Silva

**Secretária da Seção Especializada em Execução**  
Marcia Lamberti Doval

**Secretária da 1ª Turma Julgadora**  
Elizete de Fátima de Freitas Machado

**Secretária da 2ª Turma Julgadora**  
Ceci Dal Mass Coser

**Secretário da 3ª Turma Julgadora**  
Paulo de Assis Bergman

**Secretário da 4ª Turma Julgadora**  
Geraldo Cruz Teixeira

**Secretária da 5ª Turma Julgadora**  
Francine Costa Weege

**Secretário da 6ª Turma Julgadora**  
Rubmar Fanni Adami

**Secretária da 7ª Turma Julgadora**  
Marguit Elisa Landmeier

**Secretário da 8ª Turma Julgadora**  
Carlos Eduardo da Cunha Rockenbach

**Secretário da 9ª Turma Julgadora**  
Carlos Augusto Correa Lovato

**Secretaria da 10ª Turma Julgadora**  
Soraia Bohn

**Secretário da 11ª Turma Julgadora**

Paulo Eduardo Vieira Correa

**Diretora da Secretaria Processual**

Janine Scharlau Stöever

**Coordenador de Cadastramento Processual**

Isnard Peixoto Neto

**Coordenador de Recursos**

José Leopoldo Tiecher Bronfmann

**Coordenador de Agravos e Certidões**

Rodrigo Leandro de Almeida Santos

**Assessoria de Recurso de Revista**

Fabiane Paixão Cortopassi (até 14.12.2017)

Andrea Simões da Costa (a partir de 15.12.2017)

# PRESIDÊNCIA

A Presidente do TRT da 4ª Região/RS, Beatriz Renck, na forma regimental, representou o Tribunal perante os demais Poderes Públicos e suas autoridades, bem como dirigiu o serviço judiciário da Região e os trabalhos do Tribunal no ano de 2017, até o dia 15 de dezembro, data da posse da nova Administração.

A atuação da Presidente, tanto em despachos, como relatora em votos ou acórdãos, na área judiciária, está sintetizada no demonstrativo que segue:

Agravos Regimentais de Competência do Órgão Especial	23
Embargos de Declaração de Competência do Órgão Especial	1
Cartas de Ordem	4
Incidentes de Uniformização de Jurisprudência	25
Precatórios	12
Recursos Ordinários	0
Outros (cobrança de custas, remessa de processos ao 1º Grau e ao Arquivo, etc.)	4

Da extensa agenda cumprida pela Presidente, destacam-se:

## Janeiro

Dia 30	Visita dos Juízes empossados em dezembro/2016 à Presidência do Tribunal. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 31	Reunião com a Comissão Coordenadora do Memorial. Local: Gabinete da Presidência

## Fevereiro

Dia 06	Reunião com representantes da Amatra IV. Local: Gabinete da Presidência
Dias 08 e 09	Reunião Extraordinária do Coleprecór. Local: TST – Brasília/DF
Dia 13	Visita do Presidente do Conselho de Administração da Sicoob Credijustra, Sr. Newton Brum
Dia 16	Reunião com representantes da Agetra. Local: Gabinete da Presidência
Dia 17	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário
Dia 23	Reunião com representantes da Assojaf. Local: Gabinete da Presidência

## Março

Dia 02	Visita do Juiz Auxiliar do TST Maximiliano Carvalho. Local: Gabinete da Presidência
Dia 03	Reunião com representantes da Agetra, OAB, Abrat e Satergs. Local: Sala 506-A
Dia 07	Reunião dos Desembargadores da Administração. Local: Gabinete da Presidência
Dia 08	Seminário "O impacto da Reforma da Previdência na vida das mulheres trabalhadoras". Local: Teatro Dante Barone – Assembleia Legislativa
Dia 10	Lançamento da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e do Calendário Institucional Local: Estacionamento do Foro Trabalhista de Porto Alegre (Prédio II)
Dia 13	Reunião com o Presidente e o Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Local: Gabinete da Presidência

Dia 14	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 15	Lançamento oficial da Frente em Defesa da Dignidade do Trabalho. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 16	Inauguração da Unidade Projeto Pescar – Comunidade Jurídico-Trabalhista. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 17	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	Reunião Institucional com os Desembargadores. Local: Sala 506-A
Dia 20	Reunião do Conselho Consultivo do Memorial. Local: Salão Nobre da Presidência
	Início da Exposição "Amores Perfeitos", da servidora Maria Clara Lucena Adams e de Rene Cabrales. Local: Saguão do prédio-sede do TRT
Dias 22 e 23	1ª Reunião Ordinária do Colepccor. Brasília/DF
Dia 24	Seminário Reforma Trabalhista e seus Impactos para os Trabalhadores e o Mercado de Trabalho. Local: Teatro Dante Barone – Assembleia Legislativa do Estado do RS
	Aula Inaugural da Escola Judicial. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs. Local: Sede da Femargs
	Inauguração da sala da Coleção Antiqua, da Coordenadoria de Documentação e Pesquisa – Biblioteca. Local: Prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre, 3º andar
Dia 27	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 29	Audiência Pública para debater a Reforma Trabalhista. Local: Sala do Conselho da OAB/RS – Rua Washington Luiz, 1.110, 14º andar, Centro – POA
Dia 30	Visita institucional do Governador do Estado do RS, José Ivo Sartori, e do Procurador-Geral do Estado do RS, Euzébio Fernando Ruschel. Local: Salão Nobre da Presidência
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 31	Apresentação do Sistema de Conciliação pela Setic. Local: Gabinete da Presidência
	Solenidade de ratificação da posse da Desembargadora Angela Rosi Almeida Chapper. Local: Plenário Milton Varela Dutra

## Abril

Dia 06	Reunião com o Deputado Edegar Pretto, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do RS. Local: Assembleia Legislativa – Praça Marechal Deodoro, 101, 2º andar
	Lançamento do Comitê Gaúcho Impulsor do Movimento ElesporElas (HeForShe) da ONU Mulheres. Local: Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa
Dia 07	Posse da Juíza Lenara Aita Bozzetto no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	1º Fórum Sul-Brasileiro de Relações de Trabalho – Fiergs. Local: Salão de Convenções da FIERGS
Dia 28	Ato público contra o desmonte da Previdência e dos Direitos Trabalhistas. Local: Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Reunião com representantes do Sindisaúde, Sindihospa e Sindicados dos Enfermeiros. Local: Salão Nobre da Presidência



## Maio

Dia 05	Divulgação do resultado da eleição do Comitê Gestor de Equidade de Gênero. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 08	Entrega à Setic do Certificado de Agradecimento do CSJT e do Comitê Gestor Nacional do Sistema Processo Judicial Eletrônico. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 10	Visita da Presidente à Unidade do Projeto Pescar. Local: Sala de Aula do Projeto Pescar, na Escola Judicial
Dia 11	Desembargadora Beatriz Renck profere palestra no largs. Tema: "A valorização da Justiça do Trabalho". Local: Hotel Plaza São Rafael
	Reunião Projeto Pescar (participam MPT, OAB, CAARS, AMATRA, AGETRA, FUNDAÇÃO PESCAR). Local: Gabinete da Presidência
Dia 12	Sessão extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 15	Evento Mulheres no Poder, para participar do painel com o tema: Mulheres nas Instituições. Local: Auditório da OAB/RS – Rua Washington Luiz, nº 1.110 – 2º andar
Dia 19	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 22	Dia Internacional da Biodiversidade – Reunião Com Representantes de Diversas Entidades Para Entrega à Presidente, Desembargadora Beatriz Renck, de Carta da Sociedade Civil em Defesa da Biodiversidade e Contra a Extinção das Fundações Relacionadas ao Tema no Estado. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 24 e 25	3ª Reunião Ordinária do Coleprecór. Local: Brasília/ DF
Dia 26	Inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Primeiro Grau – Cejusc-JT/1º Grau. Local: Galeria do Prédio I do Foro Trabalhista

## Junho

Dia 02	Reunião com o Sr. Senador Lasier Martins. Local: Escritório no RS – Rua Andrade Neves, nº 14/801. Reformas Trabalhistas – Projeto de Lei nº 38/2017
Dia 06	Reitora da Urcamp, Lia Maria Hezer Quintana, e Dr. Álvaro Meira. Local: Gabinete da Presidência
Dia 07	Reunião com autoridades do Município de Alegrete. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 08	1ª Reunião de Análise da Estratégia – RAE. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 09	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	Jantar de posse da nova Diretoria da Agetra, eleita para o biênio 2017/2019. Local: Casa Vetro, Av. Veríssimo do Amaral, nº 110
Dia 12	Palestra na Semana Jurídica 2017 da Universidade da Região da Campanha – Urcamp – Bagé. Local: Complexo Cultural do Museu Dom Diogo de Souza, em Bagé/RS
Dia 14	Reunião com a Diretoria da Assojaf/RS – Associação dos Oficiais de Justiça do RS. Local: Gabinete da Presidência
Dia 23	Posse como Juiz Titular da 1ª VT de Santa Rosa da Juíza Mariana Roehe Flores Arancibia. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 26	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 28	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 20	Reunião da Administração deste Tribunal com representantes do Sintrajufe. Local: Salão Nobre da Presidência

## Julho

Dia 03	Posse da Juíza Substituta Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião institucional com os Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 06	III Encontro Trabalhista Empresarial. Local: Auditório do IMED, na Rua Dona Laura, 1020, Mont' Serrat, POA
Dia 10	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 11	Assinatura do Convênio de Cooperação para Implementação e Execução do Projeto de Pesquisa "Percepção sobre violência de Gênero", entre o TRT4, UFRGS e PUC/RS. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 12	Reunião com o Presidente da OAB/RS, Dr. Ricardo Breier. Local: Gabinete da Presidência
	Solenidade de posse em gabinete do Juiz Janney Camargo Bina no cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 14	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	Posse da Juíza Substituta Gilmar Pavão Segala. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	Reunião com o Coordenador Substituto da Equipe Trabalhista PRU4, Advogado da União Thiago Santacatterina Flores. Local: Gabinete da Presidência
Dia 20	Entrevista TV Assembleia. Local: Assembleia Legislativa
Dia 21	Sessão Extraordinária do Órgão Especial.
Dia 24	Reunião do Ministro Corregedor-Geral e de sua equipe com o Desembargador Presidente e os Diretores do Tribunal Regional (Diretor-Geral, Secretário-Geral da Presidência, Secretário do Tribunal Pleno, Secretário da Área Judiciária, Secretário da TI, Secretário de Administração, Secretário de Recursos Humanos e Secretário da Corregedoria Regional). Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião do Ministro Corregedor-Geral com a Desembargadora-Presidente do Tribunal. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião do Ministro Corregedor-Geral com os Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
	Lançamento da Exposição Tampart, do artista Bira Fernandes. Local: Saguão do Prédio Sede
Dia 27	Reunião do Ministro Corregedor-Geral com os Desembargadores e Juízes Convocados. Local: Salão Nobre da Presidência
	Aposição da foto da Ministra Maria Helena Mallmann na Galeria dos Presidentes do TRT4. Local: Foyer do Plenário Milton Varela Dutra
Dia 28	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra

## Agosto

Dia 03	Audiência Coletiva de Aprendizagem Priorizando o Jovem em Vulnerabilidade Social. Local: Plenário
Dia 04	I Seminário da AGETRA – Lei nº 13.467/17 – Reforma Trabalhista e seus efeitos no Direito e Processo do Trabalho, na Advocacia e no Mundo Sindical. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dias 09 e 10	5ª Reunião Ordinária do Colepccor. Local: Brasília – DF
Dia 11	Desembargadora Beatriz Renck participa da solenidade de entrega da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Local: Área externa do Bloco B do TST
Dia 14	Reunião Institucional com os Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência

Dia 16	Abertura do XVI EBJUT – Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Entrevista na TV Assembleia sobre a reforma trabalhista
Dia 18	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra

## Setembro

Dia 11	Reunião Institucional com os Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência.
	Seminário sobre a Reforma Trabalhista. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dias 13 a 15	Encontro Institucional da Magistratura. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 15	Solenidade de homenagem aos magistrados por seus 10, 20 e 30 anos de serviço na Justiça do Trabalho gaúcha. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 18	10ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
	8ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 21	Visita ao Presidente do TRF4 – Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz. Local: Gabinete da Presidência do TRF4
	Presidente recebe os servidores que participarão da XVI Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, em Vitória/ES. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 26	Reunião da Comissão de Consulta para apuração dos votos da Consulta Prévia 2017. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 29	Posse do Juiz Substituto José Frederico Sanches Schulte como Juiz Titular de Vara do Trabalho Local: Salão Nobre da Presidência

## Outubro

Dia 02	Reunião Institucional com os Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 05	Posse de João Batista de Oliveira Júnior, Paulo Roberto Dornelles Junior, Paulo Pereira Müzell Junior e Vicky Vivian Hackbarth Kemmelmeier no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 06	Sessão Ordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 10	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs. Local: Sede da Femargs
	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre o TRT da 4ª Região e o TRE/RS. Local: Salão Nobre da Presidência
	Assinatura do Termo de Acordo de Cooperação que trata do aplicativo Laudelina. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	Reunião com o Desembargador Alexandre Correa da Cruz e Conselheiros da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidência
	Desembargadora Beatriz profere na Escola Judicial: "Nova Legislação Trabalhista, o Judiciário e o Princípio Protetivo do Direito do Trabalho". Local: Auditório Ruy Cirne Lima
Dia 18	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre o TRT da 4ª Região e a OAB/RS. Local: Salão Nobre da Presidência
	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre o TRT4 e a Escola Regional da Advocacia-Geral da União – AGU. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 20	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra

	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 23	Solenidade de descerramento da placa que atribui o nome do Desembargador Milton Varela Dutra ao Plenário do TRT4. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 24	Inauguração da sala do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Segundo Grau – Cejusc-JT/2º Grau. Local: Sala 308 do prédio-sede do TRT4
Dias 25 e 26	7ª Reunião Ordinária do Coleprecior. Local: Curitiba/PR
Dia 27	Encerramento do Encontro do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra. Local: Auditório Ruy Cirne Lima, do Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 30	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 31	Reunião com a Especialista de Emprego da OIT, Anne Caroline Posthuma. Local: Gabinete da Presidência
	Reunião com representantes do Sintrajufe. Local: Gabinete da Presidência

## Novembro

Dia 06	Inauguração da exposição fotográfica "Orgulho Negro". Local: Saguão do TRT4
Dia 07	Reunião com representantes de Centrais Sindicais. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 09	Ação Conjunta dos Tribunais – Caminhos da Justiça. Local: Largo Glênio Peres
Dia 10	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs. Local: Sede da Femargs
Dia 17	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Sala 608 do prédio-sede
	2ª Outorga da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do TRT4. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dias 20 e 21	11º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Local: Sede do Tribunal Superior Eleitoral, Brasília/DF
Dias 22 e 23	8ª Reunião Ordinária do Coleprecior. Local: Auditório dos Ministros do TST. Brasília/DF
Dia 23	Cerimônia de outorga da comenda da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, com imposição de insígnia do Grande Colar à Exma. Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa. Local: Auditório dos Ministros, 1º andar do TST – Brasília/DF
Dia 24	Homenagem por Tempo de Serviço aos Servidores, 16ª edição. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 25	Palco em Pauta. Local: Sede da Associação Atlética Banco do Brasil – AABB, Porto Alegre/RS
Dia 27	Inauguração da exposição "Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha – Origem e Trajetória", do Memorial. Local: Saguão do TRT4
Dia 28	Dra. Beatriz participa da abertura do 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Local: Auditório Ruy Cirne Lima
	Inauguração da Sala de Audiências Compartilhada do Foro Trabalhista de Porto Alegre. Local: Av. Praia de Belas, nº 1.432, 6º andar.
	Abertura do Evento "Fim de Tarde – Assédio Moral". Local: Escola Judicial
Dia 30	Cerimônia de Certificação – Projeto Pescar Comunidade Jurídico Trabalhista. Local: Plenário Milton Varela Dutra

## Dezembro

Dia 1º	Solenidade de posse em gabinete do Juiz Marcos Fagundes Salomão, no cargo de Desembargador do TRT4. Local: Salão Nobre da Presidência.
--------	--

Dia 05	Aposição do retrato do Juiz Cláudio Roberto Ost ( <i>in memoriam</i> ) na Galeria dos Juizes Titulares do Foro Trabalhista de Santa Rosa. Local: Rua Santos Dumont, nº 496. Santa Rosa/RS
Dia 06	Entrega de presentes do Natal Solidário. Local: Foyer do Plenário Milton Varela Dutra Apresentação dos resultados da Pesquisa de Satisfação – TRT4 realizada junto a magistrados, servidores, reclamantes, reclamados e advogados. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 07	Posse do Juiz do Trabalho Substituto Rodrigo de Mello, removido por permuta do TRT da 6ª Região para o TRT da 4ª Região. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 11	Implantação da Versão 2.0 do Pje-JT no TRT4. Local: Salão Nobre da Presidência Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra 11ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 12	Reunião de Análise da Estratégia. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 13	Inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Viamão. Local: Estrada Caminho do Meio, nº 300 – Viamão/RS
Dia 14	Entrega dos certificados de conclusão do curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho Local: Escola Judicial 14ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário Milton Varela Dutra
Dia 15	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno – Posse da nova Administração do TRT4. Local: Plenário Milton Varela Dutra

Em 15.12.2017, tomou posse a nova Administração do TRT4. Seguem os principais compromissos da agenda da Desembargadora Vania Cunha Mattos em 2017:

Dia 18	Reunião com o Comitê de Priorização de 1º Grau. Local: Salão Nobre da Presidência Sessão Extraordinária do Órgão Especial
Dia 19	Visita da Diretoria da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Rio Grande do Sul – Assojaf. Local: Salão Nobre da Presidência

## **PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, NÚCLEOS E GRUPOS**

A Presidência esteve representada nos seguintes grupos de trabalho, núcleos, comitês e comissões:

- **Comissão de Informática\*** (artigo 211, § 1º, inciso IV e art. 227-A do Regimento Interno) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD** (artigo 2º da RA nº 03/2003) – Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência.

\* A Resolução Administrativa nº 50/2017 alterou a denominação da Comissão de Informática para Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações.

\*\* Aposentadoria em 1º.06.2017.

- **Comissão de Gestão Socioambiental** (Portaria nº 1.997/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão de Gestão do Teletrabalho** (Portaria nº 5.791/2013) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão de Negociação de Greve** (art. 1º da Portaria nº 1.462/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente** (Portaria nº 3.484/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão Especial para avaliar a veracidade da autodeclaração de candidatos negros nos concursos públicos do TRT4** (artigo 2º da Portaria nº 6.438/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência / Juíza Elisabete Santos Marques, Auxiliar da Presidência (a partir de 22.12.2017).
- **Comissão de Adicional de Qualificação** (artigo 14 da Portaria nº 6.113/2012) – Eduardo Munari Preto, Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência.
- **Comissão Permanente de Segurança** (artigo 1º da Portaria nº 5.755/2011) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.521/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão de Movimentação de Servidores** (Portaria nº 2.866/2016) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência, e Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência.
- **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão** (Portaria nº 4.699/2016, Resolução CNJ nº 230/2016) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comitê de Combate ao Assédio Moral** (Portaria 6.802/2017) – Juíza Elisabete Santos Marques, Auxiliar da Presidência (a partir de 15.12.2017).
- **Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências** (Portaria nº 3.764/2012) – Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência (até 15.12.2017) / Rodrigo Fontes Corrêa, Secretário-Geral da Presidência.
- **Comitê Gestor Regional do Sistema PJe-JT do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.370/2012) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comitê de Segurança da Informação** (artigo 8º da Portaria nº 4.772/2008) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão** (Portaria nº 3.395/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** (Portaria Conjunta nº 6.028/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.

---

\*\* Aposentadoria em 1º.06.2017.

- **Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde** (artigos 11 e 12 da Resolução CNJ nº 207/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Conselho Consultivo do Memorial** (art. 4º da RA 05/2006) – Desembargadora Beatriz Renck, Presidente (até 15.12.2017) / Desembargadora Vania Cunha Mattos, Presidente (a partir de 15.12.2017).
- **Conselho Deliberativo da Femargs** (art. 15 do Estatuto da Femargs) – Desembargadora Beatriz Renck, Presidente (até 15.12.2017) / Desembargadora Vania Cunha Mattos, Presidente (a partir de 15.12.2017).
- **Conselho da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região** (RA nº 42/2015 – Desembargadora Beatriz Renck, Presidente (até 15.12.2017) / Desembargadora Vania Cunha Mattos, Presidente (a partir de 15.12.2017).
- **Núcleo de Cooperação Judiciária no Âmbito do TRT da 4ª Região** (artigo 1º da Portaria nº 6.882/2012) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Núcleo de Apoio à Execução** (RA nº 24/2011 e Portaria nº 2.034/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem** (Ato Conjunto nº TST.CSJT.GP.SG nº 21/2012) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista** – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-RS)** – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Grupo de Trabalho – Cadastro Eletrônico de Peritos** (Resolução CNJ nº 233/2015 e Portaria nº 4.314/2016) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi\*\*, Auxiliar da Presidência.
- **Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas** (Provimento Conjunto nº 02/2009, Portaria nº 1.093/2016) – Vera Regina Salimen Agrello\*\*\*, Assistente da Presidência.

## **ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELA PRESIDÊNCIA**

### **PROVIMENTOS**

**Provimento Conjunto nº 01/2017** – Altera o Provimento Conjunto nº 15/2016, que dispõe sobre a fixação, a antecipação e o pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, quando a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita.

\*\* *Aposentadoria em 1º.06.2017*

\*\*\* *Aposentadoria em 18.05.2017*

**Provimento Conjunto nº 02/2017** – Dispõe sobre a fixação de regras gerais visando à liberação de valores no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Provimento Conjunto nº 03/2017** – Regulamenta a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2017 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, disciplina os procedimentos aplicáveis, e dá outras providências.

**Provimento Conjunto nº 04/2017** – Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o Ambiente de Conciliação Virtual e dá outras providências.

**Provimento Conjunto nº 05/2017** – Institui o sistema de Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

## **PRINCIPAIS PORTARIAS**

**Portaria nº 83/2017** – Institui Grupo de Trabalho responsável pelo planejamento do XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

**Portaria nº 85/2017** – Designa a Comissão de Desfazimento de Bens inservíveis das unidades da Capital.

**Portaria nº 313/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.148/2011, que institui a Comissão de Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 334/2017** – Regulamenta a tramitação, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, dos requerimentos formulados por magistrados visando à concessão de autorizações para a aquisição de armas de fogo e/ou munições de uso restrito e para a transferência de propriedade dessas armas.

**Portaria nº 508/2017** – Institui e regulamenta o Concurso Desafio Sustentável 2017, para redução do consumo de energia e água nas unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 1.201/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 4.650/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 1.309/2017** – Altera a Portaria nº 1.997/2015, que regulamenta a Comissão de Gestão Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 1.322/2017** – Institui o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – Nugep – no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 1.499/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 4.826/2016 que institui a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 1.596/2017** – Institui o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do TRT da 4ª Região – Nupemec-TRT4 e dispõe sobre a sua competência e composição.

**Portaria nº 1.676/2017** – Altera a Portaria nº 8.305/2015 que instituiu e uniformizou os procedimentos gerais de segurança institucional relativos ao controle de acesso e trânsito de pessoas, materiais e veículos, bem como ao acesso de pessoas portando arma de fogo ou objetos perigosos nas dependências da Justiça do Trabalho da 4ª Região.



**Portaria nº 1.689/2017** – Altera a Portaria nº 5.550/2016, que cria e define o funcionamento do Núcleo Especializado de Proteção e Escolta – Nepe, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com a finalidade precípua de prestar proteção especial aos magistrados que, no exercício da atividade pública, estejam sujeitos a situações de risco.

**Portaria nº 1.791/2017** – Institui Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc-JT no âmbito do primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região, regulamenta os seus funcionamentos e dá outras providências.

**Portaria nº 1.951/2017** – Designa os magistrados integrantes do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Primeiro Grau – Cejusc-JT/1º Grau.

**Portaria nº 2.015/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.700/2014 a qual nomina os integrantes da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.016/2017** – Altera a Portaria nº 4.650/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.155/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.700/2014 a qual nomina os integrantes da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.156/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.484/2015 que institui a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.219/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 6.438/2015, que elenca os integrantes da Comissão Especial constituída com a finalidade exclusiva de analisar a veracidade da declaração a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.990/2014 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.317/2017** – Extingue o Fórum de Relações Administrativas no âmbito do TRT da 4ª Região.

**Portaria nº 2.541/2017** – Altera a Portaria nº 5.755/2011, que institui a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

**Portaria nº 2.564/2017** – Altera a Portaria nº 83/2017, que institui o Grupo de Trabalho responsável pelo planejamento do XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

**Portaria nº 2.565/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.395/2014, que instituiu o Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.566/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria Conjunta nº 302/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Informática no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

**Portaria nº 2.568/2017** – Dispõe sobre o funcionamento do Espaço Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.577/2017** – Nomina os integrantes do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, instituído no âmbito deste Regional pela Resolução Administrativa nº 03/2017.

**Portaria nº 2.696/2017** – Altera a Portaria nº 8.600/2015, que dispõe sobre a delegação de competências à Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.893/2017** – Altera a Portaria nº 4.650/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 2.942/2017** – Institui Grupo de Trabalho para implementação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.027/2017** – Designa os integrantes da Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – RS.

**Portaria nº 3.039/2017** – Altera a Portaria nº 2.866/2016, que dispõe sobre a instituição da Comissão de Movimentação de Servidores no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria Conjunta nº 3.259/2017** – Revoga a Portaria Conjunta nº 7.868/2014.

**Portaria nº 3.260/2017** – Transforma o Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep) em Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios (Jaep), estrutura e organiza o seu funcionamento e dá outras providências.

**Portaria nº 3.261/2017** – Altera a Portaria Conjunta nº 1.791/2017, que institui Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc-JT no âmbito do primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, regulamenta os seus funcionamentos e dá outras providências.

**Portaria nº 3.449/2017** – Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de implantação e acompanhar a implementação do Sistema eSocial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.653/2017** – Designa os responsáveis pelos objetivos estratégicos e respectivos indicadores do Planejamento Estratégico de TIC 2016-2020, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.669/2017** – Dispõe sobre o Processo de Desenvolvimento de Software, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.670/2017** – Institui o Processo de Sustentação de Software, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.847/2017** – Altera a Portaria nº 5.759/2016, quanto às etapas do macroprocesso de Planejamento e Revisão Estratégica de TIC – Petic, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.850/2017** – Dispõe sobre o macroprocesso da fase de Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.851/2017** – Altera a Portaria 5.736/2016, para atualizar o processo da fase de planejamento das contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.927/2017** – Institui o processo de Planejamento e Gestão do Plano Anual de Capacitação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 3.954/2017** – Institui o processo de Aferição e Monitoração dos Níveis de Serviço de TIC da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 4.912/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.757/2016, que instituiu o Comitê Regional do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigep) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 5.908/2017** – Institui Grupo de Trabalho para a elaboração da política de Gestão de Pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do TRT da 4ª Região, conforme determinação do artigo 14 da Resolução CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015.

**Portaria Conjunta nº 5.943/2017** – Interrompe a contagem dos prazos processuais e suspende a expedição de notificações processuais no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região no período compreendido entre 31 de outubro e 15 de novembro de 2017.

**Portaria nº 6.326/2017** – Dispõe sobre a descrição das atividades desempenhadas pelos servidores ocupantes da função comissionada de Assistente de Execução – FC04 no âmbito do TRT da 4ª Região.

**Portaria nº 6.331/2017** – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.449/2017 para apresentar proposta de implantação e acompanhar a implementação do Sistema eSocial no âmbito deste Tribunal.

**Portaria nº 6.483/2017** – Altera a Portaria nº 8.600/2015, que dispõe sobre a delegação de competências à Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 6.701/2017** – Revoga a Portaria TRT4 nº 3.404/1997, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, do Programa de auxílio-alimentação.

**Portaria nº 6.802/2017** – Institui o Comitê de Combate ao Assédio Moral no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 6.835/2017** – Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 6.856/2017** – Revoga a Portaria TRT4 nº 1.192/1994, que instituiu o regulamento das consultas e empréstimos do material bibliográfico do Serviço de Documentação do Tribunal.

**Portaria nº 6.871/2017** – Institui o processo de Modelagem e Gestão de Processos de TIC da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 6.894/2017** – Cria a Seção de Apoio às Atividades de Conciliação e unifica as Seções de Protocolo e de Apoio Processual.

**Portaria nº 6.943/2017** – Altera a Portaria nº 4.650/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 6.969/2017** – Institui o processo de Gerenciamento da Disponibilidade e Capacidade de TIC da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 6.984/2017** – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o desfazimento de bens móveis.

**Portaria nº 6.999/2017** – Atualiza as etapas do processo de Elaboração e Revisão de Normas de Segurança da Informação, previsto no artigo 4º da Portaria TRT4 nº 2.347/2016.

**Portaria nº 7.000/2017** – Dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 7.009/2017** – Dispõe sobre a delegação de competências ao Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 7.010/2017** – Dispõe sobre a delegação de atos ordinatórios ao Secretário-Geral Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

**Portaria nº 7.059/2017** – Dispõe sobre a composição do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

**Portaria nº 7.064/2017** – Institui Grupo de Trabalho responsável pelo planejamento do XIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

**Portaria nº 7.117/2017** – Designa os magistrados integrantes do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Primeiro Grau – Cejusc-JT/1º Grau e do Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios – Jaep.

**Portaria nº 7.137/2017** – Altera a Portaria nº 4.772/2008, que institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

**Portaria nº 7.140/2017** – Altera o Anexo Único da Portaria nº 6.438/2015, que elenca os integrantes da Comissão Especial constituída com a finalidade exclusiva de analisar a veracidade da declaração a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.990/2014 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Portaria nº 7.173/2017** – Altera o Anexo II da Portaria nº 5.415/2015, que dispõe sobre o Sistema de Gestão do Desempenho Funcional dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

## **EDITAIS**

**Edital GP nº 01/2017** – Abertura de vaga, para fins de preenchimento mediante remoção, da titularidade da 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

**Edital GP nº 02/2017** – Abertura de vaga para preenchimento, por meio de promoção pelo critério de merecimento, da titularidade da Vara do Trabalho de São Borja.

**Edital GP nº 03/2017** – Abertura de vaga para preenchimento de um cargo de Juiz do Tribunal, decorrente da aposentadoria do Desembargador José Felipe Ledur, mediante promoção pelo critério de antiguidade.

**Edital GP nº 04/2017** – Abertura de procedimento relativo ao pedido de permuta triangular entre os Juízes IGO ZANY NUNES CORREA, Juiz do Trabalho Substituto deste TRT da 4ª Região (RS), CAMILA TESSER WILHELMS, Juíza do Trabalho Substituta integrante do TRT da 15ª Região – Campinas (SP), e LUIZA HELENA ROSON, Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 11ª Região (AM).

**Edital GP nº 05/2017** – Abertura de procedimento relativo ao pedido de permuta triangular entre os Juízes GUILHERME DA SILVA GONÇALVES CERQUEIRA, Juiz do Trabalho Substituto integrante deste TRT desta 4ª Região (RS), ÉLEN CRISTINA BARBOSA SENEM, Juíza do

Trabalho Substituta do TRT da 1ª Região (RJ) e TIAGO DOS SANTOS PINTO DA MOTTA, Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 3ª Região (MG).

**Edital GP nº 06/2017** – Abertura do processo de inscrição aos magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região interessados em compor o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, no âmbito deste Regional.

**Edital GP nº 07/2017** – Abertura de procedimento de remoção visando ao aproveitamento futuro para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**Edital GP nº 08/2017** – Abertura do processo de eleição direta de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região para composição do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade.

**Edital GP nº 09/2017** – Abertura de vaga para preenchimento, por meio de remoção, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa.

**Edital GP nº 10/2017** – Abertura do procedimento relativo ao pedido de permuta triangular entre os Juízes NIKOLAI NOWOSH, Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região – RS, ANDRÉIA CRISTINA BERNARDI WIEBBELLING, Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 2ª Região – SP, e IVI MARTINS CARON, Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 1ª Região – RJ.

**Edital GP nº 11/2017** – Abertura de vaga, para preenchimento mediante promoção pelo critério de antiguidade, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa.

**Edital GP nº 12/2017** – Resultado final dos Juízes do Trabalho Substitutos inscritos no processo de remoção para aproveitamento futuro neste Tribunal.

**Edital GP nº 13/2017** – Abertura de vaga para preenchimento por meio de remoção da titularidade da 2ª VT de Esteio.

**Edital GP nº 14/2017** – Abertura de vaga, para preenchimento mediante promoção pelo critério de merecimento, da titularidade da 4ª Vara do Trabalho de Rio Grande.

**Edital GP nº 15/2017** – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo.

**Edital GP nº 16/2017** – Abertura de vaga de um cargo de Desembargador, para preenchimento, por meio de promoção pelo critério de merecimento, decorrente da aposentadoria do Desembargador HERBERT PAULO BECK.

**Edital GP nº 17/2017** – Abertura de vaga para preenchimento mediante promoção pelo critério de antiguidade da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.

**Edital GP nº 18/2017** – Abertura do procedimento relativo ao pedido de permuta entre os Juízes JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região, e RODRIGO DE MELLO, Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 6ª Região.

**Edital GP nº 19/2017** – Abertura de vaga para preenchimento, mediante remoção, da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

**Edital GP nº 20/2017** – Abertura de vaga para preenchimento, por meio de promoção pelo critério do merecimento, da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

**Edital GP nº 21/2017** – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 12ª VT de Porto Alegre, em virtude da nomeação do Titular, Juiz Marcos Fagundes Salomão, para exercer o cargo de Desembargador do TRT da 4ª Região.

## SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência dirigiu, orientou e apoiou administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência, por meio das seguintes atividades:

- Recebeu as correspondências endereçadas à Presidente do Tribunal, pelos Correios, por Malote Digital, por protocolo eletrônico e por e-mail, bem como registrou essas ocorrências;
- Respondeu e/ou encaminhou aos setores competentes consultas e requerimentos recebidos na Presidência;
- Minutou ofícios e demais correspondências subscritas pela Presidente do Tribunal;
- Atendeu ao público interno e externo;
- Comunicou aos demais setores do Tribunal sobre os afastamentos da Presidente do Tribunal;
- Organizou e divulgou os plantões das áreas administrativa e judiciária nos feriados;
- Organizou a agenda da Presidente do Tribunal;
- Encaminhou informações aos setores interessados;
- Preparou os materiais das reuniões de que participou a Presidente do Tribunal;
- Preparou o material e a pauta da Presidência nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como assessorou a Presidente nas matérias objeto das pautas da Corregedoria Regional e da Diretoria-Geral nessas sessões;
- Revisou as minutas das atas das sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial para assinatura da Presidente do Tribunal;
- Minutou despachos e decisões em processos administrativos;
- Organizou o material das reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecor;
- Acompanhou o trâmite de processos e projetos de lei de interesse do Tribunal;
- Promoveu o intercâmbio de informações entre os órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo;
- Organizou o relatório anual das atividades do Tribunal referentes ao ano de 2017, em observância ao art. 39, inc. XXVII, do Regimento Interno do Tribunal;
- Providenciou a designação de sessões do Órgão Especial para convocação de Juízes para o Tribunal, em caso de aposentadoria ou convocação para o Tribunal Superior do Trabalho do Desembargador titular da cadeira, ou por outro motivo de afastamento superior a 30 dias;
- Atualizou o Portal de Comunicação Interna do Tribunal (Portal VOX) em relação às atas das Comissões Regimentais recebidas na Secretaria-Geral da Presidência;
- Manteve atualizado o *site* externo do Tribunal e o Portal VOX em relação à composição das Comissões, dos Comitês, dos Núcleos e de dados afins no âmbito do Tribunal, bem como os conteúdos do *site* cuja fonte da informação é a Secretaria-Geral da Presidência;

- Encaminhou os atos normativos expedidos pela Presidência aos setores competentes, para que providenciassem sua publicação nos veículos oficiais, bem como disponibilizou-os no *site* externo do Tribunal, para consulta;
- Manteve atualizadas as listas de distribuição (grupos de e-mail) dos grupos de trabalho, das comissões, dos comitês, dos núcleos e de afins, sob responsabilidade da Presidência.
- Providenciou passagens aéreas, reservas de hotéis e traslados referentes às viagens institucionais feitas pela Presidente;
- Controlou a marcação de reuniões no Salão Nobre da Presidência, efetuando os devidos registros.

## **ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA**

A Assessoria Jurídica da Presidência desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2017:

- Administrou a caixa de correio eletrônico da Assessoria Jurídica;
- Prestou assessoramento direto à Presidente do Tribunal, quando solicitado;
- Participou de reuniões no âmbito do Tribunal e de outros órgãos/instituições para solução de impasses administrativos/jurídicos;
- Recebeu e encaminhou processos administrativos e judiciais físicos, bem como inseriu anexamentos no sistema NovaJus4 em relação a esses processos e registrou o seu movimento em tabela de controle interno;
- Minutou despachos em processos judiciais físicos e eletrônicos;
- Minutou votos nos agravos regimentais de competência da Presidente do Tribunal para serem julgados na sessão do Órgão Especial;
- Minutou sentença de impugnação à execução na Carta de Ordem nº 0006351-94.2016.5.04.0000, expedida pelo Presidente do TST, na qual foi delegada competência à Presidente do TRT da 4ª Região para processar execução por quantia certa contra a Fazenda Pública proposta pela Associação Nacional dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho – Anajucla em face da União nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº TST-MS-737165-73.2001.5.55.5555;
- Minutou decisões em Processos Administrativos Disciplinares instaurados em face de servidores do Tribunal;
- Instaurou e acompanhou processos administrativos eletrônicos no âmbito do Tribunal, quando necessário;
- Minutou despachos, pareceres e decisões em processos administrativos físicos e eletrônicos, encaminhando-os às áreas responsáveis por seu prosseguimento;
- Aprovou atos normativos confeccionados por outras áreas do Tribunal, bem como editais, contratos e seus termos aditivos, termos de rescisão, convênios, termos de cooperação, termos de cessão de uso, termos de adesão e termos de cessão de direitos e obrigações,

publicados e assinados pelo Tribunal, na forma do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/1993;

- Verificou a regularidade de informações prestadas pelas áreas competentes do Tribunal acerca de requerimentos formulados pela Advocacia-Geral da União, a fim de instruir processos judiciais que envolvem o TRT da 4ª Região e/ou seus magistrados e servidores;
- Acompanhou o encaminhamento das auditorias no âmbito interno do Tribunal, por meio de expedientes eletrônicos instaurados no sistema ADMEletrônico;
- Consultou periodicamente o sistema PJe-CNJ, tomou ciência dos processos nos quais o Tribunal foi intimado, deu ciência às áreas competentes do Tribunal e encaminhou as respostas do Tribunal por meio do mesmo sistema;
- Minutou ofícios para assinatura da Presidente do Tribunal, quando solicitado;
- Elaborou minutas de atos normativos, quando requerido pela Presidente do Tribunal;
- Redigiu pareceres jurídicos quando solicitado pela Presidente ou por outras áreas do Tribunal;
- Desenvolveu pesquisas de cunho jurídico, quando houve demanda da Presidente ou de outras áreas do Tribunal;
- Prestou assessoramento na revisão das pautas de julgamento do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como acompanhou as sessões de julgamento;
- Acompanhou o trâmite dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência (IUJs) e dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) no âmbito do TRT da 4ª Região;
- Acompanhou o trâmite dos Incidentes de Recursos Repetitivos (IRRs) instaurados no âmbito do TST e autuou processos administrativos para registro das informações e providências decorrentes no âmbito do TRT4;
- Respondeu a consultas recebidas por correio eletrônico.

## **SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS**

Em 2017, a Secretaria de Apoio aos Magistrados – Seama tratou de:

- Assuntos referentes aos magistrados de primeiro grau do TRT4, em especial o cumprimento às determinações da Corregedora Regional quanto às designações dos Juízes do Trabalho Substitutos para atuação nas diversas unidades judiciárias da Região;
- Elaboração de pareceres referentes a matérias submetidas à sua apreciação, destacando-se, principalmente, em relação a férias, remoções, promoções, zoneamento/lotação, pedidos de afastamento, regimes de lotação, de Juiz Auxiliar e de exceção, entre outros;
- Elaboração de relatórios solicitados pela Corregedoria e Vice-Corregedoria Regional para realização de inspeção correcional;
- Elaboração de relatórios destinados ao pagamento da Gratificação de Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ aos Juízes de 1º Grau;



- Elaboração semestral da Escala de Férias dos magistrados de primeiro grau, a ser submetida à deliberação da Corregedora Regional;
- Elaboração de portarias relacionadas aos magistrados de primeiro grau (designações de Juízes Substitutos, concessão de férias, concessão de diárias, redistribuição de processos, zoneamento e lotação de Juízes Substitutos, remoções de Juízes Titulares, etc.);
- Criação de Processos Administrativos Eletrônicos dentro do sistema ADMEletrônico com inclusão de pedidos, informações e portarias;
- Lançamento no sistema informatizado das designações dos Juízes do Trabalho Substitutos, gerando o pagamento de substituição e das férias no sistema de folha de pagamento da Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Lançamento e controle das substituições de magistrados nas diversas unidades judiciárias;
- Serviço de apoio aos magistrados de primeiro grau na elaboração de ofícios, requerimentos, recebimento e expedição de processos, etc.;
- Cadastro de Juízes de 1º Grau no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT.

Além dessas, a Seama exerceu outras atividades, as quais podem ser resumidas nos seguintes dados:

Atividade	Quantidade
Confecção de carteiras de identidade de Magistrados	21
Correspondências expedidas via e-mail	7.144
Correspondências recebidas via e-mail	9.074
Propostas de concessão de diárias recebidas	900
Informações em processos administrativos	232
Portarias expedidas	3.561
Processos recebidos ou expedidos (Varas do Trabalho da Capital e do Interior)	1.842
Processos redistribuídos	2.282
Editais expedidos	26
Protocolo	14
Relatório de atuação de Juízes para inspeções correicionais	137

**ABERTURA DE PROCESSOS DE PROMOÇÃO DE  
JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS**

VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ PROMOVIDO
VT de São Borja	07.04.2017	Lenara Aita Bozzetto
VT de Santa Rosa	23.06.2017	Mariana Roehe Flores Arancibia
4ª VT de Rio Grande	28.08.2017	Eduardo Vianna Xavier
VT de Palmeira das Missões	29.09.2017	José Frederico Sanches Schulte
VT de Frederico Westphalen	19.12.2017	Carolina Hostyn Gralha

**ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE  
JUÍZES TITULARES DE VT**

<b>VARA DO TRABALHO</b>	<b>DATA</b>	<b>JUIZ REMOVIDO</b>
17ª VT de Porto Alegre	1º.03.2017	Glória Valério Bangel
3ª VT de Gravataí	1º.03.2017	Carolina Santos Costa
2ª VT de Sapiranga	1º.03.2017	Luís Henrique Bisso Tatsch
VT de São Jerônimo	1º.03.2017	Marcelo Bergmann Hentschke
2ª VT de Santa Cruz do Sul	1º.03.2017	Rozi Engelke
3ª VT de Passo Fundo	1º.03.2017	Marcelo Caon Pereira
VT de Lagoa Vermelha	1º.03.2017	Adair João Magnaguagno
2ª VT de Esteio	10.07.2017	Rosane Marlene de Lemos
5ª VT de Novo Hamburgo	10.07.2017	Elson Rodrigues da Silva Junior
2ª VT de Novo Hamburgo	07.08.2017	Raquel Hochmann de Freitas
2ª VT de Lajeado	07.08.2017	Bárbara Schönhofen Garcia

**ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE  
JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS**

<b>VARA DO TRABALHO</b>	<b>DATA</b>	<b>JUIZ</b>
Varas do Trabalho de Passo Fundo (1ª a 4ª) e Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Marau	09.02.2017	Cássia Ortolan Grazziotin
21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.02.2017	Jefferson Luiz Gaya de Góes
7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.02.2017	Luciana Caringi Xavier
4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.03.2017	Felipe Lopes Soares
Vara do Trabalho de Guaíba	22.05.2017	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo
8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	03.04.2017	Fabiane Martins
1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	08.05.2017	Daniela Meister Pereira
26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	08.05.2017	Luísa Rumi Steinbruch
Varas do Trabalho de Bento Gonçalves (1ª e 2ª) e Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Nova Prata	22.05.2017	Valtair Noschang
20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	19.06.2017	Jaqueline Maria Menta
5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	12.06.2017	Rafael Moreira de Abreu
Varas do Trabalho de São Leopoldo (1ª a 4ª) e Posto Avançado da Justiça do Trabalho em São Sebastião do Caí	21.08.2017	Rodrigo Trindade de Souza
28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	11.09.2017	Átila da Rold Roesler
5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	03.10.2017	Max Carrion Brueckner
6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	23.10.2017	Fabiane Martins
Varas do Trabalho de São Leopoldo (1ª a 4ª) e Posto Avançado da Justiça do Trabalho em São Sebastião do Caí	23.10.2017	Rodrigo de Almeida
1ª Vara do Trabalho de Canoas	13.11.2017	Gustavo Pusch

ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ
27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.11.2017	Raquel Gonçalves Seara
8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.12.2017	Marina dos Santos Ribeiro
25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.12.2017	Fabrcio Luckmann

## ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS – AGE

As atividades desenvolvidas pela AGE em 2017 estão divididas em quatro tópicos: *Gestão Estratégica, Dados Estatísticos, Apoio Institucional e Demandas Gerais*. Os três primeiros tratam das três áreas de atribuição da unidade, e o último apresenta atividades que perpassam os três temas ou que foram demandadas pontualmente.

A AGE tem suas atividades disciplinadas pelo Regulamento Geral (arts. 8º e 9º), pela Portaria TRT4 nº 2.404/2014 e pela Portaria TRT4 nº 1.680/2016;

### I. GESTÃO ESTRATÉGICA

A exemplo do que ocorreu em 2016, por determinação do CNJ, em 2017, foi promovido um processo participativo a fim de consultar magistrados, servidores e o público externo em relação às metas para 2018. No TRT4, foi aberto um período para consulta a magistrados e servidores em relação às metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça. Posteriormente, a consulta foi aberta para o público externo, por meio de *link* disponibilizado pelo *site* do TRT4. Houve 430 respondentes do público interno e 24 do público externo, e a maioria das manifestações foi de concordância às metas propostas.

A proposta inicial de metas foi debatida com os demais Tribunais de Grande Porte, que também apresentaram suas propostas, em videoconferência ocorrida em agosto e coordenada pelo TRT4. Como resultado da videoconferência, foi elaborada proposta de Metas representando os Tribunais de Grande Porte. Em novembro de 2017, ocorreu reunião em Brasília, com os representantes dos tribunais dos três portes, para a elaboração de proposta representativa da Justiça do Trabalho. Essa proposta foi finalizada pelo CSJT e encaminhada ao CNJ, que a utilizou como subsídio para a fixação das Metas Nacionais para 2018.

#### 1. Reuniões de Análise da Estratégia

A AGE organiza e coordena as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs. Tais reuniões têm por objetivo apresentar o andamento da estratégia e discutir o desempenho do TRT4 nas Metas (Nacionais, da JT e específicas) e a situação dos projetos estratégicos. Participam das Reuniões os membros do Comitê de Gestão Estratégica.

Em 2017, as RAEs ocorreram em junho e dezembro. Na reunião de junho o foco foi a proposição de mudanças na sistemática de gestão da estratégia. Para a RAE de dezembro, foram

convidados integrantes da nova Administração do TRT4, que seriam empossados poucos dias após, para que tivessem o primeiro contato com o que é feito em termos de gestão estratégica no Tribunal e para colocá-los a par do desempenho obtido pela organização em 2017.

## *2. Monitoramento dos indicadores e das metas*

A AGE é responsável por acompanhar o desempenho dos indicadores e das metas que constam no Plano Estratégico Institucional, atualizar os dados no sistema Sigest (Sistema de Gestão Estratégica, gerenciado pelo CSJT) e reportar o desempenho dos indicadores e das metas nas Reuniões de Análise da Estratégia. A inserção de dados no sistema e a análise das informações é feita mensalmente.

## *3. Monitoramento das iniciativas estratégicas*

O monitoramento dos projetos pela AGE implica a participação em reuniões com o gerente e a equipe do projeto, o apoio metodológico em gerenciamento de projetos, a elaboração de relatórios de monitoramento e a atualização do Sigest com os dados relativos à situação dos projetos.

Os projetos estratégicos executados e monitorados em 2017, foram:

- Agilização dos Julgamentos (1º grau);
- Ferramenta para Análise de Recursos de Revista;
- Aprimoramento de Ferramenta de Pesquisa Patrimonial;
- Mapeamento do desempenho das unidades judiciárias de 1º Grau;
- Implantação do Sigep;
- Sistema de Governança;
- Plano Geral de Aquisições;
- Equidade de Gênero, Raça e Diversidade;
- Divulgação de Informações sobre a Justiça do Trabalho nas redes sociais e na imprensa;
- Digitalização de autos (deixou de ser projeto estratégico em junho, por decisão do Comitê de Gestão Estratégica).

## *4. Planejamento Estratégico do Memorial da Justiça do Trabalho*

No período de agosto a dezembro de 2017, foi desenvolvido o planejamento estratégico do Memorial da Justiça do Trabalho do RS. O papel da AGE foi de coordenar e assessorar todo o processo de elaboração do Plano Estratégico. Para isso, foi realizada uma sequência de encontros quinzenais com todos os servidores do Memorial, nos quais foram definidos desde os fundamentos da estratégia até as metas para o período 2018-2022. Entre os encontros, a AGE consolidava os materiais produzidos e preparava o material de apoio para os encontros seguintes. Os formulários para coleta de dados e a minuta do Plano Estratégico também foram elaborados pela AGE. Em março de 2018 os encontros serão retomados, com o início do monitoramento das iniciativas.

## 5. Participação na Rede de Governança Colaborativa (CNJ)

O Conselho Nacional de Justiça instituiu, no ano 2013, a Rede de Governança Colaborativa. A Rede é dividida por segmento de Justiça e, no caso da Justiça do Trabalho, os Tribunais estão divididos em subcomitês, conforme seus portes. O TRT4 faz parte dos Tribunais de Grande Porte, juntamente com os TRTs da 1ª (RJ), 2ª (SP), 3ª (MG) e 15ª (Campinas) Regiões, e foi o coordenador do Subcomitê dos Tribunais de Grande Porte até agosto de 2017. O apoio a esse Subcomitê foi prestado pela AGE até agosto, quando a coordenação passou para a ser do TRT1.

Os representantes da Rede de Governança Colaborativa participam das Reuniões Preparatórias para os Encontros Nacionais do Judiciário. Os Encontros são promovidos pelo CNJ e neles são discutidas as metas para o ano seguinte para os segmentos de Justiça: Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Estadual, Justiça Eleitoral e Justiça Militar. Os Encontros Nacionais são precedidos de videoconferências e Reuniões Preparatórias. Nestes eventos são debatidas propostas de metas específicas para a Justiça do Trabalho e discutidos temas de relevância para a gestão estratégica da Justiça do Trabalho.

Adicionalmente às reuniões e aos encontros que demandam a participação dos representantes do TRT4, a AGE atuou, até o mês de agosto/2017, gerenciando as comunicações e a troca de informações em seu Subcomitê e deste com o CSJT e o CNJ, sobre os assuntos que envolvem a Rede de Governança Colaborativa, entre eles, elaboração e revisões do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e análise e definições para o CNJ quanto às Metas Nacionais.

## II. DADOS ESTATÍSTICOS

### 1. Relatórios e dados estatísticos

A Assessoria de Gestão Estratégica elabora, mensalmente, o Informativo Mensal do Tribunal, com informações referentes ao movimento processual do 2º grau. Este relatório é disponibilizado na intranet. O informativo fornece uma visão global da movimentação processual na área judiciária, auxiliando no planejamento, gestão estratégica e tomadas de decisões que visem a melhorar e agilizar a prestação jurisdicional.

As tabelas da transparência do e-Gestão são atualizadas e disponibilizadas na *internet* mensalmente no *site* do Tribunal, de acordo com o Provimento CGJT nº 01/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, em local de destaque, dos relatórios de produção das varas do trabalho, dos tribunais regionais e dos magistrados de 1º e de 2º graus nos *sites* dos Tribunais Regionais do Trabalho.

No Portal VOX, na seção destinada à Gestão Estratégica, são disponibilizadas quatro tabelas contendo as movimentações processuais de 1º e 2º graus. As tabelas mostram a movimentação do triênio anterior e a movimentação do ano até o mês de referência. As tabelas são atualizadas e publicadas mensalmente.

Em atendimento ao disposto nas Resoluções CNJ nº 207/2015 e CSJT nº 141/2014, que tratam da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho, coube à AGE a coleta e inserção dos dados do TRT4 no sistema

do Conselho Nacional de Justiça, além da elaboração de relatório para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ambos anualmente;

## *2. Acompanhamento das metas*

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pela informação das metas nacionais do Poder Judiciário e das específicas da Justiça Trabalho, no âmbito do TRT4, compilando em relatório mensal e quadrimestral o desempenho do Tribunal. Os relatórios são divulgados no Portal da Gestão Estratégica (*internet* e *intranet*). É responsabilidade da Assessoria a inserção dos dados no sistema do CNJ (metas nacionais) e no sistema do CSJT – Sigest (metas específicas da Justiça do Trabalho).

Em 2017, também ficou ao encargo da AGE a organização e coleta de dados para as Metas da Corregedoria Nacional de Justiça.

## *3. Justiça em Números*

O Relatório Justiça em Números, encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, apresenta informações tanto da área judiciária como da administrativa e abrange o 1º e o 2º graus de jurisdição, com dados acumulados dos indicadores processuais mensais e saldos obtidos no final do período. Os indicadores obtidos por meio do Relatório, que é confeccionado por todos os tribunais do País, permitem uma visão panorâmica do Judiciário Brasileiro.

Os dados encaminhados pela Assessoria de Gestão Estratégica em fevereiro referem-se à área administrativa do ano anterior (recursos humanos, orçamento) e à área judiciária (movimentação processual) do 2º semestre do ano anterior. A segunda remessa, enviada no mês de agosto, contempla dados da área judiciária (movimentação processual) do 1º semestre do ano.

Os dados do Módulo de Produtividade do Justiça em Números são remetidos ao Conselho Nacional de Justiça, mensalmente, via sistema. O Módulo abrange a produtividade de 1º e 2º graus e contém quatro rotinas (passos): inclusão e atualização de serventias, cadastro de magistrados, produtividade das serventias e produtividade dos magistrados.

## *4. Selo Justiça em Números*

O Selo Justiça em Números visa ao reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, na gestão, na organização e na disseminação de suas informações administrativas e processuais. Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), com atenção aos prazos de preenchimento e à consistência dos dados, também são avaliados outros itens, tais como: nível de informatização do Tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

A demanda está sob a responsabilidade da AGE e, em 2017, para atendê-la, as áreas foram reunidas para análise dos requisitos e para o planejamento de iniciativas para cumpri-los. Nesse contexto, coube à Assessoria a inscrição, o gerenciamento, a organização, a compilação de dados e a distribuição das tarefas atinentes ao Selo Justiça em Números 2017.

## 5. Boletim Estatístico do Jaep

A Assessoria de Gestão Estratégica gerencia o projeto que criaria e sistematizaria o Boletim Estatístico do Jaep, reunindo os dados e resultados das três seções que o compõem: Seção de Precatórios, Seção de Conciliação e Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial. O projeto está documentado no expediente administrativo PA 0005555-06.2016.5.04.0000.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2017 consistiu na indicação de origem e na validação dos dados a serem captados para os processos físicos. A Setic programou as tabelas das três seções e todas foram encaminhadas às respectivas áreas de negócio para validação. Todavia, a continuidade dos trabalhos foi suspensa em razão da cisão do Jacep em Jaep e Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc pela Portaria TRT4 nº 1.791/2017, dado que é preciso revisar as necessidades das novas unidades e que, quanto à conciliação, versões futuras PJe-JT tendem a abarcar necessidades de fluxo de processos e geração de informações.

## 6. Informativo sobre os Grandes Litigantes

Semestralmente a AGE elabora o *ranking* dos grandes litigantes de 1º e 2º graus, o *ranking* por Foro Trabalhista e a relação dos assuntos mais frequentes relativamente aos 10 maiores litigantes apontados pelas Metas 7 (CNJ) e 10 (CSJT). Os relatórios são disponibilizados no Portal da Gestão Estratégica no Portal de Comunicação Interna VOX.

## III. APOIO INSTITUCIONAL

A seguir são relatadas as atividades das Comissões, dos Comitês e dos Grupos de Trabalho que são apoiados pela AGE.

### 1. Comissão de Regimento Interno

Atos Normativos: Regimento Interno, arts. 211, § 1º, I, 213, I, e 215.

Trabalho desenvolvido: a Comissão é responsável pelo estudo e encaminhamento de propostas de alterações e/ou emendas regimentais.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão na elaboração de pesquisas jurídicas e de materiais que subsidiaram as propostas de alterações regimentais encaminhadas à apreciação superior, no registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido, além de secretariar as reuniões ocorridas nos dias 9 de agosto e 23 de novembro. A relação de processos administrativos das alterações regimentais trabalhadas pela Comissão consta do quadro a seguir:

0005348-46.2012.5.04.0000	0005349-94.2013.5.04.0000	0006539-24.2015.5.04.0000
0008858-33.2013.5.04.0000	0002173-73.2014.5.04.0000	0005145-11.2017.5.04.0000
0003810-88.2016.5.04.0000	0002805-31.2016.5.04.0000	0007862-93.2017.5.04.0000
0005150-33.2017.5.04.0000	0005155-55.2017.5.04.0000	0007090-33.2017.5.04.0000
0005154-70.2017.5.04.0000	0007869-85.2017.5.04.0000	0001550-09.2014.5.04.0000

0007868-03.2017.5.04.0000	0003771-57.2017.5.04.0000	0006199-46.2016.5.04.0000
0002147-70.2017.5.04.0000	0005033-47.2014.5.04.0000	0003806-51.2016.5.04.0000
0003398-65.2013.5.04.0000	0007894-98.2017.5.04.0000	

Quadro 1: relação dos processos administrativos com alterações regimentais

## 2. Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico

Atos Normativos: Regimento Interno, arts. 211, § 1º, II, 213, V, 218, 243-D e 243-E.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico estão definidas no art. 218 do Regimento Interno. Não houve demandas por parte desta Comissão, tampouco a realização de reuniões durante o ano de 2017.

## 3. Comissão de Jurisprudência

Atos Normativos: Regimento Interno, arts. 211, § 1º, III; 213, II; e 221 a 227 e Resolução Administrativa nº 24/2015.

Trabalho desenvolvido: a Comissão é responsável pela uniformização da jurisprudência do Tribunal, mediante a edição e revisão de súmulas e/ou teses jurídicas prevaletentes. Em 2017, a Comissão atuou nos incidentes de uniformização de jurisprudência abaixo relacionados, emitindo pareceres sobre a conveniência ou não da uniformização dos temas neles constantes e elaborou pareceres contendo as minutas dos verbetes naqueles em que verificada a necessidade de uniformização da jurisprudência.

Durante o ano de 2017, a Comissão trabalhou nos seguintes IJUs:

0002768-38.2015.5.04.0000	0001994-71.2016.5.04.0000	0002026-42.2017.5.04.0000
0005145-79.2015.5.04.0000	0004308-87.2016.5.04.0000	0004502-24.2015.5.04.0000
0005374-39.2015.5.04.0000	0005291-86.2016.5.04.0000	0002308-80.2017.5.04.0000
0006363-45.2015.5.04.0000	0006375-25.2016.5.04.0000	0002439-55.2017.5.04.0000
0007056-29.2015.5.04.0000	0007439-70.2016.5.04.0000	0000221-54.2017.5.04.0000
0007453-88.2015.5.04.0000	0000057-89.2017.5.04.0000	0003676-27.2017.5.04.0000
0000935-48.2016.5.04.0000	0000131-46.2017.5.04.0000	0005157-25.2017.5.04.0000
0001126-93.2016.5.04.0000	0000595-70.2017.5.04.0000	0005221-35.2017.5.04.0000

Quadro 2: Relação dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – IJUs

Foram editadas, em 2017, as súmulas nº 117 a 130 e as teses jurídicas prevaletentes nº 7 e 8.

A Comissão propôs, também, o cancelamento da súmula nº 61, conforme registro no processo administrativo nº 0006082-21.2017.5.04.0000, bem como a alteração da súmula nº 84, conforme registro no processo administrativo nº 0006083-06.2017.5.04.0000.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Jurisprudência durante o ano de 2017 secretariando as suas reuniões e aquelas com a participação de entidades representativas da



advocacia que antecedem às sessões de julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência (IUIs). Gerenciou a tramitação desses incidentes, no âmbito da Comissão, até a apreciação das propostas pelo Tribunal Pleno. Efetuou consulta prévia a todos os Desembargadores e Juizes do primeiro grau sobre as propostas de novas súmulas, submetendo seu resultado à apreciação dos integrantes da Comissão. Secretariou as reuniões ocorridas em 16 de março, 7 de abril, 9 de junho, 7 e 28 de agosto e 29 de setembro, bem como as reuniões preparatórias para as Sessões do Tribunal Pleno em que ocorreram julgamento de IUIs (12 de maio, 18 de setembro e 30 de outubro), realizadas em 9 de maio, 16 de agosto, 6 de setembro e 27 de outubro, na qual participaram integrantes da Comissão de Jurisprudência, Presidentes das Turmas Julgadoras e associações representativas da advocacia: OAB/RS, Abrat, Agetra e Satergs, com a condução do Vice-Presidente do Tribunal.

#### *4. Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (Comissão de Informática)*

Atos Normativos: art. 213, inc. III, do Regimento Interno, e Portaria Conjunta nº 7.059/2017.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Informática estão definidas no art. 227-A do Regimento Interno. Dentre os temas tratados pela Comissão ao longo do ano de 2017 estão: a) a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC); b) a execução do orçamento de TIC; e c) ações de TIC que necessitam da aprovação da Comissão.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Informática durante o ano de 2017, entre os meses de janeiro e junho, e secretariou as reuniões ocorridas em 24 de janeiro, 13 de março, 19 de maio e 27 de junho. Não é do conhecimento desta Assessoria as atividades desempenhadas a partir de julho.

#### *5. Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais*

Atos Normativos: Regimento Interno, arts. 211, §1º, V, 213, IV, e 227-B.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais estão definidas no art. 227-B do Regimento Interno. Não há registro da realização de reuniões da referida Comissão, que atua por meio de correio eletrônico nas ocasiões em que é consultada.

#### *6. Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso*

Atos Normativos: Portarias TRT4 n.º 1.997/2015 e 6.486/2017.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Cogeso estão definidas no art. 2º da Portaria nº 1.997/2015.

A Cogeso, responsável pelo planejamento das ações e pela proposição de projetos socioambientais, promoveu diversas ações internas e externas, como campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos, pilhas, azeite, cápsulas de café, entre outros, distribuição de mudas de plantas, participação na Semana Mundial do Meio Ambiente, no Projeto *Tampart*, do artista Ubiratan Fernandes, que envolve a coleta de tampinhas descartadas para a criação de painéis, distribuição de canecas de porcelana para diminuir o uso de copos plásticos, acompanhou a

elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, propôs a realização de cursos de capacitação e divulgou boas práticas sustentáveis.

Em 2017, a Cogeso acompanhou a execução do Plano de Logística Sustentável (PLS), instituído pela Resolução CNJ nº 201/2015 e aprovado pela Portaria nº 1.848/2016. A execução do PLS é de competência da Diretoria-Geral, que atua como Unidade Socioambiental do Tribunal.

O TRT da 4ª Região sediou o 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental, promoveu mais uma edição do Concurso Desafio Sustentável e participou do seminário sobre sustentabilidade na Administração Pública, realizado pelo STJ e pelo TCU.

Em 2017, a AGE assessorou a Comissão secretariando a reunião ocorrida no dia 6 de março, além de encaminhar suas demandas às unidades competentes.

### *7. Comissão Permanente de Segurança*

Atos Normativos: Portaria nº 5.755/2011 e Portarias nº 1.771/2014, 2.147/2016 e 2.541/2017.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão Permanente de Segurança estão definidas no art. 2º da Portaria nº 5.755/2011. Dentre os temas tratados pela Comissão ao longo do ano de 2017 estão: a) a definição do calibre para as armas a serem adquiridas pelo Tribunal para os agentes do Nepe; b) a autorização para aquisição de algemas e porta algemas para os agentes de segurança do Tribunal, conforme PA nº 0005614-57.2014.5.04.0000; c) a autorização para aquisição de *sprays* incapacitantes não letais para os agentes de segurança lotados no Tribunal, conforme PA nº 0008275-09.2017.5.04.0000.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão Permanente de Segurança durante o ano de 2017 no encaminhamento das demandas aos setores competentes. Não ocorreram reuniões da Comissão ao longo do referido ano.

### *8. Comissão de Negociação de Greve*

Atos Normativos: Portaria TRT4 nº 1.462/2014

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Negociação de Greve estão definidas no art. 1º da Portaria TRT4 nº 1.462/2014. Não houve demandas por parte desta Comissão, tampouco o registro de realização de reuniões durante o ano de 2017.

### *9. Comissão de Gestão do Teletrabalho*

Atos Normativos: Portarias TRT4 nº 4.650/2016 e 6.943/2017.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Gestão do Teletrabalho estão definidas no art. 8º da Portaria TRT4 nº 4.650/2016.

A Comissão presta suporte à Secretaria de Gestão de Pessoas em assuntos atinentes ao teletrabalho e, quando instada, subsidia a Administração do Tribunal nas tomadas de decisões.

Em 2017, a Comissão validou os relatórios semestrais sobre o desempenho dos servidores em teletrabalho, elaborados pelos respectivos gestores (art. 17, I, Resolução CNJ nº 227/2016), encaminhou relatório anual com descrição dos resultados auferidos à Presidência (art. 17, II, Resolução CNJ nº 227/2016), além de minuta do relatório anual ao CNJ (arts. 20 e 21 da

Resolução CNJ nº 227/2016). Propôs alterações na Portaria TRT4 nº 4.650/2016, para contemplar as alterações trazidas pela Resolução CSJT nº 207/2017, que altera as disposições da Resolução CSJT nº 151/2015.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão no encaminhamento das demandas aos setores competentes, bem como secretariou as reuniões ocorridas em 17 de abril, 5 de junho, 11 de setembro e 4 de dezembro.

#### *10. Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho*

Atos Normativos: Resoluções CSJT nº 84/2011 e 96/2012, Ato CSJT nº 39/2012 e Portarias TRT4 nº 2.700/2014, 6.488/2015, 398/2016 e 2.155/2017.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho estão definidas no art. 8º da Resolução CSJT nº 141/2014 e no art. 2º da Portaria nº 2.700/2014. Em 2017, o assunto principal das reuniões da Comissão foi o andamento – acompanhamento da contratação, execução e entrega – dos Programas PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

A Comissão é responsável, ainda, pela elaboração do Relatório Estatístico Anual de que trata a Resolução CSJT nº 141/2014, entregue, anualmente, no mês de fevereiro. Representantes da Comissão participaram também de eventos atinentes ao tema.

Foi realizado, em 30 de novembro, o evento “Auditoria do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA)”. Representantes da Comissão também participaram de eventos atinentes ao tema.

A AGE apoiou o trabalho da Comissão secretariando as reuniões ocorridas em 16 de março, 22 de junho, 21 de julho e 31 de outubro, encaminhando as demandas da Comissão aos setores competentes e elaborando o relatório Estatístico anual, acima referido.

#### *11. Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente*

Atos Normativos: Portarias nº 3.484/2015, 2.550/2016 e 446/2018.

A Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente foi coordenada em 2017 pela Exma. Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, que relacionou as atividades a seguir como as de destaque do trabalho realizado pela Comissão:

19.01.2017 – Ação na Redenção em parceria com os demais integrantes do Coetrae no Fórum Social das Resistências, com a finalidade de divulgação de material referente ao combate ao trabalho escravo;

24.01.2017 – Parceria com a OIT e com a ONG Themis para participação no curso de qualificação de trabalhadoras domésticas em São Leopoldo – RS, durante o primeiro semestre, além da atualização e distribuição das cartilhas “Empregado e Empregador Doméstico” pelas unidades da Justiça do Trabalho do interior do estado;

06.02.2017 – Reunião da Rede de Direitos Humanos do Estado do RS, no Centro de Referência da Defensoria Pública, com debates em torno da violação de Direitos Humanos no Estado e a problemática dos imigrantes senegaleses e do sistema prisional;

09.02.2017 – Reunião ordinária da Comissão para definição das ações de 2017;

23.02.2017 – Reunião da Coetrae a sede do MTE com relato das ações realizadas para combate ao trabalho escravo no estado, inclusive com apresentação de números pelos auditores fiscais e com a proposição de confecção de material de divulgação e de realização de seminário;

09.03.2017 – Reunião do Fepeti com articulação e sistematização da rede de proteção no estado;

30.03.2017 – Reunião da Coetrae;

11.04.2017 – Reunião dos membros da Comissão com o MPT e MTE para a formação de uma rede de aprendizagem incluindo diversos parceiros interessados;

25.04.2017 – Assembleia Geral do Projeto Pescar com relatos sobre as experiências do projeto em outras unidades, inclusive na Fase, e com análise do andamento do Projeto do Tribunal;

27.04.2017 – Reunião da Coetrae com articulação para a participação na reunião nacional e para a realização do seminário;

04.05.2017 – Reunião ordinária da Comissão para definição das ações sobre trabalho infantil no mês de junho e sobre as audiências públicas sobre aprendizagem em Caxias do Sul e em Porto Alegre;

11.05.2017 – Reunião do Fepeti com definição das ações no estado em torno da aprendizagem e com a realização de audiência pública no interior, prioritariamente na cidade de Caxias do Sul;

16.05.2017 – Reunião Ordinária do Conatrae em Porto Alegre;

17.05.2017 – Seminário sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil, realizado no MPF, em parceria com os demais integrantes do Coetrae RS e do Conatrae;

18 e 26.05.2017 – Reunião da Comissão com integrantes do MPT, MPE e MTE para definições sobre atividades do dia 12 de junho;

29.05.2017 – Reunião no TRT4 com a participação de diversos integrantes do Sistema de Justiça, inclusive MPE e Justiça Estadual, com foco na profissionalização de jovens em situação de vulnerabilidade;

06.06.2017 – Reunião da Comissão para definições finais sobre atividades do dia 12 de junho;

11.06.2017 – Ação de combate contra o trabalho infantil no Parque da Redenção e na Maratona Internacional de Porto Alegre, com a distribuição de doces e cata-ventos, além de material de divulgação;

12.06.2017 – Participação em Audiência Pública na cidade de Caxias do Sul para sensibilização e fomento da aprendizagem na região da serra;

19.06.2017 – Reunião da Comissão para organização da Audiência Pública no mês de agosto;

29.06.2017 – Reunião da Coetrae;

11.07.2017 – Assinatura do Convênio de Cooperação para implementação e execução de pesquisa sobre percepção de violência de gênero;

17.07.2017 – Reunião da Comissão para ajustes finais sobre a Audiência Pública no mês de agosto;

03.08.2017 – Audiência Pública no Plenário Milton Varela Dutra para estímulo à aprendizagem de jovens em situação de vulnerabilidade, com participação de representante da OIT, do MPT, do MPE, do TJRS, da Amatra, da OAB, da Agetra, do Fogap, dentre outros, seguida por seminário

sobre o tema. O evento teve ampla divulgação na imprensa estadual, inclusive com entrevista da Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente, Desembargadora Carmen Gonzalez, para o Programa Bom Dia Rio Grande, e contou com a participação de diversos representantes do ramo empresarial convocados para tanto pela DRT;

24.08.2017 e 04.09.2017 – Reuniões de *Feedback* sobre a Audiência Pública;

31.08.2017 – Reunião da Coetrae;

29.09.2017 – Reunião da Coetrae;

15.10.2017 – Ação de combate contra o trabalho infantil no Parque da Redenção com a distribuição de doces e cata-ventos, além de material de divulgação;

19 e 20.10.2017 – IV Encontro das Coetraes na Universidade Federal do Rio de Janeiro;

22 e 28.10.2017 – Ações nos estádios dos clubes Brasil de Pelotas, Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e Sport Clube Internacional, em parceria com a Amatra IV e com o MPT, para divulgação de material de combate ao trabalho infantil, com a exposição de faixas e mensagens em campo. Na ocasião, foram fornecidos ingressos para cerca de cem jovens que estão nas instituições de acolhimento de Porto Alegre assistirem aos jogos;

23.10.2017 – Participação no evento de Encerramento do MPT na Escola Judicial;

26.10.2017 – Reunião do Projeto Pescar;

14.11.2017 – Reunião do Projeto Pescar no TRT4;

30.11.2017 – Cerimônia de Formatura da primeira turma do projeto Pescar. Onze alunos completaram cerca de 800 horas de curso durante o ano, nas dependências da Escola Judicial do TRT4, e colaram grau na área de Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, com qualificação para manuseio das ferramentas digitais do PJe-JT. Oito alunos já saíram do curso empregados;

11.12.2017 – Reunião do Projeto Pescar no TRT4; e

20.12.2017 – Reunião da Coetrae.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente durante o ano de 2017 no encaminhamento das demandas aos setores competentes e registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido. Também secretariou as reuniões ocorridas em 9 de fevereiro, 10 de abril (com integrantes do TRE), 4 de maio, 18 de maio, 26 de maio, 29 de maio, 6 de junho, 19 de junho, 29 de junho, 17 de julho, 24 de agosto e 4 de setembro.

## **12. Comissão Especial para Avaliar a Veracidade da Autodeclaração de Candidatos Negros nos Concursos Públicos do TRT4**

Atos Normativos: Portarias nº 6.438/2015 e 7.140/2017.

Trabalho desenvolvido: conforme previsto no art. 5º, da Portaria nº 6.438/2015, a Comissão se reúne, na presença do candidato, sempre que há incerteza entre a autodeclaração e a foto apresentada por este.

A AGE iniciou o apoio à Comissão em maio de 2017. A Comissão realizou reuniões para analisar pedidos de ingresso de servidores cotistas nos dias 4 de maio, 7 de junho, 28 de agosto, 12 de setembro e 7 de novembro. As deliberações são registradas em ata.

### *13. Comissão de Cultura*

Atos Normativos: Portarias TRT4 nº 2.148/2011, 313/2017 e 2.568/2017.

Trabalho desenvolvido: as atribuições da Comissão de Cultura estão definidas no art. 2º da Portaria TRT4 nº 2.148/2011.

Em 2017, a Comissão deliberou sobre diversos pedidos de utilização do Espaço Cultural do Tribunal para a realização de exposições artísticas e orientou o trabalho da equipe do Cerimonial na organização desses eventos. Citam-se, como exemplos, a exposição do artista plástico e escultor Getúlio Balsemão; do artista “Zupo”; a exposição de fotografias da servidora Maria Clara Adams, denominada “Amores Perfeitos”, que retrata a diversidade nas relações afetivas; o Desafio Literário baseado nessas fotografias; a exposição denominada “Orgulho Negro”, que fez parte das atividades da Semana da Consciência Negra; a exposição do Projeto *Tampart*; a exposição de telas confeccionadas pela Juíza do Trabalho Bárbara Garcia, cuja venda realizada em leilão beneficente foi revertida em doações para a Apae de Palmeira das Missões – RS; a utilização do Espaço Cultural para a exposição “Contrastes” promovida pelo Sintrajufe – RS, e o evento “Palco em Pauta”.

Sugeriu alterações no ato normativo que disciplina a utilização do Espaço Cultural do Tribunal, que resultou na edição da Portaria TRT4 nº 2.568/2017.

Em 2017, a AGE assessorou o trabalho da Comissão de Cultura no encaminhamento de demandas aos setores competentes, bem como secretariou as reuniões ocorridas em 26 de janeiro, 9 de fevereiro, 27 de abril e 6 de julho.

### *14. Comissão de Movimentação de Servidores*

Atos Normativos: Portarias nº 2.866/2016 e 3.039/2017.

Trabalho desenvolvido: A Comissão de Movimentação de Servidores reuniu-se mensalmente ao longo do ano de 2017 para analisar os casos de movimentação de servidores do quadro e de destinação daqueles nomeados em concurso público para provimento de cargos. A Comissão emite parecer sobre cada caso, a fim de subsidiar a tomada de decisão da Administração, sempre observando os parâmetros de necessidade, conveniência, oportunidade e razoabilidade, conforme as disposições legais que regem a matéria.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão auxiliando na preparação das pautas de reunião, secretariando as reuniões realizadas em 23 de janeiro, 6 de fevereiro, 7 e 27 de março, 18 de abril, 10 de maio, 6 de junho, 6 de julho, 8 de agosto, 13 de setembro, 25 de outubro e 30 de novembro, documentando o trabalho em expediente eletrônico e realizando demais encaminhamentos necessários.

### *15. Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão*

Atos Normativos: Portarias nº 4.699/2016 e 74/2018.

Trabalho desenvolvido: A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão atua com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos, promovendo ações eficazes que propiciem sua inclusão e adequada ambientação.

Dentre os temas tratados e as ações realizadas em 2017 estão: a) a atualização do cadastro de PCDs e criação de lista de e-mails para elas; b) organização e realização do “Encontro dos Servidores com Deficiência do TRT4”, ocorrido nos dias 21 e 22 de agosto; e c) deliberação sobre diversos assuntos relacionados ao tema “acessibilidade e inclusão”.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão secretariando as reuniões ocorridas em 13 de março, 17 de abril, 29 de maio, 12 de junho, 3 de julho e 3 de agosto.

#### *16. Comitê de Gestão Estratégica do TRT da 4ª Região*

Ato Normativo: Portaria nº 2.775/2011.

Trabalho desenvolvido: as atribuições do Comitê de Gestão Estratégica estão definidas no art. 3º da Portaria nº 2.775/2011 e envolvem as deliberações concernentes à Gestão da Estratégia.

A AGE conduziu duas reuniões do Comitê, as Reuniões de Análise da Estratégia, ocorridas em junho e dezembro de 2017, oportunidades em que foram tratados os assuntos apresentados no item 2 acima.

#### *17. Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT*

Atos Normativos: Portarias nº 5.370/2012, 358/2016 e 289/2018.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê estão definidas no art. 2º da Portaria nº 5.370/2012. O Comitê analisou, ao longo do ano de 2017, as sugestões de melhorias trazidas pelos diversos tipos de usuários do sistema PJe-JT a fim de encaminhá-las ao CSJT. Cuidou da realização de cursos capacitantes presenciais e EAD para os diversos tipos de usuários.

A AGE secretariou as reuniões do Comitê ocorridas em 30 de março, 29 de junho e 4 de dezembro.

#### *18. Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão*

Atos Normativos: Portarias nº 3.395/2014 e 2.565/2017.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão estão definidas nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 3.395/2014. O Comitê recebe as regras para coleta e a disponibilização das informações no e-Gestão e trata de eventuais inconsistências nos dados remetidos mensalmente ao Tribunal Superior do Trabalho. Requereu ao Comitê Nacional as providências necessárias para que o sistema tenha condições de informar todos os dados referentes ao Justiça em Números e ao Módulo de Produtividade Mensal, ambos do CNJ.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 24 de janeiro, 16 de março, 18 de abril, 16 de maio, 21 de junho, 11 de julho, 15 de agosto, 12 de setembro, 10 de outubro, 14 de novembro e 12 de dezembro.

### *19. Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição*

Atos Normativos: Resoluções CNJ nº 194/2014 e 195/2014, Portarias TRT4 nº 6.028/2014, 4.777/2016 e 6.285/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê de Priorização do Primeiro Grau estão definidas no art. 4º da Resolução CNJ nº 194/2014 e, em relação à governança colaborativa do orçamento, no art. 6º da Resolução CNJ nº 195/2014.

No ano de 2017, o Comitê trabalhou em quatro grandes temas:

- Redução do horário de atendimento ao público externo nas unidades judiciárias do primeiro grau, mediante realização de estudos e reuniões com integrantes da Administração do TRT4 e representantes das associações representativas da advocacia, na busca de um consenso sobre a necessidade de redução do horário de atendimento;
- Saúde de magistrados e servidores, tendo analisado o resultado da pesquisa realizada pelo Sintrajufe-RS e pela servidora Adriana Pooli, bem como buscará a atuação conjunta com o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde;
- Remanejamento de cargos e funções comissionadas, ao elaborar estudo a partir do requerimento apresentado pelo então Vice-Corregedor Regional, Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, sobre a possibilidade de deslocamento de servidores lotados na Seção de Protocolo do Primeiro Grau à Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial do JAEP, bem como recebeu esclarecimentos sobre o resultado da implementação da Resolução CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus;
- Orçamento: participou da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2018, inicialmente recebendo informações e explicações técnica sobre a legislação pertinente e os limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016. A participação efetiva ocorrerá em 2018, quando participará da construção da proposta orçamentária para o ano de 2019.

Além disso, o Comitê enviou sugestões para a Secretaria de Gestão de Pessoas, no sentido de propor alterações nos critérios de avaliação dos servidores, de modo a ajustá-los com a realidade do trabalho no processo judicial eletrônico, propôs estudo sobre a possibilidade de manutenção da lotação de um servidor ocupante do cargo de técnico judiciário aprovado em concurso público para o cargo de analista judiciário e sugeriu a adoção de política de substituição e servidores que se encontram afastados do trabalho por longo período em razão de licenças.

A AGE assessorou o trabalho do Comitê propondo rotinas para operacionalizar o trabalho, gerenciou a página disponível no Portal VOX, bem como secretariou as reuniões ocorridas em 10 de fevereiro, 10 de março, 7 de abril, 5 de maio, 2, 7, 14 e 21 de junho, 7 de julho, 4 de agosto, 30 de outubro, 24 de novembro e 18 de dezembro.



## *20. Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde*

Atos Normativos: Resolução CNJ nº 207/2015, Portarias TRT4 nº 128/2016, que institui o Comitê, e nº 2.052/2016, que altera a sua composição.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde no âmbito do TRT da 4ª Região estão definidas no art. 11 da Resolução CNJ nº 207/2015. Não houve demandas por parte desta Comissão, tampouco a realização de reuniões durante o ano de 2017.

## *21. Núcleo de Apoio à Execução do TRT da 4ª Região*

Atos Normativos: Resolução Administrativa nº 24/2011 e Portaria nº 1.094/2016.

Trabalho desenvolvido: Não houve registro de atividades realizadas em 2017 por parte da AGE.

## *22. Núcleo de Cooperação Judiciária*

Atos Normativos: Portarias TRT4 nº 6.882/2012 e 1.007/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Núcleo de Cooperação Judiciária estão definidas no art. 3º da Portaria TRT4 nº 6.882/2012.

Esta Assessoria não possui registro de demandas por parte do Núcleo, tampouco a realização de reuniões durante o ano de 2017.

## *23. Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – Nugep e Comissão Gestora do Nugep*

Atos Normativos: Resolução CNJ nº 235/2016 e Portaria TRT4 nº 1.322/2017.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Nugep estão definidas no art. 7º da Resolução CNJ nº 235/2016 e no art. 2º da Portaria TRT4 nº 1.322/2017, que prevê, também, no parágrafo 1º do art. 1º, a instituição de Comissão Gestora para a supervisão do trabalho do Núcleo.

Não houve demandas por parte do Nugep, bem como da sua Comissão Gestora, tampouco a realização de reuniões durante o ano de 2017.

## *24. Núcleo de Conciliação e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Nupemec-TRT4*

Atos Normativos Núcleo de Conciliação: Portarias nº 2.029/2011, 1.008/2016 e 6.425/2016.

Atos Normativos Nupemec-TRT4: Portarias nº 1.596/2017 e 233/2018.

O Núcleo de Conciliação foi sucedido pelo Nupemec-TRT4, instituído pela Portaria nº 1.596/2017, em 4 de abril de 2017.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Nupemec-TRT4 se encontram no art. 2º da Portaria nº 1.596/2017. Dentre os temas tratados e as ações adotadas estão: a) o planejamento para a Semana Nacional da Conciliação; b) a orientação e uniformização de procedimentos para o Cejusc 2º Grau; c) o debate sobre a implementação dos Cejuscs no TRT4; d) o encaminhamento

de cursos, junto à Escola Judicial, para formação de mediadores no TRT4; e) a criação de espaço para o Cejusc 2º Grau no térreo do prédio-sede; f) a criação de ambiente virtual no *site* do TRT4 destinado à conciliação; g) o estudo de viabilidade para a realização de audiências de conciliação via *webcam*; h) as tratativas para a possível implementação de unidades do Cejusc pelo interior do estado; e i) demais assuntos inerentes ao tema que contribuíram para o amadurecimento da Núcleo.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 10 de fevereiro, 14 de março, 4, 6 e 11 de abril, 8 de maio, 11 e 29 de agosto e 22 de novembro. Secretariou, ainda, as reuniões ocorridas em 15 e 20 de fevereiro, onde foi firmado acordo na ação civil pública em que é discutida a dispensa em massa dos empregados da Marfrig vinculados à planta da cidade do Alegrete.

## *25. Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem*

Atos Normativos: Ato CSJT nº 419/2013.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Programa de Combate ao Trabalho Infantil – PCTI estão definidas no art. 6º do Ato CSJT nº 419/2013. O Programa de Combate ao Trabalho Infantil – PCTI não demanda apoio permanente da Assessoria de Gestão Estratégica.

As ações de combate ao Trabalho Infantil são tratadas no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente.

## *26. Programa Trabalho Seguro e Projeto Fluxo de Informações*

Atos normativos: Resolução CSJT nº 96/2012, Portarias TRT4 nº 2.700/2014 e 3.484/2015 e Ofício TRT4 GP nº 080/2017.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Programa Trabalho Seguro estão definidas no art. 6º da Resolução CSJT nº 96/2012. Os gestores do Programa Trabalho Seguro integram, ainda, a Comissão Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente.

Dentro do Programa Trabalho Seguro foi instituído o Projeto Fluxo de Informações, iniciativa do GETRIN – Grupo Interinstitucional da 4ª Região, que objetiva a coleta de dados sobre acidentes de trabalho em hospitais de Porto Alegre para viabilizar o planejamento de ações para a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Participam do Projeto o Ministério Público do Trabalho – MPT, o Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de Porto Alegre – CEREST Porto Alegre, a Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO. O Projeto já foi implementado nos principais hospitais de Porto Alegre que prestam pronto atendimento em casos de acidentes do trabalho: Hospital de Pronto Socorro – HPS e Hospital Cristo Redentor e segue com a realização de reuniões e acompanhamentos, visando o aperfeiçoamento das rotinas e das informações.

A AGE secretariou a reunião do Programa Trabalho Seguro realizada em 18 de abril, elaborou a minuta do relatório do Programa Trabalho Seguro e providenciou o agendamento da reunião do Projeto Fluxo de Informações, ocorrida em 4 de dezembro, no Hospital Cristo Redentor.

Segue relatório financeiro e de atividades do Programa Trabalho Seguro, relativo ao exercício de 2017, elaborado pelo Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Fabiano Holz Beserra, em cumprimento à determinação do TST.

Em atendimento ao Ofício.CIRC.TST.GP.JAP nº 0183, de 5 de dezembro de 2017, elaborou-se o presente relatório Financeiro e de Atividades do Programa Trabalho Seguro do TRT da 4ª Região, referente ao ano de 2017.

## **Relatório Financeiro e de Atividades do Programa Trabalho Seguro do TRT da 4ª Região – 2017**

No âmbito do TRT4 Portaria TRT4 nº 5.328/2011 instituiu o Núcleo Regional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho que, em 24 de julho de 2012, teve sua denominação alterada para Núcleo Regional do Programa Trabalho Seguro, por meio da Portaria TRT4 nº 4.843/2012.

Os Gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro são o Desembargador Fabiano Holz Beserra, Coordenador, e a Juíza do Trabalho Patrícia Iannini dos Santos, ambos indicados por meio do Ofício TRT4 GP nº 080/2017, de 4 de maio de 2017. Os referidos magistrados integram, ainda, a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente, instituída por meio da Portaria TRT4 nº 3.484/2015, bem como a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.700/2014.

A Resolução CSJT nº 96/2012, que dispõe sobre o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, elenca, no artigo 6º, as atribuições dos Gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro, abaixo descritas:

*Art. 6º Os Tribunais Regionais do Trabalho indicarão à Presidência do CSJT 2 (dois) magistrados para atuarem como gestores regionais do Programa no âmbito da sua atuação, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras necessárias ao cumprimento dos seus objetivos:*

*I – estimular, coordenar e implementar as ações de prevenção de acidentes de trabalho, em colaboração com as instituições parceiras regionais;*

*II – atuar na interlocução com os Gestores Nacionais, relatando as ações desenvolvidas, dificuldades encontradas e resultados alcançados;*

*III – promover e coordenar ações educativas voltadas a empregados, empregadores, estudantes, sindicatos, escolas e demais entidades públicas e privadas no propósito de fomentar a cultura de prevenção de acidentes por meio da educação;*

*IV – divulgar e distribuir os materiais produzidos e recomendados pelo Programa;*

*V – acompanhar o cumprimento dos planos de ação, metas, recomendações, resoluções e compromissos relativos ao Programa.*

*Parágrafo único. Os Tribunais Regionais do Trabalho adotarão as medidas necessárias para proporcionar aos Gestores Regionais condições adequadas ao desempenho das atribuições previstas neste artigo.*

Para o Biênio 2015-2017, foram estabelecidas as metas abaixo descritas, desenvolvidas pelos Comitês Gestores Regionais, instituídos pelos Tribunais Regionais do Trabalho:

Meta 1 – Realizar um evento científico multidisciplinar na jurisdição do Tribunal Regional sobre o tema dos transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Meta 2 – Desenvolver o Programa de prevenção de transtornos mentais também no âmbito da Justiça do Trabalho, envolvendo magistrados e funcionários, devendo-se realizar a "Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais", preferencialmente abrangendo a semana do dia 28 de abril de 2017.

Meta 3 – Divulgar por todos os meios possíveis mensagens educativas sobre saúde, segurança e meio ambiente do trabalho, com ênfase para o tema do biênio.

Meta 4 – Aprofundar o relacionamento institucional com os parceiros locais do Programa do Trabalho Seguro para realizar eventos conjuntos e intensificar o compartilhamento de informações.

Meta 5 – Contribuir com o Tribunal Regional na criação do cadastro de profissionais para realização de perícias, especialmente nas demandas sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

Com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas, o TRT da 4ª Região elaborou um plano de ação em que se vem trabalhando desde julho de 2014. Dentre as atividades previstas e realizadas, destacam-se:

- Criação do Portal do Programa Trabalho Seguro, dentro do *site* do TRT4, com o objetivo de conscientizar o público interno e externo da necessidade da prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, mediante publicação de notícias e disponibilização de materiais e acervo digital de conteúdo relacionado. *Link* para acesso: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/ts/home/Menu-Ts-PortletWindow?action=2>;
- Encontra-se em desenvolvimento o projeto de criação de uma biblioteca temática, dentro da Biblioteca já existente no TRT da 4ª Região, para acesso a acervo físico e digital, por meio do Portal do Programa Trabalho Seguro;
- Está prevista a criação de banco de dados a ser disponibilizado no Portal do Programa Trabalho Seguro, com informações extraídas de Varas do Trabalho Especializadas e da Coordenadoria de Saúde sobre o compartilhamento de experiências e procedimentos exitosos em relação a acidentes do trabalho e doenças ocupacionais;
- Encontra-se em estudo a separação de processos que versem sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais nos foros trabalhistas em que não há Vara do Trabalho Especializada, visando à excelência na gestão desses feitos;
- Encontra-se em estudo a extração de dados das ações trabalhistas relativos a óbitos de trabalhadores em decorrência de acidentes de trabalho, dos quais não houve notificação por parte dos hospitais às autoridades competentes. A tarefa é iniciativa do Getrin – Grupo Interinstitucional da 4ª Região (Getrin – 4ª Região), criado com o objetivo de conjugar esforços entre os participantes para a implementação de programas e ações regionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho, no âmbito do Programa Trabalho Seguro;
- Continuação do Projeto Fluxo de Informações, que objetiva a coleta de dados sobre acidentes de trabalho em hospitais de Porto Alegre para viabilizar o planejamento de ações para a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Participam do Projeto o Ministério Público do Trabalho – MPT, o Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de Porto Alegre – Cerest Porto Alegre, a Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT e a Fundação

Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro. O projeto é iniciativa do Getrin – Grupo Interinstitucional da 4ª Região;

- Criação, no âmbito do TRT da 4ª Região, do Grupo de Trabalho que trata da criação de cadastro eletrônico de peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, em cumprimento às disposições da Resolução CNJ nº 233/2016. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deste Tribunal está desenvolvendo a ferramenta.

#### **Atividades desenvolvidas:**

- Adesão do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região – CREF2 ao Programa Trabalho Seguro;
- Conferência de imprensa sobre o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, realizada em 27 de abril de 2017, com ampla divulgação e repercussão na mídia. Foram divulgados dados registrados pelos serviços de saúde do Rio Grande do Sul sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;
- Participação do Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Fabiano Holz Beserra, na Reunião dos Gestores Regionais, ocorrida no Tribunal Superior do Trabalho, no dia 25 de maio de 2017;
- Continuação do Projeto Fluxo de Informações, já implementado nos principais hospitais de Porto Alegre que prestam pronto atendimento: Hospital de Pronto Socorro e Cristo Redentor. O projeto segue com a realização de reuniões e acompanhamentos, visando ao aperfeiçoamento das rotinas e das informações prestadas sobre os atendimentos relacionados a acidentes de trabalho;
- Palestra sobre segurança no trabalho e reabilitação profissional, ministrada pelo Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Fabiano Holz Beserra, na Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat) da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE), em 31 de agosto de 2017;
- Palestra sobre temas de saúde e segurança no trabalho, ministrada pelo Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Fabiano Holz Beserra, na Escola Estadual Leopolda Barnewitz, em 3 de outubro de 2017. O evento foi uma participação do Programa Trabalho Seguro no Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV);
- Participação dos Gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Fabiano Holz Beserra e Juíza do Trabalho Patrícia Iannini dos Santos, bem como dos servidores Átila Dias Conceição, Cristiano Kralik Angelini e Marcelo Lucca no IV Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro, oferecido pelo Tribunal Superior do Trabalho, realizado nas dependências do TST em Brasília – DF, nos dias 18 a 20 de outubro de 2017;
- Realização do evento “Auditoria do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA”, em 30 de novembro de 2017;
- A 11ª Edição Especial da Revista Eletrônica do Tribunal foi produzida em atenção especial ao tema Trabalho Seguro (Dezembro/2017). *Link* para acesso: <https://www.trt4.jus.br/RevistaEletronicaPortlet/servlet/download/11EdicaoEspecial-Saude&SegTrabalho.pdf>

- Adesão ao movimento Abril Verde, que visa a alertar para a importância da prevenção de acidentes laborais;
- Realização de reunião do Programa Trabalho Seguro, em 18 de abril de 2017, e do Projeto Fluxo de Informações, em 4 de dezembro de 2017.

#### **Notícias veiculadas pelo TRT da 4ª Região e pela imprensa:**

##### **Portal Trabalho Seguro TRT4:**

- 09/03/2017 – Conselho Regional de Educação Física adere ao Programa Trabalho Seguro: (<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/ts/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1436057&action=2&destaque=false>)
- 18/04/2017 – TRT-RS ilumina fachada em apoio à campanha Abril Verde: (<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/todas/0?titulo=abril+verde>)
- 27/04/2017 – Uma pessoa morre a cada 26 horas no Rio Grande do Sul, vítima de acidente de trabalho: (<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/ts/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1517052&action=2&destaque=false>)
- 04/09/2017 – Programa Trabalho Seguro é tema de evento da Fundação de Proteção Especial do RS: (<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/ts/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1518553&action=2&destaque=false>)
- 09/10/2017 – Programa Trabalho Seguro promove atividades em Escola Estadual em parceria com a Amatra IV: (<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/ts/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1535050&action=2&destaque=false>)

##### **Portal da Escola Judicial do TRT4:**

- Dezembro/2017 – Lançamento da 11ª edição da Revista Eletrônica do Tribunal, atinente ao tema Trabalho Seguro: (<https://www.trt4.jus.br/RevistaEletronicaPortlet/servlet/download/11EdicaoEspecial-Saude&SegTrabalho.pdf>)

##### **Portais:**

- G1: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/levantamento-da-justica-aponta-uma-morte-a-cada-264-horas-por-acidente-de-trabalho-no-rs.ghtml>
- Zero Hora: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/levantamento-da-justica-aponta-uma-morte-a-cada-264-horas-por-acidente-de-trabalho-no-rs.ghtml>
- Sul 21: <http://www.sul21.com.br/jornal/rs-teve-o-dobro-de-mortes-por-acidentes-de-trabalho-que-latrocinius-em-2016/>
- Rádio Gaúcha: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjGh8bsz9HTAhVDhpAKHX8lBdlQFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fgaucha.clicrbs.com.br%2Frs%2Fnoticia-aberta%2Fuma-pessoa-morre-a-cada-26-horas-no-rsvitima-de-acidente-de-trabalho-194090.html&usg=AFQjCNHvvhjCyoI-li1nOVsILdAurWrwg&sig2=SFVr6qFdng34Tnl4\\_vkgkQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjGh8bsz9HTAhVDhpAKHX8lBdlQFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fgaucha.clicrbs.com.br%2Frs%2Fnoticia-aberta%2Fuma-pessoa-morre-a-cada-26-horas-no-rsvitima-de-acidente-de-trabalho-194090.html&usg=AFQjCNHvvhjCyoI-li1nOVsILdAurWrwg&sig2=SFVr6qFdng34Tnl4_vkgkQ)
- Correio do Povo: <http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/04/616284/RS-registrou-331-mortes-no-trabalho-em-2016,-aponta-Justica-do-Trabalho>

- Rádio Guaíba: <http://www.radioguaiba.com.br/noticia/rs-registra-uma-morte-a-cada-26h-em-acidentes-de-trabalho/>
- Gazeta do Sul: [http://gaz.com.br/conteudos/geral/2017/04/27/93790-uma\\_pessoa\\_morre\\_a\\_cada\\_26\\_horas\\_vitima\\_de\\_acidente\\_de\\_trabalho.html.php](http://gaz.com.br/conteudos/geral/2017/04/27/93790-uma_pessoa_morre_a_cada_26_horas_vitima_de_acidente_de_trabalho.html.php)

#### **Rádios:**

- Rádio Gaúcha; Rádio Guaíba; Rádio Bandeirantes; Rádio Pampa; Rádio CBN

#### **TVs:**

- TV Bandeirantes (<https://www.facebook.com/BandRS/videos/1622323971126243/>); TVE; TV Record; SBT;

#### **Jornais:**

- Zero Hora; Correio do Povo; O Sul; Diário de Santa Maria.

### *27. Projeto Pescar*

Trata-se de convênio entre o TRT da 4ª Região, o Ministério Público do Trabalho – MPT, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul – OAB/RS e a Caixa de Assistência dos Advogados – CAA/RS com a Fundação Projeto Pescar. O objetivo do Projeto é oferecer formação socioprofissional gratuita a jovens em situação de vulnerabilidade social.

Em 2017, ocorreu a formação da primeira turma da Unidade Projeto Pescar – Comunidade Jurídico-Trabalhista, na qual onze jovens da turma completaram as cerca de 800 horas de curso e colaram grau na área de Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, com qualificação para manuseio das ferramentas digitais do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), usado pela Justiça do Trabalho, e encaminhados ao mercado de trabalho.

Durante o ano de 2017, foram tratadas iniciativas com os parceiros do Projeto para a formação da segunda turma, cujas atividades iniciarão em 2018.

O projeto Pescar é tratado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente e da Diretoria-Geral.

A AGE apoiou o trabalho desenvolvido secretariando as reuniões realizadas em 5 de setembro, 3 e 26 de outubro, 14 de novembro e 11 de dezembro.

### *28. Reuniões Institucionais*

A AGE é responsável por secretariar as reuniões institucionais designadas pela Presidência do Tribunal com os/as demais Desembargadores/as do TRT da 4ª Região. Em 2017, a AGE secretariou as reuniões ocorridas em 17 de março, 3 de julho e 2 de outubro.

### *29. Conselho da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região*

Atos normativos: Resolução Administrativa TRT4 nº 42/2015.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Conselho estão definidas no art. 3º da Resolução Administrativa TRT4 nº 42/2015.

Em 2017, a AGE prestou apoio ao Conselho secretariando as reuniões realizadas em 17 de agosto e 11 de outubro.

### *30. Grupo de Trabalho Cadastro Eletrônico de Peritos*

Atos normativos: Portaria nº 4.314/2016 e 5.357/2016.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de apresentar proposição relativa à implementação do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos e Científicos – CPTEC, no âmbito do TRT da 4ª Região. O trabalho está em desenvolvimento, aguardando a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações desenvolver a ferramenta.

Não houve realização de reuniões durante o ano de 2017.

### *31. Grupo de Trabalho – eSocial*

Atos normativos: Portaria nº 3.449/2017.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de apresentar proposição relativa à implementação e ao acompanhamento do Sistema eSocial no âmbito do TRT da 4ª Região. O trabalho encontra-se em desenvolvimento.

A AGE secretariou as reuniões do Grupo ocorridas em 9, 16, 23 e 30 de agosto, 6 de setembro, 11 e 31 de outubro, 21 de novembro e 13 de dezembro.

### *32. Grupo de Boas Práticas do Foro Trabalhista de Porto Alegre*

Atos normativos: Não há normatização, apenas um ajuste entre a Presidência, a Corregedoria Regional e a Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre para os encontros e eventuais desdobramentos das demandas do grupo.

O Grupo consiste na reunião da Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre e dos representantes dos Diretores de Secretaria, da OAB, da Agetra e da Satergs, com o intuito de debater e propor medidas que contribuam para a harmonia e eficácia dos atos entre advogados e o Foro Trabalhista de Porto Alegre. Na reunião ocorrida em 5 de abril, deliberou-se que, tendo em vista o baixo número de demandas encaminhadas ao Grupo, as próximas reuniões somente ocorreriam conforme a necessidade de deliberações. Não houve outra reunião em 2017.

A AGE secretariou a reunião do Grupo ocorridas em 5 de abril.

## **IV. DEMANDAS GERAIS**

### *1. Resolução CNJ nº 219/2015*

Em 2016, a Assessoria de Gestão Estratégica ficou responsável pelo estudo da Resolução CNJ nº 219/2016, e o resultado desse estudo foi apresentado em janeiro de 2017, acompanhado de plano de ação para viabilizar seu cumprimento. No plano de ação, algumas atividades estiveram sob a responsabilidade da AGE e foram executadas em 2017. Dentre elas destacam-se o estudo do organograma do TRT4, detalhado no item a seguir, e a elaboração e administração da



TLP – Tabela de Lotação de Pessoal – para publicação no *site* do TRT4, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas.

Ao longo de 2017, a AGE prestou informações a respeito da Resolução para o público interno, por meio de pareceres, e a publicação da TLP e os cálculos bianuais (janeiro e julho) permanecem como atividade permanente da Assessoria de Gestão Estratégica.

## *2. Estudo do organograma do TRT4*

O estudo do organograma do TRT4 teve início em 2016 e foi concluído em 2017. Tramitou no PA 5983-51.2017.5.04.000. O objetivo do estudo foi analisar o organograma do TRT4 quanto à sua adequação técnica, verificação da quantidade de unidades organizacionais, suas relações hierárquicas e a quantidade de servidores lotados em cada unidade. Com base nas análises, foram propostas diretrizes para que o organograma fosse adequado às boas práticas de gestão. O estudo apresentou três propostas de organograma, sendo uma mais conservadora, uma intermediária e outra com alterações mais profundas. A proposta foi encaminhada à Presidência para análise e devolvida à AGE, para ser retomada em momento oportuno.

## *3. Mapeamento de Atividades*

O mapeamento de atividades consiste no levantamento de informações de unidades do Tribunal, com o objetivo de analisar suas atribuições, fluxos e distribuição de trabalho, atividades e procedimentos. Em 2017, a AGE não foi demandada para desenvolvimento de atividades nessa atribuição.

## *4. Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas*

Trata-se de projeto iniciado pela Secretaria-Geral Judiciária em conjunto com demais gestores, com o objetivo de definir e implementar a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas no âmbito do TRT-RS.

Em 2017, foi publicado o Provimento nº 05/2017, que institui o sistema de Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Não houve reuniões do grupo que trata do assunto em 2017.

## *5. Novo site do TRT4*

A reformulação do *site* do TRT4 teve como objetivo a melhoria de seu funcionamento e conteúdo, atendendo também às exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), cuja aplicação no âmbito do Poder Judiciário foi regulada pela Resolução CNJ nº 215/2015. A AGE realizou estudo detalhando as informações que deveriam ser publicadas, sua periodicidade e setor responsável. Em conjunto com a Secom e a Setic, montou a estrutura da divisão do novo *site* que corresponde ao portal da transparência.

## *6. Aplicativo Laudelina*

A AGE indicou servidora para atuar como gestora do Termo de Cooperação firmado entre a ONG Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

O aplicativo, desenvolvido para smartphones, é voltado a trabalhadoras domésticas e divulga informações sobre os direitos da categoria. A atuação incluiu secretariar reuniões entre os signatários do Termo e a ONG, além da intermediação entre a ONG Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e as áreas do TRT4 envolvidas na assinatura do termo.

### *7. Caminhos da Justiça*

Em 2017, o TRT4 foi convidado a integrar ação conjunta do Judiciário gaúcho, promovida pelo Tribunal de Justiça, cujo objetivo é trazer o Judiciário para junto da sociedade e viabilizar a aproximação das Corregedorias dos Tribunais. O evento, denominado “Caminhos da Justiça”, ocorreu no dia 9 de novembro, com a participação do TRT4, TJ-RS, TRE-RS e TRF4. Esta edição teve como anfitrião o TJ-RS, que arcou com as despesas e a organização da infraestrutura, cabendo aos demais Tribunais providenciar ajustes internos que viabilizaram sua participação.

## **RELAÇÃO DOS GRUPOS INSTITUCIONAIS**

- COMITÊ DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL
- COMITÊ GESTOR DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE
- COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS
- COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
- COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
- COMITÊ REGIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (SIGEP)
- COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS
- COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO TRT DA 4ª REGIÃO
- COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA PJe–JT DO TRT DA 4ª REGIÃO
- COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
- COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E–GESTÃO
- COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO
- COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
- COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – SIGEO
- CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRT DA 4ª REGIÃO
- CONSELHO CONSULTIVO DO MEMORIAL
- COMISSÃO COORDENADORA DO MEMORIAL
- COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- COMISSÃO DE CULTURA
- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE
- COMISSÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
- COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL (COGESO)
- COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA
- COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DE GREVE
- COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO
- COMISSÃO DE VITALICIAMENTO
- COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
- COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (CPAD)
- COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA
- COMISSÃO GESTORA DO NUGEP
- COMISSÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO
- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL
- COMISSÃO DE DESFAZIMENTO DE BENS
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DO TRT DA 4ª REGIÃO
- COMISSÃO DE GESTÃO DO TELETRABALHO
- COMISSÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES
- COMISSÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE BENS TRANSFERIDOS PELO CNJ
- COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAR A VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO DE CANDIDATOS NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS DO TRT4
- COMISSÃO PARA PROCEDER À TOMADA DE CONTAS ANUAL DA ASSISTENTE-CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO
- COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS DE VALOR SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NO ART. 23 DA LEI Nº 8.666/1993
- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
- COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
- NÚCLEO DE APOIO À EXECUÇÃO (RA nº 24/2011)
- NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NO ÂMBITO DO TRT DA 4ª REGIÃO
- NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)
- NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DO TRT DA 4ª REGIÃO (NUPEMEC)

- FÓRUM DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
- GRUPO DE GOVERNANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ADOTADOS PELO TRT DA 4ª REGIÃO
- GRUPO DE MELHORIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DA SETIC, NO ÂMBITO DO TRT DA 4ª REGIÃO
- GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS QUE PROMOVA A FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ÁREA DE TIC
- GRUPO DE TRABALHO PARA APRESENTAR PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA e-SOCIAL NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
- GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DE RETENÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES FISCAIS (EFD-Reinf)
- GRUPO GESTOR REGIONAL DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

#### **GRUPOS DA ESCOLA JUDICIAL**

- CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA JUDICIAL
- COMISSÃO DA REVISTA E OUTRAS PUBLICAÇÕES
- COMISSÃO ORGANIZADORA DO CURSO DE MESTRADO PARA OS MAGISTRADOS DO TRT4
- GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO DO XIII ENCONTRO INSTITUCIONAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL
- CONCILIAÇÃO E AUDIÊNCIA TRABALHISTA (Grupo de Estudos)
- DIREITO MATERIAL (Grupo de Estudos)
- DIREITO PROCESSUAL (Grupo de Estudos)
- O PROCESSO DO TRABALHO E O NOVO DIREITO PROCESSUAL COMUM (Grupo de Estudos)
- OS EFEITOS DO NOVO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO (Grupo de Estudos)
- RESPONSABILIDADE CIVIL (Grupo de Estudos)

#### **RELATÓRIO DA COMISSÃO COORDENADORA DO MEMORIAL**

A Comissão Coordenadora do Memorial coordena as decisões do Memorial da Justiça do Trabalho no RS, faz interlocução interna e externamente e representa a entidade em diversos eventos institucionais.

A Comissão Coordenadora do Memorial tinha a seguinte composição até outubro de 2017:

Titulares: Desembargadora Aposentada Denise Maria de Barros, Desembargador João Paulo Lucena (presidente), Juíza Anita Job Lübbe.

Suplentes: Desembargadora Aposentada Maria Guilhermina Miranda; Juiz Manuel Cid Jardon; Juiz Artur Peixoto San Martin.

Após a eleição da nova Administração, em outubro de 2017, a Comissão Coordenadora do Memorial passou a ter a seguinte composição:

Titulares: Desa; Aposentada Belatrix Costa Prado; Desembargador João Paulo Lucena (presidente); Juíza Anita Job Lübbe.

Suplentes: Desembargadora Aposentada Maria Guilhermina Miranda; Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz; Juiz Arthur Peixoto San Martin.

Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas pela Comissão Coordenadora do Memorial em 2017 com uma breve descrição de cada uma.

## 1. Reunião do Conselho Consultivo do Memorial

Preservar e conservar, catalogar e divulgar são alguns dos objetivos que pautam a atuação do Memorial, principalmente para a elaboração e definição dos projetos e das ações que serão conduzidos pelo setor anualmente.

Para a confirmação e o andamento desses projetos, o Memorial conta com a participação e o aconselhamento do Conselho Consultivo, que tem por finalidade contribuir para o aprimoramento do Memorial, como espaço de preservação da memória da Justiça e do Direito do Trabalho e de construção de sua história. Formado por treze membros, entre professores universitários e profissionais vinculados às áreas do conhecimento relacionadas ao Acervo, representantes das instituições de ensino e pesquisa parceiras, da Administração do TRT4, de sua Escola Judicial e do Memorial, o Conselho se reúne a cada início de ano com o objetivo de tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo setor no ano anterior e ter ciência dos projetos e das ações que o Memorial pretende implementar no ano corrente.

A reunião de 2017 aconteceu no dia 20 de março (segunda-feira), no Salão Nobre da Presidência, e contou com a presença da Desembargadora Beatriz Renck, então Presidente do TRT4, do Desembargador Alexandre Correa da Cruz, então Diretor da Escola Judicial, da Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, e dos representantes de Universidades, Gizelle Zanotto, Clarice Gontarski Speranza e Micaele Scheer, além de servidores do Memorial.

Na reunião, conduzida pela Comissão Coordenadora do Memorial, foi apresentado ao Conselho e aos membros da Administração do Tribunal uma prestação de contas do que foi feito no ano de 2016 e o planejamento das ações para 2017. Os projetos e as ações, que têm o principal objetivo de continuar o intenso trabalho de divulgação das atividades desempenhadas pela unidade, além intensificar o fomento à pesquisa no seu Acervo, foram todos aprovados.

## 2. Reunião do Memojutra

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul esteve presente na reunião ordinária do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra e no Seminário Nacional de Arquivos para Justiça do Trabalho: Diretrizes para elaboração do planejamento na gestão de documentos e arranjo e descrição de acervo permanente, ocorridos nos dias 23 e 24 de março de 2017, no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – MA.

Na ocasião, a Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, e o servidor Mauricio Oliveira Agliardi participaram de discussões sobre, entre outros assuntos, elaboração de quadro de arranjos e sua aplicação para preservação do acervo permanente na Justiça do Trabalho, elaboração de Mapas Estratégicos, Gestão Documental e Memória e preservação no mundo do processo digital – PJe.

### 3. Continuidade da parceria com a Justiça Federal – Mostra Direitos Humanos

Em 31 de março de 2017, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, em parceria com o Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, inaugurou, no espaço expositivo do Memorial da Justiça Federal a mostra Direitos Humanos e Origem Nacional: identidades, migração e naturalização.

Na exposição, o Memorial do TRT4 apresentou um *teaser* da entrevista com o Senegalês Mor Ndiaye, em que foram abordadas algumas questões relativas ao trabalho dos imigrantes, além de uma instalação feita com partes de uma sentença trabalhista decodificada, apresentadas em um "varal" de folhas, com apenas algumas partes legíveis, outras não. Essa configuração buscou destacar trechos narrados em juízo versando sobre as dificuldades enfrentadas pelos haitianos no local de trabalho, em contraponto com os demais trechos, ilegíveis. A ideia de estranhamento na compreensão "literal" evoca vivenciar, de alguma forma, a dificuldade dos estrangeiros diante de uma língua estranha.

Na solenidade de abertura, o Memorial foi representado pelo Desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora e pelos servidores Kátia Teixeira Kneipp e Fernando Estanislau Bressani Allgayer.

### 4. Série Registros – Exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: origem e trajetória"

O Memorial da Justiça do Trabalho inaugurou em 24 de abril de 2017 a exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: origem e Trajetória", no saguão do prédio-sede do TRT-RS (Av. Praia de Belas, 1.100). A cerimônia contou com presença de magistrados, servidores, procuradores, advogados, Juízes classistas e auxiliares da Justiça e ficou aberta à visitação no local até o dia 26 de maio do mesmo ano.

Além da apresentação de documentos, fotos, objetos e painéis ilustrativos, foi veiculado *trailer* produzido pelo Memorial, composto por depoimentos de onze procuradores do Trabalho que atuaram no Rio Grande do Sul.

Fizeram uso da palavra o presidente da Comissão do Memorial, desembargador João Paulo Lucena, o vice-presidente do TRT-RS à época, desembargador João Pedro Silvestrin, o procurador-chefe do MPT-RS à época, Rogério Fleischmann e, representando o Procurador-Geral do MPT, Vera Regina Della Pozza Reis.

Também estiveram presentes no evento a desembargadora aposentada Maria Guilhermina Miranda e a Juíza Anita Job Lübbe.

## 5. Semana Nacional dos Museus – Sarau do Indizível

Em sarau emocionante, realizado em 18 de maio de 2017, o Memorial lembrou processo trabalhista de professora da UFRGS perseguida na Ditadura. Uma história de perseguição e sofrimento, que gerou um dos processos mais emblemáticos da Justiça Trabalhista gaúcha, contada por meio de música, poesia, teatro e com muita emoção. A atividade ocorreu na sede do Memorial, no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, e lotou o espaço da apresentação.

A apresentação teve a presença da reclamante homenageada Ignez Vieira de Castro, que hoje mora em Paris, mas estava em Porto Alegre na época do Sarau, do Desembargador José Felipe Ledur e do advogado Eduardo de Castro Campos, sobrinho de Ignez e assistente do procurador da reclamante à época, Antonio Pinheiro Machado Neto.

Representando a Comissão Coordenadora do Memorial, estiveram presentes no evento a desembargadora aposentada Maria Guilhermina Miranda e o desembargador João Paulo Lucena.

O sarau foi conduzido pelo ator, diretor e professor Jairo Klein, com performances e leituras de peças do processo trabalhista e de poemas de Fernando Pessoa, sob o embalo das músicas da cantora e violonista Daisy Folly. O público presente leu textos e poesias relacionados ao tema, assim como trechos do processo. No telão, vídeos com depoimentos de Ignez, do desembargador Ledur e do ex-prefeito Raul Pont (testemunha na ação trabalhista à época) também ajudaram a relembrar os fatos. Tudo “costurado” em uma sequência envolvente e emocionante.

Na entrevista gravada em vídeo, Ignez declarou satisfação em contar seu caso no evento do Memorial, para que situações como essa jamais se repitam em nossa história. O evento também foi prestigiado pela então presidente do TRT-RS, Desembargadora Beatriz Renck.

## 6. Memorial visita o acervo da Justiça do Trabalho na Universidade Federal de Pelotas

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, representado pelo desembargador João Paulo Lucena e pelos servidores Mauricio Oliveira Agliardi, Kátia Teixeira Kneipp e Diego Airoso da Motta, visitaram, na tarde do dia 24 de maio de 2017, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, onde estão armazenados aproximadamente 105 mil processos trabalhistas das décadas de 1930 a 1990. Os processos até 1962 já estão devidamente catalogados, higienizados e armazenados em caixas próprias. Os posteriores a 1963 ainda estão organizados em fardos e necessitam passar pelo processo de higienização.

Os representantes do Memorial foram recebidos pelas professoras Lorena Gill e Clarice Gontarski Speranza e pelo servidor Paulo Koeschier, do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – NDH.

A visita teve o intuito de verificar a situação dos processos trabalhistas que estão sob os cuidados da universidade e saber detalhes sobre o Banco de Dados para o Acervo da Justiça do Trabalho, desenvolvido pelo NDH, para a catalogação dos processos trabalhistas a seus cuidados. Na ocasião, também foram iniciadas as tratativas para a disponibilização do sistema para outras universidades conveniadas ao Memorial.

Além disso, tratou-se da remessa, para a Universidade, das fichas brancas e rosa e dos processos trabalhistas de Pelotas arquivados até o ano 2000, os quais constam do Acervo do Memorial.

Ficou acertado também que a UFPel enviará ao Memorial toda a produção textual feita com base nos processos lá armazenados, para que ela seja conhecida e amplamente divulgada, e, com isso, possa fomentar outras pesquisas. Ao final, aventou-se também a possibilidade da promoção de uma exposição específica para retratar e fazer conhecer a referida produção textual.

## 7. Entrevista Série Registros – Advogado Clóvis Gotuzzo Russomano

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul entrevistou, na manhã de 26 de maio de 2017, em Pelotas/RS, o advogado Clóvis Gotuzzo Russomano, tido como o profissional da advocacia há mais tempo em atividade no estado do Rio Grande do Sul.

A entrevista foi conduzida pelo desembargador João Paulo Lucena, presidente da Comissão Coordenadora do Memorial. Acompanharam a entrevista também os netos do advogado, Marcela Russomano e Álvaro Russomano, os quais advogam no escritório, juntamente ao avô, assim como sua mãe, Martha Russomano, filha de Clóvis.

O escritório Russomano Advocacia, tradicional na cidade de Pelotas e onde Clóvis atua, completou 100 anos em 17 de dezembro de 2017. Foi fundado por seu pai, Vicente Russomano, que estudou no Rio de Janeiro.

Na entrevista, Clóvis falou sobre a advocacia trabalhista nas primeiras décadas de existência da Justiça do Trabalho e sua viva e atuante trajetória jurídica, iniciada antes mesmo da fundação da instituição.

Sobre a atuação, nas décadas de 1940 e 1950, perante o Juiz Mozart Victor Russomano, seu primo, na Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, Clóvis mencionou que nunca foi levantada hipótese de qualquer tipo de suspeição, uma vez que os julgamentos proferidos por Mozart sempre teriam sido imparciais.

Clóvis é pai do Juiz do Trabalho Frederico Russomano, titular da 3ª Vara do Trabalho de Pelotas.

## 8. Itinerância da Série Registros e lançamento do Banco de Dados da UFPel para o Acervo da Justiça do Trabalho

Em 25 de maio de 2017, foi inaugurada a exposição “Advocacia e Magistratura Trabalhista Gaúchas: Origens e Trajetórias”, como parte do Projeto Itinerâncias, do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, o qual visa a permitir a circulação das exposições realizadas pelo Memorial em outros espaços, em especial nas instituições parceiras da Justiça do Trabalho e nas unidades judiciárias do interior do estado.

Estiveram presentes à solenidade o desembargador João Paulo Lucena, representando o TRT4, a Professora Noris Leal, representando o reitor da UFPel; Sebastião Peres, Vice-Diretor do ICH da UFPel; a professora Lorena Gill, Coordenadora do NDH – Núcleo de Documentação Histórica da UFPel; os advogados Samuel Chapper e Jaqueline Signorini, ambos representando a Agetra, e Paula Grill, presidente da OAB subseção Pelotas. Esteve presente também o ex-reitor da Universidade, Mauro Augusto Burkert Del Pino.



O evento, idealizado em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, ocorreu por ocasião do lançamento do Banco de Dados para o Acervo da Justiça do Trabalho, desenvolvido pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

O Banco de Dados já disponibiliza os dez primeiros anos da documentação trabalhista aos cuidados da UFPel. Seu acesso é irrestrito pelo endereço <http://bancodedadosndh.com.br/>. No Banco, constam várias informações como número do processo; data do início e do fim; nome do demandante; idade, profissão e estado civil do requerente; número da caixa em que está inserido; qual foi seu resultado final; um pequeno resumo da demanda; nome do advogado e do juiz; vara e o tipo de ação, se individual ou plúrima. Com essas informações, será possível realizar pesquisas ao serem cruzadas informações dentre os processos e também a partir de outras documentações.

As exposições Advocacia Trabalhista Gaúcha e Magistratura Trabalhista Gaúcha foram inauguradas pela primeira vez em 6 de abril de 2015 e 21 de novembro de 2016, respectivamente, no saguão do prédio-sede do TRT4, em Porto Alegre. Seu destaque são dois vídeos de aproximadamente 10 minutos cada – versões reduzidas de documentários produzidos pelo Memorial, que reuniram entrevistas com advogados e magistrados atuantes na Justiça Trabalhista gaúcha. Os documentários foram lançados em uma sessão de cinema no dia 2 de maio de 2016, como parte das comemorações aos 75 Anos da Justiça do Trabalho. As mostras integram a Série Registros, do Memorial, a qual está vinculada à conquista do selo “Memória do Mundo”, conferida pela Unesco, que atribuiu aos processos trabalhistas de 1935 a 2000 a condição de Patrimônio da Humanidade.

#### 9. Reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

Reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD define processos para compor Acervo Histórico.

Em 7 de julho de 2017, ocorreu a 62ª reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Na oportunidade, a Comissão acolheu os pareceres do Memorial em seis processos de eliminação de documentos e em dez processos de oposição do selo Acervo Histórico.

Além disso, foi definido o encaminhamento do infográfico sobre procedimentos decorrentes da oposição do selo.

A CPAD é coordenada pelo Vice-Corregedor.

O Memorial esteve representado pelo desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora do Memorial e pelo servidor Mauricio Oliveira Agliardi.

#### 10. Memorial inaugura exposição em Rio Grande – Série Registros – Itinerância

Foi inaugurada em 10 de julho de 2017, no Foro Trabalhista de Rio Grande, a exposição “Advocacia e Magistratura Trabalhista Gaúchas: Origens e Trajetórias”, dentro do Projeto Itinerâncias, do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, o qual visa a permitir a circulação das exposições realizadas pelo Memorial em outros espaços, em especial nas instituições parceiras da Justiça do Trabalho e nas unidades judiciárias do interior do estado.

Estiveram presentes à solenidade a desembargadora Maria Guilhermina Miranda, representando o TRT4, a Juíza do Trabalho Rachel de Souza Carneiro, representando o Foro Trabalhista de Rio Grande, o advogado Everton Mattos, Presidente da OAB, subseção Rio

Grande, as advogadas Luciana Dombkowitz e Ivone Velasque, representando a Agetra, e os Professores Carmem Schiavon e Daniel Prado, representando a FRG.

As exposições “Advocacia Trabalhista Gaúcha e Magistratura Trabalhista Gaúcha” foram inauguradas pela primeira vez em 6 de abril de 2015 e 21 de novembro de 2016, respectivamente, no saguão do prédio-sede do TRT4, em Porto Alegre. Seu destaque são dois vídeos de aproximadamente 10 minutos cada – versões reduzidas de documentários produzidos pelo Memorial, que reuniram entrevistas com advogados e magistrados atuantes na Justiça Trabalhista. Os documentários foram lançados em uma sessão de cinema no dia 2 de maio de 2016, como parte das comemorações aos 75 Anos da Justiça do Trabalho. As mostras integram a Série Registros, do Memorial, a qual está vinculada à conquista do selo “Memória do Mundo”, conferida pela Unesco, que atribuiu aos processos trabalhistas de 1935 a 2000 a condição de Patrimônio da Humanidade.

#### 11. Memorial visita acervo de processos trabalhistas na Universidade Federal de Rio Grande – FURG

O Memorial da Justiça do Trabalho visitou, em 10 de julho de 2017, a Reitoria e o Centro de Documentação Histórica (CDH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A desembargadora Maria Guilhermina Miranda, representando a Comissão Coordenadora do Memorial, e servidores do Memorial foram recebidos pela chefe de gabinete da Reitora, Denise Varella Martinez; os pró-reitores de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, respectivamente Renato Duro Dias e Eduardo Secchi e a professora Carmem Schiavon, coordenadora do CDH.

O TRT4 mantém termo de cooperação técnica com a Universidade, que, em 2012, resultou no encaminhamento de 10.967 processos trabalhistas da comarca de Rio Grande para o CDH, com o objetivo de preservação e fomento à pesquisa e ao ensino.

Foram tratados temas como a renovação do termo e sua ampliação, além da possibilidade de projetos conjuntos para efetivar o objeto da parceria. O Memorial sugeriu a ampliação do corte temporal dos processos sob custódia da Universidade para coincidir com a nomeação Memória do Mundo conferida pela Unesco aos processos trabalhistas da 4ª Região compreendidos entre 1935 e 2000. Além disso, sugeriu a criação de um banco de dados, que facilita e potencializa o número de pesquisas com base no conjunto documental.

A visita estreitou os laços entre as instituições e propiciará novas iniciativas

#### 12. Retomadas as entrevistas para a Série Registros

Iniciada em 2014, a Série Registros visa a resgatar o aspecto humano das classes profissionais que atuaram nos processos trabalhistas ajuizados entre 1935 e 2000, que foram nominados como Memória do Mundo pela Unesco.

Na sua quinta etapa, a Série Registros abordou a origem e a trajetória dos Servidores da Justiça do Trabalho gaúcha. As entrevistas iniciaram pelas servidoras Wilma Maria Werlang Guardiola e Aura Martinez Cardoni (foto), oportunidade em que a desembargadora aposentada Maria Guilhermina Miranda esteve representando a Comissão Coordenadora do Memorial.

#### 13. TRT da 4ª Região sediou Encontro Nacional dos Memoriais da Justiça do Trabalho

O Seminário Processo Judicial eletrônico e Gestão Documental, organizado pelo Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e realizado nos dias 26 e 27 de outubro de 2017, em Porto Alegre, reuniu representantes dos Centros de Memória e Gestão Documental dos TRTs brasileiros. A abertura do evento foi realizada pela Desembargadora Vania Cunha Mattos, Presidente eleita do TRT da 4ª Região, pela Juíza Denise Mársico, Presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), e pela Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial.

No evento foram apresentadas propostas sobre a preservação dos processos judiciais eletrônicos arquivados. A Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT4, Natacha Moraes de Oliveira, e o Professor Dr. Daniel Flores, da Universidade Federal de Santa Maria, apresentaram alternativas viáveis para o armazenamento dos processos eletrônicos em repositório confiável.

O desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, e o Servidor Mauricio Oliveira Agliardi, Coordenador do Memorial, apresentaram aos participantes o processo de elaboração do Planejamento Estratégico do Memorial da Justiça do Trabalho no RS.

Os palestrantes Francisco Rocha Amorim e Patrícia Bosenbecker abordaram o tema do acesso à informação e da importância da preservação da totalidade dos acervos judiciais como fonte de pesquisas.

A manhã do dia 27 de outubro foi reservada à reunião do Memojutra.

A palestra de encerramento foi realizada pelo Coordenador de Comunicação e Informação da Unesco Brasil, Sr. Adauto Cândido Soares.

A então Presidente do TRT4, Desembargadora Beatriz Renck, e a Presidente do Memojutra, Juíza Denise Mársico, fizeram o encerramento do evento, que contou ainda com as seguintes atrações culturais: Apresentação da Oficina de Improvisação Teatral, Duo Petit Poà e Fábrica de Gaiteiros.

Também esteve presente no evento, pela Comissão Coordenadora do Memorial, a desembargadora aposentada Denise Maria de Barros.

#### 14. Série Registros – Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha: Origem e Trajetória

No dia 27 de novembro de 2017, no saguão do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ocorreu a abertura da exposição Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha: origem e trajetória.

A exposição integra a Série Registros, do Memorial da Justiça do Trabalho, que visa a resgatar a história das importantes classes profissionais que desempenham suas atividades na Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Na oportunidade, foi apresentada a performance *Embotamento, cena que falou por meio de trabalho, processos, relações de poder, sonhos... vários aspectos do cotidiano histórico dos servidores da Justiça Laboral do RS*, deixando, ao término, o desenho dos corpos que performatizaram, em marcas semiapagadas, tanto quanto ocorre com os registros dos servidores que ingressam e saem da Instituição.

O desembargador João Paulo Lucena (presidente da Comissão Coordenadora do Memorial), fez uso da palavra. Também estavam presentes as desembargadoras aposentadas

Maria Guilhermina Miranda e Denise Maria de Barros e a Juíza Anita Job Lübbe, pela Coordenação do Memorial.

## **CERIMONIAL**

O Cerimonial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul foi criado em 12 de setembro de 2011 pela Portaria nº 4.388/2011, vinculado à Secretaria-Geral da Presidência. Suas atribuições são planejar, organizar, operacionalizar e supervisionar as solenidades no TRT4 nos eventos que contam com a participação da Presidente e/ou Desembargadores que compõem a Administração.

O Cerimonial aplica as normas de precedência, como a observância de lugares de honra e os procedimentos necessários para a execução de hinos, fixação de bandeiras, filas de cumprimentos, condecorações e homenagens. Além disso, o Cerimonial fornece subsídios ao Presidente do Tribunal relacionados às solenidades em que se faz presente, assim como recepciona e acompanha as autoridades em visitas institucionais.

Ademais, o Cerimonial gerencia as correspondências relativas a eventos e elabora e encaminha a expedição de convites para solenidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Também planeja e organiza as visitas de acadêmicos e de outros segmentos da comunidade ao Tribunal.

Compete ainda ao Cerimonial planejar e coordenar eventos institucionais com a participação da Presidente ou Desembargadores, bem como auxiliar nas inaugurações de novas unidades judiciárias, na posse de magistrados, na aposição de retratos (de Presidentes e Corregedores), no lançamento de pedras fundamentais, entre outros.

Em 2017, o Cerimonial desempenhou suas tarefas em 178 atividades, destacando-se o Lançamento Oficial da Frente em Defesa da Dignidade do Trabalho e Assinatura do Convênio de Cooperação para Implementação e Execução do Projeto de Pesquisa “Percepção sobre violência de gênero” – TRT4/UFRGS e TRT4/PUC-RS, a Inauguração da Sala de Audiências Compartilhada no Foro Trabalhista de Porto Alegre, o lançamento oficial da Frente em Defesa da Dignidade do Trabalho, no Auditório Ruy Cirne Lima, Ato público em defesa da Justiça do Trabalho e da Legislação Trabalhista, no Foro Trabalhista de Porto Alegre, Inauguração e início da exposição “Orgulho Negro: Processos do TRT4 e da Justiça Federal do RS”, uma parceria entre o Memorial e a Justiça Federal, e Ação de Natal para os terceirizados. Dignas de menção, ainda, como eventos de substancial importância, a solenidade de inauguração das Novas Instalações da Vara do Trabalho de Viamão, bem como o Descerramento da placa que atribui o nome do Desembargador Milton Varela Dutra ao Plenário do TRT4.

Em 2017, ainda, o Cerimonial realizou as Cerimônias de Posse da Direção do Foro – Biênio 2017/2019 e, também, as Cerimônias de posse em gabinete dos Desembargadores Janney Camargo Bina e Marcos Fagundes Salomão e a de Ratificação de Posse da Desembargadora Angela Rosi Almeida Chapper, além da Solenidade de Posse de Juizes do Trabalho Substitutos no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho e também a solenidade de posse de cinco Juizes Substitutos do TRT4, classificados no Concurso para Juiz Substituto do TRT da 4ª Região, realizado no decorrer do ano de 2017.

Segue, abaixo, lista de atividades realizadas pelo Cerimonial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2017.

### **Aberturas e/ou Encerramentos – Eventos Diversos**

15.03.2017 – Lançamento oficial da Frente em Defesa da Dignidade do Trabalho – Auditório Ruy Cirne Lima

20.03.2017 – Solenidade de Abertura da Exposição de fotografias “Amores Perfeitos”, da servidora Maria Clara Lucena Adams e René Cabrales, marcando o lançamento do Ano da Diversidade do TRT4

24.03.2017 – Aula Inaugural da Escola Judicial – Auditório Ruy Cirne Lima

31.03.2017 – Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho e da Legislação Trabalhista – Foro Trabalhista de POA

24.04.2017 – Inauguração da exposição do Memorial, “Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul – Origem e Trajetória”

28.04.2017 – Ato Contra o Desmonte da Previdência e dos Direitos Trabalhistas – Foro Trabalhista de Porto Alegre

24.07.2017 – Lançamento da Exposição Tampart, do artista Ubiratan Fernandes

27.07.2017 – Aposição do retrato da Ministra Maria Helena Mallmann na Galeria de Presidentes do TRT4

03.08.2017 – Audiência Coletiva sobre Aprendizagem, priorizando o Jovem em Vulnerabilidade Social

04.08.2017 – I Seminário da Agetra. Lei nº 13.467/2017 – Reforma Trabalhista e seus efeitos no Direito e Processo do Trabalho, na Advocacia e no Mundo Sindical

15.08.2017 – Encerramento da exposição “Amores Perfeitos”, em Taquara/RS

16.08.2017 – Abertura do XVI Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho

21.09.2017 – Presidente recebe os servidores que participarão da XVI Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, em Vitória/ES.

04.10.2017 – Presidente recebe os servidores que participaram da XVI Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, em Vitória.ES, para parabenizar pelas medalhas e pelo 1º lugar geral 1

23.10.2017 – Descerramento da Placa que atribui o nome do Desembargador Milton Varela Dutra ao Plenário do TRT4

27.10.2017 – Encerramento do Encontro do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), no auditório Ruy Cirne Lima – Escola Judicial

06.11.2017 – Inauguração da exposição fotográfica "Orgulho Negro"

17.11.2017 – 2ª Outorga da Comenda do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 4ª Região

20.11.2017 – Início da exposição “Orgulho Negro: Processos do TRT4 e da Justiça Federal do RGS” (parceria entre o Memorial e a Justiça Federal)

23.11.2017 – Conematra e coquetel alusivo aos 25 anos da Femargs

24.11.2017 – Homenagem por Tempo de Serviço aos Servidores do TRT4

24.11.2017 – Palco em Pauta, na AABB

27.11.2017 – Abertura da Exposição “Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha: Origem e Trajetória”

28.11.2017 – Abertura do 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho

28.11.2017 – Abertura do Fim de Tarde “Assédio Moral”, na Escola Judicial

### **Apoio do Cerimonial – Acompanhamento Presidência – Eventos Diversos**

18.01.2017 – Reunião entre o TRT4, PRF4, PRU4 e PRFN4 – Unificação de cadastro de pessoas jurídicas de direito público no PJe

31.01.2017 – Reunião no Projeto Pescar – preparação para a Aula Inaugural

31.01.2017 – Reunião na Biblioteca, para tratar da inauguração da Sala Antiqua

07.02.2017 – Reunião no Projeto Pescar – preparação para a Aula Inaugural

08.02.2017 – Reunião na Escola Judicial para tratar da Ata de Preços referente à licitação da nova Empresa de Eventos, contratação 2017

08.02.2017 – Reunião no Projeto Pescar – preparação para a Aula Inaugural

09.02.2017 – Reunião com a Comissão de Cultura e Secom, para tratar do calendário cultural para 2017

14.02.2017 – Reunião com a Escola Judicial para tratar da Ata de Preços referente à licitação da nova Empresa de Eventos – Contratação 2017

02 e 03.03.2017 – Visita do Juiz Auxiliar da Presidência do TST, Maximiliano Pereira de Carvalho, com o intuito de aproximar a coordenação nacional do PJe-JT com o usuário final do sistema

03.03.2017 – Reunião com representantes da Agetra, OAB, Abrat e Satergs

06.03.2017 – Reunião com a Diretoria-Geral – utilização do patrocínio oferecido pela SICOOB

08.03.2017 – Seminário "O impacto da Reforma da Previdência na vida das mulheres trabalhadoras" – Assembleia Legislativa

09.03.2017 – Solenidade de adesão do CREF/2ª Região ao Protocolo de Cooperação Técnica nº 28/2012 (Trabalho Seguro)

10.03.2017 – Lançamento da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e do Calendário Institucional – Foro Trabalhista de Porto Alegre

16.03.2017 – Inauguração da Unidade Projeto Pescar, Comunidade Jurídico-Trabalhista

17.03.2017 – Reunião Institucional com os Desembargadores – Sala 506-A

17.03.2017 – Confraternização de despedida do Desembargador José Felipe Ledur

22.03.2017 – Solenidade em Comemoração aos Aniversários de 50 Anos das 8ª, 9ª e 10ª Varas do Trabalho de Porto Alegre

24.03.2017 – Seminário Reforma Trabalhista e seus Impactos para os Trabalhadores e o Mercado de Trabalho – Assembleia Legislativa

24.03.2017 – Inauguração da sala da Coleção Antiqua, da Coordenadoria de Documentação e Pesquisa – Biblioteca

28.03.2017 – Reunião com Secom, Sempro e Segurança, para tratar assuntos relativos ao Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho (31.03.2017)

29.03.2017 – Reunião com os colegas do Gabinete Desembargadora Angela Rosi Almeida Chapper, para tratar assuntos da posse do dia 31.03.2017

29.03.2017 – Audiência Pública para debater a Reforma Trabalhista – OAB/RS

03.04.2017 – Reunião da 1ª SDI – Salão Nobre

06.04.2017 – Lançamento do Comitê Gaúcho Impulsor do Movimento ElesporElas (HeForShe) da ONU Mulheres e assinatura do Termo de Adesão do TRT4 – Assembleia Legislativa

17.04.2017 – 1º Forum Sul-Brasileiro de Relações do Trabalho, Painel “As Relações de Trabalho e os Caminhos Rumo à Empregabilidade – Fiergs”

24.04.2017 – Reunião com a Segesp para tratar do evento sobre PcD – Pessoas com Deficiência

27.04.2017 – Reunião com a Comissão de Cultura

05.05.2017 – Reunião do Cerimonial, Escola Judicial e Segesp com a nova empresa de eventos – Barcelô Eventos Ltda. ME

08.05.2017 – Entrega à Setic do Certificado de Agradecimento do CSJT e do Comitê Gestor Nacional do Sistema Processo Judicial Eletrônico

11.05.2017 – Desembargadora Beatriz Renck – Palestra no IARGS. Tema: "A valorização da Justiça do Trabalho"

15.05.2017 – Evento Mulheres no Poder, para participar do painel com o tema: MULHERES NAS INSTITUIÇÕES

16.05.2017 – Sarau do Indizível – Memorial

18.05.2017 – III Congresso de Advogados Trabalhistas de Empresas do Estado do Rio Grande do Sul – SATERGS

06.06.2017 – Reunião da Comissão de Direitos Humanos – tratativas para a ação conjunta do dia 11 de junho, na Redenção

11.06.2017 – Ação conjunta organizada pelo TRT 4, MPT e DRT de Combate ao Trabalho Infantil, no Parque da Redenção

12.06.2017 – Palestra na Semana Jurídica 2017 da Universidade da Região da Campanha – Urcamp – Bagé

14.06.2017 – Entrega de carros doados pelo TRT4 a sete entidades

19.06.2017 – Reunião com a Comissão de Direitos Humanos – tratativas para a Audiência Coletiva do dia 3 de agosto

26.06.2017 – Reunião com a Segesp – tratativas para o Encontro de Servidores: Pessoas com Deficiência (PCD)

29.06.2017 – Reunião com a Comissão de Direitos Humanos – tratativas para a Audiência Coletiva do dia 3 de agosto

03.07.2017 – Reunião Institucional com os Desembargadores – Salão Nobre da Presidência

06.07.2017 – Reunião com a Comissão de Cultura

07.07.2017 – Distribuição da Campanha do Agasalho – Terceirizados

17.07.2017 – Reunião com a Comissão de Direitos Humanos – tratativas para a Audiência Coletiva do dia 3 de agosto

19.07.2017 – Reunião com a Diretoria-Geral e a Secom para tratar sobre o evento “Palco em Pauta”

20.07.2017 – Gravação do Programa “Democracia”, da TV Assembleia

20.07.2017 – Festa Julina do Projeto Pescar – Foro Trabalhista

20.07.2017 – Lançamento do livro “Perícias Judiciais Trabalhistas”, da Apejust – Livrarias Cameron do Bourbon Shopping Wallig

21.07.2017 – Reunião preparatória para o XII Encontro Institucional da Magistratura, com a Escola Judicial – Local: Escola Judicial

31.07.2017 – Reunião com João Luiz Peixoto e Fabiana Perdomo – Preparação para os eventos: Audiência Coletiva do dia 3 de agosto, Encontro dos Servidores com Deficiência do TRT4 e E-Social

01.08.2017 – Reunião com a Segesp – tratativas para o Encontro dos Servidores com Deficiência do TRT4

07.08.2017 – Reunião com a Direção-Geral e a Secom para tratar sobre o evento “Palco em Pauta”

08.08.2017 – Reunião preparatória para o XII Encontro Institucional da Magistratura, com a Escola Judicial – Local: Cerimonial

11.08.2017 – Comenda da Ordem do Mérito Judicial do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho – Brasília/DF

14.08.2017 – Reunião institucional com os Desembargadores – Salão Nobre

16.08.2017 – Gravação do Programa “Democracia”, da TV Assembleia

21 e 22.08.2017 – Encontro dos Servidores com Deficiência do TRT4

22.08.2017 – Reunião preparatória para o XII Encontro Institucional da Magistratura, com a Escola Judicial – Local: Cerimonial

24.08.2017 – Seminário e-Social para Órgãos Públicos

24.08.2017 – Reunião com a Comissão de Direitos Humanos – avaliação da Audiência Coletiva sobre Aprendizagem

01.09.2017 – Debate com os candidatos à Administração do TRT4 nas Eleições de 2017, organizado pela Amatra IV – Salão Nobre da Presidência

11.09.2017 – Reunião Institucional com os Desembargadores – Salão Nobre

11.09.2017 – Seminário Sobre a Reforma Trabalhista – Plenário TRT



19.09.2017 – Reunião preparatória para o Conematra

22.09.2017 – Reunião com a Direção-Geral e a Secom para tratar sobre o evento “Palco em Pauta”, com os patrocinadores do evento

26.09.2017 – Reunião da Comissão de Consulta para apuração dos votos da Consulta Prévia 2017

28.09.2017 – Reunião com Secom, Escola Judicial, Comissão de Cultura e Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade

02.10.2017 – Reunião Institucional com os Desembargadores – Salão Nobre

03.10.2017 – Visita dos alunos da Escola Leopolda Barnewitz à Desembargadora Presidente, acompanhados da Juíza Aline Veiga Borges – Salão Nobre

04.10.2017 – Reunião com a Diretoria-Gera, Secom e Seapa para tratar da Ação de Natal do TRT4

12.10.2017 – Ação institucional conjunta organizada pelo TRT4, MPT e DRT de Combate ao Trabalho Infantil, no Dia das Crianças – Parque da Redenção.

16.10.2017 – "Encontro Estadual sobre a Reforma Trabalhista e suas Consequências – Uma leitura atualizada da nova realidade trabalhista" – Federação dos Trabalhadores em Saúde do RS – FEESSERS

17.10.2017 – Seminário Reforma Trabalhista – Aspectos Constitucionais: “Nova Legislação Trabalhista, o Judiciário e o Princípio Protetivo do Direito do Trabalho”, na Escola Judicial

25.10.2017 – Reunião com Secom e Coletivo de Servidores Negros da JT do RS, para ajustar a exposição “Orgulho Negro”, relativa ao Mês da Consciência Negra

10.11.2017 – Reunião com Secom e Coletivo de Servidores Negros da JT do RS, para ajustar as atividades dos dias 20 e 21 de novembro, relativas ao Mês da Consciência Negra

13.11.2017 – Reunião com Diretoria-Geral e Segesp, para ajustar o Evento Socioambiental, nos dias 28 e 29 de novembro

22.11.2017 – Reunião com o coordenador do Projeto Pescar, para ajustar a formatura dos alunos da Unidade Projeto Pescar, Comunidade Jurídico-Trabalhista

27.11.2017 – Reunião com Direção-Geral e Segesp, para ajustar o Evento Socioambiental, nos dias 28 e 29 de novembro

30.11.2017 – Formatura dos alunos da Unidade Projeto Pescar, Comunidade Jurídico-Trabalhista

05.12.2017 – Aposição do retrato do Juiz Cláudio Roberto Ost na Galeria de Juízes Titulares do Foro Trabalhista de Santa Rosa

05.12.2017 – Lançamento da Pedra Fundamental das novas instalações do Foro Trabalhista de Santa Rosa

06.12.2017 – Ação de Natal para os Terceirizados

11.12.2017 – Implantação da Versão 2.0 do PJe-JT

14.12.2017 – Solenidade de Entrega dos certificados de conclusão do curso de Mediação e Conciliação da Justiça do Trabalho, na Escola Judicial.

### **Assinatura de Convênios, Protocolos, Acordos de Cooperação Técnica**

01.06.2017 – Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre TRT4 e Assembleia Legislativa do RS

11.07.2017 – Assinatura do Convênio de Cooperação para Implementação e Execução do Projeto de Pesquisa "Percepção sobre violência de Gênero" – TRT4 e UFRGS; e TRT4 e PUC-RS

10.10.2017 – Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Escola Judicial do TRT4 e a Escola Judiciária Eleitoral do RS – EJERS

10.10.2017 – Assinatura Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT4 e diversas entidades: Aplicativo Laudelina para Trabalhadoras Domésticas

18.10.2017 – Assinatura Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre a Escola Judicial do TRT4 e a Escola Superior de Advocacia – ESA – OAB/RS

18.10.2017 – Assinatura Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre a Escola Judicial do TRT4 e a Escola Regional da AGU – ERAGU/RS

### **Correição Ordinária no TRT4 – 24 a 28.07.2017**

### **XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho – 13 a 15.09.2017**

### **Inauguração de Novas Instalações**

26.05.2017 – Inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Primeiro Grau – Cejusc-JT 1º Grau, na Galeria do Prédio I do Foro Trabalhista de POA

24.10.2017 – Inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Segundo Grau – Cejusc-JT 2º Grau, na Sala 308 do prédio-sede TRT

28.11.2017 – Inauguração da Sala de Audiências Compartilhada, no Foro Trabalhista de Porto Alegre

13.12.2017 – Inauguração das novas instalações do Foro de Viamão

### **Ratificação de Posse de Desembargadores – Sessão Solene**

31.03.2017 – Angela Rosi Almeida Chapper

01.12.2017 – Marcos Fagundes Salomão

### **Posse de Desembargadores em Gabinete**

12.07.2017 – Janney Camargo Bina

1º.12.2017 – Marcos Fagundes Salomão

### **Posse de Juízes Substitutos**

28.04.2017 – Tiago dos Santos Pinto da Motta e Camila Tesser Wilhelms – em Gabinete

03.07.2017 – Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling

14.07.2017 – Gilmara Pavão Segala

05.10.2017 – João Batista de Oliveira Junior, Paulo Roberto Dornelles Junior, Paulo Pereira Müzell Junior e Vicky Vivian Hackbarth Kemmelmeier

07.12.2017 – Rodrigo de Mello

### **Posse de Juízes Titulares**

07.04.2017 – Lenara Aita Bozzetto

23.06.2017 – Mariana Roehe Flores Arancibia

28.0.2017 – Eduardo Vianna Xavier

29.09.2017 – José Frederico Sanches Schulte

### **Posse da Administração do TRT4 – Gestão 2017/2019, em 15.12.2017**

**Posse da Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre – Gestão 2017.2019, em 18.12.2017**

### **Recepção, Visita de Autoridades, Visitas Institucionais**

30.03.2017 – Governador José Ivo Sartori e Procurador-Geral do Estado, Dr. Euzébio Ruschel

### **Representações Oficiais – Com ou Sem Acompanhamento (C.A / S.A)**

31.01.2017 – Sessão Solene de Eleição e Posse dos Membros da Mesa Diretora para o período 2017/2018, da Assembleia Legislativa do Estado do RS – Desembargador João Pedro Silvestrin

23.03.2017 – Seminário "Escola de Desprincesamento – Formando Educadores, Educadoras e Estudantes para uma Educação sem Machismo" – Assembleia Legislativa – Juíza Andrea Nocchi (S.A)

23.03.2017 – Abertura da 2ª Edição do Congresso Estadual de Relações Sindicais e do Trabalho – Fecomércio/RS – Torres – Desembargador João Pedro Silvestrin (S.A)

25.03.2017 – Formatura militar comemorativa aos 105 anos de criação do Colégio Militar de Porto Alegre – Juiz Cloceimar Lemes Silva (S.A)

30.03.2017 – Reunião da COETRAE – Juíza Luciana Böhm Stahnke (S.A)

25.04.2017 – Encontro Nacional de Dirigentes Pescar (Projeto Pescar) – Juíza Andréa Nocchi (S.A)

27.04.2017 – "Reflexos do Projeto de Reforma Trabalhista no Direito Sindical", promovido pela OAB/RS – Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa (S.A)

19.05.2017 – III Congresso de Advogados Trabalhistas de Empresas do Estado do Rio Grande do Sul – Satergs – Desembargador João Pedro Silvestrin (C.A)

09.06.2017 – Jantar de posse da nova Diretoria da Agetra, eleita para o biênio 2017/2019 – Desembargador João Pedro Silvestrin (C.A)

22.06.2017 – III Colégio de Presidentes de Subseções da OAB/RS, Gestão 2016.2018 – Gramado – Desembargador João Pedro Silvestrin (S.A)

23.06.2017 – Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do TRF da 4ª Região, biênio 2017/2019 – Desembargador João Pedro Silvestrin (C.A)

29.06.2017 – Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Federais João Batista Pinto Silveira e Rômulo Pizzolatti, no TRE-RS – Desembargador João Pedro Silvestrin (C.A)

10.07.2017 – Audiência Pública que debaterá a Emenda Constitucional nº 94/2016 (Precatórios) – Juiz Auxiliar Luis Henrique Bisso Tatsch (S.A)

18.07.2017 – Solenidade de Posse da Fiergs e do Ciergs, Gestão 2017/2020: Gilberto Porcello Petry – Desembargador João Pedro Silvestrin (C.A)

10.08.2017 – Sessão Magna Comemorativa do Dia do Advogado, da OAB/RS – Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo (S.A)

11.08.2017 – Comenda da Ordem do Mérito Judicial do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho – Brasília – Desembargador João Pedro Silvestrin (S.A)

24.08.2017 – Debate Nacional da Reforma Trabalhista, organizado pela Amatra IV, na Assembleia Legislativa – Desembargador João Pedro Silvestrin, no exercício da Presidência (C.A)

15.09.2017 – Jantar comemorativo dos 114 anos do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense – Desembargador João Pedro Silvestrin (S.A)

09.12.2017 – Posse do Desembargador Breno Medeiros no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – Desembargador João Pedro Silvestrin (S.A)

01.12.2017 – Posse Nova Administração do TRT 9ª Região – Gestão 2017/2019 – Desembargadora Laís Helena Nicotti (S.A)

07.12.2017 – Posse da nova Administração do TRT 23ª Região – Gestão 2018/2020 – Desa Iris Lima de Moraes (S.A)

### **Visitas de Acadêmicos**

06.04.2017 – Centro Universitário Metodista – IPA Porto Alegre

20.04.2017 – UCS – Universidade de Caxias do Sul, Campus Universitário Vale do Caí

04.05.2017 – Univates – Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior Lajeado

18.05.2017 – Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul e Faculdades Integradas São Judas Tadeu

01.06.2017 – Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

22.06.2017 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil, Campus Universitário de Gravataí

31.08.2017 – Cesuca – Faculdade Inedi, Cachoeirinha

27.09.2017 – Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo UPF, Campus Casca

28.09.2017 – Centro Universitário Metodista IPA, Porto Alegre

05.10.2017 – Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior de Lajeado – Univates

19.10.2017 – Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul

09.11.2017 – UCS – Universidade de Caxias do Sul, Campus Universitário da Região das Hortênsias

### **Visita Institucional**

21.09.2017 – Visita ao Presidente do TRF4, Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

## **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECONTI**

A Secretaria de Controle Interno – Secont, órgão auxiliar da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região na supervisão da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia, durante o exercício de 2017, desenvolveu suas atividades em consonância com o Plano de Auditoria de Longo Prazo (Quadriênio 2014-2017 – PA 0008716-29.2013.5.04.0000) e Plano Anual de Auditoria (Exercício 2017 – PA 0007816-41.2016.5.04.0000).

A Secont é composta por três seções: Seção de Auditoria de Orçamentos e Metas; Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas; e Seção de Auditoria de Obras, Tecnologia da Informação e Comunicação, Bens e Serviços.

Na execução de suas atribuições, a Secretaria zelou pela qualidade e pela independência dos trabalhos de auditoria, observando as normas constitucionais, legais e técnicas, evitando a cogestão em suas atividades, em atendimento à Resolução do CNJ nº 86/2009, bem como às recomendações do Tribunal de Contas da União contidas no Acórdão nº 1.074/2009 – Plenário.

Ao longo do exercício, foram realizadas oito novas auditorias e concluída uma do exercício anterior. O processo de auditoria compreende as atividades de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramentos dos trabalhos, conforme disposto no art. 20 da Resolução CNJ nº 171/2013 e da Portaria TRT4 nº 7.666/2014.

### **1. Atividades de Auditorias realizadas e/ou concluídas em 2017**

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
1.1 – Auditoria de Governança e Gestão das Aquisições (Relatório de Auditoria nº 04/2017)	0007757-19.2017.5.04.0000
1.2 – Auditoria de Obras (Relatório de Auditoria nº 05/2017) (Em fase de elaboração do Relatório Final de Auditoria)	0006331-69.2017.5.04.0000
1.3 – Auditoria de TIC – Resolução CNJ nº 211/2015 (Relatório de Auditoria nº 01/2017)	0002305-28.2017.5.04.0000
1.4 – Auditoria em Atividades de Teletrabalho (Relatório de Auditoria – nº 02/2017)	0003932-67.2017.5.04.0000
1.5 – Auditoria em Concessão e Pagamento de Diárias a Magistrados e Servidores Ativos (Relatório de Auditoria nº 03/2017)	0007151-88.2017.5.04.0000
1.6 – Auditoria da Gestão (Tomada de Contas Anual)	0008004-34.2016.5.04.0000

## 1. Atividades de Auditorias realizadas e/ou concluídas em 2017

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
1.7 – Auditoria de Avaliação de Controle Interno em nível de Entidade	Em fase de execução
1.8 – Auditoria Contábil nos Débitos de Ex-Servidores com o Erário (em fase de elaboração do Relatório Preliminar de Auditoria)	0006648-67.2017.5.04.0000
Auditoria na obra do Foro Trabalhista de Viamão (orçamento) (Relatório de Auditoria nº 04/2016)	0004205-80.2016.5.04.0000

No tocante às atividades de acompanhamento, destacam-se os seguintes trabalhos executados no exercício de 2017:

## 2. Atividades de Acompanhamento

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
2.1 – Acompanhamento das licitações de obras aprovadas pelo CSJT (acompanhamento realizado por meio de planilhas elaboradas pela unidade de controle interno)	
2.1.1 – Solicitação de Esclarecimento nº 01/2017 – Medições Obra de Uruguaiana	0001417-59.2017.5.04.0000
2.2 – Acompanhamento do Plano de Obras do TRT 4ª Região 2016-2020 (acompanhamento realizado por meio de planilhas elaboradas pela unidade de controle interno)	0002565-42.2016.5.04.0000
2.3 – Monitoramento das recomendações das auditorias anteriores	
2.3.1 – Auditoria Resolução CNJ nº 182/2013 (Relatório de Auditoria nº 01/2016): monitoramento de 90 dias	0002745-58.2016.5.04.0000
2.3.2 – Auditoria Obra de Viamão (Relatório de Auditoria nº 04/2016): monitoramento de 90 dias	0004205-80.2016.5.04.0000
2.3.3 – Auditoria Resolução CNJ nº 211/2015 (Relatório de Auditoria nº 01/2017): monitoramento de 90 dias	0002305-28.2017.5.04.0000
2.4 – Acompanhamento da execução orçamentária e financeira – Acompanhamento mediante monitoramento do Sistema Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	
2.5 – Verificação da consistência dos dados dos relatórios quadrimestrais de Gestão Fiscal	0001033-43.2010.5.04.0000

Em cumprimento ao disposto no art. 9º, inciso V, da Resolução CSJT nº 70/2010, foram expedidos os seguintes pareceres:

## 2. Atividades de Acompanhamento

### 3.1 – Pareceres Obras – Resolução CSJT nº 70/2010 – exercício de 2017

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
Construção de prédio da VT de Arroio Grande	0000468-69.2016.5.04.0000
Construção de prédio da VT de Alegrete	0000467-84.2016.5.04.0000
Construção de prédio da VT de Vacaria	0001416-74.2017.5.04.0000
Construção de prédio da VT de Lagoa Vermelha	0003480-57.2017.5.04.0000

O controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Superior de Justiça (CSJT) foi subsidiado com as informações solicitadas, conforme demonstrativo que segue:

<b>3.2 – Cumprimento das determinações do TCU/CNJ/CSJT</b>	
<b>3.2.1 – Requisição de Documentos e Informações CCAUD/CSJT</b>	
ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
RDI nº 034/2017 – Cessão de espaço físico à Credijustra	0000468-69.2016.5.04.0000
RDI nº 042/2017 – Monitoramento em São Leopoldo, Viamão e Santo Ângelo (Monitoramento – Acórdãos CSJT-A-453-82.2014.5.90.0000, CSJT-A-12102-10.2015.5.90.0000, CSJT-A-13458-74.2014.5.90.0000)	0001976-16.2017.5.04.0000
RDI nº 074/2017 – Levantamento do Perfil de Governança de TI – ciclo 2016	0003081-28.2017.5.04.0000

Quanto aos atos de gestão de pessoal, estão especificados, no demonstrativo abaixo, os atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadorias e pensões. Foram verificados sua exatidão e legalidade, e, posteriormente, encaminhados ao TCU para fins de exame e registro, como determina o art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988.

<b>3.2.2 – Requisição de Documentos e Informações CCAUD/CSJT</b>	
ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
Formulário de cancelamento de aposentadoria, admissão e desligamento de pessoal encaminhados com parecer ao TCU	0000468-69.2016.5.04.0000
Processos de novas aposentadorias conferidas	120
Processos de novas pensões conferidas	16
Diligências do TCU (Protocoladas sob os nºs 17092131/17; 17197915/17; 20082934/17 e 20487404/17)	04

Em cumprimento ao Plano Anual de Capacitação (PA 0007052-55.2016.5.04.0000), no decorrer do ano de 2017, apesar da restrição orçamentária enfrentada pela Administração do TRT4, os servidores da Secretaria de Controle Interno participaram em média de 124 horas de eventos de capacitação, com os seguintes destaques:

<b>3.3 Atividades de Capacitação</b>		
Eventos com Certificado	Carga Horária	Nº de participantes
III Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	22h	01
Tesouro Gerencial Básico – Abordagem Prática e Objetiva	04h	10
Retenção de INSS e Contratação de Empresas Terceirizadas	08h	07
Seminário eSocial para Órgãos Públicos	08h	07
eSocial para Justiça do Trabalho	07h	07
IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental	14h	01
2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do	15h	05

Trabalho		
Formulação de Indicadores de Desempenho – Ênfase: Controles Internos	16h	06
Conformidade Contábil e Análise das Demonstrações	24h	02
Excel Intermediário e Avançado – 15ª edição	24h	01
XIV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas – Etapa RJ	32h	01
Gestão de Riscos nas Contratações Públicas – IN 05/2017 – 4ª edição	16h	01
Elaboração de Planilhas de Orçamento de Obras – Sinapi Avançado	16h	02

Por fim, cabe ressaltar que não houve, no exercício de 2017, ações coordenadas de auditoria com o CSJT e CNJ.

## **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC**

### **GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**

Em 2017, o CNJ divulgou o resultado do levantamento do Perfil em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC realizado no âmbito do Poder Judiciário – o iGovTIC-JUD, cujo propósito é fomentar e acompanhar o crescimento de cada tribunal nesta área.

O TRT da 4ª Região ficou novamente em 1º lugar entre os 92 órgãos do Poder Judiciário. O nível de maturidade “aprimorado” revela o esforço do Tribunal na adoção das melhores práticas de gestão e governança da área de TIC.

Resultado de 2016:

Nota do Órgão		Nível de Maturidade	
0,84		Aprimorado	
Dimensões Avaliadas	Nota	Nível de Maturidade	
1. Das Políticas Planejamento	0,95	Excelência	
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos	0,86	Aprimorado	
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas	0,66	Satisfatório	
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão.	0,83	Aprimorado	
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento	0,8	Aprimorado	
6. Dos Serviços de Infraestrutura	0,73	Aprimorado	
7. Detalhamento	1	Excelência	
Classificação 2016			
Segmento	Porte	Geral	
1º (de 24)	1º (de 26)	1º (de 92)	



Resultado de 2017:

Nota do Órgão		Nível de Maturidade	
0,87		Aprimorado	
Dimensões Avaliadas	Nota	Nível de Maturidade	
1. Das Políticas Planejamento	0,97	Excelência	
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos	0,94	Excelência	
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas	0,66	Satisfatório	
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão.	0,83	Aprimorado	
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento	0,81	Aprimorado	
6. Dos Serviços de Infraestrutura	0,84	Aprimorado	
7. Detalhamento	1	Excelência	
Classificação 2017			
Segmento	Porte	Geral	
1º (de 24)	1º (de 27)	1º (de 92)	

## COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

A partir da alteração regimental aprovada pela Resolução Administrativa nº 50/2017, a Comissão de Informática passou a denominar-se Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações. Na oportunidade, também foram revisadas suas atribuições, ficando ao seu encargo:

I – propor estratégias, indicadores e metas institucionais para a área de tecnologia da informação e comunicações;

II – participar da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) e acompanhar a sua execução;

III – orientar os investimentos em tecnologia da informação e comunicações e acompanhar sua execução;

IV – sugerir à Administração do Tribunal soluções de TIC para as áreas judiciária e administrativa, alterações naquelas já existentes, bem como normas e procedimentos para a respectiva implantação;

V – avaliar as propostas de aquisição de equipamentos e *softwares*, bem como suas destinações, em especial quando em desacordo com os padrões estabelecidos;

VI – receber e analisar as ponderações, críticas e sugestões dos usuários, visando ao desenvolvimento ou aperfeiçoamento das soluções de TIC;

VII – promover intercâmbio e parceria com outras instituições;

VIII – opinar sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito da 4ª Região;

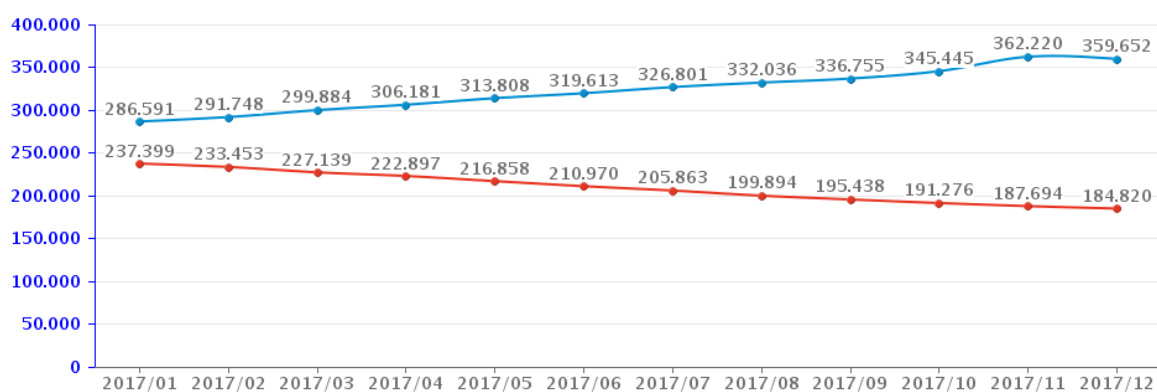
IX – outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

## INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

Ao final de 2017, cerca de 66% do acervo de processos em primeira instância eram eletrônicos. Em decorrência do projeto de digitalização dos processos remetidos ao segundo grau para julgamento de recursos na segunda instância, 94% dos processos já estavam tramitando no sistema PJe-JT.

Essa realidade consolida o papel estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações na prestação jurisdicional.

### Primeira Instância

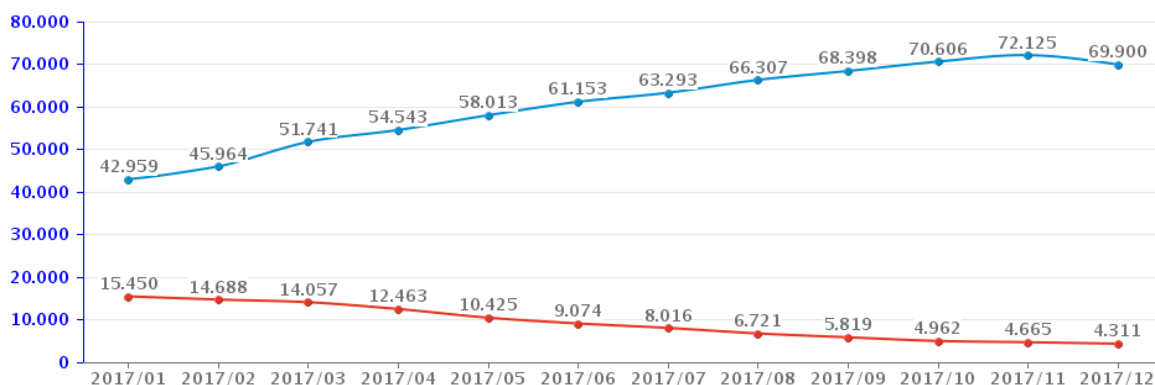


Legenda:

processos eletrônicos

processos físicos

## □ Segunda Instância



Legenda:

processos eletrônicos

processos físicos

Cumprir destacar, ainda, que o TRT da 4ª Região atuou como Tribunal piloto na implantação da versão 2.0 do sistema PJe-JT, cuja interface diferenciada foi instalada para a 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

A nova versão é o início do longo projeto de refatoração do código-fonte do sistema, no qual a 4ª Região terá participação no decorrer dos próximos anos.

## PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2017

Os projetos desenvolvidos pela Setic constam do Plano Diretor de TIC, documento de nível tático no qual são elencadas as ações e os projetos essenciais para o atingimento de metas estabelecidas no Plano Estratégico de TIC e no Plano Estratégico Institucional. Os de maior relevância estão descritos a seguir.

### 1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (PJe-JT)

Em 2017, foram homologadas e instaladas 19 versões do sistema PJe-JT, incluindo as versões candidatas (*release candidate*) e 33 versões de sistemas satélites. Nesses procedimentos, atuam as equipes da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica e da Coordenadoria de Implantação de Sistemas, além de representantes da Corregedoria Regional, da Secretaria-Geral Judiciária e da Central de Atendimento ao Público.

#### 1.1. Sustentação e Desenvolvimento do Sistema

A sustentação do sistema é realizada por meio da criação e execução de *scripts* para correção de dados inconsistentes no banco do PJe-JT, identificação de falhas do sistema e registro e acompanhamento de *bugs*, dúvidas e sugestões no sistema JIRA, do CSJT. Durante o

ano de 2017, foram atendidos/solucionados 3.281 chamados envolvendo o Sistema Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT da 4ª Região.

Desde 2016, a partir de autorização do CSJT, a manutenção e o desenvolvimento de melhorias no sistema PJe-JT é realizada de forma colaborativa por diversos Regionais, sendo o TRT da 4ª Região destacado como um dos tribunais que mais atuou nessas tarefas em toda Justiça do Trabalho. Nesse exercício, destacaram-se:

- Solução de 109 demandas de correção ou melhoria sob a gestão do CSJT;
- Desenvolvimento do módulo CCLE para cadastro de processos físicos em fase de conhecimento;
- Evolução da aplicação desenvolvida para automatizar a busca de informações no sistema inFOR – AutoCCLE.

## 1.2. Homologação e implantação de versões do PJe-JT

Em 2017, a Coordenadoria de Implantação de Sistemas atuou na gestão dos processos de homologação, testes e implantação do PJe-JT e de sistemas satélites, bem como na capacitação dos usuários, em diversas versões de cada sistema, detalhadas na listagem a seguir.

### PJe-JT:

Chave	Resumo	Criado
<a href="#">PJE-6968</a>	PJe-JT – Versão 1.14.2 – Produção	21.02.2017
<a href="#">PJE-7034</a>	PJe-JT – Versão 1.14.4 – Produção	24.03.2017
<a href="#">PJE-7007</a>	PJe-JT – Versão 1.14.4.rc1 – Homologação	16.03.2017
<a href="#">PJE-7036</a>	PJe-JT – Versão 1.14.JB6.rc1 – Homologação	30.03.2017
<a href="#">PJE-7165</a>	PJe-JT – Versão 1.15.0 – Produção	19.05.2017
<a href="#">PJE-7173</a>	PJe-JT – Versão 1.15.0.1 – Produção	04.07.2017
<a href="#">PJE-7236</a>	PJe-JT – Versão 1.15.0.2 – Produção	06.10.2017
<a href="#">PJE-7047</a>	PJe-JT – Versão 1.15.0.rc1 – Homologação	20.04.2017
<a href="#">PJE-7201</a>	PJe-JT – Versão 1.15.1 – Produção	25.08.2017
<a href="#">PJE-7174</a>	PJe-JT – Versão 1.15.1.rc1 – Homologação	14.07.2017
<a href="#">PJE-7235</a>	PJe-JT – Versão 1.15.2 – Produção	05.10.2017
<a href="#">PJE-7272</a>	PJe-JT – Versão 1.15.3 – Produção	17.10.2017
<a href="#">PJE-7304</a>	PJe-JT – Versão 1.16.0 – Produção	31.10.2017
<a href="#">PJE-7205</a>	PJe-JT – Versão 1.16.0.rc1 – Homologação	20.09.2017
<a href="#">PJE-7311</a>	PJe-JT – Versão 1.16.1 – Produção	14.11.2017
<a href="#">PJE-7317</a>	PJe-JT – Versão 1.16.2 – Produção	16.11.2017
<a href="#">PJE-7310</a>	PJe – Versão 2.0.0.rc1 – Homologação dos pilotos	10.11.2017
<a href="#">PJE-7326</a>	PJe – Versão 2.0.1 Produção – Pilotos	30.11.2017
<a href="#">PJE-7327</a>	PJe – Versão 2.0.2 Produção – Pilotos	07.12.2017

### Sistemas-satélites:

<b>Chave</b>	<b>Resumo</b>	<b>Criado</b>
<a href="#">PJE-6966</a>	Extrator 2.2 – Produção	15.02.2017
<a href="#">PJE-6978</a>	GIGS – Versão 1.1.1 – Produção	09.03.2017
<a href="#">PJE-6979</a>	AUD – Versão 3.1 – Produção	09.03.2017
<a href="#">PJE-7046</a>	SIF – Versão 2.1.0	07.04.2017
<a href="#">PJE-7048</a>	AUD – Versão 3.2.rc1 – Homologação	20.04.2017
<a href="#">PJE-7049</a>	Consulta Processual – Versão 1.3.3.rc1 – Homologação	20.04.2017
<a href="#">PJE-7050</a>	Extrator 2.2.1 – Homologação	20.04.2017
<a href="#">PJE-7051</a>	GIGS – Versão 1.1.2.rc1 – Homologação	20.04.2017
<a href="#">PJE-7053</a>	SICOND – Versão 2.7.0.rc2 – Homologação	20.04.2017
<a href="#">PJE-7079</a>	Shodo – Versão 1.0.2 – Homologação	25.04.2017
<a href="#">PJE-7160</a>	Shodo – Versão 1.0.6 – Produção	19.05.2017
<a href="#">PJE-7161</a>	SICOND – Versão 2.7.0 – Produção	19.05.2017
<a href="#">PJE-7163</a>	GIGS – Versão 1.1.2 – Produção	19.05.2017
<a href="#">PJE-7164</a>	Extrator 2.2.1 – Produção	19.05.2017
<a href="#">PJE-7166</a>	AUD – Versão 3.2 – Produção	19.05.2017
<a href="#">PJE-7169</a>	Consulta Processual – Versão 1.3.3 – Produção	22.05.2017
<a href="#">PJE-7172</a>	AUD – Versão 3.3.rc – Homologação	04.07.2017
<a href="#">PJE-7203</a>	Consulta Processual – Versão 1.3.4 – Produção	31.08.2017
<a href="#">PJE-7204</a>	Extrator 2.3 – Produção	01.09.2017
<a href="#">PJE-7231</a>	Consulta Processual – Versão 1.3.5.rc3 – Homologação	25.09.2017
<a href="#">PJE-7234</a>	Shodo – Versão 1.0.7.rc3 – Homologação	04.10.2017
<a href="#">PJE-7298</a>	e-Rec – Versão 2.5.5 – Produção	20.10.2017
<a href="#">PJE-7299</a>	AUD – Versão 3.3 – Produção	24.10.2017
<a href="#">PJE-7305</a>	Assinador Shodô 1.0.7 – Produção	31.10.2017
<a href="#">PJE-7306</a>	Consulta Processual – Versão 1.3.5 – Produção	31.10.2017
<a href="#">PJE-7307</a>	GIGS – Versão 1.1.3 – Produção	31.10.2017
<a href="#">PJE-7309</a>	Assinador Shodô 1.0.8 – Produção	10.11.2017
<a href="#">PJE-7322</a>	Assinador Shodô 1.0.9 – Produção	17.11.2017
<a href="#">PJE-7323</a>	GIGS – Versão 1.1.4 – Produção	20.11.2017
<a href="#">PJE-7324</a>	Extrator 2.3.1 – Produção	20.11.2017
<a href="#">PJE-7350</a>	Extrator 2.3.2 – Produção	15.12.2017
<a href="#">PJE-7351</a>	Assinador Shodô 1.0.10.rc1 – Homologação	19.12.2017
<a href="#">PJE-7352</a>	AUD – Versão 3.4.rc – Homologação	29.12.2017

Para capacitação e disseminação de informações sobre os sistemas informatizados, foram desenvolvidos pela Coordenadoria de Implantação de Sistemas os seguintes cursos em modalidade EAD autoinstrucional, acessados por 975 usuários:

AUD – atualização versão 3.3 – Turma Livre
PJe-JT – atualização versão 1.14.4 (1º grau) – Turma Livre
PJe-JT – atualização versão 1.14.4 (2º grau) – Turma Livre
PJe-JT – atualização versão 1.15.0 (1º grau) – Turma Livre
PJe-JT – atualização versão 1.15.0 (2º grau) – Turma Livre
AutoCCLE – Turma Livre
Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – Turma Livre

### 1.3. PJePortable

Foi desenvolvido *software* para configuração do computador de acordo com os requisitos do PJe-JT, a ser usado diretamente pelos usuários finais, chamado PJePortable. A ferramenta permite acesso ao PJe-JT de todos os Tribunais Regionais do Trabalho, razão pela qual é utilizado nacionalmente.

### 1.4. Atualização do *layout* da página do PJe-JT na internet

Foi remodelada a página que consolida as informações sobre o PJe-JT no *site* do Tribunal, tornando-a mais organizada e acessível.

### 1.5. Ações de Infraestrutura para o PJe-JT

Ao final de 2017, a infraestrutura montada para o PJe-JT utilizava dezessete equipamentos servidores de rede, sendo quinze para aplicação (*cluster* VMWare de uso compartilhado com outros sistemas) e dois para banco de dados. Nesse *cluster* existem trinta e duas máquinas virtuais para o ambiente PJe legado e mais dezoito máquinas virtuais para o ambiente do PJe-JT KZ (PJe 2.0). Há duas réplicas do banco de produção (*Slave* – máquina virtual para as *queries* de consulta e *Standby* – máquina física para tolerância a falhas), um banco para a área de *staging* do extrator do EGestão, mais dois bancos para o KZ (produção e réplica). Permanecem cinco instâncias Apache *web server*, mas subiu para trinta e duas instâncias de *JBoss* legado, duas instâncias para o ambiente de remessa de processos longos e mais duas instâncias para o *Quartz*, totalizando trinta e seis instâncias. Além disso, há os sistemas satélites: seis instâncias de consulta processual, três para o sistema GIGS, uma para o SIF (integração com Caixa Econômica Federal), uma para o PJeCalc, uma para o PJe *Mobile* e uma para o Sicond. O ambiente KZ possui mais quatro instâncias para o *pje-seguranca*, oito para *pjekz-comum* e oito para o *pjekz-integração*.

Dentre as atividades de manutenção do PJe-JT vinculadas à infraestrutura, merecem destaque:

- Atualização da infraestrutura para uso de *JBoss* 6.4 e Java 8;
- Criação de um segundo servidor com a réplica de dados do PJe, garantindo maior segurança e disponibilidade da aplicação;
- Criação da infraestrutura do PJe KZ (*JBoss* 7, Java 8 e novos bancos PostgreSQL);
- *Upgrades* do PJe-JT até a versão KZ 2.0.2;
- *Upgrades* do banco de dados PostgreSQL para a versão 9.6.5;
- Substituição do servidor físico do banco de dados de produção por novo *hardware*;
- Testes e adoção de tecnologias de *storage* (*snapshot* e *cloning*) para acelerar a entrega de ambientes de homologação do PJe;

- Substituição do sistema operacional das máquinas virtuais do PJe de *Red Hat* para *CentOS*, reduzindo custos de subscrição do *software*.

## **2. DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMAS**

Dentre os projetos que envolveram majoritariamente desenvolvimento de sistemas, merecem destaque os descritos a seguir:

### **2.1. Selo Justiça em Números – MNI**

Conforme o inciso II do art. 5º da Portaria CNJ nº 56/2016, que regulamenta o Selo Justiça em Números, os tribunais deveriam ser capazes de extrair a movimentação analítica dos processos para receberem até 200 pontos para o selo justiça em números, encaminhando ao CNJ os arquivos conforme o Modelo Internacional de Interoperabilidade (MNI).

Em 2017, o serviço foi modificado para atender novo padrão tecnológico de intercomunicação definido pelo CNJ, e os arquivos contendo as informações solicitadas foram transmitidos dentro dos prazos estabelecidos.

A implementação e o envio dentro do prazo, atendendo aos critérios técnicos estabelecidos, resultaram no atingimento do número máximo de pontos (200), contribuindo para a concessão do Selo Justiça em Números Ouro ao TRT4.

### **2.2 Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho – AUD**

O TRT da 4ª Região é responsável pelo suporte ao sistema nacional AUD a toda a Justiça do Trabalho, tendo resolvido 54 chamados abertos durante o ano de 2017. Além do suporte nacional, a equipe técnica foi também responsável pelo desenvolvimento de novas funcionalidades, a partir de demandas de outros tribunais, devidamente autorizadas pelo CSJT. Ao longo do ano, foram desenvolvidas e liberadas as versões 3.2, 3.3 e 3.4, com as seguintes correções e funcionalidades:

#### Versão 3.2 do AUD – Liberada para homologação do CSJT em 30/03/2017:

- SAT-4: Registro no AUD de informações sobre o andamento da audiência, a fim de atualizar sistema PJe;
- SAT-73: Erro "Unexpected Text Control error" ao inserir figura no formato *Bitmap*;
- SAT-79: Problema no AUD ao teclar "/" na Ata, pelo *software* de captura VNC;
- SAT-88: AUD ignora escolha de impressora e sempre imprime na definida como "padrão";
- SAT-197: Não consegue deixar marcado "Habilitar autocorreção".

#### Versão 3.3 do AUD – Liberada para homologação do CSJT em 04/07/2017:

- SAT-395: Filtrar por Sala de Audiências cada pauta de audiências carregada;
- SAT-407: Adaptar textos fixos do AUD para uso pelo Cejusc do 1º e 2º graus;
- SAT-440: Configurações não são salvas se alteradas após edição da ata;

- SAT-713, SAT-720, SAT-726: Correção de erro ao importar dias sem pauta do PJE;
- SAT-736: AUD carrega mas não salva órgão julgador Cejusc.

#### Versão 3.4 do AUD – Liberada para homologação do CSJT em 06/12/2017:

- SAT-17: Inclusão de tipo de audiência;
- SAT-402: Enviar valor total das verbas indenizatórias;
- SAT-421: Alteração na opção "encerramento" para o padrão "designação manual";
- SAT-662: Não está persistindo configuração de um ramo de texto do juiz;
- PJEJT-57387: Problema na autenticação via Shodō em sistemas satélites.

### **2.3 Extrator PJe-JT**

Implantação e atualizações de versão do sistema Extrator, que calcula a estatística do PJe-JT, automatizando a geração de informações ao e-Gestão.

### **2.4 Análise de Dados – Business Intelligence (BI)**

Foram disponibilizados novos relatórios para acesso a partir da ferramenta de BI tradicional, proporcionando maior flexibilidade no cruzamento de informações e integração de dados com outros sistemas corporativos do Tribunal, qualificando as informações utilizadas para tomada de decisão. A efetividade pode ser percebida considerando o volume de acessos realizado pelas unidades responsáveis. Entre os novos módulos desenvolvidos, as seguintes ações merecem destaque: cálculo para Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição; adequações no Informativo Mensal do Tribunal; automatização das estatísticas do Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios: Cejusc, Precatórios, RPV, Execução; automatização das estatísticas de produtividade 1º e 2º grau publicadas pela AGE no VOX.

No final de 2016, o Tribunal adquiriu uma solução para autosserviço em análise de dados, mais amigável que a solução de BI tradicional, possibilitando que a própria área de negócio realize experimentações com menor esforço da área técnica, de maneira ágil e autônoma. Ao longo de 2017, foram disponibilizados importantes aplicações de cruzamento de dados utilizando essa nova plataforma: exploração de informações judiciais (e-Gestão); exploração de informações de pessoal; andamento de audiências e sessões de julgamento (saguão); e indicadores gerenciais para a Administração.

### **2.5 Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas**

Solução desenvolvida para que as unidades judiciais de 1º e 2º grau possam emitir com mais facilidade, maior exatidão e envolvendo todo o universo de processos da 4ª Região, trazendo os seguintes resultados: melhor prestação de serviços ao jurisdicionado (emissão única em todo estado); redução significativa de tempo para emissão de uma certidão (50% no 1º grau e 90% no 2º grau); recolhimento de emolumentos com redução para quase zero, já que a opção de recebimento por e-mail é requerida em 98% das certidões. Até o final de 2017, foram emitidas por este sistema 27.501 certidões.



## **2.6 Conciliação Eletrônica**

Solução criada para possibilitar aos advogados, exclusivamente em processos que tramitam no PJe, a possibilidade de diálogo entre os procuradores cadastrados nos respectivos processos eletrônicos para tratativas de conciliação. Os principais benefícios são: a facilidade para conciliação entre as partes, com ou sem presença de mediador; e dotar o Jaep de ferramenta para audiências de conciliação de forma remota (interior do estado).

## **2.7 Ferramenta de Pesquisa Patrimonial**

A fase de execução dos processos trabalhistas tem se demonstrado a mais crítica, ocasionando aumentos significativos no tempo médio de tramitação. Além disso, muitas vezes a execução é frustrada, ou seja, a reclamada não paga a dívida e a Justiça do Trabalho não consegue penhorar bens que garantam o seu pagamento. Há casos, também, em que diversas Varas do Trabalho realizam diligências em relação à mesma reclamada, sem que as informações levantadas sejam compartilhadas. Isso aumenta o tempo de tramitação dos processos e os custos envolvidos, já que há retrabalho dos oficiais de justiça e dos servidores das secretarias das Varas do Trabalho.

Existia no Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios (Jaep) uma ferramenta para auxiliar a pesquisa patrimonial pelas Varas do Trabalho, a partir dos resultados registrados manualmente pela Seção de Execução do Jaep. A fim de aumentar a efetividade das execuções trabalhistas, foi proposto o aperfeiçoamento da ferramenta atual, tornando-a um repositório de informações sobre as executadas, acessível por todas as unidades judiciárias de 1º Grau.

A solução foi evoluída, passando a permitir a visualização, de forma integrada, das informações referentes à execução das reclamadas em ações trabalhistas, como Bacen, Renajud, Serasa, Indisponibilidade, Protesto, Penhora, BNDT, valores dos cálculos, abrangendo processos físicos e eletrônicos de todos os Foros Trabalhistas da 4ª Região, por meio de ferramenta *web* que consulta as bases de dados dos sistemas inFOR e PJe.

Disponível para uso pelo Jaep e por quatro Unidades Piloto (15ª e 16ª Varas do Trabalho de Porto Alegre, 1ª Vara do Trabalho de Esteio e Vara do Trabalho de São Jerônimo) desde dezembro de 2017, espera-se que a nova ferramenta melhore a efetividade das execuções trabalhistas, auxiliando as Varas do Trabalho nos processos em fase de execução.

## **2.7 Portal de internet**

Desenvolvida plataforma de portais corporativos do Tribunal, em nova tecnologia, trazendo melhor usabilidade, com nova organização de conteúdo, desenho mais leve e mais moderno. Projeto executado em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social, que envolveu todas as unidades publicadoras para ajustes e atualização de conteúdo.

Os novos recursos disponíveis promoveram a maior autonomia dos usuários publicadores de conteúdo da área de TI, trazendo agilidade para a atualização de informações no Portal.

Além disso, o portal passou a ser responsivo, ou seja, adequa-se automaticamente para uso em dispositivos móveis como *smartphones*. Tal característica permitiu a desativação do *site Mobile*, que permitia acesso apenas aos principais serviços oferecidos no *site*.

O *site* também atingiu importante objetivo: a acessibilidade. O Portal do TRT da 4ª Região obteve índice de 98,77%, indicador verde, do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios – Ases, figurando entre os melhores índices de acessibilidade do Poder Judiciário.

## **2.8 Pesquisa Textual**

O sistema de indexação de conteúdo textual usado pelo TRT, a ferramenta *Google Search Appliance* – GSA, foi descontinuado pelo fabricante (Google), que informou o encerramento de todos os contratos de manutenção em 2018.

Para garantir a continuidade do serviço, foi desenvolvida uma plataforma de indexação e busca do conteúdo textual utilizando a solução *Elasticsearch*, um servidor de buscas de código aberto e gratuito baseado no *Apache Lucene*.

No final de 2017, a nova solução entrou em operação, contemplando os principais documentos indexados pelo GSA: sentenças (público interno), acórdãos e decisões de 2º grau (públicos interno e externo) e documentos internos do e-Jus<sup>2</sup> (público interno). Entre as novas características da solução implementada, está a possibilidade de pesquisa apenas na ementa, funcionalidade solicitada por diversos usuários internos e externos.

O sistema foi disponibilizado para gabinetes-piloto, a fim de verificar seu correto funcionamento, antes da disponibilização para todo o público, prevista para ocorrer em 2018.

Além de excelente qualidade, a solução desenvolvida trouxe significativa redução de custos ao Tribunal.

## **2.9 Férias Online para Desembargadores**

Realizados os últimos ajustes solicitados pela Administração e implantado o sistema para marcação eletrônica de férias para Desembargadores, a partir de regramento e definições encaminhadas pela Presidência do Tribunal. Os benefícios do sistema são a facilidade e padronização no registro de marcação de férias de Desembargadores, assim como a melhoria no acompanhamento dessas férias pela Administração.

## **2.10 Relatórios Administrativos**

A fim de substituir soluções em tecnologia defasada para geração de relatórios *ad hoc*, foram desenvolvidos painéis e relatórios na solução tradicional de BI, para as seguintes áreas e os respectivos escopos: gestão de licenças médicas para Coordenadoria de Saúde; gestão de equipamentos para Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; e gestão de pessoas para a Assessoria de Gestão Estratégica.

## **2.11 Melhorias no e-Jus<sup>2</sup> e NovaJus4**

Desenvolvido conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Secretaria-Geral Judiciária e pela Comissão de Informática, com objetivo de adequar e melhorar os processos de trabalho no segundo grau de jurisdição:

- Criação da ata eletrônica das sessões de julgamento;
- Apresentação *on-line* da íntegra do processo do PJe-JT dentro do e-Jus<sup>2</sup>.

## 2.12 Melhorias no inFOR

Desenvolvido conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria, visando a aprimorar a dinâmica do trabalho no primeiro grau de jurisdição:

- Cadastro de Representantes dos Advogados, em atendimento ao novo CPC;
- Criação de modelos de intimação para pagamento (art. 523 do CPC) e de notificação de cadastramento do processo físico no CLE;
- Registro das diligências de mandados referentes a processos do PJe;
- Criação de novos andamentos com a criação do Jaep e do Cejusc 1º Grau;
- Alteração da contagem dos prazos em novembro de 2017 (Reforma Trabalhista).

## 2.13 PRECAT – Envio de precatórios ao CNJ

Adaptação do programa para remessa semestral de informações sobre precatórios ao CNJ, pelo uso de *webservices*, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 115/2010. Alterado também para o novo *layout* o relatório de envio de dados ao Tribunal de Justiça.

## 2.14 Folha de Pagamento

Dentre as alterações e melhorias no sistema da Folha de Pagamento, cumpre destacar:

- adequação da DIRF, melhorias e correções na geração dos totalizadores da DIRF e na geração de arquivo da RAIS;
- Adequações no relatório da transparência Anexo VIII (Resolução nº102 do CNJ) devido a novas recomendações vindas CSJT;
- Ajuste na lógica do cálculo de GECJ para adequar o cálculo ao esperado pela auditoria do CSJT;
- Adaptações no cadastro de pensionistas visando a entrada em produção, em maio de 2017, do sistema Sigep;
- Adaptações no sistema para suportar números de contas bancárias no formato conta-salário da Caixa Econômica Federal (17 dígitos);
- Adequação para atendimento completo à Resolução CSJT nº 11/2005 e suas modificações, ocorridas no mês de setembro, referente ao pagamento da indenização de transporte para oficiais de justiça, que permite a carga dos dados a partir do sistema inFOR, o qual agora recebe também as informações de diligências de processos tramitando no PJe. Também possibilita o lançamento manual desses dados, quando for necessário, e o cruzamento e a crítica dos dados das diligências com as informações referentes a alguns tipos de licenças, faltas e férias dos oficiais de justiça, oriundas do sistema RH. Dispõe de diversos relatórios para verificações cruzadas de dados dos três sistemas envolvidos;
- Ajuste no módulo de geração de arquivo CNAB 240 posições, para pagamento bancário de servidores e magistrados com suporte a dois novos convênios efetuados pelo TRT4: *Banco Cooperativo do Brasil – Sicoob Credijustra* e *Banco Cooperativo do Brasil – Sicoob Justiça*.

## **2.15 Compras**

Foram realizadas adequações no sistema para atendimento à Resolução nº 215/2015, do CNJ, das informações de contas públicas (compras, contratos, registro de preços, licitações encerradas e em andamento). Também foram necessários ajustes para a integração do sistema com o SILC (Sistema de Licitações e Contratos), que entrou em produção em dezembro de 2017. Essas alterações foram implementadas e disponibilizadas em três novas versões ao longo do ano.

## **2.16 Recursos Humanos**

As seguintes adaptações foram necessárias no sistema legado de Recursos Humanos:

- Adequações nos cadastros de pessoal, de dependentes e no módulo de estagiários visando a entrada em produção, em maio de 2017, do sistema Sigep;
- Alterações no sistema para suportar números de contas bancárias no formato conta-salário da Caixa Econômica Federal (17 dígitos);
- Criação de relatórios gerenciais simplificados para consulta por período de fruição de férias de Desembargadores;
- Modificações para atendimento à Resolução CSJT nº 11/2005 e suas modificações ocorridas no mês de setembro, referente ao pagamento da indenização de transporte para oficiais de justiça, com a crítica do lançamento concomitante de indenização de transporte e períodos férias, faltas e determinadas licenças;
- Programação de novo *layout*, correções e procedimentos de envio do arquivo do Siprev – Versão 2017.

Foram realizados ajustes solicitados pela Assessoria de Gestão Estratégica para a uniformização dos dados nos sistemas administrativos: novo campo no cadastro de Lotações para o registro do número ideal de Agentes de Segurança e de Oficiais de Justiça para cada lotação, bem como a criação de histórico desses campos.

Também foram implementadas novas funcionalidades e melhorias a pedido da Escola Judicial, no módulo de eventos de capacitação: alteração nas regras de coleta de dados das pistolas de código de barras; adequação nos relatórios "Relatório da Coleta", "Coleta x Frequência" e "Espelho da Frequência" para refletirem as novas regras; adequação nas funcionalidades "Importa Coleta" e "Exporta/Atualiza Frequência"; implementação de nova regra de cálculo do percentual de frequência do evento.

Todas essas alterações foram implementadas e disponibilizadas em sete novas versões ao longo do ano.

## **2.17 Outros sistemas administrativos**

Ajustes decorrente de falhas identificadas em três outros sistemas administrativos e que resultaram em uma liberação de versão, ao longo de 2017, de cada um dos seguintes sistemas: Sistema de Almoxarifado, Sistema de Patrimônio e PDep – Depósito Centralizado de Processos.

## **2.18 Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica**

Em fevereiro de 2015, foi instituído pelo CSJT o Comitê Gestor do Sistema de Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho, o que formaliza o projeto que pretende reunir sistemas administrativos em um portfólio único para atendimento aos Tribunais Regionais do Trabalho. Atualmente, os seguintes sistemas já estão definidos como nacionais: Sistema de

Gestão Orçamentária – Sigeo; Sistema de Gestão de Pessoas – Sigep; Sistema de Processo Administrativo Virtual – Proad. A formalização dos outros dois sistemas que compõem o GAe encontra-se em andamento: Sistema de Licitações e Contratos – SILC, sob a responsabilidade do TRT4, e Sistema de Material e Patrimônio – SCMP, sob responsabilidade do TRT24. Uma breve descrição dos sistemas que se encontram instalados na 4ª Região é apresentada a seguir, com as respectivas atividades realizadas.

- **Sistema de Licitações e Contratos – SILC**

Desenvolvido pelo TRT da 4ª Região, o Sistema de Licitações e Contratos, abrange a gestão de fornecedores, requisições, aquisições e contratos. Em processo de homologação pela área de negócio, o sistema recebeu cerca de 150 alterações entre novas funcionalidades, melhorias e correções. Foi disponibilizado em 4 de dezembro de 2017, tendo substituído parte do atual sistema *Compras*. A partir dessa mesma data, o sistema foi oferecido a outros Regionais da Justiça do Trabalho, tendo havido interesse imediato da maioria deles.

- **Sistema de Gestão Orçamentária – Sigeo**

Sistema desenvolvido pelo TRT da 20ª Região, em produção em todos os Regionais, responsável por todo o ciclo de vida do orçamento da Justiça do Trabalho. Durante o ano de 2017, foram instaladas duas novas versões disponibilizadas pelo Tribunal responsável, assim como a instalação da ferramenta *KeyCloak*, condição para recebimento da futura versão centralizada do Sigeo, a ser disponibilizada (versão 4.0.0).

- **Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – Sigep**

O Sigep é o sistema que engloba o SGRH (Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos) e o módulo da nova folha de pagamento, *FolhaWebJT*. Grande parte da complexidade de implantação desse sistema se dá por conta da necessária migração de dados do sistema legado, que, na 4ª Região, foi realizada com base em solução de ETL (Extração, Transformação e Carga), uma boa prática em migrações de dados.

O sistema entrou em produção em maio de 2017. Após a implantação, as seguintes atividades de grande complexidade foram realizadas: adaptações nos sistemas RH e Folha, para suporte ao uso em paralelo dos sistemas; criação de mecanismo para extração de dados, a fim de resguardar dados lançados no Sigep em futuras migrações do sistema legado; criação de mecanismo de sincronização de registros de férias; instalação para homologação de satélites dos sistemas Progecom e EJud-JT; instalação e atualizações de versão do sistema *FolhaWebJT*; identificação e desenvolvimento de novas regras de migração; criação e execução de *scripts* para ajustes no Sigep devido à homologação da *FolhaWebJT*; nova migração de dados realizada em dezembro de 2017; atualizações de novas versões dos subsistemas que compõe o Sigep, disponibilizadas no período.

- **Processo Administrativo Virtual – PROAD**

Desenvolvido pelo TRT da 12ª Região, o Processo Administrativo Virtual – Proad entrou em produção em dezembro de 2017, na Ouvidoria do TRT da 4ª Região. Integrado ao portal da Ouvidoria no *site* do Tribunal, o formulário de comunicação, por meio do qual o cidadão pode encaminhar reclamações, sugestões, elogios, dúvidas e outras manifestações ao Tribunal, agora gera um processo administrativo diretamente no sistema Proad e o direciona para o setor da Ouvidoria para os devidos encaminhamentos.

### **3. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

Diversos projetos ao longo de 2017 promoveram atualização e melhorias na infraestrutura tecnológica do TRT. As ações mais relevantes estão apresentadas nos tópicos seguintes.

#### **3.1 Redes locais (LAN)**

- Conclusão do projeto de expansão e renovação de garantia da solução de rede local do TRT4 em Porto Alegre, que contemplou a substituição de todos os comutadores rede (*switches*) da Capital;
- Expansão da rede cabeada do Prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre para atender nova demanda da Escola Judicial;
- Conexão dos *switches* do estacionamento e Segurança ao MLAG (solução de contingência para rompimento no anel de fibras ópticas);
- Foi implementada uma solução de contingência para interligar os dois prédios do Foro Trabalhista de Santa Rosa (a ser utilizada em eventual falha da fibra óptica existente), através de *wifi*;
- Troca dos servidores *proxy* da rede *wifi* por versões mais modernas;
- Nova rede cabeada em Montenegro (reforma).

#### **3.2 Rede Wireless**

- Instalação de 29 novos *access points* no prédio sede do TRT e nos prédios 1 e 2 do Foro de Porto Alegre, e o remanejamento de outros 28 para melhoria da cobertura do sinal da rede *wifi*.
- Melhorias na rede sem fio do foro de Novo Hamburgo, com a adição de 3 *access points* e movimentação de 2 existentes.

#### **3.3 Rede regional (WAN)**

- Migração do *backbone* nacional da RedeJT de MPLS para VPN IP, necessária para manter a comunicação com o TST e os demais tribunais regionais após a decisão do CSJT de não renovação do contrato MPLS da RedeJT;

- O TRT da 4ª Região contribuiu com o Grupo de Trabalho de Redes do CSJT para a elaboração do edital e contratação dos novos *backbones* regionais da RedeJT. A Secretaria de Administração realizou a licitação e é gestora da ata de registro de preços da rede de dados da Justiça do Trabalho;
- Efetuados com sucesso testes do Plano de Recuperação de Desastres (PRD) das redes WAN do TRT4;
- Configuração de QoS (qualidade de serviço) na rede WAN contratada da empresa Ávato, garantindo o tráfego de sistemas prioritários.

### 3.4 Internet

- Implantação de regras de qualidade de serviço (QoS) para limitar impacto do *upload* do *PJePortable* sobre os demais sistemas quando disponibilizada nova versão para os usuários externos, uma vez que o mesmo é utilizado nacionalmente.

### 3.5 Novos CPDs do interior

Foram implantados CPDs nas novas instalações de Viamão, Camaquã, Ijuí e Santiago.

### 3.6 Fornecimento de energia

- Novos geradores para os *datacenters* centrais: Foram adquiridos e instalados dois novos geradores que não apenas substituíram os equipamentos antigos, com mais de 10 anos de uso, mas também agregaram capacidade de monitoramento a esse serviço. Adicionalmente, foi realocado o gerador existente no terraço do prédio administrativo, que estava sob responsabilidade da Sempro, para junto do novo equipamento, conectando-os logicamente. Dessa forma, os dois geradores atuam em redundância, garantindo o fornecimento de energia à sala-cofre mesmo em caso de falha de um deles.
- Aquisição e instalação de novos *no-breaks* nos CPDs de 12 unidades do interior do estado e 6 da Capital:
  - Alvorada;
  - Cachoeira do Sul;
  - Farroupilha;
  - Guaíba;
  - Marau;
  - Rio Grande – Prédio 2;
  - São Gabriel.
  - São Leopoldo – Prédio 2;
  - São Sebastião do Caí;
  - Soledade;
  - Torres;
  - Tramandaí;
  - POA – Rua Provenzano;

- POA – Dr. Barcelos;
  - POA – Aureliano;
  - POA – Depósito Big;
  - POA – Transportes;
  - POA – João Telles.
- 
- Aquisição e substituição das baterias dos *nobreaks* do *datacenter* principal de Porto Alegre;
  - Início do projeto que visa dar maior autonomia para os computadores de rede no caso de falta de energia: Implantação dos *nobreaks* nos prédios sede, administrativo e Foro 1.

### 3.7 Telefonia

Concluído o projeto de atualização e expansão da central telefônica de Porto Alegre. A central telefônica da capital teve alguns componentes de *hardware* substituídos por versões mais modernas, além de acréscimo de outros. Com a atualização do *hardware*, também foi possível atualizar o *software* do equipamento. Dentre as melhorias da nova estrutura, destacam-se:

- Licenciamento de novos ramais;
- Criação de atendimento telefônico automatizado;
- Bloqueio de chamadas indesejadas (*telemarketing*);
- Relatórios de tarifação de ligações do interior;
- Qualquer um dos módulos pode sustentar a solução de telefonia em caso de problemas (contingência), pois a nova central teve seus dois módulos instalados de maneira distribuída, um no prédio-sede e o outro no Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Os equipamentos foram Interligados por anel de fibra óptica, o que possibilitou a instalação dos equipamentos servidores, antes alocados em uma sala comum, nos *datacenters*, dando maior segurança.

Outras ações de telefonia importantes, realizadas em 2017:

- Mudanças da rede física de telefonia e central telefônica para dentro do CPD nos seguintes Foros Trabalhistas do interior do estado: Farroupilha, Cachoeira do Sul, Camaquã, e Viamão;
- Mudança do circuito elétrico da central telefônica e demais ativos de telefonia no Foro Trabalhista de Pelotas;
- Conserto na rede física interna das linhas telefônicas no Foro Trabalhista de Soledade;



### 3.8 Administração de sistemas de infraestrutura

Número significativo de ações foi realizado em sistemas de infraestrutura em 2017. Os listados a seguir merecem destaque:

- Configuração do serviço de digitalização de processos físicos para lançamento no PJe através do uso do sistema AutoCCLE na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, que está atuando como piloto em projeto da Corregedoria;
- Instalação de sistema *Testlink* para uso da Coordenadoria de Desenvolvimento;
- Melhorias na infraestrutura do sistema *Assyst*, de controle de chamados de TI;
- Migração para solução gratuita de certificados digitais de sites (*Let's Encrypt*), com exceção do PJe que exige, por força de Resolução do CNJ, certificado digital emitido na hierarquia da ICP-Brasil;
- Criação de estrutura de diretório *OpenLDAP* para cadastro de usuários impessoais ou inativos, reduzindo o custo com licenças do *Microsoft Active Directory*;
- Implantação do sistema *Puppet* nos servidores do Gabinete Virtual, automatizando a atualização dos programas de usuário;
- Revisão do plano de continuidade dos *datacenters*, onde a redundância de cada serviço de infraestrutura foi novamente avaliada, complementada ou corrigida. Esse plano foi utilizado duas vezes em 2017, quando houve a desativação de um *datacenter* por vez para a instalação dos novos geradores. Com apenas um *datacenter* em operação foi possível manter todos os sistemas em funcionamento;
- Migração do servidor de arquivos *Microsoft* para solução em *cluster* da versão 2012R2;
- Unificação do *cluster VMware* entre os *datacenters*, aumentando a tolerância a falhas e permitindo a manutenção completa de um *datacenter* sem desligamento dos computadores virtuais;
- Implantação do ambiente de desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial;
- Mudança do local dos arquivos do backup do AUD para uma unidade de rede separada dos demais arquivos dos usuários, permitindo o uso de uma estação de sala de audiência por duas VTs.
- Instalação dos novos produtos adquiridos em 2017 para análise associativa de dados e autosserviço:
  - *Qlik Sense* (ativação de um número maior de licenças);
  - *NPrinting* – sistema de relatórios automatizados;
  - QAP – sistema para publicação, na internet, das análises realizadas internamente;

- Construção do *backend* para o Aplicativo móvel JTe (TRT5);

### 3.9 Projeto AD no interior:

Esse projeto visa à implantação do serviço de diretório *Active Directory* também no interior do estado, garantindo o mesmo nível de serviço oferecido na Capital a todos os Foros Trabalhistas.

- Implantação em Capão da Canoa;
- Automatização da implantação do AD com migração do perfil de usuários.

### 3.10 Melhorias no conjunto de *softwares dos desktops*

- Desenvolvimento da imagem de *software* para computador *desktop* com Windows 10, a ser adotado nos equipamentos a serem adquiridos em 2018;
- Instalação nos computadores *desktop* dos Vídeos da Cinesioterapia;
- Distribuição do assinador *Shodo*;
- Disponibilização, na internet, dos serviços de atualização de *software Microsoft* e de antivírus para uso dos *notebooks* do Tribunal.

### 3.12 Monitoramento

- Por determinação do CSJT, instalação da ferramenta de monitoração para o PJe (APM);
- Atualização do *Zabbix*, *software* gratuito de monitoramento, para versão 3.4:
  - Melhorias na interface *web*, com suporte a múltiplos *dashboards*;
  - Melhor desempenho;
  - Novas funcionalidades de descoberta automática; maior variedade de configuração de itens, alertas, ações e correlacionamento de eventos.
- Implantação do monitoramento detalhado do tráfego de rede do interior, utilizando o protocolo *netflow* e a suíte de *software* livre ELK (*Elastic Search*, *Logstash* e *Kibana*). Essa ferramenta permite a análise do uso de todos os *links* WAN em que existem aceleradores. Foi instalada para substituir a ferramenta proprietária *Netflow Analyzer*, já sem suporte.

### 3.13 Segurança tecnológica

- Participação no projeto SGSI 2017, com preenchimento de diversos questionários para avaliar o grau de maturidade da Segurança da Informação em Tecnologia no TRT4;
- Revisão dos Planos de Recuperação de Desastres;
- Implementadas políticas e regras de contenção visando a resposta rápida em surtos mundiais de ameaças tipo *ransomware*, na ferramenta de antivírus;
- Ativação de HTTPS no acesso externo ao BI;
- Adoção de autenticação em dois fatores na conta TRP3 do Registro.BR;
- Alteração do IP público do DNS secundário para assegurar que os servidores de DNS fiquem em blocos/24 distintos;
- Migração de "Políticas de Auditoria" no *Active Directory* para "Políticas de Auditoria Avançadas".

### 3.14 Armazenamento

- Conclusão do projeto de substituição dos equipamentos de armazenamento (*storages*) em produção desde 2012. Foram adquiridos e instalados duas unidades *allflash* operando em redundância a partir dos dois *datacenters* principais. Os *flash drives* oferecem maior desempenho e menor consumo de energia;
- A rede SAN (rede de comunicação entre *storages* e servidores de rede) foi ampliada com o licenciamento de portas adicionais e aquisição de mais interfaces de fibra ótica (*gbics*). Isso permitiu que os equipamentos de ambos os *datacenters* fossem interligados aos *storages* por quatro *switches* SAN mais novos e, por isso, com mais tempo de garantia;

### 3.15 Teletrabalho

- Implementação de solução para a atualização de produtos, tarefas e políticas de antivírus em computadores e *notebooks* fora da rede do TRT, liberando os usuários em teletrabalho da necessidade de levar os equipamentos periodicamente para atualização na rede interna;
- Instalação do *Appliance* virtual *Netscaler* 10 para otimização dos acessos ao Gabinete Virtual (GV3);
- Melhoria da acessibilidade a partir da instalação da solução *NVDA* para leitura de telas no Gabinete Virtual.

### 3.16 Estudos técnicos preliminares para novas contratações e aquisições

Diversos estudos técnicos preliminares foram conduzidos pela Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica. Esse trabalho, de grande complexidade, é fundamental para que o Tribunal faça adequados investimentos, garantindo a operação de todos os serviços de tecnologia da informação e comunicações. Destacam-se:

- Solução de comunicação e colaboração na nuvem;
- Serviço de manutenção preventiva de *datacenters* – sala-cofre e CPD2;
- Rede WAN primária e secundária

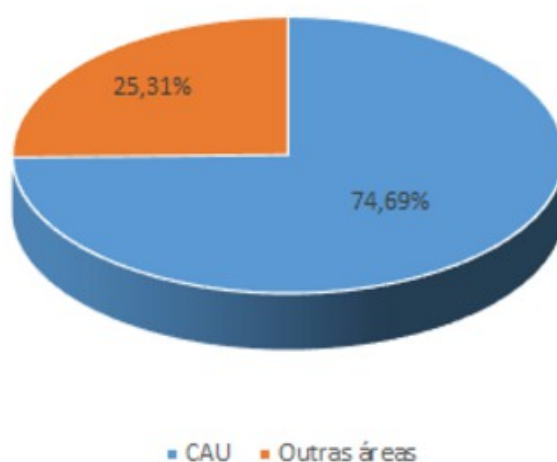
- Rede LAN;
- Nova Solução de *Backup*;
- *Nobreaks* para *racks*;
- Expansão *Switch SAN*;
- *Software Netscaler*;
- Certificados Digitais Sistemas (A1);
- *Firewall* (renovação contrato atual);
- Renovação da Central Telefônica de Porto Alegre;
- Certificado *Mobile PJe*;
- Abastecimento de Óleo Diesel para Geradores.

## 4. CENTRAL DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

### 4.1 Atendimento às solicitações dos usuários

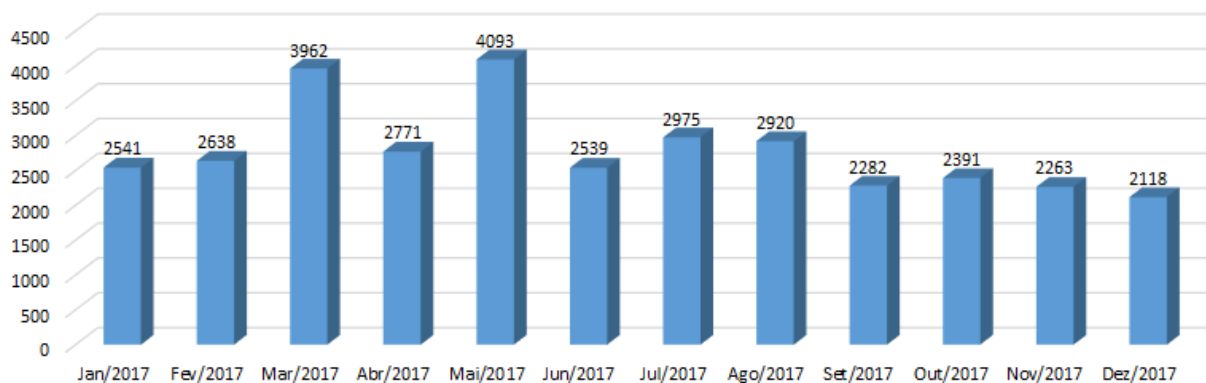
Em 2017, a Coordenadoria de Atendimento a Usuários registrou 33.493 chamados. A grande maioria foi resolvida diretamente pelas equipes da própria Coordenadoria, trazendo agilidade no atendimento das solicitações dos usuários. Os incidentes que não podem ser resolvidos no primeiro atendimento são enviados a outras áreas da Setic, que atuam para que a demanda seja atendida e encerrada no menor tempo possível.

Percentual de atendimentos finalizados na CA e encaminhados para outras áreas da Setic:



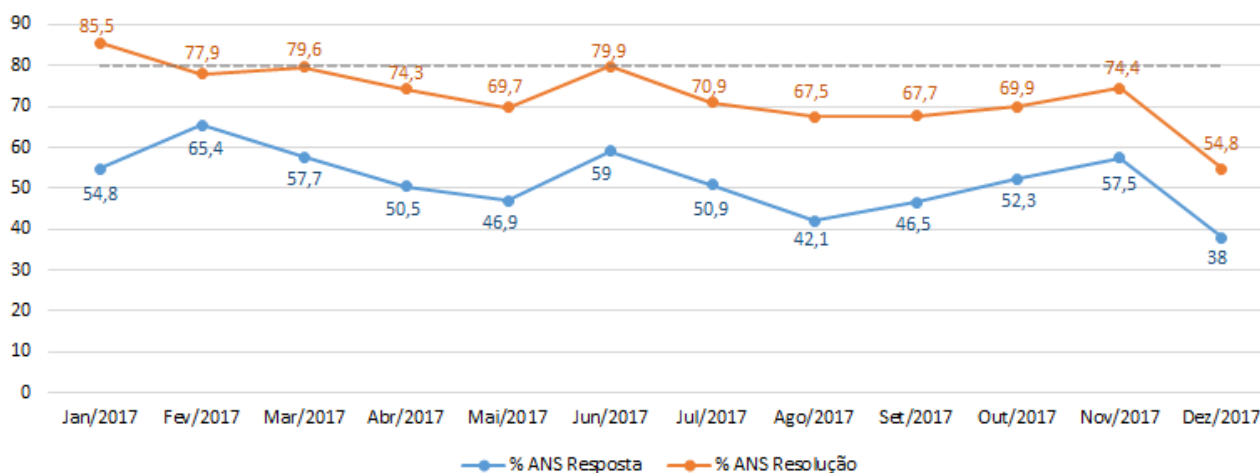
O gráfico a seguir apresenta o número de chamados recebidos a cada mês de 2017:

Demandas recebidas nos últimos 12 meses



O gráfico a seguir mostra o comportamento de dois indicadores, relevantes para acompanhar a agilidade do atendimento realizado:

- Em azul, o percentual de chamados que tiveram contato prévio da Setic com o usuário em, no máximo, 20 minutos após o registro do incidente no Assyst;
- Em laranja, o percentual de chamados que foram resolvidos dentro dos prazos estabelecidos.



Os indicadores demonstram que a finalização do contrato de *help desk*, em meados de 2016, impactou severamente nos prazos de atendimento. A redução da força de trabalho de cerca de 16 pessoas. Ainda em 2017, houve autorização da Administração para a realização de novo contrato, cuja licitação ainda está em andamento.

Cumpra destacar, no entanto, que os magistrados são atendidos com a máxima prioridade. Assim, os chamados desse público foram encerrados, na grande maioria das vezes, dentro dos prazos acordados para cada serviço.

Os gráficos a seguir apresentam as informações de atendimento de magistrados, em 2017:

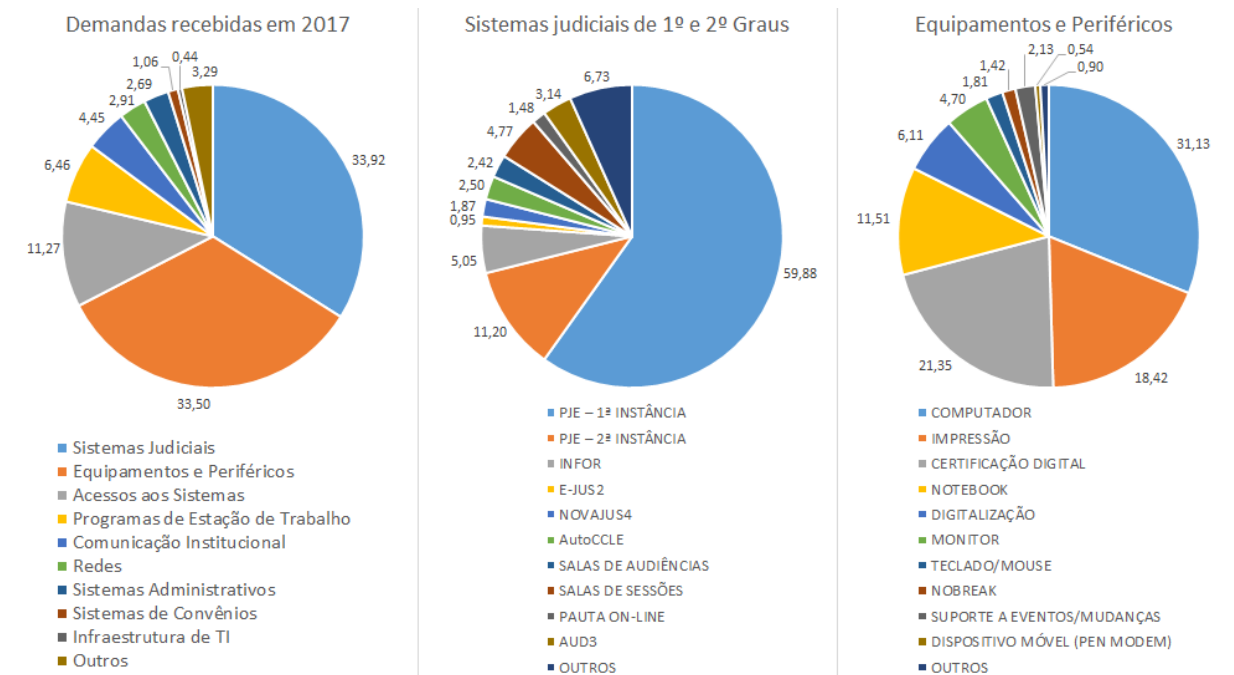
### Chamados de Magistrados recebidos nos últimos 12 meses



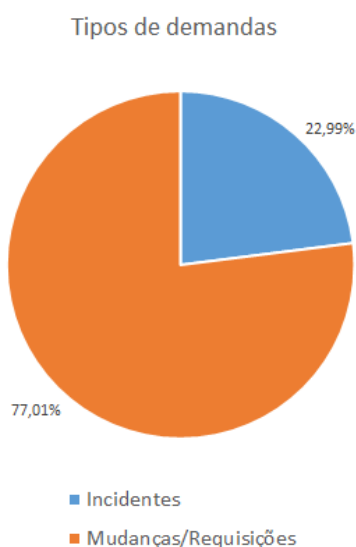
### Chamados de magistrados que foram resolvidos dentro dos prazos estabelecidos:



Os serviços que mais geraram chamados em 2017 estavam relacionados aos sistemas judiciais e a equipamentos. O PJe de primeira instância é o sistema com maior número de incidentes abertos. No que se refere a equipamentos, importante ressaltar que o elevado número de chamados se deve à atualização do parque de microinformática. Para cada substituição de impressora ou *nobreak* realizada, um chamado é registrado.

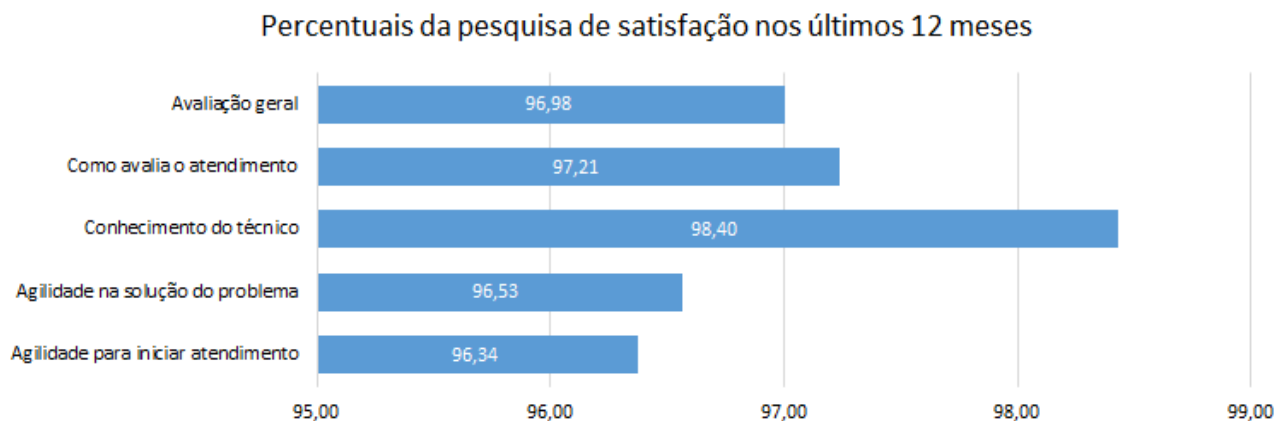


O gráfico a seguir demonstra a relação entre incidentes e solicitações em geral. Um incidente é a interrupção ou falha de um serviço que afeta diretamente o trabalho do usuário. Uma requisição de serviço, por outro lado, está relacionada a solicitações de instalações, melhorias, orientações. Apenas 22,9% dos chamados recebidos estavam relacionados a incidentes, o que demonstra a qualidade dos serviços suportados pela Setic.



## 4.2 Pesquisa de satisfação do usuário com o atendimento dos chamados:

No momento em que o chamado é finalizado pela Setic, o usuário recebe um convite, por e-mail, para responder a pesquisa de satisfação. Cerca de 6% dos usuários respondem a esta pesquisa. O resultado está apresentado a seguir:



## 4.3 Solicitações de acesso aos sistemas utilizados no TRT

No ano de 2017, foram atendidos 4.557 chamados referentes a acessos a sistemas.

## 4.4 Sessões de Julgamento externas

A SETIC prestou suporte técnico a 8 sessões externas:

- 04/05 – 2ª Turma – Frederico Westphalen
- 31/05 – 8ª Turma – Canoas
- 17/08 – 8ª Turma – Pelotas
- 24/08 – 2ª Turma – Santo Ângelo
- 28/09 – 2ª Turma – São Jerônimo
- 19/10 – 2ª Turma – Caxias do Sul
- 26/10 – 2ª Turma – Santa Maria
- 22/11 – 2ª Turma – Cachoeira do Sul

O suporte compreende a organização prévia da sessão (contato com a instituição onde será realizada a sessão para a verificação das questões técnicas, a preparação e a instalação dos equipamentos de informática que serão usados, além do acompanhamento durante a sessão.

## 4.5 Projeto “Aprendendo sobre o TRT”

No ano de 2017, a Coordenadoria de Atendimento a Usuários coordenou o projeto “Aprendendo sobre o TRT”, que envolveu todas as áreas da Setic e teve como objetivo aproximar os analistas de TI da realidade do Tribunal, melhorando o entendimento em relação aos problemas relatados pelos usuários, às prioridades e urgências dos pedidos que são feitos por servidores e magistrados e sobre o impacto do trabalho de cada servidor da Setic no andamento das atividades jurisdicionais do Tribunal.

O projeto foi composto por treinamentos teóricos, ministrados por servidores da área judiciária do TRT, sobre as rotinas das unidades judiciárias do Tribunal e visitas as unidades de 1º e 2º grau para acompanhamento das atividades que são executadas.



Foram realizados quatro treinamentos, dezesseis visitas a Varas do Trabalho, Gabinetes, Sessões e Audiências, envolvendo a participação de sessenta e dois servidores da Setic.

#### 4.6 Portal de Microinformática

Foram desenvolvidas melhorias na ferramenta de gestão chamada “Portal de Microinformática”, que auxilia nas seguintes tarefas:

- Levantamento de todos os *softwares* adquiridos pelo TRT4 e identificação dos computadores onde estão instalados;
- Relatório anual de acessos aos sistemas (caixas de correio de setores, grupos de correio, ADMe e estagiários vinculados às unidades);
- Mapeamento das impressoras instaladas em rede e o número de impressões de cada uma.

#### 4.7 Atualização do parque de equipamentos de microinformática

Em 2017, foram instalados 1.442 microcomputadores com gabinete compacto e baixo consumo de energia elétrica, com garantia. Esses equipamentos foram adquiridos com garantia até dezembro de 2021. As instalações iniciaram em janeiro e foram concluídas em abril de 2017.

Houve o fornecimento de 236 *notebooks* para a Escola Judicial, Diretores de Vara do Trabalho e Assistentes-Chefes de Postos Avançados.

Foram substituídos, ainda, 980 *nobreaks* em Varas do Trabalho, Gabinetes e unidades de apoio e 504 impressoras *laser* monocromáticas de menor porte, com garantia de cinco anos.

No final do exercício, em atendimento a sugestão encaminhada ao TRT pelo Sintrajufe, foram adquiridos 2.000 monitores de 29”, que serão instalados em 2018.

#### 4.8 Gestão do parque de microinformática do TRT

O parque de microinformática do TRT, ao final de 2017, era composto pelos seguintes equipamentos:

Tipo	Total	Descrição	Quant.
MICROCOMPUTADOR	5097	Micro POSITIVO C820 Mini	65
		Micro POSITIVO C800 Mini	1.350
		Micro POSITIVO D480	92
		Micro POSITIVO D580	1.788
		Micro POSITIVO D570	1.759
		Outros	43
MONITOR	11338	Monitor LG 29" <i>ultrawide</i>	2.000
		Monitor LG 23"	3.062
		Monitor Positivo 20"	4.154

		Monitor Positivo 19,5"	1.759
		Monitor LG 19"	246
		Monitor Itautec 18,5"	117
NOTEBOOK	832	Notebook Positivo Master N350i	235
		Ultrabook HP EliteBook 840	324
		Notebook HP 8460	259
		Outros	14
DOCKING STATION	161	Doca para note HP 8460	131
		Doca para ultrabook HP EliteBook 840	30
IMPRESSORA	1315	Impressora Lexmark MS610dn	518
		Impressora Multifuncional Lexmark MX611de	468
		Impressora multifuncional MX711de	112
		Impressora Lexmark MS812dn	67
		Impressora Lexmark T654	129
		Impressora colorida Lexmark CS510de	8
		Outras	13
SCANNER	525	Scanner Kodak i2600	212
		Scanner Fujitsu Fi 6130z	139
		Scanner Epson WorkForce Pro GT-S50	108
		Scanner Fujitsu S510	42
		Scanner de produção Fujitsu FI-6140	16
		Outros	8
NOBREAK	980	Nobreak SMS 1400VA	980
TAA	36	Terminal de autoatendimento ImPLY	36
PEN MODEM	244	CLARO 4G	244

## 5 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

A Coordenadoria de Gestão de TIC atua na implementação, melhoria e manutenção dos processos e das ferramentas que facilitam a gestão e a governança da área de tecnologia da informação do Tribunal. A melhoria contínua desses processos vem resultando no crescente índice obtido pelo TRT no levantamento de governança de TIC realizado pelo CNJ, que lhe garantiu, também em 2017, o primeiro lugar entre todos os 92 órgãos do Poder Judiciário.

Gestão de projetos, de processos, de contratos e de segurança da informação atuam para que a operação da TI obtenha os melhores resultados, em conformidade com as práticas exigidas pelos órgãos de controle como TCU, CNJ e CSJT.

As ações a seguir são parte dessas disciplinas e merecem destaque em 2017.

## 5.1 Regulamentação dos Processos de TIC

No ano de 2017, foram modelados e regulamentados os seguintes processos da Setic, no intuito de melhorar os controles para a Governança de TIC: Processo de Aferição e Monitoração dos Níveis de Serviço (PA 0005252-55.2017.5.04.0000), Processo de Gerenciamento da Disponibilidade e Capacidade de TIC (PA 0007881-02.2017.5.04.0000) e Processo de Modelagem e Gestão de Processos (PA 0007163-05.2017.5.04.0000).

## 5.2 Revisão dos Processos TIC

Conforme recomendação do CNJ, foram revisados todos os processos executados pela Setic, tendo sido aprimorados: Gestão de Riscos de Segurança da Informação, Gestão de Continuidade de TIC, Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, Treinamento e conscientização em SI, Elaboração e Revisão de Normas de SI, Sistema de Gestão de Segurança da Informação, Incidente em Serviços, Mudança e Liberação de Serviços, Problemas, Gerenciamento de Catálogo de Serviços, Processo de Desenvolvimento de *Software*, Planejamento de Contratações de TIC, Gestão de Contratações de TIC e Plano Estratégico de TIC.

## 5.3 Ferramenta de Gestão de Serviços de TIC (Assyst/ITAM)

O sistema que era utilizado com foco exclusivo na gestão de incidentes de TIC recebeu algumas melhorias em 2017 que permitiram adotá-lo para acompanhamento das tarefas das áreas da Setic (gestão dos *backlogs*).

## 5.4 Plano Estratégico de TIC 016/2020

No ano de 2017, foram realizadas reuniões internas da Setic para avaliar os indicadores e adequar resultados e metas do Planejamento Estratégico de TIC, para o período 2016/2020. Em junho, a Setic apresentou a avaliação do Petic na reunião de avaliação estratégica RAE 01/2017, sendo a revisão posteriormente aprovada pela RA nº 26/2017 (PA 0002436-37.2016.5.04.0000).

## 5.5 Pesquisa de Opinião

Com a intenção de atender cada vez melhor os usuários, foram estabelecidos dois objetivos estratégicos para conduzir as ações e os projetos nessa direção, mensurados por meio de pesquisas de opinião. São eles:

- Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários;
  - o Para avaliar esse objetivo, foi utilizada a pesquisa de satisfação Institucional do Tribunal, publicada no mês de outubro, que apontou índice de aprovação de 88,5%. A meta estabelecida para 2017 era de 91%, assim novas ações serão avaliadas em 2018 para o seu atingimento
- Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho.
  - o Para avaliar esse objetivo, será publicada uma nova pesquisa, em fevereiro de 2018, pela Setic, para avaliar a satisfação com os serviços prestados de TIC.

## **5.6 Apoio na Implementação de Formulários do Trace GP em outras áreas do Tribunal**

A ferramenta *Trace GF*, utilizada para gestão de projetos e demandas, tem sido adotada por outras áreas do Tribunal. Para que o uso fosse estendido, foi contratada consultoria para especificação de necessidades e implementação dos formulários definidos, tarefas gerenciadas pela Setic. Em 2017, pode-se destacar a implantação e/ou melhorias em formulários utilizados pela Seapa e Secom.

## **5.7 Levantamentos de Órgãos Auditores**

A Coordenadoria de Gestão de TIC é responsável por coordenar os levantamentos e as requisições de documentos e informações (RDI) dos órgãos aos quais a Setic é submetida. No ano de 2017, foram respondidos levantamentos do CNJ e CSJT, bem como relatório de auditoria realizado pela Secretaria de Controle Interno do Tribunal. Como resultado da auditoria conduzida pelo CSJT no TRT, foram apontados dois achados positivos no âmbito do TRT: o Processo de Continuidade de Negócios e Plano Anual de Capacitação de TIC.

## **5.8 Gestão Orçamentária**

Devido à sua natureza, a área de TIC gerenciou, em 2017, recursos na ordem de R\$11.200.000,00, parcela significativa do orçamento do Tribunal. Além desse recurso orçamentário, o Tribunal recebeu descentralizações orçamentárias do CSJT para aquisição de soluções de TI a partir de ações nacionais, por meio do Projeto do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho – SIGI-JT. Em 2017, tais descentralizações somaram mais de R\$ 3.600.000,00.

## **5.9 Processos de aquisição de bens e serviços de TIC**

Dentre as contratações conduzidas pela CGTIC em 2017 destacam-se o Registro de Preços para contratação da nova Rede WAN para toda a Justiça do Trabalho, a renovação da solução de *backup* do Tribunal e a aquisição de novos grupos geradores que sustentam a sala-cofre e o CPD secundário do Tribunal, além de serviços de manutenção de equipamentos e *softwares* utilizados na infraestrutura tecnológica do Tribunal.

Ao todo, foram gerenciados 22 processos de contratação por Pregão, 7 participações em registros de preços, 1 adesão a registro de preços, 16 aditivos contratuais, 15 dispensas de licitação e 5 inexigibilidades.

## **5.10 Gestão de contratos**

Foram gerenciados 159 contratos de diversas naturezas, relativos ao fornecimento de equipamentos, prestação de serviços técnicos, garantias, comunicação de dados, entre outros. Destes, 119 encontravam-se vigentes no final do exercício. No mesmo período, foram conferidas e atestadas mais de 660 faturas de produtos e serviços contratados e realizadas mais de 320 consultas de preços junto ao mercado.

A seguir está a relação dos contratos de tecnologia da informação vigentes no final de 2017:

Descrição	Contrato	Valor Total	Vigência
-----------	----------	-------------	----------

DISPOSITIVO DE <i>BACKUP</i> BASEADO EM DISCO ( <i>BACKUP</i> VTL) PE 0009/14-8	100/14	R\$144.371,84	09/02/18
<i>DOCKING STATION</i> PARA NOTEBOOK	115/15	R\$28.048,50	17/02/18
REDE CORPORATIVA WAN – CONTRATAÇÃO MEDIANTE PARTICIPAÇÃO NO REGISTRO DE PREÇOS PE 010/2012 TRT DA 23ª REGIÃO.	66/12	R\$9.016.601,30	26/02/18
IMPRESSORA EPSON L1300 PARA IMPRESSÃO DE FOTOLITO NEGATIVO USADO NA CONFECÇÃO DE CARIMBOS	0117/17-4	R\$2.657,90	07/03/18
MANUTENÇÃO E GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES DE LICENÇAS DE <i>SOFTWARES</i> ORACLE PERTENCENTES AO TRIBUNAL	17/2016	R\$561.831,36	17/03/18
ASSINATURA ANUAL <i>SOFTWARE</i> PLEO – planilha eletrônica de orçamento – Ano 2017	0037/17-4	R\$1.380,00	27/03/18
ATUALIZAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – <i>SOFTWARE</i> MÓDULO <i>RISK MANAGER</i> E PLATAFORMA DE <i>SOFTWARES</i> MICROSOFT – SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO E <i>UPGRADE</i> DA SOLUÇÃO	11/2015	R\$41.576,15	30/03/18
AQUISIÇÃO DA LICENÇA <i>CITRIX NETSCALER VPX 200 STANDARD</i> COM SERVIÇO DE SUPORTE POR 1 ANO	18/17	R\$25.650,00	30/03/18
CERTIFICADOS DIGITAIS, MÍDIAS CRIPTOGRÁFICAS E VISITAS TÉCNICAS PARA VALIDAÇÃO – ARPS 58/2016 E 59/2016 DO CNJ	15/17	R\$41.070,00	10/04/18
COMPRA DE 30 ADAPTADORES DE HD 3.5" PARA BAIA DE 5.25"	0168/17-4	R\$175,00	23/04/18
ACESSO À BASE DE DADOS DOS SISTEMAS DE CADASTRO DE CPF/CNPJ	26/16	R\$375.618,24	26/04/18
DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E INTEGRAÇÃO DO SUBSISTEMA DE AUDIÊNCIAS AO PJE	03/2015	R\$0,00	27/04/18
EMIÇÃO DE 18 CERTIFICADOS DIGITAIS DE EQUIPAMENTO FORMATO TIPO A1 ICP-BRASIL	0190/17-4	R\$7.200,00	12/05/18
MOUSE ORTOPÉDICO	0230/15-4	R\$2.890,00	13/05/18
<i>SOFTWARE</i> SIABI (LICENÇA DE USO E SUPORTE TÉCNICO)	101/2015	R\$43.326,90	29/05/18
RENOVAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE SUPORTE DO <i>SOFTWARE</i> <i>CITRIX XENAPP</i> (360 LICENÇAS) PE 0030/17-8 Séries Up-0000545631-40556, LA-0001192455-23904, LA-0001170093-19746, LA-0001029482-30960	0030/17-8	R\$87.457,00	02/06/18
IMPRESSORA DE CRACHÁS FUNCIONAIS	0125/15-4	R\$7.982,61	21/06/18
SCANNER DE MESA FALADO	0261/15-4	R\$4.191,20	28/06/18
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CENTRAL	49/13	R\$124.980,00	08/07/18

TELEFÔNICA (BB 483536)			
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA REDE CORPORATIVA – WAN	05/16	R\$3.085.620,00	13/07/18
FILTRO DE CONTEÚDO – SOFTWARE E HARDWARE	11/2014	R\$440.360,88	17/07/18
SERVIÇO DE ACESSO AOS SISTEMAS CPF/CNPJ DA RECEITA FEDERAL	52/16	R\$12.000,00	18/07/18
SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE SOFTWARE – REDHAT	95/16	R\$58.400,00	24/07/18
Renovação de assinatura de licenças para o uso do software DEBIT TRABALHISTA	0342/17-4	R\$1.219,00	27/07/18
REGISTRO ANUAL DA BASE DE ROTEAMENTO	0242/15-4	R\$6.726,00	05/08/18
AMPLIAÇÃO DA SOLUÇÃO INTEGRADA PARA A GESTÃO DE SISTEMAS DE CFTV GEOVISION	43/17	R\$49.000,00	09/08/18
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE SOFTWARE DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL – Jboss e PostgreSQL	89/2014	R\$242.304,00	18/08/18
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE SOFTWARE DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL – MICROSOFT	90/2014	R\$55.998,00	18/08/18
ESTAÇÃO DE TRABALHO – MICROCOMPUTADOR DESKTOP – RP 0116/12 – TST	111/13	R\$4.599.851,00	24/08/18
CONTRATAÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS, MÍDIAS CRIPTOGRÁFICAS E VISITAS TÉCNICAS PARA VALIDAÇÃO DOS CERTIFICADOS. (ARP 0002/17-9)	14/17	R\$53.400,00	01/09/2018
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CENTRAIS TELEFÔNICAS (BB 499615)	84/13	R\$294.331,15	30/09/18
TV 32 POLEGADAS, formato da tela: <i>widescreen</i> ; conexão HDMI; alimentação: bivolt automática. Marca: Philco PH32E31DS GW.	0463/17-4	R\$1.198,00	16/10/18
ALUGUEL DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO DE ALARMES DE INTRUSÃO	0538/17-4	R\$7.980,00	04/11/18
ESTAÇÃO DE TRABALHO (WORKSTATION)	0003/13-9	R\$195.110,00	04/11/18
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE SOFTWARES	09/2015	R\$83.032,15	26/11/18
OTIMIZAÇÃO DE REDE WAN (ACELERADORES) (BB 462422) PE 0078/12-8	85/13	R\$1.744.219,96	28/11/18
SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO COM ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA PARA TODOS OS COMPONENTES DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE SERVIÇOS – AXIOS ASSYST ENTERPRISE E DA FERRAMENTA DE GESTÃO NDE ATIVOS (ITAM)	26/2017	R\$225.283,40	29/11/18

COMPUTADORES DE REDE (SWITCHES) PARA O INTERIOR DO ESTADO	90/13	R\$1.002.984,00	08/12/18
LINK DE INTERNET	0545/17-4	R\$5.789,00	12/12/18
MONITORES 29 <i>ULTRAWIDE</i> , MARCA LG	0066/17-8	R\$2.198.000,00	13/12/18
SERVIÇO DE EXPANSÃO DA SOLUÇÃO <i>QLIK</i>	139/17	R\$657.215,00	25/12/18
MANUTENÇÃO DE COMPONENTES DA SOLUÇÃO DE SERVIDORES <i>BLADES</i> DO TRIBUNAL	90/16	R\$155.242,36	31/12/18
EXTENSÃO DE GARANTIA DE COMPONENTES DA SOLUÇÃO DE SERVIDORES <i>BLADES</i> DO TRIBUNAL	24/17	R\$159.044,97	31/12/18
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA ACONSELHAMENTO IMPARCIAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	110/15	R\$603.067,89	06/01/19
CABOS PADRÃO <i>DISPLAYPORT</i>	6667/17-4	R\$7.280,00	08/01/19
<i>LINK</i> DE ACESSO DEDICADO À INTERNET com capacidade de 200MBPS – Porto Alegre	48/16	R\$132.753,35	10/01/19
<i>LINK</i> DE ACESSO DEDICADO À INTERNET – Porto Alegre	49/16	R\$132.753,35	10/01/19
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL – Adesão ARP 09/15-TRT 3ª Região	109/15	R\$1.680.110,64	20/01/19
SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL COM FORNECIMENTO DE APARELHO EM COMODATO	33/16	R\$113.820,00	20/01/19
MANUTENÇÃO DO SISTEMA <i>TRACEGP</i> PARA ATUALIZAÇÕES DE NOVAS VERSÕES E SUPORTE TÉCNICO	59/17	R\$5.998,93	30/01/19
MICROCOMPUTADORES – ESTAÇÕES DE TRABALHO – ADESÃO ARP 14/2014 DO TRT2	112/2014	R\$4.557.340,00	25/02/19
SERVIDORES DE REDE (REGISTRO DE PREÇOS) (BB: 507700) – 20 SERVIDORES	110/13	R\$367.555,40	20/03/19
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GRUPOS GERADORES	67/16	R\$55.500,00	29/03/19
MICROCOMPUTADORES – ESTAÇÕES DE TRABALHO – ADESÃO ARP 14/2014 DO TRT2	112/2014	-	29/03/19
CENTRAIS TELEFÔNICAS	102/14	R\$827.176,00	13/04/19
COMUNICAÇÃO DE DADOS – Prédios TRT na Av. Praia de Belas e Rua João Telles	50/2016	R\$63.000,00	14/04/19
<i>WORKSTATION</i> (ESTAÇÃO DE TRABALHO) – ESCOLA JUDICIAL – ADESÃO ARP 25/2013 DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 37/2013 DA UFRGS	0007/13-9	R\$10.055,00	14/04/19
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE <i>SOFTWARE</i> (TECNOLOGIA <i>ZABIX</i> )	53/2017	R\$76.972,80	16/04/19



MICROCOMPUTADORES – ESTAÇÕES DE TRABALHO – ADESÃO ARP 14/2014 DO TRT2	112/2014	-	28/04/19
ROTEADORES PARA ACESSO À INTERNET (BB 515030)	103/13	R\$340.000,00	22/05/19
MICROCOMPUTADORES – ESTAÇÕES DE TRABALHO – ADESÃO ARP 14/2014 DO TRT2	112/2014	-	28/05/19
MICROCOMPUTADORES – ESTAÇÕES DE TRABALHO – ADESÃO ARP 14/2014 DO TRT2	112/2014	-	28/06/19
SERVIÇO DE CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE SOFTWARE – VMWARE	117/17	R\$41.800,00	28/07/19
PARAMETRIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE FORMULÁRIOS DE DEMANDAS – TRACE GP	57/14	R\$92.560,00	12/08/19
WORKSTATIONS (ESTAÇÕES DE TRABALHO) – ADESÃO ARP UFRGS 025/2013 (PE 037/2013)	0011/14-9	R\$211.375,00	29/09/19
PROJETORES MULTIMÍDIA lote 1 Projetor multimídia 3.000 lumens Marca: EPSON, Modelo X29	89/15	R\$41.526,00	12/10/19
INTERLIGAÇÃO POR FIBRA ÓTICA DOS DOIS PRÉDIOS – FORO TRABALHISTA DE SANTA ROSA	0541/17-4	R\$2.529,12	18/10/19
SOLUÇÃO INTEGRADA DE MONITORAMENTO DE PERFORMANCE DE APLICAÇÕES. ARP 0015/15-9.	81/2015	R\$794.544,00	20/11/19
SERVIÇO – LICENÇAS E SUBSCRIÇÕES DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARES IBM SPECTRUM PROTECT E VMWARE PE 0046/16-8	101/16	R\$523.644,12	30/11/19
AQUISIÇÃO DE SOFTWARES (AUTOCAD, ADOBE INDESIGN E SQLSERVER)	0039/16-8	R\$16.396,00	01/12/19
MANUTENÇÃO DE SOFTWARES AUTOCAD	0039/16-8	R\$185.139,60	04/12/19
SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA SUÍTE TRAUMA ZERO	129/17	R\$80.160,00	05/12/19
AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS ARP 0018/16-9	0018/16-9	R\$700.600,00	06/12/19
Software SQLServer 2016 Standard per core (2 cores por licença)	0039/16-8	R\$45.600,00	12/12/19
ACESSO À INTERNET MÓVEL	95/14	R\$978.177,80	16/12/19
SERVIDORES DE REDE (REGISTRO DE PREÇOS) (BB: 507700)	73/14	R\$459.444,25	16/12/19
AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA RENOVAÇÃO DO PARQUE DO TRIBUNAL (ARP 0015/16-9) CPU	0015/16-9	R\$394.588,00	18/12/19
MICROCOMPUTADORES PADRÃO MINI DESKTOP	80/16	R\$4.286.250,00	18/12/19
AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS ARP 0027/16-9	0027/16-9	R\$31.000,00	20/12/19
LICENÇAS E SUBSCRIÇÕES IBM SPECTRUM PROTECT E VMWARE	102/2016	R\$498.280,96	27/12/19

SERVIDORES DE REDE (REGISTRO DE PREÇOS) (BB: 507700) – 4 SERVIDORES	73/14	R\$73.511,08	27/01/20
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COMPREENDENDO SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE <i>BUSINESS INTELLIGENCE SAP</i>	135/17	R\$109.500,00	09/04/20
CONTRATAÇÃO DE EMISSÃO DE 440 CERTIFICADOS DIGITAIS CERTJUS, TIPO A3 – ADESÃO ARP 10/2016 TRF4	85/16	R\$22.000,00	24/04/20
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CENTRAL DE SERVIDORES DE REDE	118/14	R\$1.691.840,00	29/04/20
FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM COMPUTAÇÃO EM NUVEM ( <i>CLOUD COMPUTING</i> ) INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO	106/17	R\$1.196.565,00	08/05/20
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CENTRAL DE SERVIDORES DE REDE	13/15	R\$761.000,00	27/05/20
SUPORTE E GARANTIA DOS <i>SWITCHES</i> SAN CISCO MDS 9148	66/2015	R\$60.500,00	10/09/20
EXPANSÃO DOS EQUIPAMENTOS <i>SWITCHES</i> SAN CISCO	11/17	R\$179.592,00	10/09/20
PROJETORES MULTIMÍDIA lote 2 Projetor multimídia 4.000 lumens Marca: PANASONIC, Modelo PTVW355N	89/15	-	12/09/20
SOLUÇÃO DE CARIMBO DE TEMPO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS – PROTOCOLO DIGITAL DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	95/15	R\$395.253,60	10/12/20
MICROCOMPUTADORES PADRÃO MINI <i>DESKTOP</i>	80/16	R\$206.375,00	18/12/20
AQUISIÇÃO DE <i>SOFTWARES</i> DE EDIÇÃO E IMAGEM E VÍDEO (2 ADOBE LIGHTROOM – PERPÉTUA, 6 ADOBE <i>CREATIVE CLOUD</i> E 4 ADOBE <i>PHOTOSHOP</i> 3 ANOS)	0081/17-8	R\$133.780,72	26/12/20
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CENTRAL DE SERVIDORES DE REDE – ADESÃO A ARP	105/15	R\$325.000,00	24/02/21
RENOVAÇÃO DE SUPORTE E GARANTIA E EXPANSÃO DOS ATIVOS DE REDE LOCAL DO TRT 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE	117/15	R\$973.070,77	07/04/21
SERVIDORES DE REDE PARA FOROS DO INTERIOR E CAPITAL/RS	119/15	R\$599.600,00	07/04/21
RENOVAÇÃO DE SUPORTE E GARANTIA E EXPANSÃO DOS ATIVOS DE REDE LOCAL DO TRT 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE	118/15	R\$351.728,16	07/04/21
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE ENDPOINTS (ANTIVÍRUS) – ARP 01/17 DO TRT DA 13ª REGIÃO	19/17	R\$521.197,44	09/05/21
<i>NOBREAK</i> – INTERIOR	122/15	R\$574.999,70	14/06/21

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A OAB/RS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO RECÍPROCO A INFORMAÇÕES	47/16	R\$0,00	07/07/21
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O TRT4 E A IOB	53/2016	R\$0,00	21/07/21
SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS COM ALTA DISPONIBILIDADE ENTRE 2 <i>DATA CENTERS</i> – REGISTRO DE PREÇOS	91/16	R\$5.400.000,00	16/03/22
FORNECIMENTO DE <i>NOBREAKS</i> MÉDIOS – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E GARANTIA	68/16	R\$77.900,00	11/05/22
ACESSO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES DO DETRAN/RS – GID	63/17	R\$14.871,60	08/08/22
AQUISIÇÃO DE <i>NOBREAKS</i> PARA <i>RACK</i> , INCLUINDO INSTALAÇÃO E SERVIÇOS DE GARANTIA,	68/2017	R\$123.264,00	19/10/22
Formalização de Termo de Cooperação para cessão de uso do Sistema de Conciliação Virtual do TRT da 4ª Região para o TRT da 16ª Região	102/17	R\$0,00	30/10/22
ATUALIZAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA DE PORTO ALEGRE	105/2017	R\$593.000,00	21/12/22
IMPRESSORAS <i>LASER</i> MONOCROMÁTICAS	112/17	R\$1.260.000,00	25/12/22
IMPRESSORAS <i>LASER</i> MONOCROMÁTICAS	113/17	R\$38.500,00	17/01/23
<i>NOBREAKS</i> DE PORTE PEQUENO, INCLUINDO SERVIÇO DE GARANTIA DE 36 MESES – MARCA SMS	90/2017	R\$602.504,00	36 meses
<i>APPLIANCE</i> DE BALANCEAMENTO E ENTREGA DE APLICAÇÕES WEB ADC ( <i>APPLICATION DELIVERY CONTROLLER</i> )	121/15	R\$77.993,25	48 meses
FORNECIMENTO DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA SOLUÇÃO DE <i>BACKUP</i> DE DADOS DO TRIBUNAL (VTL)	133/17	R\$877.875,00	5 anos
FORNECIMENTO DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA SOLUÇÃO DE <i>BACKUP</i> DE DADOS DO TRIBUNAL ( <i>TYPE LIBRARY</i> )	132/17	R\$155.000,00	5 anos
AQUISIÇÃO DE GRUPOS MOTO-GERADORES, INCLUINDO INSTALAÇÃO TREINAMENTO, GARANTIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA	72/17	R\$680.000,00	60 meses
SERVIÇO DE TRANSPORTE, FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S500 PARA GRUPOS GERADORES	0358/16-4	R\$2.075,50	até vigência empenho
SERVIÇO DE TRANSPORTE, FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S500 PARA GRUPOS GERADORES	0666/17-4	R\$7.358,00	até vigência empenho
<i>SOFTWARE</i> ZOOM TEXT ZoomText 11 Português, Sem voz. Descrição: <i>software</i> ampliador de telas <i>ZOMM TEXT</i>	0463/17-4	R\$2.500,00	licença perpétua

MAGNIFIER.			
SOFTWARE – FERRAMENTA DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA A VALIAÇÃO DE VALORES DE LOCAÇÃO E VENAS DOS IMÓVEIS	0664/17-4	R\$780,00	licença perpétua
LICENÇAS CONCORRENTES ITSM AXIOS ASSYST ENTERPRISE	0003/17-9	R\$101.900,00	licença perpétua
CERTIFICADO DIGITAL PARA ASSINATURA DE CÓDIGO (CODE SIGNING CERTIFICATE)	0049/17-9	R\$750,00	Novembro 2020

### 5.11 Plano Anual de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação visa à atualização e ao aperfeiçoamento das competências técnicas e gerenciais dos servidores da Setic de forma racionalizada e controlada, atendendo também à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº 5.707/2006 e ao Acórdão 381/2011 do TCU.

Em 2017, servidores da Setic realizaram 281 treinamentos, dispersos entre os 47 diferentes perfis técnicos definidos. Assim, em média foram realizadas 43 horas de treinamento por servidor. A documentação completa encontra-se no processo administrativo 0000961-12.2017.5.04.0000.

Neste exercício, também foi regulamentado o processo de planejamento e gestão do Plano Anual de Capacitação da Setic, tornando mais transparente sua forma de elaboração e gestão.

### 5.12 Portfólio de projetos de TI

O Escritório de Projetos de TIC acompanhou a execução e documentação dos projetos contidos no Plano Diretor de TI de 2017. Ao todo, foram gerenciados 51 projetos distribuídos entre as cinco coordenadorias da Setic.

O acompanhamento dos projetos foi realizado em todas as suas fases, desde a proposta, o planejamento e a execução, até o encerramento, com o objetivo de assegurar que as áreas internas da Setic estivessem trabalhando de forma alinhada aos propósitos definidos no Plano de Projeto aprovado, garantindo que as expectativas fossem atendidas. Este acompanhamento foi realizado por meio de intervenções pontuais e reuniões mensais com os gerentes de projetos para levantamento da sua situação, com o objetivo de esclarecer dúvidas, obter informações sobre o andamento, pontos de atenção, pendências, bem como avaliar se a execução estava de acordo com o planejado apontando necessidades de replanejamento, conforme o caso. As informações obtidas foram mensalmente consolidadas e reportadas em relatórios enviados para todos os integrantes da Secretaria. O detalhamento dos projetos é disponibilizado no Portal de Governança, acessível no site do TRT4.

O Escritório de Projetos de TIC também deu apoio na utilização da metodologia de gerenciamento de projetos, bem como suporte para utilização da ferramenta adotada (TraceGP). Após a etapa de encerramento de cada projeto concluído, foram realizadas as medições dos benefícios alcançados, com validação do responsável pela área na qual o projeto foi aplicado. Os

benefícios alcançados pelos projetos concluídos estão publicados no portal de Governança de TIC (Menu *Monitoração – Monitoração de projetos*).

### 5.13 Segundo ciclo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação

Foi realizado o segundo ciclo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, repetindo o escopo de aplicabilidade do primeiro ciclo, limitado aos serviços de TIC que suportam seu processo de prestação jurisdicional (1º e 2º graus de jurisdição, trabalho remoto e público externo), excluídos os serviços de TIC que atendem a área administrativa.

Os principais resultados obtidos foram:

- **Análise e Avaliação de Riscos**

Análise de Riscos por PSR	2015 (1º ciclo)	2017 (2º ciclo)
<b>Security Index</b> Percentual do grau de riscos controlados devido à implementação dos controles	<b>61,69%</b>	<b>75,05%</b>
<b>Risk Index</b> Percentual do grau de riscos não controlados devido à ausência de controles	<b>38,31%</b>	<b>24,95%</b>

- **Gestão de Continuidade** – revisão e testes dos planos de recuperação de desastre (PRDs) e de continuidade operacional (PCOs).
- **Política de Segurança da Informação (PSI)** – revisão da PSI vigente (diretrizes gerais e normas complementares), com proposição e aprovação de melhorias, constantes da Portaria nº 7.137/2017.
- **Plano de Tratamento de Riscos** – O Plano aprovado previa um risco residual proposto de risco residual de 18,2 % (com uma redução de 6,75% no total de riscos identificados), que foi alcançado, com a execução de todas as ações de mitigação propostas.
- **Indicadores** – foi realizada a medição dos indicadores definidos no primeiro ciclo do SGSI, tendo sido alcançadas as metas previstas para 2017.

### 5.14 Projeto Capacitação à Distância em Segurança da Informação

Em 2017, foi realizado treinamento à distância na área de Segurança da Informação, com carga horária de 20 horas, destinado a desenvolver o conhecimento dos participantes sobre os conceitos e aspectos principais da Segurança da Informação, conscientizando-os sobre sua importância no dia a dia, pessoal e profissional. O curso compreende os seguintes módulos: Conceitos Básicos de Segurança da Informação, Gestão de Segurança da Informação no TRT, Proteção contra ações maliciosas, Segurança da Informação na Prática. Foram realizadas 3 turmas, que resultaram no treinamento de 429 servidores.

### 5.15 Sensibilização de Segurança da Informação

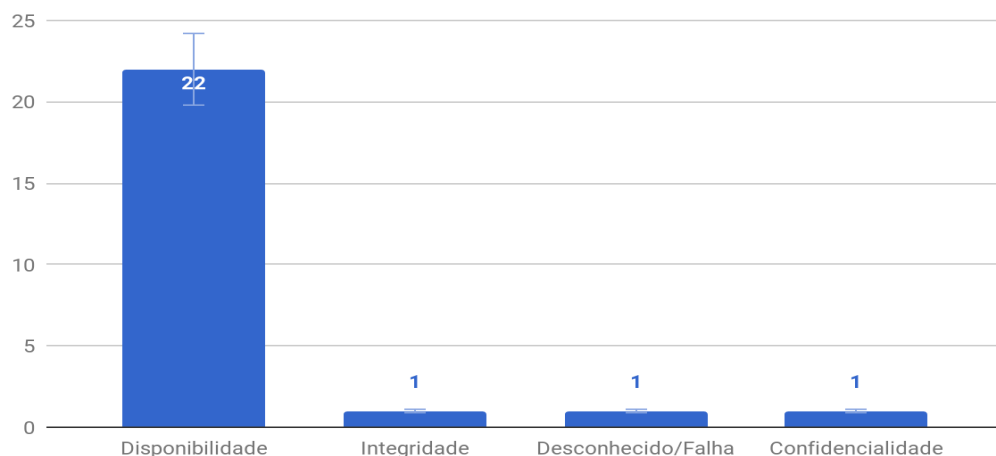
Mensalmente a Setic envia a todos os novos servidores, magistrados e estagiários a Política de Segurança da Informação, para conhecimento.

### 5.16 Gerenciamento das solicitações, demandas e incidentes de segurança

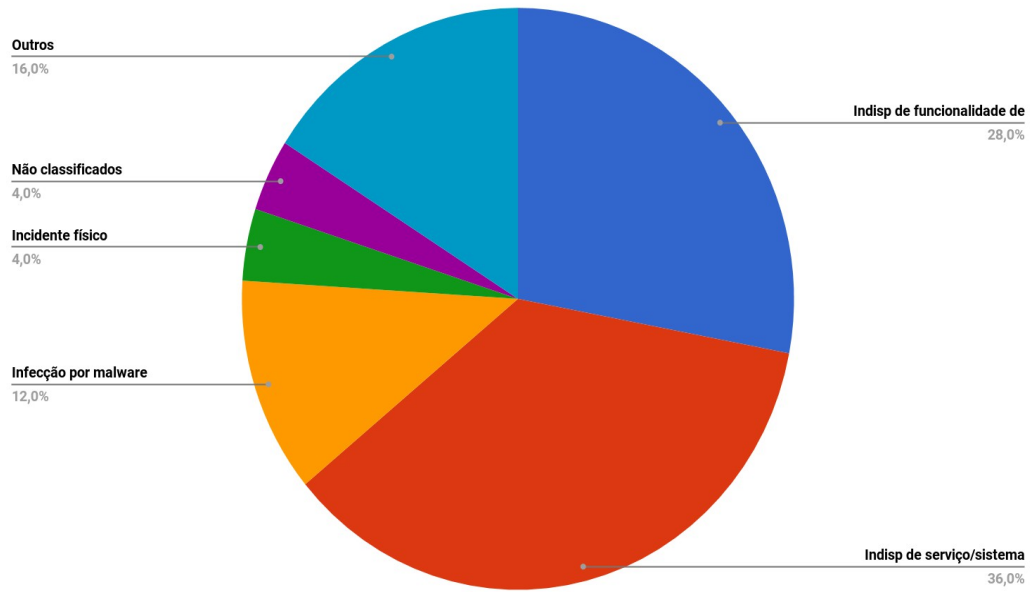
O Escritório de Segurança da Informação coordena as ações necessárias na ocorrência de incidentes de segurança da informação e gerenciamento das demandas encaminhadas por usuários, com fornecimento de subsídios ao Comitê de Segurança da Informação para a tomada de decisão.

Em 2017, foram formalizados 28 Relatórios de Incidentes de Segurança da Informação. Verificou-se que a média de resolução dos incidentes foi de 2,45 dias, e as equipes mais envolvidas na resolução dos problemas integram a Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica. Da análise destes registros, obtivemos os seguintes dados quanto aos incidentes registrados:

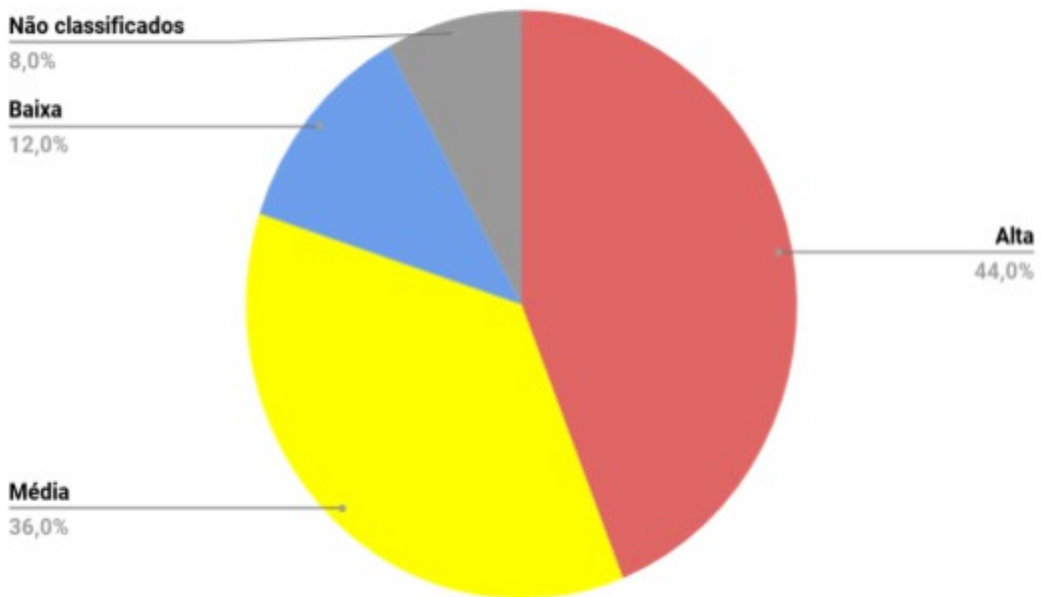
Tipos de Impacto



### Tipos de incidentes



### Severidade dos incidentes



# SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2017, a Secretaria de Comunicação Social realizou as seguintes atividades:

## **Notícias no site institucional**

Foram publicadas 633 notícias no *site* do TRT. As matérias abordam, basicamente, decisões judiciais e administrativas, informações sobre serviços da Justiça do Trabalho gaúcha, boas práticas, projetos institucionais, artigos, novidades da Jurisprudência, cobertura da agenda da Administração, campanhas institucionais (trabalho infantil, trabalho seguro, ações socioambientais), cobertura de solenidades, registros de acontecimentos, avisos de utilidade pública, entre outros assuntos.

## **Cobertura de eventos**

A equipe da Secretaria de Comunicação Social – Secom realizou a cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos relacionados à Justiça do Trabalho do RS, tendo publicado as notícias no *site*, no Portal VOX e, quando cabível, nas redes sociais.

## **Cobertura da agenda da Administração**

Acompanhamento da agenda da Administração, com publicação de notícias no *site* sobre eventos e reuniões dos seus integrantes.

## **Redes Sociais**

As páginas do TRT-RS nas redes sociais crescem em importância dia a dia: são, hoje, um meio direto de acesso a grande número de cidadãos, em muito superando numericamente o público que acessa o *site* do Tribunal. A título de exemplo, uma única publicação no Facebook alcançou 74 mil pessoas. Além da proximidade permitida com amplo público, as redes sociais também propiciam a divulgação de conteúdo em diversos formatos (fotos no Flickr, vídeos no YouTube, por exemplo). Em 2017, foram publicadas 398 postagens no Facebook e 220 no Twitter, além da prestação de esclarecimentos em mensagens diretas ou respostas a comentários. No YouTube, foram 32 vídeos publicados (matérias jornalísticas + *drops* do Minuto do Trabalhador) e, no Flickr, 7.834 fotos, de todos os eventos institucionais, disponibilizadas em alta resolução, possibilitado acesso e *download* das imagens. A complementariedade entre as redes é expressa não somente pelo formato em que são especializadas, mas também pelo perfil dos usuários que acompanham as páginas do TRT: predominantemente jovem e masculino no Twitter e no Youtube, por exemplo, e mais maduro e feminino, no Facebook.

## **Assessoria de Imprensa**

A Secom deu continuidade à condução do relacionamento do TRT-RS com a imprensa. A atividade envolve atendimento a jornalistas, sugestões de pauta, envio de *releases* e agendamento de entrevistas. Destaque para o projeto que agenda entrevistas do corregedor ou do vice-corregedor em cidades do interior do estado, nos dias de correição ordinária. Em 2017, foram obtidas 1.639 publicações espontâneas na imprensa, obtidas por meio do trabalho da Secom.



## **Portal VOX**

Em 2017, a Secretaria de Comunicação Social deu continuidade à administração do conteúdo do VOX, portal interno lançado em 2013. Ao longo do ano, foram publicadas 630 matérias no portal, distribuídas entre suas diversas editorias.

## **Clipping**

A Secom envia um *clipping* diário, com todas as notícias veiculadas nos *sites* do TRT, TST, CSJT e CNJ e matérias de jornais, rádios e TVs que tenham relação com o TRT, a Justiça do Trabalho ou com o mundo do trabalho em geral. A produção do *clipping* é terceirizada, mas revisada e editada pela equipe da Seco.

## **Criação e produção de peças gráficas**

A Secom criou e produziu grande variedade de peças gráficas para o TRT, como cartazes, *banners*, faixas, *folders*, cartões, fundos de palco, convites, material de apoio a eventos, placas, dentre outros. Ao todo, foram criadas peças gráficas para 71 temas diferentes. Também houve adaptação de peças gráficas para outros 40 temas (nesse caso, são artes criadas pela Secom em anos anteriores ou produzidas por outro órgão, que necessitaram alguma personalização ou adaptação para o contexto do TRT-RS).

## **Atualização dos perfis dos Desembargadores no site**

A Secom efetuou as atualizações necessárias nos currículos resumidos de todos os Desembargadores do TRT da 4ª Região. O material pode ser acessado pelo *site* instituição.

## **Monitores nos elevadores e saguões**

Ao longo de 2017, a Secom atualizou diariamente o conteúdo dos monitores nos elevadores e saguões do prédio-sede do TRT e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, composto por notícias, informações de utilidade pública, peças de campanhas, agenda de eventos, dentre outros assuntos.

## **Arquivo fotográfico**

A Secom manteve arquivo fotográfico de todos os eventos realizados no Tribunal.

## **Avisos de Utilidade Pública**

Foram enviados por e-mail, pela Secom, comunicados a todo o público interno, informando falecimentos de magistrados/servidores/familiares ou pedidos de doação de sangue ou plaquetas.

## **Outubro Rosa**

A Secom contribuiu com a campanha Outubro Rosa com a divulgação, no *site*, nas redes sociais e no Portal VOX, de matéria informativa sobre prevenção do câncer de mama, a partir de conteúdo elaborado pela Coordenadoria de Saúde. Também deu publicidade à iluminação rosa nas fachadas do Tribunal e de unidades do Interior. No Portal VOX, a Secom divulgou fotos de equipes de setores do TRT-RS vestidos de rosa, em alusão à campanha.

## **Homenagem por tempo de serviço**

A Secom produziu convite especial, fundo de palco os certificados do evento que homenageou servidores com 10, 20 e 30 anos de exercício na Instituição. Evento realizado em 24 de novembro, com ampla cobertura da Secom.

### **Ação contra trabalho infantil**

A Secom atuou diretamente nas ações planejadas pelo TRT-RS para o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (12 de junho). As ações ocorreram no dia 11 de junho (domingo). A primeira delas foi na Maratona Internacional de Porto Alegre. Todos os 7,5 mil corredores da maratona receberam, quando da entrega dos *kits* de prova, um panfleto informativo sobre trabalho infantil e um adesivo com a mensagem “Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil – Eu também corro por esta causa”, ambas as peças produzidas pela Secom. Alguns atletas disputaram as provas com o adesivo colado na camiseta.

Terminada a Maratona de Porto Alegre, a campanha contra o trabalho infantil voltou-se para o Parque da Redenção. No local, magistrados e servidores distribuíram material informativo. A ação ocorreu em frente ao Monumento ao Expedicionário, junto ao ônibus do Ministério Público Estadual, parceiro no evento. O *kit* entregue às famílias com crianças continha: um panfleto com dados e explicação sobre os malefícios do trabalho infantil (produzido pela Secom); um *folder* sobre aprendizagem; dois gibis sobre trabalho infantil (edição especial da Turma da Mônica e a revista “MPT em Quadrinhos”); um pirulito e um catavento, símbolo mundial da campanha. A atividade também teve a parceria do Ministério Público do Trabalho no RS e do Ministério do Trabalho, e o apoio da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV), do Fórum Gaúcho de Aprendizagem Profissional (Fogap) e do Fórum Municipal de Aprendizagem Profissional (Formap).

A mesma ação realizada na Redenção repetiu-se no dia 15 de outubro, em alusão ao Dia da Criança (12 de outubro).

### **Projeto Tampart**

A Secom conduziu o projeto de instalação, no saguão do prédio-sede do TRT-RS, de um painel artístico produzido com tampinhas plásticas. A obra é do artista Ubiratan Fernandes, idealizador do Projeto Tampart, e foi instalada em 27 de julho. A iniciativa foi fruto de uma parceria entre a Justiça do Trabalho gaúcha e o Projeto Tampart, pela qual foram recolhidas, entre junho e dezembro de 2016, mais de 40 mil tampinhas no prédio-sede do Tribunal e no Foro Trabalhista de Porto Alegre. O objetivo da iniciativa foi promover a consciência sobre o descarte correto do lixo reciclável e o reaproveitamento dos materiais na sociedade. O tema do painel, que retrata duas crianças sorrindo, é o combate ao trabalho infantil. Em dezembro, a obra foi instalada na fachada do Foro Trabalhista de Porto Alegre, junto à entrada do Subsolo, onde permanecerá por tempo indeterminado. A campanha de recolhimento de tampinhas para o Projeto Tampart também continua em 2018.

### **Campanha do Agasalho**

A Secom divulgou novamente a Campanha do Agasalho do TRT-RS, por meio de matérias no *site* e na intranet, mensagens via e-mail e cartazes. A arte das peças foi atualizada pela Secom, para diferenciá-la da edição anterior. A coleta de roupas na Capital ocorreu entre os dias 12 de junho e 5 de julho, em três locais: o complexo prédio-sede e Administrativo, o Foro Trabalhista e a sede da rua João Telles. Durante o período, foram arrecadadas aproximadamente 1,8 mil peças de vestuário e centenas de roupas de cama e acessórios. A maior parte das doações da Capital foi destinada a trabalhadores terceirizados da Instituição. A campanha também beneficiou a comunidade da Ilha do Pavão e o Grupo Servir, que presta assistência a moradores de rua. A iniciativa também foi promovida em cidades do interior do estado, ficando a distribuição das doações a critério de cada unidade.

### **Campanha Natal Solidário**

A Secom divulgou novamente a campanha "Natal Solidário – Adote uma estrela", do TRT-RS, com atualização de *layout* das peças. Realizada em benefício de filhos e netos de terceirizados que atuam na Justiça Trabalhista gaúcha, em Porto Alegre, a campanha convidou magistrados e servidores a escolherem um dos nomes de criança dispostos em árvores de natal no prédio-sede e na sala da Direção do Foro Trabalhista da Capital. Cada estrela representava um(a) filho(a) ou neto(a) de trabalhadores/as terceirizados/as da Instituição. Os presentes foram organizados e entregues na manhã de 7 de dezembro. Ao todo, 282 crianças de até 12 anos foram contempladas pela iniciativa.

### **Campanha de descarte correto de lixo eletrônico**

A Secom divulgou, por meio de cartazes e matérias no *site* e na intranet, as edições da campanha para descarte seguro de lixo eletrônico realizadas em 2017. A campanha tem a participação das 16 entidades que fazem parte do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA), entre elas o TRT-RS. Foram disponibilizados coletores no TRT-RS e no Foro Trabalhista de Porto Alegre, para o descarte de lixo eletrônico pessoal: computadores, notebooks, *netbooks*, HDs, estabilizadores, fax, impressoras, *scanners*, monitores, periféricos, cabos, teclados, *tablets*, *smartphones*, celulares, MP3 *players*, baterias de celular, entre outros. O material recolhido é encaminhado a uma associação responsável por desmontar os resíduos eletrônicos e selecionar o que pode ser reciclado, reutilizado ou tratado.

### **Minuto do Trabalhador**

A Secom manteve, ao longo de 2017, a veiculação do quadro “Minuto do Trabalhador”, uma parceria do TRT-RS com a Rádio Farroupilha firmada em 2016. Trata-se de um áudio de um minuto, gravado por um(a) magistrado(a) da 4ª Região, com esclarecimentos sobre Direito do Trabalho, em linguagem simples e acessível. O quadro é veiculado nas manhãs de segunda a sexta-feira, durante o programa Comando Maior, apresentado por Gugu Streit. Sintonizada pelas estações 92.1 FM e 680 AM, a Rádio Farroupilha é uma das emissoras mais populares do estado.

Durante o programa Comando Maior, a audiência supera 70 mil ouvintes por minuto. A rádio pertence ao Grupo RBS.

Em 2017, o projeto do Minuto do Trabalhador ficou em terceiro lugar na categoria “Mídia Radiofônica” do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

### **Horizonte Sustentável**

No dia 5 de junho de 2017, a Secom promoveu o lançamento do portal Horizonte Sustentável, no VOX. A página foi pensada como um espaço permanente de integração de temas ambientais e socioeconômicos. A iniciativa absorve e dá continuidade aos temas desenvolvidos pela Campanha +Economia, lançada em 2016. A integração buscada pelo Horizonte Sustentável não fica restrita à divulgação das ações da Administração, abrindo-se à participação de todos. Por meio da Unidade Socioambiental, da Cogeso e do Gisa, o TRT-RS recebe dicas e sugestões de todos para compor políticas abrangentes e inclusivas no plano da sustentabilidade. Essa participação, que já vinha ocorrendo em outros lugares, conta agora com esse espaço centralizado, o qual absorverá também um portal de Boas Práticas. Servidores, magistrados, terceirizados e estagiários, assim como jurisdicionados, têm no Horizonte Sustentável uma porta aberta para engajar-se e propor ações à Administração do Tribunal. O Horizonte Sustentável entende a importância de tratar conjuntamente os três pilares da sustentabilidade: as suas

dimensões humana, econômica e social. Ele reflete também o compromisso de dar seguimento aos debates necessários para que essa abordagem seja horizontal, contínua e crescente, na medida em que o engajamento de todos for se somando rumo a esse futuro comum.

### **Comenda Mérito Judiciário**

A Secom teve participação relevante na solenidade de outorga da Comenda Mérito Judiciário do TRT-RS, ocorrida em 17 de novembro. A Secretaria conduziu a compra das medalhas (arte elaborada pela própria Secom) e dos porta-diplomas, produziu os diplomas, e fez a cobertura jornalística completa (texto, foto, redes sociais e vídeo).

### **Calendário da Diversidade**

A Secom produziu o Calendário 2018 do TRT-RS, com o tema da diversidade. A peça representa uma amostra da diversidade no quadro de pessoal da Justiça do Trabalho gaúcha. Seu objetivo é mostrar que a diversidade existe na Instituição e deve ser respeitada. O calendário reúne fotos de 523 homens e mulheres, entre magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, de diferentes raças, crenças, idades, orientações sexuais, deficiências e locais de origem. A maioria das fotos foi tirada pela Secom. Alguns participantes enviaram a foto por e-mail. A ação teve o apoio da Administração e do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT-RS. O projeto foi desenvolvido no âmbito da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal, instituída pela Resolução Administrativa nº 03/2017.

O Calendário 2018 foi distribuído entre todas as unidades administrativas e judiciárias da 4ª Região, para magistrados, servidores e estagiários.

### **Pesquisa de Satisfação**

A Secom conduziu a realização da Pesquisa de Satisfação do TRT-RS, no âmbito interno (magistrados e servidores) e externo (reclamantes, reclamados e advogados). A pesquisa ocorreu entre 17 de outubro e 3 de novembro, com a participação de 2.211 servidores, 149 magistrados e 800 entrevistados, reclamantes, reclamados e advogados. O levantamento foi executado pela empresa MK Pesquisa, de Belo Horizonte, contratada via licitação. As entrevistas externas foram realizadas em sedes da Justiça do Trabalho situadas em 32 municípios gaúchos. As internas, por meio de questionário enviado por e-mail.

### **Novo site**

A Secom participou ativamente do desenvolvimento do novo *site* do TRT-RS, lançado em 18 de setembro. A Secretaria desenvolveu o *layout* da página (com apoio de empresa especializada contratada), elaborou a proposta de organização do conteúdo dos menus e da página principal, criou e desenvolveu a nova seção “Informações ao Cidadão”, contribuiu na definição de parâmetros de acessibilidade, entre outras contribuições. O trabalho foi feito em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e com a Assessoria de Gestão Estratégica, contando, ainda, com a participação de outros setores que também alimentam o portal com dados e informações.

### **Caminhos da Justiça**

A Secom organizou a participação do TRT-RS na primeira edição do evento “Caminhos da Justiça”. A ação foi promovida em 9 de novembro pelos quatro Tribunais gaúchos que atendem diretamente a sociedade. Magistrados e servidores das quatro Instituições realizaram mais de 1,6 mil atendimentos no Largo Glênio Peres, no Centro Histórico de Porto Alegre, prestando serviços,

informações e esclarecendo dúvidas da população quanto aos seus direitos nas mais diversas áreas. No estande da Justiça do Trabalho, foram atendidas mais de 370 pessoas, que foram em busca de orientações sobre seus direitos trabalhistas ou de informações sobre o andamento de processos. Para este evento, a Secom também produziu um *folder* explicativo sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho e distribuiu material informativo sobre combate ao trabalho infantil e prevenção de acidentes de trabalho. O “Caminhos da Justiça” foi uma iniciativa inédita do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

### **Campanha nacional “Justiça, nosso trabalho”**

A Secom conduziu a participação do Tribunal na campanha “Justiça, Nosso Trabalho”, uma campanha nacional idealizada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecort) e executada pelos 24 TRTs do país. O objetivo da iniciativa foi mostrar que os direitos de patrões e empregados só estarão garantidos com uma Justiça do Trabalho forte e atuante.

A campanha foi lançada com um Ato Público no dia 31 de março, em todos os Regionais. Em Porto Alegre, o evento ocorreu no Foro Trabalhista e contou com a presença de centenas de pessoas, entre magistrados, servidores, procuradores, advogados, peritos, representantes de entidades de classe, trabalhadores, empregadores e demais cidadãos.

A contribuição da Secom do TRT-RS iniciou com a elaboração da logomarca da campanha, aplicada em todas as peças gráficas.

A campanha ainda envolveu: uma série de postagens no Facebook de todos os TRTs, destacando, a partir de vários argumentos, a importância social da Justiça do Trabalho; artigos e entrevistas da presidente do TRT-RS nos principais veículos da imprensa gaúcha; a exibição de faixa da campanha nas fachadas de prédios da Justiça do Trabalho.

Além disso, a Secom adaptou as peças publicadas no Facebook e promoveu sua divulgação nas linhas de transporte coletivo da capital gaúcha. Dez peças informativas foram veiculadas entre 17 de julho e 16 de agosto nas TVs disponíveis em diversos ônibus da Capital e em catamarãs que fazem a travessia entre Porto Alegre e Guaíba. Ao longo desse período, ocorreram 648 mil inserções em linhas ônibus de Porto Alegre, pelas quais circulam 150 mil pessoas por dia, em média. No mesmo intervalo, ocorreram 9.720 inserções nas TVs dos catamarãs, pelos quais passam cerca de 2.300 pessoas diariamente.

### **Distribuição de cartilhas**

A Secom distribuiu, em janeiro de 2017, três guias práticos sobre direitos trabalhistas, atualizados no final de 2016: a Cartilha do Trabalhador, a Cartilha do Empregado e do Empregador Doméstico e a Cartilha do Empregado e do Empregador Rural. Em formato de livro de bolso, as publicações foram distribuídas gratuitamente em todas as unidades judiciárias da Justiça do Trabalho. As cartilhas também puderam ser acessadas e baixadas em arquivo PDF, no *site* do TRT-RS. O objetivo das publicações é divulgar os direitos trabalhistas a quem mais precisa conhecê-los: empregados e empregadores. Com linguagem simples, as publicações abordam as principais normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras leis que regulamentam as relações trabalhistas.

Em 2018, as Cartilhas serão atualizadas conforme as alterações decorrentes da Reforma Trabalhista.

### **Material de Apoio a Imigrantes**

Em 2017, o TRT-RS e o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS (GAIRE/SAJU) prepararam uma série de materiais que auxiliam imigrantes e refugiados a terem acesso adequado à Justiça do Trabalho. A iniciativa visa a diminuir as barreiras enfrentadas por essas pessoas na busca por informações sobre Direitos do Trabalho e no acesso à Justiça Trabalhista.

O acolhimento digno dos imigrantes passa pelo entendimento de suas dificuldades e pelo tratamento correto das suas demandas. Para assegurar um atendimento adequado, a Secom criou a página <http://www.trt4.jus.br/imigrantes>, que contém orientações básicas para servidores e magistrados no tratamento dos imigrantes, bem como cartilhas explicativas sobre a legislação trabalhista em diversos idiomas. Para as regiões do estado que possuem maior concentração de imigrantes, também foi realizado levantamento de entidades que possam prestar apoio e serviços básicos, disponibilizando a lista desses locais no *site*.

Além da versão digital, disponível na internet, o material explicativo foi entregue em versão impressa, pela Secom, para consulta nas unidades da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. Uma das cartilhas, bilíngue em português e *creole*, permite a leitura dos direitos trabalhistas básicos em ambos os idiomas. Outro documento está disponível, com texto idêntico, em português, francês, inglês e espanhol (este último somente em versão digital). Escritórios de advocacia, sindicatos e entidades que atuem com estrangeiros também podem solicitar cópias das cartilhas para utilizar como material de consulta. Os documentos foram obtidos com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

### **Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade**

A Secom elaborou a logomarca e diagramou o livreto da “Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT-RS, lançada com um evento em 10 de março de 2017. A Política reforça o compromisso da Justiça do Trabalho gaúcha com o tema, prevê ações, e assegura a igualdade de oportunidades e a equidade na Instituição.

### **Jogos de Integração da Justiça do Trabalho**

A Secom divulgou e produziu todas as peças gráficas (faixas, cartazes e *banners*) da nona edição dos Jogos de Integração da Justiça do Trabalho gaúcha. O evento ocorreu nos dias 17 e 18 de junho, no Centro Esportivo da PUCRS, em Porto Alegre. Mais de 500 atletas disputaram a competição, em 12 modalidades: Futebol 7, Futsal, Voleibol, Vôlei de praia, Basquetebol 3x3, Atletismo, Natação, Tênis, *Beach tennis*, Tênis de mesa, Xadrez e *Snooker*. Os Jogos reuniram profissionais de toda a comunidade jurídico-trabalhista: magistrados e servidores da Justiça do Trabalho e dependentes; estagiários e terceirizados da Justiça do Trabalho; procuradores, servidores e estagiários do MPT; advogados, peritos, leiloeiros, estagiários e empregados de escritórios. O evento foi promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) e realizado pela Associação dos Servidores do TRT da 4ª Região (Astra 4). Os Jogos tiveram o patrocínio da Caixa Econômica Federal e o apoio do Sicoob-Credijustra, da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV), da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-RS e da Associação dos Peritos na Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul (Apejust).

### **Finalista do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça**

A Secom foi finalista em duas categorias do XV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, tendo alcançado o terceiro lugar em ambas. O prêmio reconhece os melhores trabalhos

realizados pelas assessorias e secretarias de comunicação de todos os órgãos ligados à Justiça do país. Na edição de 2017, foram inscritos 271 projetos, nas 14 categorias do prêmio.

O TRT-RS foi finalista nas categorias Mídia Radiofônica, com o quadro “Minuto do Trabalhador”, já destacado neste relatório, e “Fotografia”, com a foto “Puro Sorriso”, de autoria do servidor Inácio do Canto. A imagem captura a espontânea reação de duas meninas às brincadeiras conduzidas por uma das integrantes do Quarteto Palhaçada – formado por jovens aprendizes do Polo Marista da Ilha da Pintada. O grupo se apresentou no Parque da Redenção, em Porto Alegre, em 12 de junho de 2016 – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. A apresentação do quarteto foi apenas uma das muitas atividades que marcaram a ação organizada pelo TRT-RS naquele domingo, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, entidades e ONGs.

### **Campanha Assédio Moral, aqui não é legal**

Em setembro, a Secom lançou a campanha “Assédio Moral, aqui também não é legal”. A campanha foi composta por textos, vídeos e cartazes, com o objetivo de aumentar a conscientização de magistrados e servidores acerca do assédio moral. Embora este mal seja combatido ativamente por todos em seu exercício da atividade judiciária, a campanha tem por objetivo lembrar que também é necessário enfrentar os comportamentos ligados ao assédio dentro da instituição.

A primeira matéria da campanha foca na discussão do conceito e das características do assédio moral, bem como na definição de outros tipos de violências que podem ocorrer no ambiente de trabalho, devendo ser evitadas.

A segunda matéria apresenta os efeitos do assédio moral no ambiente de trabalho e na vida pessoal do trabalhador. Ela também destaca como esses efeitos podem se diferenciar dos sintomas decorrentes de outras situações de sofrimento, inclusive daquelas que podem decorrer de elementos presentes no ambiente de trabalho.

A terceira e quarta matéria informaram, respectivamente, a instituição de um Comitê de Combate ao Assédio Moral na Instituição e o diálogo da Instituição com o Sintrajufe sobre o tema.

A campanha também contou com vídeos, disponibilizados em destaque no Portal VOX. O primeiro foi um depoimento da Presidente do Tribunal, Desembargadora Beatriz Renck, anunciando o lançamento da campanha e explicando os seus objetivos. O vídeo seguinte, divulgado no lançamento, oferece uma definição técnica e sucinta de assédio moral, ajudando no entendimento dos comportamentos caracterizadores do assédio. Ele também ajuda a diferenciar outros tipos de comportamentos negativos que podem ser prejudiciais ao ambiente de trabalho. O terceiro é a entrevista com a psicóloga Fernanda Werner sobre os danos provocados pelo assédio moral. A profissional palestrou durante o Encontro de Gestores de 2017 para promover uma reflexão sobre o assédio e como evitá-lo.

### **Pesquisa sobre percepções de violência de gênero**

A Secom divulgou e incentivou a participação do público interno na pesquisa sobre violência de gênero, assédio moral e assédio sexual. A iniciativa foi uma parceria do Tribunal com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Seu objetivo foi embasar as ações da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Judiciário Trabalhista gaúcho.

O levantamento foi feito sem qualquer tipo de identificação pessoal, por meio de um formulário *online*, disponibilizado para servidores, magistrados, estagiários e terceirizados do TRT-

RS. Os dados, desidentificados, ficaram sob a gestão dos pesquisadores. As perguntas abordam a percepção que se tem sobre violência doméstica e no trabalho, bem como das atitudes que levam ao assédio moral e sexual. A pesquisa foi conduzida pelos doutores Henrique Caetano Nardi, da UFRGS, e Ângelo Brandelli Costa, da PUCRS, com a pesquisadora Juliana Ledur Stucky (PUCRS).

### **Entrevista coletiva sobre acidentes de trabalho**

A Secom organizou, em 27 de abril, véspera do Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho (28/4), uma entrevista coletiva para apresentação de dados sobre acidentes e doenças do trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul. O evento foi uma iniciativa do Programa Trabalho Seguro.

A apresentação dos dados foi feita pelo gestor do Programa Trabalho Seguro no RS, desembargador Raul Zoratto Sanvicente, pelo procurador-chefe do MPT-RS, Rogério Uzun Fleischmann e pelo auditor-fiscal do Trabalho Luiz Alfredo Scienza.

Na ocasião, foram revelados dados registrados pelos serviços de saúde do Rio Grande do Sul, abrangendo hospitais, postos e clínicas da rede pública e privada, que indicam que uma pessoa morre a cada 26 horas no estado, vítima de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. As informações são do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), vinculado à Secretaria Estadual da Saúde e parceiro do Programa Trabalho Seguro.

A notícia teve ampla repercussão na imprensa gaúcha, sendo destaque em telejornais, rádios, jornais e portais.

### **Encontro de Responsabilidade Socioambiental**

A Secom elaborou a logomarca, produziu as peças gráficas (fundo de palco, cartazes, *banner*, certificados, programação, dentre outras) e realizou ampla divulgação do 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, sediado pelo TRT-RS em 28 e 29 de novembro. Esse evento nacional tem o propósito de debater o uso sustentável de recursos pelo setor público. A atividade contou com a participação de representantes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, das Unidades Socioambientais de TRTs de todo País, bem como de entidades parceiras que integram o Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA). A programação teve seis palestras e dois painéis de debate.

### **Palco em Pauta**

A Secom teve participação importante na criação e organização do “Palco em Pauta”, evento artístico de integração de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. A atividade ocorreu em 24 de novembro, na sede da AABB, em Porto Alegre, com a presença de mais de 400 pessoas. A programação teve 16 apresentações, feitas por magistrados, servidores e terceirizados do TRT-RS, com convidados.

A Secom criou o nome do evento, produziu todas as peças gráficas de divulgação, organizou as inscrições dos números artísticos e a programação, e realizou ampla cobertura jornalística.

O “Palco em Pauta” foi organizado por servidores de diversos setores do Tribunal e teve patrocínio do Banco do Brasil e do Sicoob – Credijustra.

### **Ações alusivas à Consciência Negra**

A Secom elaborou a logomarca, produziu as peças gráficas de divulgação, promoveu amplamente e ajudou a organizar, por meio de contratação de artistas, a programação especial do



TRT-RS alusiva à Consciência Negra, nos dias 20 e 21 de novembro. O objetivo da ação foi valorizar a presença do negro na Justiça do Trabalho, promover reflexão e debates a respeito do tema, além de proporcionar conhecimento sobre a cultura e a ancestralidade do povo afro. As atividades aconteceram no Auditório Ruy Cirne Lima, em Porto Alegre/RS.

A programação contou com: painel sobre o tema “Racismo Institucional do Brasil”, roda de conversa sobre “O negro no Brasil atual, suas perspectivas e seu lugar de fala”, e atividades artísticas que destacam a cultura afro: o espetáculo teatral “Os Três Presentes Mágicos”, promovido pelo Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, a apresentação musical do grupo Rafuagi, a leitura dramática do “Poema Sobre Palmares”, de Oliveira Silveira, pelo grupo Sopapo Poético.

Também como parte da programação do mês da Consciência Negra, a Secom imprimiu as fotografias, produziu *banner* e divulgou a exposição “Orgulho Negro”, inaugurada em 6 de novembro no saguão do prédio-sede do TRT-RS. A mostra reuniu obras de oito fotógrafos negros gaúchos: Paulo Corrêa, Leandro Machado, Nílveo Pereira Christiano, Luís Pedro Fraga, Marcos Pereira Feijão, Cíntia Rodrigues, Andrea Bogado e Irene Santos.

### **Vídeos jornalísticos**

A Secom retomou, em maio de 2017, a produção de vídeos jornalísticos, publicados no canal do TRT-RS no Youtube, nas redes sociais, no *site* institucional (em destaque na página principal), no VOX e no Programa Jornada (da TV Justiça). Entre maio e dezembro, foram produzidos e veiculados 20 vídeos jornalísticos.

### **Matérias sobre prevenção de suicídio**

Em setembro, em alusão ao movimento “Setembro Amarelo”, a Secom veiculou no Portal VOX uma série de matérias sobre prevenção do suicídio, elaboradas pelo Coletivo de Psicólogos do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul, com arte da *designer* Camila Dotto, da Secom. Os textos foram intitulados “Precisamos falar sobre o suicídio”, “Suicídio: um apelo pelo resgate da humanidade”, “Como saber se uma pessoa está em sofrimento?”, “Como iniciar uma conversa com uma pessoa em sofrimento?”.

Além das matérias, a Secom enviou cartazes sobre o tema a todas as unidades judiciárias da JT no estado.

## **ESCOLA JUDICIAL**

### **1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

Em 2017, a Direção da Escola Judicial do TRT4 foi exercida pelo Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz e a Vice-Direção pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez.

O Juiz Leandro Krebs Gonçalves atuou como Coordenador Acadêmico.

A Juíza Raquel Hochmann de Freitas atuou como Coordenadora Acadêmica Substituta, eleita em reunião do Conselho Consultivo realizada no dia 27/03/2017.

A Escola Judicial, em 2017, portanto, teve a seguinte composição:

**Diretor** – Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz

**Vice-Diretora** – Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

**Coordenador Acadêmico** – Juiz Leandro Krebs Gonçalves

**Coordenadora Acadêmica Substituta** – Juíza Raquel Hochmann de Freitas

### **Magistrados integrantes do Conselho Consultivo**

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz (Presidente)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos

Desembargadora Tânia Regina da Silva Reckziegel

Juíza Raquel Hochmann de Freitas

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Juiz Max Carrion Brueckner

Juiz Gustavo Friedrich Trierweiler

### **Conselheiros Suplentes**

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Juiz Gustavo Jaques

Juiz Marcelo José Ferlin D'Ambroso

### **Comissão da Revista e Outras Publicações:**

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos

### **Eleições para nova Direção**

No dia 06.10.2017, o TRT4 realizou, em sessão do Tribunal Pleno, eleição que definiu os novos integrantes da Administração para o Biênio 2018/2019. Na mesma sessão também foram eleitos, para a Direção e a Vice-Direção da Escola Judicial do TRT-RS, respectivamente, os Desembargadores Carmen Izabel Centena Gonzalez e Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa.

## **Eleições para nova composição do Conselho Consultivo**

Em 12.09.2017, foram publicados os editais EJUD 4 nº 01/2017 e 02/2017, para abertura de processo de inscrição de magistrados e servidores do TRT4 interessados em compor o Conselho Consultivo da Escola Judicial, tendo em vista a realização de eleições para seis vagas na renovação parcial dos membros titulares e suplentes. As manifestações de interesse aconteceram até o dia 29.09.2017. Esta foi a primeira eleição do Conselho a contar com vagas destinadas a servidores.

Para as vagas destinadas aos Desembargadores, a eleição foi realizada no dia 06.10.2017, durante sessão do Tribunal Pleno, em que também foi definida a nova Administração do TRT4. Foram escolhidos como membros titulares do Conselho o Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso e a Desembargadora aposentada Teresinha Maria Delfina Signori Correia. Como suplentes, elegeram-se as Desembargadoras Denise Pacheco e Laís Helena Jaeger Nicotti.

A eleição dos Juízes ocorreu mediante votação eletrônica entre todos os magistrados do primeiro grau, de 9 a 13.10.2017. A escolha dos servidores também aconteceu por meio de votação eletrônica, aberta a todos os servidores da Justiça do Trabalho gaúcha, no mesmo período. Em 16.10.2017 foi divulgado o resultado da votação. Foram preenchidas três vagas para membros titulares no Conselho, sendo uma de Juiz titular, uma de Juiz substituto e uma de servidor, bem como outras três vagas de suplentes.

A vaga de Juiz titular foi ocupada por Adriano Santos Wilhelms, tendo o Juiz Ricardo Fioreze como seu suplente. A vaga de Juiz substituto ficou com a Juíza Maria Cristina Santos Perez e sua suplente eleita foi a Juíza Bárbara Fagundes. Dentre os servidores, a eleita para ocupar a vaga titular no Conselho foi Carmem Ligia Machado da Silva, tendo como suplente Natacha Moraes de Oliveira.

## **2. REESTRUTURAÇÃO A PARTIR DE 2018**

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (EJUD4) passou, em dezembro de 2017, pela mais significativa reestruturação desde que foi criada, em 2006. Absorveu as Seções de Capacitação e de Educação a Distância da Secretaria de Gestão de Pessoas, e agora responde pela formação e pelo aperfeiçoamento de todos os magistrados e servidores do Tribunal. Até o final de 2017, a Escola Judicial não mantinha atuação voltada aos servidores da área administrativa do Tribunal, o que ficava a cargo das Seções que ora internalizou.

A reestruturação foi proposta pela Direção da própria entidade, com endosso de seu Conselho Consultivo. Tramitou no âmbito da Presidência do Tribunal e, finalmente, por seu Órgão Plenário. O processo, que culminou com a aprovação de seu novo Regulamento (Resolução Administrativa nº 49/2017), foi realizado sob a supervisão pedagógica de uma assessoria externa contratada pela própria entidade. Essa supervisão conferiu às mudanças na Escola enfoque voltado ao aprimoramento das práticas de ensino que oportuniza. O recurso frequente a metodologias ativas de aprendizado e um estímulo mais vivo ao conhecimento construído no âmbito da pluralidade dos grupos de estudo, cada vez mais pautados pela autogestão, apenas exemplificam uma série de inovações propostas. O Projeto Pedagógico da Escola, que remonta a 2012, será objeto de revisão decorrente das mudanças experimentadas pela entidade.

## Organização interna

Além da ampliação de sua Secretaria Executiva, a Escola Judicial passa a contar com duas Coordenadorias de Formação e Aperfeiçoamento – cuja atuação, entretanto, é integrada –, estando uma voltada à capacitação jurídica e outra voltada à capacitação administrativa de magistrados e servidores. Tais Coordenadorias são atendidas por um novo e reforçado Núcleo de Educação a Distância, que difundirá cursos promovidos por outras entidades de ensino, mas também se dedicará – e com prioridade – à produção de cursos autênticos. O estímulo ao ensino a distância tende a aproximar a Escola Judicial de magistrados e servidores lotados no interior do estado.

A Biblioteca, cujo acervo vem se renovando, inclusive em meio eletrônico, no interesse prioritário de atender a consultas sobre a reforma trabalhista, compõe um Núcleo próprio da Ejud4, o mesmo valendo para o setor da Revista e outras Publicações do Tribunal. A Escola Judicial decidiu desenvolver, a propósito, um projeto ambicioso de qualificação da Revista junto à Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), seguindo iniciativa já tomada por outras entidades congêneres. A publicação, que reúne artigos doutrinários, jurisprudência, legislação e o registro de atos de interesse da Justiça do Trabalho, deverá suprir os requisitos necessários para seu reconhecimento como periódico científico.

## 3. REFORMA NA INFRAESTRUTURA

Em 2017, o espaço da Escola Judicial contou com duas importantes reformas:

### **Sala do Conselho:**

Foi concluída a nova sala do Conselho Consultivo, ocupando parte do antigo *lounge* da Escola Judicial. A sala foi equipada com 14 *notebooks*.

### **Ampliação da área administrativa:**

Foi desativada a Sala 1, para a ampliação da área administrativa, em decorrência da reestruturação da Escola Judicial, que acolheu os servidores das Seções de Capacitação e de Educação a Distância da Secretaria de Gestão de Pessoas.

## 4. REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO

Datas das reuniões do Conselho Consultivo realizadas em 2017:

1º semestre	2º semestre
27.03	28.08
17.04	13.09
05.06	02.10
26.06	04.12
	18.12

## **5. CAMPANHA 10 ANOS DA ESCOLA JUDICIAL**

Com início em novembro de 2016 e estendendo-se ao longo de todo o ano de 2017, foi trabalhada a campanha dos 10 anos da Escola Judicial.

O selo comemorativo dos 10 anos foi utilizado em todas as comunicações internas e externas. Também foi confeccionado um *pin* comemorativo, distribuído aos participantes de eventos promovidos pela Escola Judicial.

Foi também elaborado um plano de comunicação específico, envolvendo a produção de publicações semanais, divulgadas no Portal Vox, no *site* e na página do Facebook da Escola Judicial, com o objetivo de promover e esclarecer o público interno do TRT4 sobre o papel, as atribuições e as atividades promovidas pela Escola Judicial.

## **6. ATOS PUBLICADOS**

Em 2017, foram publicados seis Atos Regulamentares da Direção da Escola Judicial, três Atos Conjuntos TRT4-EJ e foi também alterado o Regulamento Geral da Escola Judicial, por meio de Resolução Administrativa.

### **RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Resolução Administrativa nº 49/2017 – Aprova o Regulamento Geral da Escola Judicial do TRT da 4ª Região.

### **ATOS REGULAMENTARES DA DIREÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL**

Ato Regulamentar nº 01/2017 – Dispõe sobre os semestres letivos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Ato Regulamentar nº 02/2017 – Altera o art. 5º, *caput*, do Ato Regulamentar 01/2016 da Direção da Escola Judicial.

Ato Regulamentar nº 03/2017 – Revoga o Ato Regulamentar 04/14 da Direção da Escola Judicial e dispõe sobre os grupos de estudo da Escola Judicial.

Ato Regulamentar nº 04/2017 – Dispõe sobre as atividades de ambientação dos Desembargadores recém-empossados no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Ato Regulamentar nº 05/2017 – Dispõe sobre critérios objetivos à emissão de parecer pelo Conselho Consultivo da Escola Judicial acerca dos pedidos de afastamento de magistrados para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos jurídicos.

Ato Regulamentar nº 06/2017 – Especifica o tipo de publicação pertinente à revisão, para normalização técnica, pela Biblioteca do Tribunal.

## ATOS CONJUNTOS TRT4-EJ

Ato Conjunto nº 01, de 25 de julho de 2017 – Altera o Ato Conjunto nº 01/2015, que dispõe sobre a remuneração de docentes na Escola Judicial do TRT da 4ª Região.

Ato Conjunto nº 02, de 12 de dezembro de 2017 – Regulamenta a representação da Escola Judicial do TRT da 4ª Região nas Microrregiões definidas administrativamente no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, conforme disciplinado no artigo 8º, parágrafo único, da Resolução Administrativa TRT4 nº 49/2017.

Ato Conjunto nº 03, de 12 de dezembro de 2017 – Institui o Regulamento da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no que se refere a consultas e empréstimos de material bibliográfico e ao uso de suas instalações.

### 7. ATIVIDADES FORMATIVAS

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
20.12.2016 a 20.04.2017	6º Módulo Regional de Formação Inicial – 2ª Fase	Carmen Izabel Centena Gonzalez, Cloceimar Lemes Silva, Leandro Krebs Gonçalves, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros, Carlos Ernesto Maranhão Busatto, Caroline Bertolino, Patrícia Heringer, Débora Brum, Lara Gobhardt Martins, Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, Denise Pacheco, Ricardo Fioreze, Rodrigo Machado Jahn, Paula Goldmeyer, Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Daniel Garbin Pires, Maria Lúcia Buchabqui de Souza, Jorge Alberto Araujo, Eduardo Batista Vargas, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Ricardo Martins Costa, Tânia Reckziegel, Gustavo Trierweiler, Janaína Saraiva da Silva, Aline Viegas Borges, Débora Brum e Oscar Marcelo Silveira da Silveira	148	2
20.12.2016 a 29.06.2017	6º Módulo Regional de Formação Inicial – 2ª Fase	Carmen Izabel Centena Gonzalez, Cloceimar Lemes Silva, Leandro Krebs Gonçalves, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros, Carlos Ernesto Maranhão Busatto, Caroline Bertolino, Patrícia Heringer, Débora Brum, Lara Gobhardt Martins, Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Daniel Garbin Pires, Maria Lúcia Buchabqui de Souza, Jorge Alberto Araújo, Eduardo Vargas, Carlos Alberto Lontra, Ricardo Martins Costa, Tânia Reckziegel, Gustavo Triewerler, Janaína Saraiva da Silva, Rodrigo Jahn, Max Carrion, George Achuti, Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, Débora Brum, Oscar Marcelo Silveira, Denise Pacheco, Ricardo Fioreze, Paula Goldmeier, Aline Veiga Borges, MArcelo Pelizzoli, Evandro Krebs Golçalves, Carlos Eduardo Oliveira Dias, Francisco Rossal Araújo, Fábio Krebs Gonçalves, Giovanni Forneck Flores, Alexandre Paz Garcia, Marcelo Rosadilla, José Aparecido dos Santos, Guilherme Starosta, Roberto Carvalho Zonta, Maria Silvana Tedesco, André Sessim Parisenti, João Luiz Peixoto da Silva, Luiz Felipe Brandão de Mello, Sergio Augusto Letizia Garcia, Marcelo Naegele, Luiz Alfredo Scienza, Otávio Kolowski Rodrigues, Túlio Millman	362	1

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
20.12.2016 a 14.07.2017	6º Módulo Regional de Formação Inicial	Carmen Izabel Centena Gonzalez, Cloceimar Lemes Silva, Leandro Krebs Gonçalves, Jeferson Andrade, Pablo Paulo Lopes Barros, Carlos Ernesto Maranhão Busatto, Caroline Bertolino, Patrícia Heringer, Débora Brum, Lara Gobhardt Martins, Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Daniel Garbin Pires, Maria Lúcia Buchabqui de Souza, Jorge Alberto Araújo, Eduardo Batista Vargas, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Tânia Regina da Silva Reckziegel, Gustavo Friedrich Trieweller, Janaina Saraiva da Silva, Rodrigo Jahn, Max Carrion Brueckner, George Achutti, Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, Débora Brum, Oscar Marcelo Silveira de Silveira, Denise Pacheco, Ricardo Fioreze, Paula Goldmeier, Aline Veiga Borges, Marcelo Pelizzoli, Evandro Krebs Golçalves, Carlos Eduardo de Oliveira Dias, Francisco Rossal Araújo, Fábio Krebs Gonçalves, Giovanni Forneck Flores, Alexandre Paz Garcia, Marcelo Rosadilla, José Aparecido dos Santos, Guilherme Starosta, Roberto Carvalho Zonta, Maria Silvana Rotta Tedesco, André Sessim Parisenti, João Luiz Peixoto da Silva, Luiz Felipe Brandão de Mello, Sergio Augusto Letizia Garcia, Marcelo Naegele, Luiz Alfredo Scienza, Otávio Kolowski Rodrigues, Túlio Millman	365	3
1º.01 a 15.07	Midioteca On-line 1º semestre	Vários	65,5	20
13.03 a 28.04	Direitos Humanos e Trabalho – Estudos de Caso (UFRGS)*	Luciane Cardoso Barzotto	8	4
17.03	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 1º Encontro	Rozi Engelke	2	12
17.03	Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	Fernando Reichenbach	1,5	4
17.03 a 30.04	Curso de Formação de Formadores – Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica – EaD (Enamat)*	Kleber de Souza Waki	30	1
24.03	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	3	5
24.03	Grupo de Estudos – Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 1º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	1	12
31.03	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 1º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	8
07.04	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 2º Encontro	Rozi Engelke	2	7
07.04	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	2	4

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
07.04	Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	3
07.04	Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	4
07.04	Grupo de Estudos – Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 2º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	2	5
07.04 a 21.05	Curso de Formação Continuada – Novo Código do Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho – Primeiro Grau – EaD (Enamat)*	Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas	30	17
17.04 a 08.05	Curso de Inclusão e Acessibilidade – EaD (TRT9)*	<i>Autoinstrucional</i>	20	1
28.04 a 04.06	Curso de Formação Continuada Questões Penais na Justiça do Trabalho – EaD (Enamat)*	Carolina Bertrand Rodrigues Oliveira	30	7
02.05 a 26.05	22º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho (Enamat)*	Agenor Martins Pereira, Alexandre Luiz Ramos, Amaury Rodrigues Pinto Júnior, Ana Beatriz Barbosa da Silva, Carlos Alberto Pereira de Castro, Cilene Ferreira Amaro Santos, Eduardo Sabbag, Elisângela Smolarek, Fernanda Gomes Ferreira, Flávio da Costa Higa, Flávio Luiz da Costa, Giovanni Olsson, João Marcelo Balsanelli, João Otávio de Noronha, Kleber de Souza Waki, Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes, Luís Fernando Barzotto, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho, Marcos Vinícius Barroso, Marluce Dias da Silva, Ricardo Fioreze, Roberto da Silva Fragale Filho, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Rogério Neiva Pinheiro, Sérgio Torres Teixeira, Tereza Aparecida Asta Gemignani	128	4
12.05	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Passo Fundo	Raquel Nenê Santos	3	4
12.05 a 25.06	Curso de Formação de Formadores Inovações Legislativas Relacionadas à Justiça do Trabalho – EaD (Enamat)*	Tereza Aparecida Asta Gemignani	30	1
19.05	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 3º Encontro	Rozi Engelke	2	12
19.05	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	2	5
19.05	Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	4
19.05 a 02.07	Curso de Formação Continuada Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica – EaD (Enamat)*	Denise Marsico do Couto	30	4



DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
26.05	Grupo de Estudos – Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 3º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	2	8
31.05 a 02.06	Congresso Internacional Direito, Trabalho e Tecnologia (TRT3)*	João Amado, Antônio Fabrício, Adrian Signes, Geraldo Melo, Antônio da Silva José Eduardo Chaves Júnior, Gustavo Gauthier, Marcus Mendes, Murilo Carvalho Oliveira, Adriana Orsini, Adriana Pimenta, Luís Carlos Moro, James Magno Farias, Maria Cecília Pinto, Bruno Rodrigues, Rodrigo Carelli, Antônio Vasconcelos, Daniela reis, Teresa Moreira, Ana Carolina Leme, Carina Bicalho, Jorge Souto Maior, Carlos López, Ana Frazão, Fabrício Polido, Veridiana Dias, Maria Elizabeth Lima, Cláudio Brandão	18	2
06 a 09.06	Resolução Pacífica de Conflitos (AGU)*	Luciane Moessa	18	2
09.06	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 1º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	5
12.06	Formação de Juiz Orientador – 1/2017 – Autoinstrucional – Semipresencial	Caroline de Oliveira Bertolino	16	9
23.06	Curso I – Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho	Cezar Salvador, Elisângela Melo Reghelin, Fabrício Motta Lopes e Thiago Silveira	8	22
23.06	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 4º Encontro	Rozi Engelke	2,5	8
23.06	Grupo de Estudos – Direito Processual – 2º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	4
23.06	Grupo de Estudos – Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 4º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	2	9
30.06	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 2º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	8
14.07	Curso I – Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho – Turma 2	Daniela Malvásio, Cezar Salvador, Fabrício Motta Lopes, Thiago Silveira	8	30
14.07	Grupo de Estudos – O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 5º Encontro	Rozi Engelke	2	7
14.07	Grupo de Estudos Direito Processual 3º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	6

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
16.07 a 06.10	7º Módulo Regional e Formação Inicial	Cristina Bottega, Caroline Bertolino, Ricardo Bacarelli Carvalho, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva, Tatyanna Barbosa Kirchheim, Janaína Saraiva da Silva, Tulio Milman, João Luiz Peixoto da Silva, Giovanni Forneck Flores, Guilherme Starosta, Alexandre Paz Garcia, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Marcelo Bergmann Hentschke, Alisson Moscato Loy, Ricardo Fioreze, Evandro Krebs Gonçalves, Débora Meurer Brum de Munno, Ben-Hur Silveira Claus, Adilson Kemmerich da Cruz	1	1
16.07 a 31.12	Midioteca On-line 2º semestre	Vários	64,5	32
21.07	Curso I – Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho – Turma 3	Daniela Malvásio, Cezar Salvador, Fabrício Motta Lopes, Thiago Silveira	8	13
27 e 28.07	Curso Processo Coletivo e Precedentes Judiciais: Perspectivas Crítica e Comparada (TRT1)*	Antônio Carlos de Oliveira Gidi	18	1
04.08	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	3	5
04 a 28.08	Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança para Juizes do Trabalho – EaD (TRT1)*	Marcelo Jesus de Nóbrega	8	4
04.08 a 24.09	Curso de Formação Continuada Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais – EaD (Enamat)*	Ana Paola Santos Machado Diniz	30	7
10.08 a 24.09	Curso de Formação Continuada sobre o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho – EaD (Enamat)*	Camila Ceroni Scarabelli	30	7
14 a 18.08	VI Encontro Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da Bahia (TRT5)*	Firmino Ferreira Leal Neto, Maria Madalena Oliveira de Brito Cunha, Maria Inês Targa, Wanda Lúcia Ramos, Júlio César Massa, Eduardo Pugliese, Marcus Barberino, Guilherme Feliciano, Ronaldo Fleury, Antero Martins, Mauro Schiavi, Valdete Severo, Roberta Correa, Leonardo Sakamoto, João Sicsu, Rita de Cássia Mendes Pereira, José Crisóstomo de Souza, Jeanne Philli	30	1
17 e 18.08	Seminário de Direito Material e Processual do Trabalho do Cariri (TRT7)*	Henrique Lima Correia, Emmanuel Teófilo Furtado, Clóvis Valença Alves Filho, Rawlyson Maciel Mendes, Cláudio Jannotti da Rocha, André Braga Barreto, Patrick Luís Ramos de Carvalho, Marco Antônio César Villatore, Paulo Régis Machado Botelho, Konrad Saraiva Mota, Jorge Luiz Souto Maior, José Antônio Parente da Silva, Antônio Gonçalves Pereira, Raimundo Simão Neto, Francisco José Gomes da Silva, Regiane Ferreira Carvalho Silva, Mauro Schiavi, Maria Rafaela de Castro, Dante Feitosa Siebra de Holanda, Antônio de Oliveira Lima, Regina Gláucia Cavalcanti Nepomuceno, Fernanda Candido Santos Euzebio, Douglas Alencar Rodrigues	12	2

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
18.08	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 6º Encontro	Rozi Engelke	1,5	12
18.08	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1,5	4
18.08	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 3º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	8
18.08	Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 5º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	2	11
21 a 25.08	IX Semana de Formação Continuada da 22ª Região (TRT22)*	Gustavo Ribeiro Martins, Álvaro Celso Bonfim Resende, José Wallace Ribeiro de Macedo Junior, Valdete Souto Severo, Cláudio Mascarenhas Brandão, Maria Cristina Diniz Caixeta, José Aparecido dos Santos, Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz, Regina Coelli Batista de Moura Carvalho, Thiago Spode, Sérgio Torres Teixeira, Francisco Meton Marques de Lima, Arnaldo Boson Paes, Roberto Wanderley Braga, João Batista Machado Júnior, Marcos Vinícius Barroso	30	1
24 e 25.08	Debate Nacional da Reforma Trabalhista (Amatra IV)*	Delaíde Alves Miranda Arantes, Ângelo Fabiano Farias da Costa, Ciro Gomes, Gelson Azevedo, Maria Helena Mallmann, Gilberto Petry, Ronaldo Curado Fleury, Ney Maranhão, Hugo Carlos Scheuermann	10	55
25.08	Horizontes Contemporâneos da Filosofia do Direito: Impactos na Sociedade e nos Direitos Sociais (TRT17)*	Alysson Leadro Barbate Mascaro	5	1
1º.09	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 5º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	1,5	8
1º.09	Grupo de Estudos Direito Material, com ênfase na Reforma Trabalhista – 1º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	11
04.09 a 16.10	Pesquisa sobre Competências de Magistrados	Alexandre Corrêa da Cruz e Leandro Krebs Gonçalves	2	78
11.09	MFI – 40 HORAS Enamat – Prática de Perícia	Giovanni Forneck Flores	3	3
11.09	MFI – 40 HORAS Enamat – Relações Interpessoais	Caroline de Oliveira Bertolino	3	3
11 a 14.09	Curso de Formação de Formadores para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Soluções de Disputas (Enamat)*	André Felipe Gomma de Azevedo, Rogério Neiva Pinheiro, Regina Maria Vasconcelos Dubugras, Ricardo Antônio Mohallem, Fernanda Gomes Ferreira, Ana Cláudia Torres Vianna e Valmir Santos Filho	24	4
13.09 a 15.09	XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	Miguel Carbonell, Dráuzio Varella, Luiz Philippe Vieira de Melo Filho, Angela Rosi Almeida Chapper, Nelson Mannrich, Valdete Souto Severo, Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, Fernando Rubin, Maria Helena Mallmann, Ivanildo Vian, Tais Shilling Ferraz, Denise Pacheco.	15	160

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
14.09 a 29.10	Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo I – EaD (Enamat)*	Cláudio Márcio Lima dos Santos	30	16
14.09 a 29.10	Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo I – EaD (Enamat)*	Tereza Aparecida Asta Gemignani	30	1
22.09	Comunicação Assertiva e Não Violenta	Débora Brum	6	3
22.09	Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 6º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	2	4
22.09	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	3	4
22.09	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 4º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	6
22.09	MFI – 40 HORAS Enamat – Gestão de Vara – conversa com Diretores de Secretarias de VTs de Porto Alegre	Adriana Trojahn, Simone Viana, Gabriel Pacheco e José Quadros	3	3
25.09	Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 1º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1	2
04.10	Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 2º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2,5	3
06.10	Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	3
06.10	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 5º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	8
06.10	MFI 40 Horas Enamat – Execução Geral e Uso das Ferramentas Eletrônicas	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	6	3
06.10 a 19.11	Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica (Enamat)*	Flávio Luiz da Costa	30	8
09 e 10.10	II Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho (Anamatra)*	Maurício Godinho Delgado	13	3
18.10	Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 3º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1	1
20.10	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	2,5	11
20.10	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 7º Encontro	Rozi Engelke	1,5	8
20.10	Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 3º Encontro	Ana Luiza Heineck Kruse	2	5

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
27.10	Grupo de Estudos Direito Material, com Ênfase na Reforma Trabalhista – 2º Encontro	Adriano Santos Wilhelms	2	7
27.10	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 5º Encontro	Raquel Nenê Santos	3	7
03.11 a 17.12	Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo II – EaD (Enamat)*	Jorge Alberto Araujo	30	5
09 e 10.11	I Jornada sobre a Reforma Trabalhista – Magistrados	Mauro Schiavi, Luiz Fernando Bonn Henzel, Márcio Lima do Amaral, Elson Rodrigues da Silva Junior, Angela Rosi Almeida Chapper, Laís Helena Jaeger Nicotti, Maria Cristina Santos Perez, Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo, Adriano Santos Wilhelms	10	149
13.11 a 13.12	Curso de Formação de Formadores sobre Reforma Trabalhista (Enamat)*	Otávio Amaral Lemes	30	1
17.11	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 3º Encontro	Rozi Engelke	2	12
21.11	Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 4º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	3	4
23.11	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	3	5
24.11	Grupo de Estudos Direito Material, com Ênfase na Reforma Trabalhista – 3º Encontro	Adriano Santos Wilhelms	2	4
27 e 28.11	Seminário sobre a Reforma Trabalhista (Enamat)*	Ives Gandra, Maria Cristina Peduzzi, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Jayme de Oliveira, Marcelo Piragibe, Marco Aurélio Mendes de Mello, Maria de Assis Calsing, Aloysio Corrêa da Veiga, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Marcos de Oliveira Cavalcante, Cláudia Márcia Carvalho Soares, Otávio Amaral Calvet, Ana Luíza Fischer, João Batista Brito Pereira, Manoel Antônio Teixeira Filho, Maria Rita Manzarra, Sônia Mascaro Nascimento e Fábio Rodrigues Gomes	10	4
1º.12	Grupo de Estudos Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas – 3º Encontro – Manhã	Alexandre Corrêa da Cruz	2	2
1º.12	Grupo de Estudos Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas – 3º Encontro – Tarde	Alexandre Corrêa da Cruz	3	1
1º.12	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 7º Encontro	Marcos Rafael Pereira Pizino	2	5
1º.12	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 9º Encontro	Rozi Engelke	2	9

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
1º.12	Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 4º Encontro – Palestra com Júlio Bebber	Ben-Hur Silveira Claus	2	2
06.11 a 1º.12	23º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat)*	-	128	3
07.12	Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 5º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	2
15.12	Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	Ricardo Fiozeze	1,5	3

\* Atividades externas de treinamento, certificadas pela EJ-TRT4

### Ações de Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
08.02 a 31.03	Andragogia – Um Olhar para o Aprendiz Adulto	Carmem Maria Sant'anna Rosseti	30	5	11
13.03	Capacitação para o Sumaríssimo	Guilherme da Rocha Zambrano	3,5	1	24
16.03	Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora – 1º Encontro – Caminhos para a Qualidade de Vida – O que faz você feliz?	Caroline Tozzi Reppold	1,5	4	13
17.03	Grupo de Estudos – Direitos Fundamentais Sociais – 1º Encontro	Valdete Souto Severo	1,5	3	6
17.03	Minicurso Reforma Trabalhista – 1º Encontro	Valdete Souto Severo, Maria Silvana Rotta Tedesco e Xerxes Gusmão	6	8	32
17.03 a 30.04	Curso Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica (Enamat) – EaD*	Kleber de Souza Waki	30	1	0
24.03	Aula Inaugural 2017 – Minicurso Reforma Trabalhista	Maria do Rosário Palma Ramalho, Cláudia Lima Marques e Leandro Amaral Dorneles de Dorneles	5	36	52
07.04	Grupo de Estudos – Direitos Fundamentais Sociais – 2º Encontro	Valdete Souto Severo	1,5	3	7
25.04	Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – Elementos para o Uso Transgressor do Direito do Trabalho	Valdete Souto Severo	1,5	1	15
27.04 a 1º.06	II Ciclo De Cinema e Debate –	Clarice Speranza, Micaele Irene Scheer, Cesar	20	1	50

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
	Módulo A	Augusto Guazzelli, Ananda Simões, Ana Paula do Amaral Costa, Maurício Reali, Naira Lima Lapis, Tamires Xavier Soares, Rafael Quinzani e Antônio Cattani			
05.05	Grupo de Estudos – Direitos Fundamentais Sociais – 3º Encontro	Valdete Souto Severo	2	4	8
05.05 e 23.06	Minicurso Gestão do Trabalho	Alessandra Parolin Assad, José Roberto Pimenta Ferreti e Maria Elisa Bastos Macieira	12	3	30
10.05	Fim de Tarde – A Justiça de Dentro para Fora – 2º Encontro – Equilíbrio Emocional: Como Cultivar Mais dele em nosso Ambiente de Trabalho?	Guilherme Valadares	3	1	17
12.05	Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: "Mulherandô"	Jorge Alberto Alvorcem Pinto	4	10	14
19.05	Minicurso Reforma Trabalhista – 3º Encontro	Jesús Lahera Fortaleza, Ricardo Antunes e Guilherme Feliciano	6	8	25
26.05	Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores – Módulo 1	Alexandre de Souza Agra Belmonte e José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva	6	5	38
02.06	Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 1	Carlos Eduardo de Oliveira Dias e Francisco Rossal de Araújo	6	9	22
09.06	Fundamentos de Negociação para Conciliadores e Mediadores	Carlos Alberto Zogbi Lontra e Rubem Marcelo Rosadilla	6	8	35
09.06	Grupo de Estudos – Direitos Fundamentais Sociais – 4º Encontro	Valdete Souto Severo	1,5	1	7
15.06 a 17.06	III Fórum Nacional de Processo do Trabalho	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	12	4	7
20.06	Fim de Tarde – Repercussão Geral	Daniel Mitidiero	1,5	10	29
07.07	Grupo de Estudos – Direitos Fundamentais Sociais – 5º Encontro	Valdete Souto Severo	2	5	7
07.07	Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 2	Aloysio Corrêa da Veiga e Luiz Ronan Neves Koury	6	15	41
14.07	Diálogos Acadêmicos	Mário Garrastazu Médici Neto, Laura Machado de Oliveira e Aline Soares	3	2	30

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
		Arcanjo			
15.08	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé – 1º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	2	1	16
29.08	Grupo de Estudos – Reforma Trabalhista – Bagé – 3º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	2	1	12
30.08	Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 7º Encontro – Atividade	Valdete Souto Severo	2	3	8
1º.09	Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 3	Luiz Henrique Volpe Camargo, Alexei Almeida Chapper e César Zucatti Pritsch	6	2	29
05.09	Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora – Dinheiro sem Medo – Práticas Financeiras para a Vida Real – <i>com transmissão on-line</i>	Eduardo Amuri Antunes	1,5	1	45
06.09 a 27.10	Programa Formação de Formadores – Planejamento Didático – Semipresencial	Adriana Clementino	43,5	1	9
08.09	Grupo de Estudos Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas	Alexandre Corrêa da Cruz	1,5	2	1
11.09	Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 8º Encontro	Valdete Souto Severo	2,5	1	7
11 a 13.09	Seminário Sobre a Reforma Trabalhista	Francisco Rossal de Araújo, Adriano Santos Wihelms, Rodrigo Trindade de Souza, Marcelo José Ferlin D'Ambroso, Elson Rodrigues da Silva Junior, Íris Lima de Moraes, Almiro Eduardo de Almeida	12	163	152
27.09 a 31.10	Assédio Moral nas Relações de Trabalho – EaD	Candy Florencio Thome	40	6	13
29.09	Segurança Institucional – Segurança Interna e Segurança da Informação	João Luiz Peixoto da Silva e Emerson Wendt	6	5	13
04.10	Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – Estado, Democracia e Reforma Trabalhista: Caminhos Possíveis	José Luis de Moraes, Nei Fernando Brum, Valdete Severo	1,5	2	14
05.10	Fim de Tarde – Precedentes	Daniel Mitidiero	1,5	3	5
06.10	Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 9º Encontro	Valdete Souto Severo	1,5	1	3
06.10	Minicurso Processo do Trabalho –	Marcelo Costa, Mauro	6	8	31



DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
	Módulo 4	Schiavi, Marcelo Papaléo de Souza			
10.10	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé – 4º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	1,5	1	7
11.10 a 29.11	Preparatório para Proficiência Leitora em Língua Inglesa – EaD	Beatriz Teresinha Marcante Flores	45	8	12
16 e 17.10	Seminário Reforma Trabalhista – Aspectos Constitucionais	Mauro Menezes, Magda Biavaschi, Beatriz Renck, Tarso Genro	6	5	44
19.10	Previdência Complementar para Magistrados e Servidores	Noa Piatã Bassfeld Gnata	3	5	36
20.10	Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores – Módulo 2	Georgenor de Souza Franco Filho, Jorge Luiz Souto Maior	6	2	31
24.10	Técnicas de Planejamento em Educação Corporativa	Acácia Zeneida Kuenzer	3,5	9	1
25.10	Fim de Tarde 100 Anos da Revolução Russa e da Constituição Mexicana – Reflexos nos Direitos Sociais	Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Carlos Eduardo Dieder Reverbel, Fabiano Pellin Mielniczuk	2	4	24
27.10	Grupo de Estudos Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas – 2º Encontro	Alexandre Corrêa da Cruz	2	5	1
27.10	Orçamento das Escolas Judiciais Trabalhistas	Marcelo Barros Marques	3,5	7	9
06.11	Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 5	Manoel Antonio Teixeira Filho	3	4	32
07.11	Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora – O Sentido do (no) Trabalho – 5º Encontro	Leonardo Silva	1,5	3	15
08.11	Princípios do Direito Processual Eletrônico – Semipresencial	Mário Garrastazu Médici Neto	20	1	19
20.11	Semana da Consciência Negra – Racismo Institucional no Brasil, Protagonismo dos Negros	Oswaldo Ferreira Reis	2,5	1	13
24.11	Danos Existenciais e outros Danos Extrapatrimoniais na Jurisdição Trabalhista	Eugênio Facchini Neto	6	3	29
30.11	Auditoria do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA)	Roque Puiatti	3	2	12
1º.12	Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores – Módulo 3	Maria de Assis Calsing, Cláudio Cassou Barbosa,	6	1	10

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
		José Pedro Pedrassani, Luiz Alberto de Vargas			

\* Atividades externas de treinamento, certificadas pela EJ-TRT4

## 2.3 Ações de Aperfeiçoamento de Servidores

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
08 a 29.03	Itinerário para Assistentes – Módulo Remuneração e Salário – Turma 1/2017 (EaD)	Marcelo Barroso Kümmel	20	26
14.03 a 07.04	Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho – EaD	Sérgio Torres Teixeira	10	165
20 a 23.03	Itinerário para Assistentes – Módulo Execução – Turma 01/2017	Ricardo Fioreze e Maria Lúcia Buchabqui de Souza	14	42
31.03	Itinerário para Assistentes – Módulo Relação de Emprego – Turma 01/2017	Luciane Cardoso Barzotto	7	23
06.04	Itinerário para Assistentes – Módulo Prova e Ônus da Prova – Turma 01/2017	Adriano Santos Wilhelms e Max Carrion Brueckner	7	24
17.04	Itinerário para Assistentes – Módulo Duração do Trabalho – Turma 01/2017	Luciano Ricardo Cembranel	7	24
24.04 a 11.05	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho – Módulo I (Teórico) – Turma 1	Vanderlei Teresinha Kubiak, Carlos Alberto Lontra, Caroline de Oliveira Bertolino, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Luís Henrique Bisso Tatsch, Jorge Alberto Araujo, Maria Lúcia Buchadqui, Guilherme da Rocha Zambrano, Pablo Barros, Janina Alves Fagundes, Claudine Lima da Rosa, Gustavo Friedrich Trierweiler, Ricardo Fioreze, Eduardo Batista Vargas	45	12
24.04 a 03.07	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho – Módulo II – Turma 1	<i>Assistência de audiências e execução de relatório</i>	30	8
24.04 a 22.05	Técnica e Processo Legislativo (Assembleia Legislativa RS)*	Fernando Guimarães Ferreira, Leonel Sica da Rocha, Graciela Freitas Bertolucci	8	4

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
08.05	Itinerário para Assistentes – Módulo Terceirização – Turma 01/2017	Gustavo Friedrich Trierweiler	7	29
15 a 17.05	Itinerário para Assistentes – Módulo Acidentes do Trabalho – Turma 01/2017	Luiz Antonio Colussi, Luciana Caringi Xavier, Roberta Schlossmacher, Álvaro Merlo, Marcelo José Ferlin D'Ambroso	17,5	16
12.06 e 04.07	Itinerário para Assistentes – Módulo Insalubridade e Periculosidade – Turma 01/2017	Evandro Krebs Gonçalves e Cloceimar Lemes Silva	10,5	15
14.06 a 05.07	Itinerário para Assistentes – Módulo Término do Contrato – Semipresencial – Turmas 01 e 02/2017	Maria Cristina Santos Perez e Marcelo Caon Pereira	20	29
1º.08 a 29.09	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho – Módulo III – Turma 01	Luis Henrique Bisso Tatsch e Eduardo Batista Vargas	30	6
15 a 18.08	1º Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de EJs do SIFMT – MÓDULO EJUJDT/RT/SIGEP (Enamat)*	Servidores do TRT24	34	3
16.08 a 03.10	Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas	Cláudio Luiz Stuepp	60	27
16.08 a 08.11	Estudos sobre a Reforma Trabalhista	Cinara Rosa Figueiró	17	7
18.08	Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 6º Encontro	Valdete Souto Severo	1,5	2
18.08 a 17.11	II Minicurso Saúde Mental no Trabalho – IPQ	Ricardo Carvalho, Miryam Cristina Vergueiro da Silva	16	16
20 e 21.06	IV Encontro dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do TRT da 10ª Região (TRT10)*	Rosemary Domingues Wargs, Noêmia Aparecida Garcia Porto, Luiz Paulo Orelli Bernardi, Rodrigo Carneiro Gomes e Douglas Alencar Rodrigues	11	4
21.08 a 09.10	Curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho – Módulo I (Teórico) – Turma 02	Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Luís Henrique Bisso Tatsch, Ingrid Renz Birnfeld, Eduardo Caringi Raupp, Maria Helena Camargo Dornelles, Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Junior, Décio Fábio de Oliveira Júnior, Guilherme da	42	15

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
		Rocha Zambrano, Maria Lúcia Buchabqui de Souza, Caroline Bertolino, Francisco Dion Cleberon Alexandre, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Eduardo Batista Vargas, Elisabete Santos Marques		
22.08	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé – 2º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	2	12
25.08	Grupo de Estudos Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho – 1º Encontro	Caroline de Oliveira Bertolino	2	4
1º.09	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Saporanga – 1º Encontro	Adriana Freires	2	9
22.09	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista Saporanga – 2º Encontro	Adriana Freires	2	10
29.09	Grupo de Estudos Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho – 2º Encontro	Caroline de Oliveira Bertolino	2	4
02.10 a 02.11	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho – Módulo II (Turma 2)	<i>Assistência de audiências e execução de relatório</i>	30	11
03 a 31.10	II Ciclo De Cinema E Debate – Módulo B	Nilo Piana Castro, Rosana de Souza Coelho, Carla Rodeghero, Jaqueline Tittoni, Fabiola Rohden, Lorena Holzmann, Fernando Coutinho Cotanda, Alisson Droppa, Tatiane Bartman	20	26
17.10	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé – 5º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	1,5	6
23.10	Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora – A Transformação é Possível? - 4º Encontro	Leonardo Machado da Silva	1,5	25
24.10	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé – 6º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	1,5	7
25.10	Ciclo PDCA das Escolas Judiciais	Acácia Zeneida Kuenzer	6	16
26 e 27.10	Curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho – Módulo I Complementar	Gustavo Friedrich Trierweiler e Marcelo Caon Pereira	14	8
26.10	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista	Adriana Freires	2	9

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
	Sapiranga – 3º Encontro			
27.10 a 15.12	Introdução ao Sisejud – Turma 1/2017	<i>Autoinstrucional</i>	16	4
30.10	AUD/PJE – Mediação e Conciliação	Claudine Rosa, Marta Pilla de Almada	12	11
06 a 30.11	Atendimento ao Cidadão – EaD	Artur Roberto Roman	20	129
09.11	I Jornada sobre a Reforma Trabalhista – Servidores	Mauro Schiavi	3	187
10.11	Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: "Mulherandô"	Jorge Alberto Alvorcem Pinto	7	12
21.11	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé – 7º Encontro	Almiro Eduardo de Almeida	1,5	5
23 e 24.11	56º Conematra	Rosângela de Carvalho	7	3
24.11	Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Sapiranga – 4º Encontro	Adriana Freires	2	8
24.11	Grupo de Estudos Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho – 3º Encontro	Caroline de Oliveira Bertolino	2,5	3
27.11	Curso de Formação Sistemática e Treinamento de Servidores de Estância Velha – Reforma Trabalhista	Volnei de Oliveira Mayer	12	16
28.11	Fim de Tarde – Assédio Moral	Beatriz Renck, Paulo Eduardo Vieira de Oliveira, Eduarda Cirolini Buriol, Fernando Ribas Feijó	2	8

**2.4 Magistrados do TRT4 Coordenadores de Grupo de Estudos, Expositores de Artigos, Coordenadores de Grupo de Discussão, Plenárias, Eventos, Tutores, Orientadores, Docentes, membros da Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ**

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGISTRADOS
1º.01 a 15.07	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo – 1º Semestre	30	9
1º.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos Os Efeitos do NCPC no Processo do Trabalho – 1º Semestre	12	1
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 1º Semestre	2	3

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGIS-TRADOS
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual – 1º Semestre	2	3
07.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Semestre	14	1
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Grupo de Estudos Direito Material – 1º Semestre	2	1
07.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Semestre	9	1
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Semestre	2	3
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Servidores – Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 1º Semestre	2	6
07.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 1º Semestre	17	1
07.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 1º Semestre	14	1
07.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual – 1º Semestre	21	1
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Grupo de Estudos Os Efeitos do NCPC no Processo do Trabalho – 1º Semestre	2	1
07.01 a 15.07	Coordenador – Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 1º Semestre	12	1
07.01 a 15.07	Expositor do Tema – Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 1º Semestre	2	2
13.03	Docente – Curso Capacitação para Sumaríssimo	7	1
09.01 a 30.06	Docente – 6º Módulo Regional de Formação Inicial – 2017/-01-3H	3	2
09.01 a 30.06	Docente – 6º Módulo Regional de Formação Inicial – 2017/-01-4H	4	2
09.01 a 30.06	Docente- 6º Módulo Regional de Formação Inicial – 2017/-01-6H	6	18
17.03	Coordenador Grupo de Estudos Direito Material – 1º Semestre	3	1
17.03	Docente – Minicurso Reforma Trabalhista – 1º Encontro	3	2
17.03 e 19.05	Expositor do Tema – Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual – 1º Semestre	4	1
17.04	Ministrante – Itinerário Para Assistentes – Duração do Trabalho – Turma 01/2017	7	1
02.06	Docente – Minicurso Processo do Trabalho – Módulo I	6	1
05.07	Docente – Itinerário para Assistentes – Módulo Término do Contrato	4	1
09 a 30.07	Docente – 6º Módulo Regional de Formação Inicial – 2017/01	12	3
04.08 a 19.12	Coordenador – Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º semestre	18	1
14.08 a 19.12	Coordenador – Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 02/2017	8	1
15.08 a 19.12	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo – 2º semestre	30	9

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGIS-TRADOS
15.08 a 19.12	Docente 02/2017 – 6H	6	1
15.08 a 19.12	Docente 02/2017 – 3H	3	2
15.08 a 19.12	Docente 7º Módulo Regional de Formação Inicial – 02/2017 – 20H	20	1
15.08 a 19.12	Docente 7º Módulo Regional de Formação Inicial – 02/2017 – 6H	6	1
15.08 a 19.12	Docente 8º Módulo Regional de Formação Inicial – 02/2017 – 5H	5	1
15.08 a 19.12	Docente 8º Módulo Regional de Formação Inicial – 02/2017 – 6H	6	1
15.08 a 19.12	Coordenador – Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista	24	1
15.08 a 31.12	Coordenador – Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 02/2017	15	1
15.08 a 31.12	Coordenador – Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: uma Leitura Sistemática – 02/2017	14	1
15.08 a 31.12	Coordenador – Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé	22	1
15.08 a 31.12	Coordenador – Grupo de Estudos Saúde Mental – 02/2017	15	1
15.08 a 31.12	Coordenador (dia 24/11) – Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista – 2º semestre	8	1
15.08 a 31.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista – 02/2017	2	3
15.08 a 31.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 02/2017	2	3
15.08 a 19.12	Coordenador (4º encontro) – Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Sapiranga – 02/2017	4	1
15.08 a 19.12	Orientação de Vitaliciandos – 2º semestre – Magistrados	30	5
15.08 a 19.12	GE – Artigos Doutrinários – Publicação de Artigos em periódicos do TRT4 – Artigos Doutrinários Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 02/2017	10	6
16.08 a 31.12	Coordenador (dia 01/09) - Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista – 2º semestre	4	1
16.08 a 31.12	Coordenador – Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 02/2017	19	1
16.08 a 31.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Filosofia do Direito – 02/2017	1	1
16.08 a 31.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 02/2017	2	3
16.08 a 31.12	Coordenador – Grupo de Estudos Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas - 2º semestre	17	1
16.08 a 31.12	Coordenador - Grupo de Estudos Saúde Mental - 2º semestre	5	1
1º.09 a 19.12	Coordenador – Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Sapiranga 2017/02	12	1
08.09 a 19.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas – 02/2017	2	1
11.09	Docente – Seminário sobre a Reforma Trabalhista Tarde – 2017/2 –	7	3

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGIS-TRADOS
	3,5H		
12.09	Docente – Seminário sobre a Reforma Trabalhista Manhã – 2017/2 – 3,5H	7	3
12.09	Docente – Seminário sobre a Reforma Trabalhista Tarde – 2017/2 – 3,5H	7	3
13.09	Docente – Seminário sobre a Reforma Trabalhista Manhã – 2017/2 – 1,5H	3	3
14.09	Docente – XII Encontro Institucional 02/2017 – 1,5H	3	2
14.09	Docente – XII Encontro Institucional 02/2017 – 2,5H	5	4
22.09	Coordenador – Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 02/2017	3	1
22.09 a 31.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 02/2017	2	4
06.10	Docente – MFI 40 Horas Enamat – Execução Geral e Uso das Ferramentas Eletrônicas – 02/2017	3	1
06.10 a 19.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Direito Processual – 02/2017	2	1
06.10 a 19.12	Coordenador – Grupo de Estudos Direito Processual – 02/2017	6	1
20.10	Coordenador (dia 20.10) - Grupo de Estudos – Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 3º Encontro	4	1
27.10 a 19.12	Coordenador (dia 27/10) – Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista – 2º semestre	4	1
27.10 a 19.12	Expositor de Tema – Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista – 2º semestre	2	4
1º.11	Apresentação – Temas Contemporâneos, Tema V – Seminários	4	1
03.11 a 17.12	Docente – CFC – Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho Módulo II (Enamat)	30	1
10.11	Docente – I Jornada sobre a Reforma Trabalhista	7	19
13.11	Docente – Laboratório Judicial – Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista	1,5	1
13.11	Tutor – 23º CFI Enamat	70	1
17.11	Administração Judiciária	3	1
1º.12	Docente – Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores	3	2

### Número Total de Treinados e de Horas-Aula

Total de participações de Magistrados	1.611
Total de participações de Servidores*	2.209
Número total de treinados (magistrados e servidores)	3.820
Carga Horária Total de Atividades Realizadas em 2016	3.707,5

\* Com frequência superior a 75%, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.143/2003.



## **8. EVENTOS EM DESTAQUE EM 2017**

### **28.03 – Aula Inaugural da EJ 2017 – Minicurso reforma Trabalhista – 2º encontro**

Abordou como tema central as reformas na legislação sobre direitos sociais e a sua relação com momentos de crise econômica. Palestraram a professora catedrática de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Maria do Rosário Palma Ramalho, a professora Cláudia Lima Marques, professora titular da UFRGS, com pós-doutorado pela Universidade de Heidelberg e o professor de Direito do Trabalho na UFRGS Leandro Amaral Dorneles de Dorneles.

### **24.04 a 30.06 – Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho**

- Módulo I: 24 a 27.04 e 08 a 11.05

- Módulo II: 24.04 a 1º.06

- Módulo III: 05 a 30.06

### **05.05 e 23.06 – Minicurso Gestão do Trabalho**

Palestrantes: Alessandra Parolin Assad (professora, jornalista, Diretora da AssimAssad Desenvolvimento Humano; José Roberto Pimenta Ferreti (graduado em Ciências Navais com habilitação em Administração. Doutor em Ciência da Informação. Servidor do TRT1); Maria Elisa Bastos Macieira (Mestre em Administração e Professora da Fundação Getúlio Vargas).

### **12.05 – Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: “Mulherandô”**

Abordagem teórica sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal. Prática de técnicas eficazes e simples de defesa pessoal em situações de risco, adequadas ao público feminino. Palestrante: Jorge Alberto Alvorcem Pinto, Tenente-Coronel RR da Brigada Militar.

### **19.05 – Minicurso Reforma Trabalhista – 3º encontro**

Reforma Trabalhista na Espanha/Reforma Trabalhista no Brasil

Palestrantes: Jesús Lahera Forteza (professor da Universidad Complutense de Madrid); Denise Fincatto (Advogada); Ricardo Antunes (Sociólogo do Trabalho); Guilherme Feliciano (Juiz do TRT15).

### **26.05 – Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores: Jornada de Trabalho e outros temas relevantes**

Palestrantes: Alexandre de Souza Agra Belmonte (Ministro do TST); José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva (Juiz do TRT15).

## **02.06 – Minicurso Processo do Trabalho**

Palestrantes: Carlos Eduardo de Oliveira Dias (Juiz do TRT15); Francisco Rossal de Araújo (Desembargador do TRT4).

## **09.06 – Fundamentos de Negociação para Conciliadores e Mediadores**

Palestrantes: *Primeiros Anos da Escola Judicial do TRT4 (em comemoração aos 10 anos da Escola Judicial – TRT4)* – Carlos Alberto Zogbi Lontra, Juiz aposentado do TRT4; *Fundamentos de Negociação para Conciliadores e Mediadores* – Rubem Marcelo Barbosa Rosadilla, Professor e Advogado.

## **07.07 – Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 2**

Palestrantes: *Fundamentos da Sentença. Contraditório das Teses.* – Aloysio Corrêa da Veiga, Ministro do TST; *Nulidades. Teoria da Causa Madura.* – Luiz Ronan Neves Koury, Desembargador do TRT3.

## **18.08 e 17.11 – II Minicurso Saúde Mental no Trabalho**

Palestrantes: Ricardo Baccarelli Carvalho, Médico Psiquiatra e do Trabalho; Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva, Psicóloga do Trabalho.

## **1º.09 – Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 3**

Palestrantes: *Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas. Casuísticas.* – Luiz Henrique Volpe Camargo, Advogado; *Precedentes Vinculantes. Elaboração. Fundamentação. Exceções.* – Alexei Almeida Chapper, Advogado; César Zucatti Pritsch, Juiz do TRT4.

## **12.09 – Seminário sobre a Reforma Trabalhista**

Coordenado pelo desembargador Francisco Rossal de Araújo. Foi abordado o impacto da reforma sobre a morfologia do contrato de trabalho e a questão do negociado sobre o legislado em casos concretos. Foram palestrantes do seminário os Desembargadores Marcelo José Ferlin D'Ambroso, Íris Lima de Moraes e Brígida Joaquina Charão Barcelos, e os Juizes Adriano Santos Wilhelms, Rodrigo Trindade de Souza, Elson Rodrigues da Silva Junior, Almiro Eduardo de Almeida e Valdete Souto Severo.

## **13 a 15.09 – XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS**

Palestra com o médico Drauzio Varella abordou aspectos históricos e motivacionais referentes aos cuidados com a saúde.

Debate sobre a Reforma Trabalhista contou com as palestras do advogado e professor da USP Nelson Mannrich, e do ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. Os expositores apresentaram diferentes visões sobre os efeitos da reforma para o Direito e o Processo do Trabalho.

#### **06.10 – Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 4**

Palestrantes: *Ação Coletiva e Coisa Julgada. Liquidação das Ações Coletivas. Execução das Parcelas Vincendas. Ação Revisional.* – Marcelo Freire Sampaio Costa, Procurador do Trabalho (PA); *Recuperação Judicial e Fraude de Direito de Credores. Execução. Limites. Cooperação entre Juízos Cível e Trabalhista.* – Mauro Schiavi, Juiz do TRT2, e Marcelo Papaléo de Souza, Juiz do TRT4.

#### **16 e 17.10 – Seminário Reforma Trabalhista – Aspectos Constitucionais – em parceria com a Urbe**

O evento ocorreu no auditório Ruy Cirne Lima e teve como palestrantes e debatedores o advogado e jurista Mauro Menezes, a desembargadora aposentada do TRT-RS e atual pesquisadora Magda Biavaschi, a desembargadora Beatriz Renck, Presidente do TRT-RS, e o também advogado, jurista e ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

#### **20.10 – Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores – Módulo 2**

Palestrantes: Georgenor de Sousa Franco Filho, Desembargador do TRT8; Jorge Luiz Souto Maior, Juiz do TRT15.

#### **06.11 – Minicurso Processo do Trabalho – Módulo 5**

Palestrantes: Manoel Antonio Teixeira Filho, Advogado e Magistrado do TRT9 aposentado.

#### **09 e 10.11 – I Jornada sobre a Reforma Trabalhista**

Palestrantes: Aspectos mais relevantes da Reforma Trabalhista – Mauro Schiavi, Juiz do TRT2.

#### **09.11 – 1º Encontro das Escolas de Estado do Rio Grande do Sul – Os Desafios das instituições de Estado no Brasil**

Palestrantes: Cláudio Lamachia, Presidente do Conselho Federal da OAB; Painel I – Estado de Direito e Reformas de Estado – Carlos Eduardo Dieder Reverbel, Advogado e Professor da UFRGS e José Levi do Amaral Júnior, Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Professor da USP; Painel II – Histórico das Instituições Públicas – Alfredo Dal Molin Flores, Professor da UFRGS e Cláudio Madureira, Advogado no estado do Espírito Santo; Painel III – Participação Democrática nas Instituições – Juarez Freitas, Professor da PUCRS e da UFRGS e Elaine Harzeim Macedo, Advogada, Desembargadora do TJ-RS aposentada e Professora da PUCRS.

#### **24.11 – Palestra sobre a formação de Juízes franceses na 56ª Reunião Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho**

A jurista francesa Emilie Lagrave Perre realizou palestra no Plenário Milton Varela Dutra. A magistrada falou ao público sobre o funcionamento dos cursos de formação de magistrados na França.

### 1º.12 – Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores – Módulo 3

Direito Coletivo do Trabalho, Negociação Coletiva e outros aspectos relevantes.

Palestrantes: Maria de Assis Calsing, Ministra do TST; Cláudio Cassou Barbosa, Desembargador do TRT4; José Pedro Pedrassani, Advogado e Professor; Luiz Alberto de Vargas, Desembargador do TRT4.

## 3. GRUPOS DE ESTUDO

Em 2017, Escola Judicial continuou a realização de Grupos de Estudo destinados aos magistrados e servidores do TRT da 4ª Região, visando à consolidação de conhecimento dos participantes para melhor prestarem a jurisdição.

### GRUPOS DE ESTUDO – 2017 Datas dos encontros

<b>Direito Processual</b>		
Coordenação: Juiz Ricardo Fioreze Vice-Coordenação: Juíza Ligia Maria Fialho Belmonte Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	07.04	1,5
	23.06	1,5
	14.07	1,5
	06.10	1,5
	10.11	1,5
	15.12	1,5
<b>Direito Material</b>		
Coordenação: Desembargador Francisco Rossal de Araújo Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	17.03	1,5
	07.04	2
19.05	2	
<b>Direito Material, com ênfase na Reforma Trabalhista</b>		
Coordenação: Juiz Adriano Santos Wilhems Vice-Coordenação: Juíza Ana Paula Kottlinsky Severino	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	1º.09	2
	27.10	2
	24.11	2
1º.12	2	
<b>Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Passo Fundo</b>		
Coordenação: Juíza Raquel Nenê Santos Vice-Coordenação: Juiz Luciano Ricardo Cembranel Local: 2ª VT de Passo Fundo	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	31.03	3
12.05	3	
<b>Análise Jurídica da Reforma Trabalhista</b>		

Coordenação: Juíza Raquel Nenê Santos Vice-Coordenação: Juiz Luciano Ricardo Cembranel Local: 2ª VT de Passo Fundo	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	09.06	3
	30.06	3
	18.08	3
	22.09	3
	06.10	3
	27.10	3
1º.12	3	

<b>Conciliação e Audiência Trabalhista</b>		
Coordenação: Juiz Marcos Rafael Pereira Pizino Vice-Coordenação: Marcela Casanova Viana Arena Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	24.03	3
	07.04	2
	19.05	2
	04.08	3
	1º.09	1,5
	20.10	2,5
1º.12	2	

<b>O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática</b>		
Coordenação: Juíza Rozi Engelke Vice-Coordenação: Juíza Marcia Padula Mucenic Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	17.03	2
	07.04	2
	19.05	2
	23.06	2,5
	14.07	2
	18.08	1,5
	20.10	1,5
	17.11	2
1º.12	2	

<b>Direitos Fundamentais Sociais</b>		
Coordenadora: Juíza Valdete Souto Severo Vice-Coordenadora: Juíza Gabriela Lenz de Lacerda Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	17.03	1,5
	07.04	1,5
	05.05	2
	09.06	1,5
	07.07	2
	18.08	1,5
	30.08	2
	11.09	2,5
06.10	1,5	

<b>Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura</b>		
Coordenadora: Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse Vice-Coordenador: Juiz Ben-Hur Silveira Claus Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	24.03	1
	07.04	2
	26.05	2
	23.06	2
	18.08	2
22.09	2	

	20.10	2
	1º.12	2

<b>Responsabilidade Civil</b>		
Coordenador: Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso Vice-Coordenação: Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	18.08	1,5
	22.09	3
	23.11	3

<b>Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho</b>		
Coordenadora: Servidora Caroline de Oliveira Bertolino Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	25.08	2
	29.09	2
	24.11	2,5

<b>Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas</b>		
Coordenador: Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz Vice-Coordenação: Juíza Juliana Oliveira Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	08.09	1,5
	27.10	2
	1º.12 M	2
	1º.12 T	3

<b>Reforma Trabalhista</b>		
Coordenador: Juiz Almiro Eduardo de Almeida Local: Foro Trabalhista de Bagé	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	15.08	2
	22.08	2
	29.08	2
	10.10	1,5
	17.10	1,5
	24.10	1,5
	21.11	1,5

<b>Filosofia do Direito</b>		
Coordenador: Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso Vice-Coordenação: Desembargadora Brigida Joaquina Charão Barcelos Local: Sede da Escola Judicial	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	25.09	1
	04.10	2,5
	18.10	1
	21.11	3
	07.12	2

<b>Reforma Trabalhista</b>		
Coordenadora: Juíza Adriana Freires Vice- Coordenadora: Servidora Miriam Carvalho Camargo Local: 13ª VT de Sapiiranga	<b>Data</b>	<b>Duração (h/a)</b>
	1º.09	2
	22.09	2
	26.10	2
	24.11	2

## **10 PUBLICAÇÕES DA ESCOLA JUDICIAL**

### **10.1 Revista Impressa**

A 45ª edição da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), de periodicidade anual, publicada pela Triunfal Gráfica e Editora, tem previsão de lançamento para o dia 20/04/2018, por ocasião da Aula Magna da Escola Judicial em 2018. A escolha da editora – que pela vez primeira realizou a edição – foi efetuada mediante licitação.

A obra é fonte oficial de jurisprudência e traz à comunidade jurídica um recorte do trabalho realizado pelos magistrados do Judiciário Trabalhista no estado. A publicação conta com acórdãos, sentenças, trabalhos científicos (artigos), informações institucionais, Súmulas, Precedentes Normativos, Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução, Teses Jurídicas Prevalentes, além de registros que marcam a continuidade e a evolução histórica da Justiça do Trabalho do RS.

Além dos julgados enviados pelos magistrados a título de colaboração, o conteúdo da publicação é resultado – em sua maior parte – do trabalho da equipe da Escola Judicial na pesquisa de decisões de 1º e 2º Grau, na elaboração dos índices analíticos e remissivos dos acórdãos e das sentenças, na organização e na revisão dos trabalhos, bem como na confecção da arte da capa.

Assinaram os cinco artigos doutrinários da 45ª edição da Revista do TRT4 os Juízes Ben-Hur Silveira Claus, Luciane Cardoso Barzotto (em conjunto com Renata Duval Martins e Carolina Simões Correia), Valdete Souto Severo, e os servidores Adriana Machado Pooli (em conjunto com Janine Kieling Monteiro) e Tiago Rigon Pedrini. A participação de servidores como articulistas é novidade em relação às edições anteriores.

### **10.2 Revista Eletrônica**

Trata-se de publicação seriada, em formato digital, dedicada a temas atuais, relevantes, polêmicos e de interesse prático no mundo do direito material e processual do trabalho. O periódico veicula decisões tanto de 2º grau (excertos de acórdãos e ementas) como de 1º grau (excertos de sentenças); artigos assinados não só por magistrados, mas também por outros operadores do Direito, inclusive servidores; notícias do âmbito do Judiciário – com destaque para o trabalhista –, indicações de leitura e, mais recentemente, atualização legislativa. Foram publicadas 11 edições ordinárias do periódico relativos ao ano de 2017, da edição nº 199 até a de nº 209, com destaque para a de nº 200, comemorativa, que veiculou, além do conteúdo usual, artigos e acórdãos históricos, escolhidos em minuciosa pesquisa sobre todo o acervo do periódico. Além dos números regulares, houve a publicação – em 07.12.2017 – da Edição Especial de nº 11, dedicada a temas relativos à Saúde e Segurança no Trabalho. Essa edição extraordinária constituiu meta do Programa Trabalho Seguro, no âmbito do TRT4.

O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

De acordo com a ferramenta *Google Analytics*, que informa o tráfego de usuários e gera as estatísticas de acesso do periódico, foram computadas 29.027 visualizações de página de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Além dos acessos regionais e de todo o Brasil, foram também registradas visitas de pessoas dos Estados Unidos, do Uruguai, de Portugal, entre outros.

O periódico é disponibilizado no Portal do TRT4 e no *site* da Escola Judicial.

### 10.3 Cadernos da Escola Judicial

No ano de 2017, não houve edição de Cadernos da Escola Judicial, em razão do corte de orçamento sofrido pela Justiça do Trabalho.

<b>Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2017 – Quadro Resumo</b>				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magistrados	Servidores	Total	
6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2ª Fase	2	-	2	148
6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2ª Fase	1	-	1	362
6º Módulo Regional de Formação Inicial	3	-	3	365
Midiateca On-line 1º semestre	20	-	20	65,5
Direitos Humanos e Trabalho - Estudos de Caso (UFRGS)*	4	-	4	8
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 1º Encontro	12	-	12	2
Grupo de Estudos Direito Material - 1º Encontro	4	-	4	1,5
Curso de Formação de Formadores – Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica - EaD (Enamat)*	1	-	1	30
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 1º Encontro	5	-	5	3
Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 1º Encontro	12	-	12	1
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 1º Encontro	8	-	8	3
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 2º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 2º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Direito Material - 2º Encontro	3	-	3	2
Grupo de Estudos Direito Processual - 1º Encontro	4	-	4	1,5
Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 2º Encontro	5	-	5	2
Curso de Formação Continuada - Novo Código do Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho – Primeiro Grau – EaD (Enamat)*	17	-	17	30
Curso de Inclusão e Acessibilidade – EaD (TRT9)*	1	-	1	20
Curso de Formação Continuada Questões Penais na Justiça do Trabalho – EaD (Enamat)*	7	-	7	30
22º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho (Enamat)*	4	-	4	128
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Passo Fundo	4	-	4	3



Curso de Formação de Formadores Inovações Legislativas Relacionadas à Justiça do Trabalho – EaD (Enamat)*	1	-	1	30
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 3º Encontro	12	-	12	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 3º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Direito Material - 3º Encontro	4	-	4	2
Curso de Formação Continuada Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica – EaD (Enamat)*	4	-	4	30
Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura – 3º Encontro	8	-	8	2
Congresso Internacional Direito, Trabalho e Tecnologia (TRT3)*	2	-	2	18
Resolução Pacífica de Conflitos (AGU)*	2	-	2	18
Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 1º Encontro	5	-	5	3
Formação de Juiz Orientador - 1/2017 - Autoinstrucional - Semipresencial	9	-	9	16
Curso I - Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho	22	-	22	8
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 4º Encontro	8	-	8	2,5
Grupo de Estudos - Direito Processual - 2º Encontro	4	-	4	1,5
Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 4º Encontro	9	-	9	2
Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 2º Encontro	8	-	8	3
Curso I - Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho - Turma 2	30	-	30	8
Grupo de Estudos - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 5º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Direito Processual 3º Encontro	6	-	6	1,5
7º Módulo Regional e Formação Inicial	1	-	1	1
Midiateca On-line 2º semestre	32	-	32	64,5
Curso I - Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho - Turma 3	13	-	13	8
Curso Processo Coletivo e Precedentes Judiciais: Perspectivas Crítica e Comparada (TRT1)*	1	-	1	18
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 4º Encontro	5	-	5	3
Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança para Juizes do Trabalho – EaD (TRT1)*	4	-	4	8
Curso de Formação Continuada Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais – EaD (Enamat)*	7	-	7	30
Curso de Formação Continuada sobre o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho – EaD (Enamat)*	7	-	7	30
VI Encontro Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da Bahia (TRT5)*	1	-	1	30
Seminário de Direito Material e Processual do Trabalho do Cariri (TRT7)*	2	-	2	12
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 6º Encontro	12	-	12	1,5

Grupo de Estudos Responsabilidade Civil - 1º Encontro	4	-	4	1,5
Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 3º Encontro	8	-	8	3
Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 5º Encontro	11	-	11	2
IX Semana de Formação Continuada da 22ª Região (TRT22)*	1	-	1	30
Debate Nacional da Reforma Trabalhista (Amatra IV)*	55	-	55	10
Horizontes Contemporâneos da Filosofia do Direito: Impactos na Sociedade e nos Direitos Sociais (TRT17)*	1	-	1	5
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 5º Encontro	8	-	8	1,5
Grupo de Estudos Direito Material, com ênfase na Reforma Trabalhista - 1º Encontro	11	-	11	2
Pesquisa sobre Competências de Magistrados	78	-	78	2
MFI - 40 HORAS Enamat - Prática de Perícia	3	-	3	3
MFI - 40 HORAS Enamat - Relações Interpessoais	3	-	3	3
Curso de Formação de Formadores para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Soluções de Disputas (Enamat)*	4	-	4	24
XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	160	-	160	15
Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I – EaD (Enamat)*	16	-	16	30
Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I – EaD (Enamat)*	1	-	1	30
Comunicação Assertiva e Não Violenta	3	-	3	6
Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 6º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil - 2º Encontro	4	-	4	3
Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 4º Encontro	6	-	6	3
MFI - 40 HORAS Enamat - Gestão de Vara - conversa com Diretores de Secretarias de VTs de Porto Alegre	3	-	3	3
Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 1º Encontro	2	-	2	1
Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 2º Encontro	3	-	3	2,5
Grupo de Estudos Direito Processual - 4º Encontro	3	-	3	1,5
Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 5º Encontro	8	-	8	3
MFI 40 Horas Enamat - Execução Geral e Uso das Ferramentas Eletrônicas	3	-	3	6
Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica (Enamat)*	8	-	8	30
II Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho (Anamatra)*	3	-	3	13
Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 3º Encontro	1	-	1	1
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 3º Encontro	11	-	11	2,5
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 7º Encontro	8	-	8	1,5
Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 3º Encontro	5	-	5	2

Grupo de Estudos Direito Material, com Ênfase na Reforma Trabalhista - 2º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 5º Encontro	7	-	7	3
Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo II – EaD (Enamat)*	5	-	5	30
I Jornada sobre a Reforma Trabalhista - Magistrados	149	-	149	10
Curso de Formação de Formadores sobre Reforma Trabalhista (Enamat)*	1	-	1	30
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 3º Encontro	12	-	12	2
Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 4º Encontro	4	-	4	3
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil - 3º Encontro	5	-	5	3
Grupo de Estudos Direito Material, com Ênfase na Reforma Trabalhista - 3º Encontro	4	-	4	2
Seminário sobre a Reforma Trabalhista (Enamat)*	4	-	4	10
Grupo de Estudos Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas - 3º Encontro - Manhã	2	-	2	2
Grupo de Estudos Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas - 3º Encontro - Tarde	1	-	1	3
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 7º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 9º Encontro	9	-	9	2
Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 4º Encontro - Palestra com Júlio Bebbber	2	-	2	2
23º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat)*	3	-	3	128
Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 5º Encontro	2	-	2	2
Grupo de Estudos Direito Processual - 5º Encontro	3	-	3	1,5
Andragogia - Um Olhar para o Aprendiz Adulto	5	11	16	30
Capacitação para o Sumaríssimo	1	24	25	3,5
Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora - 1º Encontro - Caminhos para a Qualidade de Vida - O que faz você feliz?	4	13	17	1,5
Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais – 1º Encontro	3	6	9	1,5
Minicurso Reforma Trabalhista - 1º Encontro	8	32	40	6
Curso Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica (Enamat) - EaD*	1	0	1	30
Aula Inaugural 2017 - Minicurso Reforma Trabalhista	36	52	88	5
Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais – 2º Encontro	3	7	10	1,5
Fim de Tarde - Diálogos Acadêmicos - Elementos para o Uso Transgressor do Direito do Trabalho	1	15	16	1,5
II Ciclo De Cinema e Debate - Módulo A	1	50	51	20
Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais – 3º Encontro	4	8	12	2
Minicurso Gestão do Trabalho	3	30	33	12

Fim de Tarde – A Justiça de Dentro para Fora - 2º Encontro - Equilíbrio Emocional: Como Cultivar Mais dele em nosso Ambiente de Trabalho?	1	17	18	3
Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: "Mulherandô"	10	14	24	4
Minicurso Reforma Trabalhista - 3º Encontro	8	25	33	6
Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores - Módulo 1	5	38	43	6
Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 1	9	22	31	6
Fundamentos de Negociação para Conciliadores e Mediadores	8	35	43	6
Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais – 4º Encontro	1	7	8	1,5
III Fórum Nacional de Processo do Trabalho	4	7	11	12
Fim de Tarde - Repercussão Geral	10	29	39	1,5
Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais – 5º Encontro	5	7	12	2
Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 2	15	41	56	6
Diálogos Acadêmicos	2	30	32	3
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Bagé - 1º Encontro	1	16	17	2
Grupo de Estudos - Reforma Trabalhista - Bagé - 3º Encontro	1	12	13	2
Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais – 7º Encontro - Atividade	3	8	11	2
Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 3	2	29	31	6
Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora - Dinheiro sem Medo - Práticas Financeiras para a Vida Real - com transmissão on-line	1	45	46	1,5
Programa Formação de Formadores - Planejamento Didático - Semipresencial	1	9	10	43,5
Grupo de Estudos Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas	2	1	3	1,5
Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais - 8º Encontro	1	7	8	2,5
Seminário Sobre a Reforma Trabalhista	163	152	315	12
Assédio Moral nas Relações de Trabalho - EaD	6	13	-19	40
Segurança Institucional - Segurança Interna e Segurança da Informação	5	13	18	6
Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos - Estado, Democracia e Reforma Trabalhista: Caminhos Possíveis	2	14	16	1,5
Fim de Tarde - Precedentes	3	5	8	1,5
Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais - 9º Encontro	1	3	4	1,5
Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 4	8	31	39	6
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé - 4º Encontro	1	7	8	1,5
Preparatório para Proficiência Leitora em Língua Inglesa - EaD	8	12	20	45
Seminário Reforma Trabalhista - Aspectos Constitucionais	5	44	49	6
Previdência Complementar para Magistrados e Servidores	5	36	41	3
Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores - Módulo 2	2	31	33	6
Técnicas de Planejamento em Educação Corporativa	9	1	10	3,5

Fim de Tarde 100 Anos da Revolução Russa e da Constituição Mexicana - Reflexos nos Direitos Sociais	4	24	28	2
Grupo de Estudos Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas – 2º Encontro	5	1	6	2
Orçamento das Escolas Judiciais Trabalhistas	7	9	16	3,5
Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 5	4	32	36	3
Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora - O Sentido do (no) Trabalho - 5º Encontro	3	15	18	1,5
Princípios do Direito Processual Eletrônico - Semipresencial	1	19	20	20
Semana da Consciência Negra - Racismo Institucional no Brasil, Protagonismo dos Negros	1	13	14	2,5
Danos Existenciais e outros Danos Extrapatrimoniais na Jurisdição Trabalhista	3	29	32	6
Auditoria do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA)	2	12	14	3
Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores - Módulo 3	1	10	11	6
Itinerário para Assistentes - Módulo Remuneração e Salário - Turma 1/2017 (EaD)	-	26	26	20
Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho - EaD	-	165	165	10
Itinerário para Assistentes - Módulo Execução - Turma 01/2017	-	42	42	14
Itinerário para Assistentes - Módulo Relação de Emprego - Turma 01/2017	-	23	23	7
Itinerário para Assistentes - Módulo Prova e Ônus da Prova - Turma 01/2017	-	24	24	7
Itinerário para Assistentes - Módulo Duração do Trabalho - Turma 01/2017	-	24	24	7
Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo I (Teórico) – Turma 1	-	12	12	45
Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo II – Turma 1	-	8	8	30
Técnica e Processo Legislativo (Assembleia Legislativa RS)*	-	4	4	8
Itinerário para Assistentes - Módulo Terceirização - Turma 01/2017	-	29	29	7
Itinerário para Assistentes - Módulo Acidentes do Trabalho - Turma 01/2017	-	16	16	17,5
Itinerário para Assistentes - Módulo Insalubridade e Periculosidade - Turma 01/2017	-	15	15	10,5
Itinerário para Assistentes - Módulo Término do Contrato – Semipresencial - Turmas 01 e 02/2017	-	29	29	20
Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo III - Turma 01	-	6	6	30
1º Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de EJs do SIFMT - MÓDULO EJUDTRT/SIGEP (Enamat)*	-	3	3	34
Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas	-	27	27	60
Estudos sobre a Reforma Trabalhista	-	7	7	17
Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais - 6º Encontro	-	2	2	1,5
II Minicurso Saúde Mental no Trabalho - IPQ	-	16	16	16
IV Encontro dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do TRT da 10ª Região (TRT10)*	-	4	4	11
Curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo I (Teórico) - Turma 02	-	15	15	42
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Bagé - 2º Encontro	-	12	12	2

Grupo de Estudos Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - 1º Encontro	-	4	4	2
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Sapiranga - 1º Encontro	-	9	9	2
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista Sapiranga - 2º Encontro	-	10	10	2
Grupo de Estudos Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - 2º Encontro	-	4	4	2
Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo II (Turma 02)	-	11	11	30
II Ciclo De Cinema E Debate - Módulo B	-	26	26	20
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Bagé - 5º Encontro	-	6	6	1,5
Fim de Tarde A Justiça de Dentro para Fora - A Transformação é Possível? - 4º Encontro	-	25	25	1,5
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Bagé - 6º Encontro	-	7	7	1,5
Ciclo PDCA das Escolas Judiciais	-	16	16	6
Curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo I Complementar	-	8	8	14
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista Sapiranga - 3º Encontro	-	9	9	2
Introdução ao Sisejud - Turma 1/2017	-	4	4	16
AUD/PJE - Mediação e Conciliação	-	11	11	12
Atendimento ao Cidadão - EaD	-	129	129	20
I Jornada sobre a Reforma Trabalhista - Servidores	-	187	187	3
Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: "Mulherandô"	-	12	12	7
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Bagé - 7º Encontro	-	5	5	1,5
56º Conematra	-	3	3	7
Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Sapiranga - 4º Encontro	-	8	8	2
Grupo de Estudos Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - 3º Encontro	-	3	3	2,5
Curso de Formação Sistemática e Treinamento de Servidores de Estância Velha - Reforma Trabalhista	-	16	16	12
Fim de Tarde - Assédio Moral	-	8	8	2
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo - 1º Semestre	9	-	9	30
Coordenador - Grupo de Estudos Os Efeitos do NCPD no Processo do Trabalho - 1º Semestre	1	-	1	12
Expositor do Tema - Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 1º Semestre	3	-	3	2
Expositor do Tema - Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual - 1º Semestre	3	-	3	2
Coordenador - Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 1º Semestre	1	-	1	14
Expositor do Tema - Grupo de Estudos Direito Material - 1º Semestre	1	-	1	2
Coordenador - Grupo de Estudos Direito Processual - 1º Semestre	1	-	1	9
Expositor do Tema - Grupo de Estudos Direito Processual - 1º Semestre	3	-	3	2
Expositor do Tema - Servidores - Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais - 1º Semestre	6	-	6	2

Coordenador - Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais - 1º Semestre	1	-	1	17
Coordenador - Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 1º Semestre	1	-	1	14
Coordenador - Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual - 1º Semestre	1	-	1	21
Expositor do Tema - Grupo de Estudos Os Efeitos do NCPC no Processo do Trabalho - 1º Semestre	1	-	1	2
Coordenador - Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 1º Semestre	1	-	1	12
Expositor do Tema - Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 1º Semestre	2	-	2	2
Docente - Curso Capacitação para Sumaríssimo	1	-	1	7
Docente - 6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2017/01-3H	2	-	2	3
Docente - 6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2017/01-4H	2	-	2	4
Docente - 6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2017/01-6H	18	-	18	6
Coordenador Grupo de Estudos Direito Material - 1º Semestre	1	-	1	3
Docente - Minicurso Reforma Trabalhista - 1º Encontro	2	-	2	3
Expositor do Tema - Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual - 1º Semestre	1	-	1	4
Ministrante - Itinerário Para Assistentes - Duração do Trabalho - Turma 01/2017	1	-	1	7
Docente - Minicurso Processo do Trabalho - Módulo I	1	-	1	6
Docente - Itinerário para Assistentes - Módulo Término do Contrato	1	-	1	4
Docente - 6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2017/01	3	-	3	12
Coordenador - Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 2º semestre	1	-	1	18
Coordenador - Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 02/2017	1	-	1	8
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo - 2º semestre	9	-	9	30
Docente 02/2017 - 6H	1	-	1	6
Docente 02/2017 - 3H	2	-	2	3
Docente 7º Módulo Regional de Formação Inicial - 02/2017 - 20H	1	-	1	20
Docente 7º Módulo Regional de Formação Inicial - 02/2017 - 6H	1	-	1	6
Docente 8º Módulo Regional de Formação Inicial - 02/2017 - 5H	1	-	1	5
Docente 8º Módulo Regional de Formação Inicial - 02/2017 - 6H	1	-	1	6
Coordenador - Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista	1	-	1	24
Coordenador - Grupo de Estudos Direitos Fundamentais Sociais - 02/2017	1	-	1	15
Coordenador - Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: uma Leitura Sistemática - 02/2017	1	-	1	14
Coordenador - Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Bagé	1	-	1	22
Coordenador - Grupo de Estudos Saúde Mental - 02/2017	1	-	1	15

Coordenador (dia 24/11) - Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista - 2º semestre	1	-	1	8
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 02/2017	3	-	3	2
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 02/2017	3	-	3	2
Coordenador (4º encontro) - Grupo de Estudos Reforma Trabalhista – Sapiranga - 2017/02	1	-	1	4
Orientação de Vitaliciandos - 2º semestre - Magistrados	5	-	5	30
GE - Artigos Doutrinários - Publicação de Artigos em periódicos do TRT4 - Artigos Doutrinários Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 02/2017	6	-	6	10
Coordenador (dia 01/09) - Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista - 2º semestre	1	-	1	4
Coordenador - Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 02/2017	1	-	1	19
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Filosofia do Direito - 02/2017	1	-	1	1
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Responsabilidade Civil - 02/2017	3	-	3	2
Coordenador - Grupo de Estudos Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas - 2º semestre	1	-	1	17
Coordenador - Grupo de Estudos Saúde Mental - 2º semestre	1	-	1	5
Coordenador - Grupo de Estudos Reforma Trabalhista - Sapiranga 02/2017	1	-	1	12
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Tratamento Coletivo de Litígios Trabalhistas - 02/2017	1	-	1	2
Docente - Seminário sobre a Reforma Trabalhista Tarde - 2017/2 - 3,5H	3	-	3	7
Docente - Seminário sobre a Reforma Trabalhista Manhã - 2017/2 - 3,5H	3	-	3	7
Docente - Seminário sobre a Reforma Trabalhista Tarde - 2017/2 - 3,5H	3	-	3	7
Docente - Seminário sobre a Reforma Trabalhista Manhã - 2017/2 - 1,5H	3	-	3	3
Docente - XII Encontro Institucional 02/2017 - 1,5H	2	-	2	3
Docente - XII Encontro Institucional 02/2017 - 2,5H	4	-	4	5
Coordenador - Grupo de Estudos Responsabilidade Civil - 02/2017	1	-	1	3
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 02/2017	4	-	4	2
Docente - MFI 40 Horas Enamat - Execução Geral e Uso das Ferramentas Eletrônicas - 02/2017	1	-	1	3
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Direito Processual - 02/2017	1	-	1	2
Coordenador - Grupo de Estudos Direito Processual - 02/2017	1	-	1	6
Coordenador (dia 20/10) - Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 3º Encontro	1	-	1	4
Coordenador (dia 27/10) - Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista - 2º semestre	1	-	1	4
Expositor de Tema - Grupo de Estudos Direito Material com Ênfase na Reforma Trabalhista - 2º semestre	4	-	4	2
Apresentação - Temas Contemporâneos, Tema V - Seminários	1	-	1	4
Docente - CFC - Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho Módulo II (Enamat)	1	-	1	30
Docente - I Jornada sobre a Reforma Trabalhista	19	-	19	7



Docente - Laboratório Judicial - Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista	1	-	1	1,5
Tutor - 23º CFI Enamat	1	-	1	70
Administração Judiciária	1	-	1	3
Docente - Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores	2	-	2	3
<b>TOTAL</b>	<b>1611</b>	<b>2209</b>	<b>3820</b>	<b>3707,5</b>

\* atividades externas de treinamento, certificadas pela EJ-TRT4

LEGENDA
PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS
PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS e SERVIDORES
PÚBLICO-ALVO: SERVIDORES
MAGISTRADOS DO TRT4 COORDENADORES DE GRUPO DE ESTUDO, EXPOSITORES DE ARTIGOS, COORDENADORES DE GRUPO DE DISCUSSÃO, PLENÁRIAS, EVENTOS, TUTORES, ORIENTADORES, DOCENTES, MEMBROS DA DIREÇÃO, COORDENAÇÃO ACADÊMICA E CONSELHO CONSULTIVO DA EJ

## COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

1. Estatísticas de Atendimento ao Usuário
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Frequência de usuários presenciais: 1.540</li> <li>· Consulta local (materiais consultados): 7.408</li> <li>· Documentos emprestados (empréstimos mais renovações): 4.288</li> <li>· Malotes enviados para o interior e para o prédio-sede do TRT: 253</li> <li>· Envio de artigos digitalizados e enviados por e-mail: 1.812</li> <li>· Pesquisas especializadas realizadas: 153</li> <li>· Obras solicitadas para outras bibliotecas: 13</li> <li>· Obras solicitadas por outras bibliotecas: 4</li> <li>· Artigos revisados para as publicações da Escola Judicial: 31</li> </ul>

2. Estatísticas de Processamento Técnico
<p>No período compreendido entre 09.01.2017 a 19.12.2017 foram incluídos no acervo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Livros: 424</li> <li>· Capítulos de Livro: 645</li> <li>· Artigos: 1.033</li> <li>· Legislação: 213</li> <li>· Alterações e correções de registro no sistema: 3.761</li> </ul>

3. Ações Realizadas	
Rotinas	<p><b>Gestão da Produção Intelectual da Instituição</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Revisão de normalização técnica dos artigos publicados: Revista Eletrônica, Revista impressa do TRT4, Cadernos da EJ;</li> <li>· Conservação, gestão e divulgação dos estudos e das publicações produzidas no âmbito das atividades da Escola Judicial;</li> <li>· Processamento e disponibilização do material audiovisual proveniente de eventos da Escola Judicial;</li> <li>· Confecção da seção da Revista Eletrônica do TRT4, denominada <i>Indicações de Leitura</i>, na qual são selecionadas e normalizadas as referências de documentos relevantes para divulgação aos usuários;</li> <li>· Confecção da seção da Revista Eletrônica do TRT4, denominada <i>Atualização Legislativa</i>, na qual são selecionados e normalizados os atos normativos relevantes para divulgação aos usuários.</li> </ul>
	<p><b>Gestão</b></p> <p><b>Planejamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Planejamento, implementação e gerenciamento das políticas e dos procedimentos de seleção, aquisição, análise, indexação, difusão e circulação de informação documental;</li> <li>· Planejamento e execução dos diversos produtos e serviços necessários ao atendimento das demandas informacionais de magistrados, servidores e público em geral;</li> <li>· Prospecção de informações para subsidiar o Plano Anual de Custos da Coordenadoria de Documentação e Pesquisa, com a análise e sistematização, em relatório, de dados das avaliações de uso da coleção.</li> </ul> <p><b>Desenvolvimento de Coleções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento, implementação e gerenciamento das políticas e dos procedimentos de seleção, aquisição, análise, indexação, difusão e circulação de informação documental;</li> <li>• Aquisição de livros, periódicos e de outros documentos;</li> <li>• Atuação no processo de seleção de material documental referente à doutrina, de interesse do Tribunal.</li> </ul> <p><b>Instalações Físicas e Gestão Patrimonial:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Gerenciamento dos recursos físicos e materiais da Coordenadoria de Documentação e Pesquisa, tais como equipamentos, infraestrutura e demais recursos existentes.</li> </ul> <p><b>Processos Administrativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Confecção, manutenção e acompanhamento integral dos processos administrativos para ata de registro de preços, para compra de material bibliográfico, assinatura de periódicos, assinatura de bibliotecas eletrônicas, entre outros.</li> </ul>

**Gestão de Pessoas:**

- Gerenciamento e coordenação dos recursos humanos.

**Gestão Orçamentária:**

- Prospecção de informações para subsidiar o Plano Anual de custos da Coordenadoria de Documentação e Pesquisa, com a análise e sistematização, em relatório, de dados das avaliações de uso da coleção.

**Marketing e Comunicação:**

- Criação de conteúdos de divulgação dos produtos e serviços da Biblioteca para Redes Sociais.

Tratamento da Informação Doutrinária e Legislativa
<p>Atividades Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Revisão da Base de dados do <i>Thesaurus</i> da Justiça do Trabalho, desenvolvido pelo TRT4;</li> <li>· Atualização, manutenção e consistência das bases de dados;</li> <li>· Processamento dos materiais que darão apoio informacional e documental à prestação jurisdicional e às atividades da Escola Judicial.</li> </ul> <p>Doutrina:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Identificação dos pontos de interesse à recuperação da informação;</li> <li>· Coleta, seleção, registro, indexação, classificação, catalogação e disseminação do material documental de interesse para consulta e/ou composição do acervo, tanto em formato bibliográfico quanto em outros suportes (documentos eletrônicos, DVDs, CDs, etc.), nacionais e estrangeiros.</li> </ul> <p>Legislação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Leitura diária dos Diários Eletrônicos disponibilizados na internet, provenientes do Conselho Nacional de Justiça; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Tribunal Superior do Trabalho; da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho; do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; do Diário Oficial da União, Seção 1, através do <i>site</i> da Imprensa Nacional; e do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, obtido pelo <i>site</i> da Corag;</li> <li>· Seleção dos atos contidos nos referidos Diários, com a cópia, a análise, o processamento e a recuperação de informações legislativas e fontes documentais atualizadas em legislação e em jurisprudências de interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;</li> <li>· Catalogação dos atos selecionados na base de registros.</li> </ul> <p>Atendimento ao Usuário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Atendimento dos usuários para prestação jurisdicional, pesquisa de magistrados (vitaliciandos, pós-graduação – especialização, mestrado, doutorado), servidores (graduação, pós-graduação – especialização, mestrado, doutorado), informação do público em geral (graduação, pós-graduação – especialização, mestrado, doutorado);</li> <li>· Atender e orientar servidores, magistrados e usuários externos na localização do material que necessitam, na utilização dos recursos informacionais, impressos e eletrônicos, bem como no uso geral da Biblioteca.</li> </ul> <p>Atividades Especiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Atualização das notícias jurídicas presentes na página da Biblioteca Virtual do TRT-4;</li> <li>· Participação em atividades cooperativas entre unidades de</li> </ul>

	<p>documentação da Justiça do Trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Participação no Integrar-te e no acolhimento de novos magistrados;</li> <li>· Apoio à customização do sistema Siabi.</li> </ul>
<p>Atividades Especiais Realizadas em 2017</p>	<p>Inauguração da Coleção Antiqua e Laboratório de Restauro:</p> <p>A Biblioteca da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) agora tem um setor exclusivo que reúne obras raras, clássicas e de autores consagrados. A Sala Antiqua foi inaugurada no dia 24 de março de 2017. A solenidade teve a presença da Presidente do TRT-RS, desembargadora Beatriz Renck, e de magistrados, servidores, advogados e demais convidados.</p> <p>O acervo conta com aproximadamente 1,5 mil volumes e está disponível para consultas locais, sendo de grande interesse para autores, pesquisadores e outros estudiosos. O livro mais antigo é o “Pratica Criminale”, do italiano Antonio Tommaso Barbaro, cujo exemplar é de 1739.</p> <p>XVI Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho:</p> <p>Data e local: 16 a 18 de agosto de 2017, no Auditório Ruy Cirne Lima, da Escola Judicial do TRT4.</p> <p>Quantitativo de participantes: 33, dentre os quais, 15 foram palestrantes ou apresentaram pôsteres, oriundos de vinte Tribunais, incluindo-se o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>Esse Encontro, já tradicional entre os bibliotecários da Justiça do Trabalho, constituiu-se num evento de apresentação do trabalho desenvolvido nas bibliotecas dos regionais, troca de experiências e principalmente de proposição de padronização de procedimentos, a fim de viabilizar o trabalho cooperativo entre as unidades.</p> <p>Um dos painéis mais esperados desse encontro foi a apresentação da magistrada Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim, Juíza coordenadora acadêmica da Escola Judicial do TRT da 3ª Região, e da servidora Isabela Márcia de Alcântara Fabiano, chefe da Seção de Revista da Escola Judicial desse Tribunal. Elas abordaram a busca pela melhoria na classificação das revistas dos tribunais perante a Comissão Qualis/Capes.</p> <p>Houve, ainda, a palestra das bibliotecárias do Tribunal Superior do Trabalho para demonstrar o uso da ferramenta JusLaboris, utilizada pela Biblioteca Digital do TST.</p>

# **JUÍZO AUXILIAR DE EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS**

## **– JAEP**

O Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios – JAEP (antes denominado Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep), cuja estrutura foi alterada pela Portaria nº 3.260, de 28 de junho de 2017, agrega as Seções de Execução e Pesquisa Patrimonial e a Seção de Precatórios. O Juízo acompanhou as atividades desenvolvidas pelas Seções, prestando auxílio e planejando novas ações para melhoria e atendimento das demandas apresentadas. Elaborou os índices de correção monetária, para fins de inclusão nos sistemas informatizados deste Regional, utilizados por todas as demais unidades. Atendeu às demandas da Presidência no que pertine ao processamento de precatórios e das Varas do Trabalho de todo o estado, no que se refere às execuções dos processos arquivados com dívida que tramitaram pela Seção de Execução. Elaborou relatórios e estatísticas.

### **SEÇÃO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL**

A Seção de Execução, criada com objetivo de solucionar as ações arquivadas com dívida, que estavam no Depósito Centralizado, revisados no ano de 2012 para inclusão no BNDT, em obediência à Lei 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, deu seguimento, em 2017, à cobrança de devedores nos processos incluídos no BNDT.

As atividades essenciais desenvolvidas pela Seção foram:

- analisar processos e retomar os procedimentos de cobrança; sanar irregularidades verificadas nos processos;
- proceder à inclusão dos devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BND;
- diligências de execução (Bacen, Renajud e consulta a todos os convênios disponibilizados ao Tribunal, para auxílio à execução);
- expedição de alvarás, intimações, controles estatísticos e arquivamento definitivo.

Processos em que encontrados valores depositados (depósitos recursais não liberados, alvarás acostados etc.) foram separados para solução. Entre as opções, viu-se a utilização do valor à disposição do Juízo como uma forma de quitar a execução do próprio processo ou por meio da disponibilização dos valores em outras execuções contra a mesma ré e, em último caso, a devolução do numerário ao depositante, já que, contra este, não há dívida pendente de pagamento. Alguns desses processos permanecem na Seção de Execução em razão de diligências ou prazos em curso.

Desempenhou, ainda, atividades relacionadas ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial, arroladas no artigo 2º da Resolução CSJT.GP nº 138/2014, mediante levantamento e investigação da situação financeira e patrimonial de empresas devedoras, que foram armazenadas em Banco de Dados, para disponibilização às Unidades de 1º grau para auxiliá-las na execução.

Foram recebidos no ano de 2017, para análise e cobrança, 1.099 processos. Todos foram analisados, e as pendências foram solucionadas ou estão em tentativa de cobrança. Inúmeras restrições judiciais foram expedidas, as quais resultaram em 369 processos com um ou mais

registros de pagamento, no total de R\$ 849.566,27 pagos aos reclamantes, R\$ 730.937,02 devolvidos aos executados e R\$ 239.783,96 distribuídos, a título tributário, a peritos, advogados à Corag e outros, totalizando a movimentação de R\$ 1.820.287,25.

No transcurso de 2017, algumas empresas ou procuradores jurídicos que defendem respectiva categoria profissional acorreram a este Juízo, mormente com o intuito de construir uma solução, embora nem sempre definitiva, ao menos que amenizasse a preocupante situação de seu passivo trabalhista. Vários processos foram solucionados, por pagamento ou ajuste quanto à forma, ao parcelamento e ao prazo para satisfação. Mediante a criação de condomínio de credores, nos quais ficou definida a reunião das execuções, por meio de expediente próprio, a Secretaria foi responsável pela elaboração de planilhas, cálculos e rateio entre os credores de valores depositados em Juízo, expedindo alvarás e controlando as respectivas contas bancárias. Cita-se o trabalho desenvolvido juntamente a grandes devedores, como Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, a Universidade da Região da Campanha / Urcamp, tradicional instituição de ensino superior e de saúde da fronteira oeste do estado, e sua mantenedora, Fundação Áttila Taborda, a Associação Educacional Luterana do Brasil – Aelbra, a empresa Pampa Telecomunicações a Eldorado Mineração e a Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia – Fugast.

Considerando que a Lei nº 13.467/2017 alterou a regra que determinava a execução *de ofício*, a Seção de Execução deixou, a partir de novembro de 2017, de praticar atos executórios nas execuções arquivadas provisoriamente.

## **SEÇÃO DE PRECATÓRIOS**

Durante o ano de 2017, foram realizadas as seguintes tarefas:

- exame da regularidade, formal e material, do precatório e da RPV da esfera federal, para fins de formalização;
- encaminhamento de ofícios às entidades executadas, determinando a inclusão na proposta orçamentária do valor requisitado para pagamento;
- mensalmente, elaboração de planilha e envio ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho de solicitação de repasse de recursos financeiros para pagamento de Requisições de Pequeno Valor – RPV de responsabilidade da União – Administração Direta, Autarquias e Fundações;
- controle da execução orçamentária (valores requisitados, valores orçados, valores realizados, valores suplementares e valores a devolver) relativa ao pagamento dos precatórios, bem como dos recursos financeiros colocados à disposição das unidades de origem, mensalmente para pagamento de Requisições de Pequeno Valor RPV;
- controle da ordem de pagamento dos precatórios;
- atualização e disponibilização das relações, por entidade, na página eletrônica do TRT;
- análise e despacho em todos os pedidos protocolados;
- processo negocial com entidades públicas para solução dos precatórios inadimplentes;
- administração dos recursos financeiros recebidos pelas entidades;
- análise das contas objeto dos precatórios antes do pagamento;

- realização de auditoria das contas judiciais administradas pela Seção;
- encaminhamento de extrato bancário e comprovantes de pagamentos a todas as entidades que disponibilizam ao TRT recursos para quitação dos precatórios;
- realização de audiências com entidades devedoras e com as partes para tratativas de liquidação dos precatórios;
- pagamento dos créditos, expedição de alvarás e recolhimentos previdenciários e fiscais;
- prestação de informações ao Tribunal de Justiça referentes às entidades incluídas no Regime Especial;
- prestação de informações sobre precatórios e requisições de pequeno valor, por telefone, por meio eletrônico (e-mail), no balcão e por ofício, às partes, aos procuradores, aos juízos de 1º grau e a outros órgãos;
- envio, via sistema eletrônico, de informações pertinentes a precatórios ao CNJ, ao CSJT e ao TST;
- elaboração de relatórios de precatórios vencidos e vincendos, com atualização de valores, em atendimento a solicitação das entidades devedoras;
- acompanhamento das tratativas de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios do Estado do Rio Grande do Sul, com elaboração e publicação de editais e notificações aos credores, e expedição dos alvarás e recolhimentos previdenciários e fiscais.

Os resultados obtidos no ano de 2017 foram:

<b>Atividade</b>	<b>Números alcançados</b>
PRE autuados e analisados	1.922
RPV autuadas e analisadas	509
PRE formalizados	1.848
RPV formalizadas	509
Precatórios requisitados – exercício 2016	1.767
PRE devolvidos à origem por pagamento	1.208
PRE petições recebidas, analisadas e despachadas	1.722
RPV pagas	509
Valor total pago RPV esfera federal CSJT – SOF	R\$ 10.455.819,85
Valor total pago Precatórios	R\$ 206.481.415,41



## VICE-PRESIDÊNCIA

O Desembargador João Pedro Silvestrin, eleito Vice-Presidente do Tribunal para o biênio 2015/2017, exerceu o cargo até 15.12.2017, data da posse da nova Administração do TRT4.

O Desembargador Ricardo Carvalho Fraga, eleito Vice-Presidente deste Tribunal para o biênio 2017/2019, exerce o cargo desde 15.12.2017.

O Desembargador João Pedro Silvestrin exerceu a Presidência, em substituição à Desembargadora-Presidente, Beatriz Renck, atribuição de competência exclusiva, consoante inciso I do artigo 41 do Regimento Interno do Tribunal, nos seguintes períodos do ano 2017: de 9 a 23 de janeiro; em 24 de janeiro; em 22 e 23 de março; de 18 a 25 de abril; em 24 de maio; de 21 de agosto a 3 de setembro; em 25 e 26 de outubro; em 22 e 23 de novembro.

Ainda, nos termos do inciso II do artigo 41 do Regimento Interno do Tribunal, o Desembargador Vice-Presidente atuou como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza, cujas decisões são da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares.

Foram recebidos, no Gabinete da Vice-Presidência, 73 processos de natureza administrativa, consubstanciados em:

### **Desembargador João Pedro Silvestrin:**

- 22 Recursos Administrativos (RECADM), 20 julgados e 2 pendentes;
- 5 Processos Administrativos (PA), todos julgados;
- 41 Agravos regimentais (AGR), todos julgados;
- Nenhum embargo de declaração.

### **Desembargador Ricardo Carvalho Fraga:**

- 2 Recursos Administrativos (RECADM), pendentes em dez/2017;
- 3 Processos Administrativos (PAs), pendentes em dez/2017;
- Nenhum Agravo Regimental (AGR);
- Nenhum Embargo de Declaração.

Por delegação da Presidente, conforme inciso VI do artigo 1º da Portaria 9.739, de 13 de dezembro de 2013, foram apreciadas pela Vice-Presidência as petições e processados os incidentes nos processos ainda não distribuídos ao Relator ou nos quais o órgão julgador já havia esgotado a sua jurisdição, tendo sido proferidos 125 despachos em processos físicos e 38 despachos em processos eletrônicos, perfazendo um total de 163 despachos, todos encaminhados à Secretaria-Geral Judiciária.

Nos termos dos incisos III, IV e V do artigo 41 do Regimento Interno, por delegação da Presidente, o Vice-Presidente:

**Desembargador João Pedro Silvestrin:**

- recebeu, por distribuição, 436 processos, nas classes: DC (161), DCG (6), PROTES (236), AACC (2), OPOSIC (1) e PET (30).
- convocou e presidiu 10 sessões de julgamento da Seção de Dissídios Coletivos (SDC)
- presidiu 9 audiências de conciliação/instrução em dissídios coletivos;
- presidiu 82 reuniões de mediação.

**Desembargador Ricardo Carvalho Fraga:**

- recebeu, por distribuição, 5 processos, na classe: PROTES (05).

Nos termos dos incisos III, IV e V do artigo 41 do Regimento Interno, por delegação da Presidente, a Vice-Presidência, despachou os recursos de revista interpostos das decisões das Turmas e da Seção Especializada em Execução, em processos físicos e eletrônicos (PJe-JT). Despachou também os agravos de instrumento interpostos contra seus despachos proferidos em recurso de revista.

Conforme dados estatísticos da Assessoria de Recurso de Revista e da Coordenadoria de Recursos, foram feitos conclusos 8.332 processos do legado físico e 16.452 processos eletrônicos (PJe-JT), nos quais foram proferidos 9.568 despachos admitindo recursos, e negado seguimento a 15.950 recursos. Foram baixados 3.346 processos por acordo, desistência ou fungibilidade, e contabilizadas 2.933 movimentações de sobrestamento em processos.

Ainda, foi dada tramitação a 1.942 processos, entre os que retornaram do Tribunal Superior do Trabalho e em análise de requerimentos diversos relacionados a recursos de revista.

Em atenção a embargos de declaração opostos contra decisão de admissibilidade, foram proferidas decisões em 253 processos do legado físico e 316 processos em tramitação no PJe.

Quanto aos agravos de instrumento interpostos em face de decisão denegatória em recurso de revista, foram remetidos ao TST 6.619 recursos do legado e 10.105 recursos do PJe.

Consoante disposto no artigo 42 do Regimento Interno, o Desembargador Vice-Presidente, João Pedro Silvestrin, desempenhou atividades de representação do Tribunal, comparecendo, dentre outros, aos seguintes eventos:

## Janeiro

Dia 31	Cerimônia de Posse dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
--------	--

## Fevereiro

Dia 03	Cerimônia de Posse da Nova Administração para o biênio 2017/2019 do TRT da 18ª Região
--------	---

## Março

Dia 02	Programa de Multiplicação do Conhecimento sobre o Processo de Desenvolvimento Remoto do PJe
--------	---

Dia 09	Termo de Adesão ao Protocolo de Cooperação Técnica (Programa Trabalho Seguro)
Dia 10	Ato de Lançamento da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT
Dia 17	Reunião Institucional
Dia 22	Aniversário das 8ª, 9ª e 10ª Varas do Trabalho de Porto Alegre
Dia 23	Abertura da 2ª edição do Congresso Estadual de Relações Sindicais e do Trabalho
	Inauguração da Sala da Coleção Antiqua e do Laboratório de Higienização, Restauro e Conservação de Livros
Dia 30	Visita Institucional do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori
	Solenidade de ratificação da posse da Exma. Desembargadora Angela Rosi Almeida Chapper

#### Abril-

Dia 07	Solenidade de Posse da Juíza Lenara Aita Bozzetto no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho
	Cerimônia de Abertura da exposição Procuradores do Ministério Público do Trabalho no RS: Origem e Trajetória
Dias 26 e 27	Reunião do Coleprecór – Brasília/DF

#### Maio

Dias 04 e 05	2ª Reunião do gtEditorPJe de 2017 PJe – Curitiba/PR.
Dia 08	Entrega à Setic e seus representantes do Certificado de Agradecimento do CSJT e do Comitê Gestor Nacional do Sistema Processo Judicial Eletrônico aos colaboradores do TRT4 no desenvolvimento remoto do PJe.
Dia 16	<i>Talk Show</i> Jurídico em Reunião-Almoço da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha
Dia 19	III Congresso de Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul – Representação do TRT4
	Reunião na Amatra IV.
Dia 25	Solenidade de Encerramento da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, com a presença do Ministro Vice-Presidente do TST e CSJT, Emmanoel Pereira.

#### Junho

Dias 1º e 02	1º Encontro sobre Princípios da Teoria Geral do Direito Processual Eletrônico – Prática de atos processuais no PJe
Dia 22	Cerimônia de Abertura do III Colégio de Presidentes de Subseções da OAB/RS, Gestão 2016/2017
Dia 23	Solenidade de Posse da Juíza Mariana Roehe Flores Arancibia
	Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
	Cerimônia de Abertura da 19ª Transposul – Feira e Congresso de Transporte e Logística
Dia 28	Reunião da Administração com o Sindicato – Pesquisa de Saúde
Dia 29	Cerimônia de Posse dos Desembargadores Federais João Batista Pinto Silveira e Rômulo Pizzolatti

#### Julho

Dia 03	Reunião Institucional
--------	-----------------------

	Solenidade de Posse de Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling no cargo de Juiz do Trabalho Substituto
Dia 10	Lançamento da Mostra Guaporé 2017 – Câmara de Indústria e Comércio de Guaporé
Dia 11	Solenidade de Assinatura do Convênio de Cooperação para Implementação e Execução do Projeto de Pesquisa "Percepção sobre violência de Gênero", entre este Tribunal, a UFRGS e a PUCRS
Dia 12	Solenidade de Posse em gabinete do Juiz do Trabalho Janney Camargo Bina como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
	Solenidade de Posse de Gilmara Pavão Segala, no cargo de Juiz Substituto do TRT da 4ª Região
Dia 18	Cerimônia de Posse da diretoria do Sistema Fiergs/Ciergs – Representação do TRT4
Dia 24	Reunião do Ministro Corregedor-Geral do TST e equipe com o Desembargador Presidente e os Diretores do Tribunal Regional (Diretor-Geral, Secretário-Geral da Presidência, Secretário do Tribunal Pleno, Secretário da Área Judiciária, Secretário da TI, Secretário de Administração, Secretário de Recursos Humanos e Secretário da Corregedoria Regional).
	Reunião com Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho
	Solenidade de Lançamento do Painel Tampart
Dia 25	Audiência com o Ministro Renato Lacerda de Paiva
	Confraternização com o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, e sua equipe
	Participação, como mediador, na palestra "O uso do <i>Lawfare</i> contra o movimento sindical e seus advogados" alusiva às comemorações ao mês do advogado
Dia 27	Reunião com o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho
	Solenidade de aposição do retrato da Min. Maria Helena Mallmann na Galeria dos Presidentes

#### Agosto

Dia 07	Reunião do Conselho da Comenda do Mérito Judiciário no TRT4
Dia 11	Solenidade de entrega de Comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do TST – Representação do TRT4
Dia 14	Reunião Institucional
Dia 17	Reunião do Conselho da Comenda do Mérito Judiciário no TRT4
Dia 24	Abertura do Seminário eSocial para Órgãos Públicos
	Cerimônia Oficial de Abertura do Debate Nacional da Reforma Trabalhista realizado pela Amatra IV
Dia 28	Almoço com os Presidentes de Tribunais do RS promovido pela Presidência do TRE/RS
	Solenidade de posse do Juiz Eduardo Vianna Xavier no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho
Dia 29	Audiência com Sintrajufe
	Audiência com Semapi – Extinção das Fundações

#### Setembro

Dia 1º	Debate entre os candidatos à presidência do TRT4 promovido pela Femargs
Dia 11	Reunião Institucional

Dias 11 e 12	Seminário sobre a Reforma Trabalhista
Dias 14 e 15	XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul
Dia 15	Solenidade de Homenagem aos Magistrados por seus 10, 20 e 30 anos na Justiça do Trabalho Gaúcha
	Jantar comemorativo dos 114 anos do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense
Dia 29	Solenidade de Posse do Juiz do Trabalho Substituto José Frederico Sanches Schulte no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho

#### Outubro

Dia 1º	Solenidade de Posse de João Batista de Oliveira Junior, Paulo Roberto Dornelles Junior, Paulo Pereira Müzell Junior e Vicky Vivian Hackbarth Kemmelmeier, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto
Dia 02	Reunião Institucional
Dia 10	Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre o TRT4 e TRE/RS, por intermédio de suas Escolas, visando ao desenvolvimento institucional de Recursos Humanos
	Solenidade de assinatura do Termo de Acordo de Cooperação para o desenvolvimento e divulgação do aplicativo Laudelina para trabalhadoras domésticas, entre TRT4; Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos; Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul; Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas; Central Única dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul; Associação dos Peritos da Justiça do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul; Conceptu Protótipos e Sistemas e Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas.
Dia 11	Reunião do Conselho da Comenda do Mérito Judiciário no TRT4
Dia 18	Solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre o TRT4 e a AGU
	Mediação no Evento "Competência Concorrente da Comissão Interna e dos Sindicatos" promovido pela Seccional da OAB/RS
Dia 23	Solenidade de descerramento da placa que atribui o nome do Desembargador Milton Varela Dutra ao Plenário do TRT4
Dia 24	Solenidade de inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Primeiro Grau – Cejusc-JT/2º Grau
Dia 29	III Encontro Técnico e o lançamento da 25ª Edição da Revista de Direito da ADVOCEF.

#### Novembro

Dia 09	Solenidade de posse do Ministro Breno Medeiros do Tribunal Superior do Trabalho – Representação do TRT4
Dia 17	2ª Outorga da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região
Dia 22	Seminário: A Reforma Trabalhista na Prática
Dia 23	Abertura da 56ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho – Conematra
	Coquetel comemorativo dos 25 anos da Femargs
Dia 24	Solenidade de Homenagem aos servidores que completam 10, 20 e 30 anos de serviço no TRT4

## Dezembro

Dia 1º	Solenidade de Posse em gabinete do Juiz do Trabalho Marcos Fagundes Salomão como Desembargador do Trabalho
Dia 07	Solenidade de Posse Juiz do Trabalho Substituto Rodrigo de Mello
Dia 11	Solenidade de implantação da Versão 2.0 do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT
Dia 15	Solenidade de Posse da Administração do TRT4 Biênio 2017/2019

Durante o ano de 2017, o Desembargador João Pedro Silvestrin presidiu a Comissão de Informática, tendo participado das reuniões nos dias 24 de janeiro, 13 de março, 19 de maio, 26 de junho, 13 e 27 de setembro, 9 e 13 de outubro, em que analisados temas relativos ao Planejamento Estratégico de TIC (PETIC-2016-2020) e ao Plano Diretor de TIC (PDTIC 2016-2017), ao acompanhamento da execução orçamentária (análise e aprovação prévia de todas as contratações de TIC), bem como às solicitações relacionadas aos serviços disponibilizados pela Setic e normas relativas à área de tecnologia da informação.

Presidiu, outrossim, o Comitê Gestor Regional do PJe, cuja reunião ocorreu em 30 de março, ocasião em que foram abordados, dentre outros, temas relacionados ao planejamento das atualizações de versão do PJe, treinamentos, análise e priorização das solicitações de alterações e melhoria do sistema.

Participou, ainda, de reunião da Comissão de Regimento Interno, em 9 de agosto; de reunião da Comissão de Consulta para Eleição da Administração, em 24 de agosto; de reunião da Comissão de Jurisprudência, em 6 de setembro; e de reuniões do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau, em 7 e 21 de junho.

Os dados estatísticos foram extraídos dos sistemas NovaJus4, PJe-JT e e-Gestão.

# CORREGEDORIA REGIONAL

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Corregedoria Regional, conforme dispõe o art. 43 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, é o órgão da Justiça do Trabalho responsável por velar pela correção e celeridade da prestação jurisdicional de primeiro grau em todo o estado do Rio Grande do Sul.

As competências do Corregedor Regional estão normatizadas nos arts. 44 a 48 do Regimento Interno, sendo a ação da Corregedoria, que tem por objetivo orientar e disciplinar as práticas a serem adotadas pelas unidades judiciárias de primeiro grau sob os princípios norteadores do Direito e da Administração Pública, regrada na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (CPCR), assim como em outros atos normativos esparsos.

Os Desembargadores Maria da Graça Ribeiro Centeno e Marçal Henri dos Santos Figueiredo exerceram, na forma regimental, os cargos de Corregedora Regional e Vice-Corregedor Regional, respectivamente, até o dia 15.12.2017, data da posse da nova administração do TRT4.

Em atenção ao disposto no inciso XXVII do artigo 39 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, apresenta-se o Relatório Anual da Corregedoria referente às correições ordinárias realizadas, assim como às demais atividades regimentais desenvolvidas ao longo do exercício de 2017.

## 1. PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020 – METAS DA CORREGEDORIA

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região aprovou o Plano Estratégico para o período 2015-2020 por meio da publicação da Resolução Administrativa nº 04/2015. A revisão do referido Plano para o período 2016-2020 foi aprovada pela Resolução Administrativa nº 18/2016.

Esse Plano representa um desdobramento do Plano Estratégico do Poder Judiciário, elaborado pelo CNJ, e do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, elaborado pelo CSJT.

Os resultados alcançados pela Corregedoria Regional quanto às/aos metas/indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, até 30.11.2017 são os seguintes:

META/INDICADOR	RESULTADO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Julgar mais processos que os distribuídos	109,66%	Atingida	-
Julgar processos mais antigos	104,26%	Atingida	-
Aumentar os casos solucionados por conciliação	92,38%	Não atingida	Meta deverá ser cumprida em 2018, com o auxílio do

			Cejusc-JT
Impulsionar processos à execução	110,44%	Atingida	-
Priorizar o julgamento das ações coletivas	100,71%	Atingida	-
Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes (redução de acervo)	105,24%	Atingida	-
Reduzir o tempo médio de duração do processo – 1ª instância – fase de conhecimento	283 dias	Não atingida	Meta deverá ser alcançada até 2020, conforme prevê o planejamento estratégico
Reduzir o tempo médio de duração do processo – 1ª instância – fase de execução	642 dias	Não atingida	Meta deverá ser alcançada até 2020, conforme prevê o planejamento estratégico
Reduzir o tempo médio de tramitação total	712 dias	Atingida	-
Percentual de processos arquivados sem dívida	100,86%	Atingida	-

Fonte: Relatório apresentado pela Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais

No tocante às iniciativas estratégicas, no ano de 2017 a Corregedoria figurou como área responsável por dois projetos: Agilização de Julgamentos e Mapeamento de Desempenho das Unidades Judiciárias do 1º Grau.

Quanto à Agilização de Julgamentos foram definidas duas formas de atuação, a saber:

a) iniciativa denominada *sentença contemporânea*: envolveu reuniões com Juízes do Trabalho que apresentam boa produtividade de acordo com dados estatísticos obtidos por meio do Sistema *BI Intelligence TRT4*, visando a conhecer seus métodos de trabalho nas unidades judiciárias em que atuam;

b) cobrança dos Juízes com sentenças com prazo legal excedido: mediante homologação de planos de trabalho para a eliminação dos resíduos acumulados.

A atividade relativa à *sentença contemporânea* foi suspensa no decorrer de 2017 e será retomada em 2018, na nova gestão da Corregedoria.

Já a cobrança dos Juízes com sentenças pendentes ocorreu de forma perene e obteve êxito, uma vez que o resíduo foi reduzido de quase vinte mil processos pendentes de prolação de sentença no final de 2015, para menos de quinze mil processos, decorridos os dois anos da gestão que se encerrou em dezembro último. Diante dessa informação e, sendo função precípua da Corregedoria Regional na forma regimental, as cobranças serão mantidas de forma a garantir o alinhamento da ação da Corregedoria com esta iniciativa estratégica do TRT4.

O Mapeamento de Desempenho das Unidades Judiciárias de 1º Grau foi um importante instrumento para monitorar o desempenho das unidades e identificar gargalos decorrentes da prestação jurisdicional. Os dados obtidos por esta ferramenta foram disponibilizados mensalmente



às unidades judiciárias, e constituíram uma das principais fontes de informação dos Relatórios Correcionais. As informações obtidas pela ferramenta estão sendo estudadas para subsidiar ações da Corregedoria que visem ao aperfeiçoamento das rotinas das unidades do 1º grau.

## **2. COMITÊS, COMISSÕES, NÚCLEOS E CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TRT4 INTEGRADOS POR REPRESENTANTES DA CORREGEDORIA**

A Corregedoria Regional está representada nos Comitês, Comissões, Núcleos e Conselhos, no âmbito da 4ª Região, e Redes e Sistemas de que participa este Tribunal Regional do Trabalho, conforme itens a seguir.

### 2.1 – Comitês:

- a) Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva;
- b) Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrado pelo Assessor Técnico-Operacional da Secretaria da Corregedoria, Jeferson Andrade;
- c) Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrado pela Corregedora Regional, Maria da Graça Ribeiro Centeno, pelo Vice-Corregedor Regional, Marçal Henri dos Santos Figueiredo e pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva;
- d) Comitê de Segurança da Informação, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva,
- e) Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências, integrado pelo Secretário da Corregedoria, Mauro Baltar Grillo;
- f) Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva, e pelo servidor da Assessoria Técnico-Operacional da Secretaria da Corregedoria, Flávio César Giroto;
- g) Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva, como membro suplente.

### 2.2 – Comissão Regimental:

- a) Comissão de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações – Art. 227-A do Regimento Interno do TRT4, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva.

### 2.3 – Outras Comissões:

- a) Comissão de Vitaliciamento, eleita pelo Órgão Especial a Corregedora Regional, Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno. A Secretaria da Vice-Corregedoria Regional presta apoio administrativo ao trabalho desta Comissão;

- b) Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso, integrada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva;
- c) Comissão de Movimentação de Servidores, integrada pelo Secretário da Corregedoria, Mauro Baltar Grillo;
- d) Comissão Permanente de Segurança, integrada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva;
- e) Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, coordenada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva;
- f) Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-RS), integrada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva, como membro suplente.

#### 2.4 – Núcleos:

- a) Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva;
- b) Núcleo de Apoio à Execução, integrado pelo Secretário da Corregedoria, Mauro Baltar Grillo.

#### 2.5 – Conselhos:

- a) Conselho da Comenda do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrado pela Corregedora Regional, Maria da Graça Ribeiro Centeno.

#### 2.6 – Redes:

- a) Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, integrada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva,
- b) Rede de Priorização do Primeiro Grau, integrada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva.

#### 2.7 – Sistemas:

- a) Sistema de investigação de Movimentações Bancárias – Simba, administrado regionalmente pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Cloceimar Lemes Silva.

### 3. ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS

No desempenho de suas atribuições regimentais, a Corregedoria Regional expediu 3 (três) Provimentos e 4 (quatro) Provimentos Conjuntos, 14 (quatorze) Portarias e 7 (sete) Portarias Conjuntas no ano de 2017, que estão listadas nos itens a seguir.

#### 3.1 – Portarias da Corregedoria Regional

Portaria nº 01	Decreta regime de exceção no Posto Avançado da Justiça do
----------------	---

11 de Janeiro de 2017	Trabalho de São Sebastião do Caí, no período de 13 de março a 16 de junho de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 02 16 de Fevereiro de 2017	Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi, no período de 21 de agosto a 17 de novembro de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 03 16 de Fevereiro de 2017	Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de Osório, no período de 18 de setembro a 19 de dezembro de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 04 6 de Março de 2017	Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, no período de 24 de julho a 19 de dezembro de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 05 10 de Março de 2017	Define, dentre as Varas do Trabalho com lotação singular, as que terão designação de Juiz Substituto para atendimento de audiências nas férias do Juiz Titular ou do Juiz Substituto no exercício da titularidade, no período de 17 de julho de 2017 a 15 de julho de 2018, bem como os Postos Avançados da Justiça do Trabalho, no mesmo período, nas férias dos Juizes Substitutos lotados.
Portaria nº 6 31 de Março de 2017	Decreta regime de exceção na 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, nos dias 30 e 31 de março de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 07 03 de Abril de 2017	Decreta regime de exceção na 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, no período de 03 a 07 de abril de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 08 12 de Junho de 2017	Estabelece os critérios de consulta aos Juizes do Trabalho Substitutos para fins de lotação na Corregedoria Regional ou nas circunscrições em que dividida a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.
Portaria nº 09 12 de Junho de 2017	Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de São Jerônimo, no período de 21 de agosto a 17 de novembro de 2017, e dá outras providências.
Portaria nº 10 24 de Agosto de 2017	Nomina os integrantes da Comissão Eleitoral para a escolha dos Juizes de primeiro grau que integrarão as Comissões de Jurisprudência e de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
Portaria nº 11 13 de Dezembro de 2017	Regula, excepcionalmente, no período de 08.01 a 16.03.2018, o funcionamento do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito.
Portaria nº 13	Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de Palmeira

13 de Dezembro de 2017	das Missões, no período de 12 de março a 11 de maio de 2018, e dá outras providências.
Portaria nº 22 19 de Dezembro de 2017	Delega ao Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional, sem prejuízo de outras, a partir de 19 de dezembro de 2017, as atribuições pertinentes

### 3.2 – Provimentos da Corregedoria

Provimento nº 254 12 de Junho de 2017	Altera a redação do artigo 3º do Provimento nº 250/2016 da Corregedoria Regional.
Provimento nº 255 13 de Julho de 2017	Altera as disposições contidas na Seção VII do Capítulo I da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que trata das Eleições para Comissões Permanentes do TRT.
Provimento nº 256 20 de Julho de 2017	Regulamenta a concessão de férias aos Juízes de primeiro grau no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho no mês de janeiro de 2018.

### 3.3 – Portarias Conjuntas

Portaria Conjunta nº 1.499 17 de Abril de 2017	Altera o Anexo Único da Portaria nº 4.826/2016, que instituiu a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
Portaria Conjunta nº 1.791 25 de Abril de 2017	Institui Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc-JT no âmbito do primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, regulamenta os seus funcionamentos e dá outras providências.
Portaria Conjunta nº 2.566 23 de Maio de 2017	Altera o Anexo Único da Portaria Conjunta nº 302/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Informática no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.
Portaria Conjunta nº 3.259 30 de Junho de 2017	Revoga a Portaria Conjunta nº 7.868/2014.
Portaria Conjunta nº 3.261	Altera a Portaria Conjunta nº 1.791/2017, que institui Centros

30 de Junho de 2017	Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc-JT no âmbito do primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, regulamenta os seus funcionamentos e dá outras providências.
Portaria Conjunta nº 5.943 03 de Novembro de 2017	Interrompe a contagem dos prazos processuais e suspende a expedição de notificações processuais no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no período compreendido entre 31 de outubro e 15 de novembro de 2017.
Portaria Conjunta nº 7.059 09 de Janeiro de 2018	Dispõe sobre a composição do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

### 3.4 – Provimentos Conjuntos

Provimento Conjunto nº 01 26 de Janeiro de 2017	Altera o Provimento Conjunto nº 15/2016, que dispõe sobre a fixação, a antecipação e o pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, quando a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita.
Provimento Conjunto nº 02 07 de Março de 2017	Dispõe sobre a fixação de regras gerais visando à liberação de valores no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.
Provimento Conjunto nº 03 31 de Março de 2017	Regulamenta a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2017 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, disciplina os procedimentos aplicáveis, e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 04 10 de Maio de 2017	Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o Ambiente de Conciliação Virtual e dá outras providências.

## 4. REGISTROS DA FUNÇÃO CORRECCIONAL

Os registros de atos relativos à função correccional nos sistemas eletrônicos disponíveis da Corregedoria Regional, quanto ao exercício de 2017, são apresentados nos itens a seguir.

### 4.1 – Expedientes – Sistema Nova Jus

Natureza	Remanescentes de 2016	Recebidos em 2017	Cancelados	Arquivados	Tramitando
Correição Parcial (CORPAR)	0	97	0	82	15
Reclamação Disciplinar (RCLDISC)	0	11	0	9	2
Pedido de Providências (PP)	0	320	0	275	45

TOTAL	0	428	0	366	62
-------	---	-----	---	-----	----

Fonte: Consulta ao Sistema NovaJus – Matéria Administrativa – Ano 2017

#### 4.1.2 – Prazos Médios de Tramitação de Expedientes na Corregedoria

Expediente	Prazo médio (em dias)
Correição Parcial (CORPAR)	16,01 dias
Pedido de Providências (PP)	19,47 dias
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)	26,25 dias

Fonte: Sistema e-Gestão – Item Estatístico Interno (7266) – período: 2017 – Tabela de Classe

#### 4.1.3 – Processos Administrativos – Sistema ADM Eletrônico

Natureza	Pendentes	Registrados	Encerrados	Sobrestados	Tramitando
Afastamento de Juiz	-	80	03	-	77
Diversos	-	14	14	-	0
Expedientes internos	-	228	104	-	124
Ocorrências	-	01	01	-	0
Pedidos de Providência	-	01	01	-	0
Portarias de Varas	-	69	69	-	0
Solicitação	-	24	24	-	0
Solicitação de Unidade Judiciária	-	10	10	-	0
Sugestão	-	04	04	-	0
TOTAL	-	431	230	-	201

Fonte: Sistema ADMEletrônico de 1º.01 a 31.12.2017

#### 4.1.4 – Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares

Em atenção ao disposto no artigo 4º, inciso VII, da Resolução nº 95 do Conselho Nacional de Justiça, cumpre informar que, no ano de 2017, foram propostos os seguintes expedientes de cunho administrativo disciplinar em face de Juízes do Trabalho:

PA nº 0003863-35.2017.5.04.0000

Objeto: proposta de instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a violação aos deveres previstos nos artigos 35, inciso II, da Lei Complementar nº 35/1979, e 20 do Código de Ética da Magistratura Nacional, em face da baixa produção e do excessivo número de processos com prazo legal para prolação de sentença excedido. A decisão do Órgão Especial deste Tribunal determinou a suspensão da tramitação do processo por seis meses a contar de 17.11.2017.

PA nº 0005988-73.2017.5.04.0000:

Objeto: proposta de instauração de processo administrativo disciplinar em conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 35/1979 (Loman), 3º, § 2º, 4º e 13 da Resolução CNJ nº 135/2011, e 20 do Código de Ética da Magistratura, tendo em vista a baixa produção e o acúmulo de processos aguardando sentença em atraso. Suspenso o presente processo administrativo pelo período de seis meses, tendo em vista a apresentação de plano de trabalho para solução de pendências pelo Magistrado.

PA nº 6265-89.2017.5.04.0000:

Objeto: proposta de instauração de processo administrativo disciplinar, tendo em vista a baixa produção e o acúmulo de processos aguardando sentença em atraso. A tramitação do expediente administrativo está suspensa (6 meses), na Secretaria da Corregedoria, em razão da produção apresentada pela magistrada nos últimos meses.

## **5. SECRETARIA DA CORREGEDORIA**

A Secretaria da Corregedoria é estruturada em três assessorias (Administrativa, Jurídica e Técnico-Operacional), que desempenham suas funções, observadas as áreas de atuação respectivas, e são coordenadas pelo Secretário da Corregedoria.

### **5.1 – Assessoria Administrativa**

A Assessoria Administrativa da Corregedoria desenvolveu, ao longo do ano de 2017, as seguintes atividades:

1. Recebimento e processamento de todos os requerimentos e expedientes que tramitam na Corregedoria Regional;
2. Prestação de informações e expedição de certidões;
3. Elaboração de minutas de ofícios, correspondências e despachos de rotina;
4. Recebimento, protocolo, encaminhamento e arquivamento de Correições Parciais (CORPAR), Reclamações Disciplinares (RCLDISC), Pedidos de Providências (PP), conflitos negativos de atribuições, atos normativos expedidos pelos Juízes de primeiro grau, pedidos de unificação cadastral de partes nos sistemas processuais de primeiro grau e pedidos de afastamentos da jurisdição de magistrados;
5. Recebimento, autuação, instrução e encaminhamento dos processos administrativos eletrônicos (PA) referentes às matérias de competência da Corregedoria;
6. Atualização das informações sobre o local de residência dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho, sobre o exercício do magistério pelos Juízes de primeiro grau e de atividades incompatíveis com o exercício da magistratura;
7. Registro e atualização das ocorrências e menções elogiosas dos Juízes de primeiro grau;
8. Instrução dos expedientes de:
  - a) designação de Juiz do Trabalho para o exercício da Direção de Foro;

- b) requerimento de aposentadoria de magistrado;
  - c) autorização para residir fora da Comarca para Juízes Titulares;
  - d) remoção e permuta de Juiz do Trabalho;
  - e) promoção para Juiz Titular de Vara do Trabalho e para Desembargador do Trabalho.
9. Atualização das escalas completas de plantão permanente das Varas do Trabalho e publicar no *site* do Tribunal os telefones celulares do plantão judiciário do primeiro grau;
  10. Manutenção dos registros da redistribuição de processos para fins de prolação de decisão;
  11. Publicação das intimações em expedientes e processos de sua competência e em trâmite na Corregedoria;
  12. Acompanhamento dos prazos estabelecidos nos regimes de Juiz auxiliar instituídos nas unidades judiciárias;
  13. Organização do cronograma do Serviço de Apoio Temporário – SAT e do auxílio prestado aos Juízes por meio dos servidores vinculados ao Gabinete Extraordinário;
  14. Elaboração do relatório anual da Corregedoria, com o suporte técnico das Assessorias Jurídica e Técnico-Operacional;
  15. Organização da agenda do Corregedor Regional;
  16. Atendimento às partes e aos advogados, bem como aos Juízes e aos servidores, sobre assuntos correccionais e atos processuais;
  17. Preparação da pauta dos expedientes e processos da Corregedoria de competência do Órgão Especial e do Tribunal Pleno.

#### 5.1.1 – Serviço de Apoio Temporário – SAT

Como forma de reforçar a política de priorização do primeiro grau de jurisdição, a Corregedoria Regional manteve o Serviço de Apoio Temporário – SAT, que prestou suporte, no ano de 2017, por meio de 45 atendimentos realizados, com tempo de permanência média de uma semana em cada visita realizada, ocorrendo a concessão de mais de um período, eventualmente, a uma mesma unidade, em períodos distintos do exercício.

#### 5.1.2 – Gabinete Extraordinário

O gabinete extraordinário, disciplinado pelos artigos 10 a 14 do Provimento nº 248, de 29 de fevereiro de 2016, é composto por um número variável de assistentes, preferencialmente aqueles vinculados a Juízes que se encontram afastados da jurisdição de primeiro grau.

O Corregedor Regional define quais Juízes receberão auxílio do Gabinete Extraordinário, a forma (avocação de processos ou disponibilização de assistente) e o prazo de duração, mediante análise de dados estatísticos da produção mensal do magistrado, assim como os da Unidade Judiciária a que esteja ou esteve vinculado.

No exercício de 2017, a Corregedoria Regional contou com dois Juízes auxiliando o Gabinete Extraordinário, além do Juiz Auxiliar da Corregedoria, efetuando prolação de sentenças de processos redistribuídos. Foram publicadas 1.207 sentenças ao todo.



## 5.2 – Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica da Corregedoria desenvolveu, ao longo do ano de 2017, as seguintes atividades:

1. Emissão de pareceres e redação de minutas de decisões nos expedientes e processos administrativos de competência da Corregedoria, nas Correições Parciais (CORPAR), Reclamações Disciplinares (RCLDISC), Pedidos de Providências (PP), conflitos de atribuições, em processos administrativos disciplinares de competência da Corregedoria e solicitações diversas;
2. Elaboração de Provimentos e Portarias sobre matéria de competência jurisdicional ou administrativa da Corregedoria ou pertinentes às atividades das unidades judiciárias de primeiro grau;
3. Elaboração de minutas de orientações destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços judiciários de primeiro grau;
4. Elaboração do calendário das correições ordinárias ou extraordinárias a serem realizadas pelo Corregedor Reginal, expedição dos editais de correição e controle dos respectivos prazos de publicação;
5. Instauração e acompanhamento de processo administrativo individualizado para cada inspeção correcional;
6. Atualização no *site* do Tribunal dos calendários anuais de correição da Corregedoria e da Vice-Corregedoria;
7. Consulta aos dados dos servidores e dos magistrados integrantes das unidades judiciárias inspecionadas, coleta e sistematização dos dados estatísticos de processos atinentes às metas estabelecidas para o Poder Judiciário;
8. Exame do andamento dos processos no sistema informatizado, bem como autos de processos físicos sorteados por amostragem para fins correcionais, registrando as irregularidades porventura existentes;
9. Elaboração do relatório prévio das correições, com análise das rotinas adotadas nas unidades inspecionadas, conclusão e publicação, verificando a efetiva realização de todas as diligências necessárias ao cumprimento das determinações expressas na ata correcional;
10. Encaminhamento à Seção de Publicações e Registros dos relatórios de correição, para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT;
11. Determinação da permanência de acompanhamento correcional em unidades cuja inspeção apontar necessidade de monitoramento de práticas de gestão e/ou entraves na tramitação processual afetos à competência da Corregedoria Regional;
12. Elaboração do relatório anual das correições para apresentação ao Órgão Especial na sessão ordinária do mês de novembro de cada ano.

## 5.3 Assessoria Técnico-Operacional

No ano de 2017, a Assessoria Técnico-Operacional acompanhou e participou de diversos projetos na área de tecnologia da informação relativos ao primeiro grau, visando a facilitar a rotina de trabalho de magistrados e servidores, bem como a atender às diversas determinações dos Conselhos e Tribunais Superiores. Dentre elas destaca-se a implementação do Mapeamento Global de Desempenho (MGD), baseado em sistema de mesmo nome utilizado no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e que possibilita, de forma direta e objetiva, aferir o desempenho das unidades judiciárias, considerando-se a força de trabalho disponível. Os dados apresentados por esse sistema possibilitam identificar gargalos decorrentes da prestação jurisdicional, e fornecem consistentes subsídios para a adoção de providências que visem à otimização dos processos de trabalho. Esse projeto foi especificado e adaptado à realidade do TRT4 por servidores da Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria – Assteco, que acompanharam o desenvolvimento do sistema pela Setic. A apresentação da ferramenta MGD é realizada no item a seguir.

### 5.3.1 – Mapeamento Global de Desempenho – MGD

O MGD é um sistema que apresenta, de forma sintética, o desempenho das Varas do Trabalho e dos Postos Avançados da 4ª Região em aspectos considerados relevantes para a prestação da atividade judiciária, segundo a interação de quatro indicadores definidos pela Corregedoria Regional, a saber:

- 1) congestionamento de tramitação processual;
- 2) acervo processual;
- 3) vazão processual;
- 4) prazo médio de tramitação processual.

Cada um desses indicadores corresponde a um ou mais itens aos quais foram atribuídos diferentes pesos, de forma a atender às prioridades estabelecidas pela Corregedoria Regional, considerando o Plano Estratégico do TRT4.

Mediante avaliação dos quatro indicadores, é encontrado o Índice de Produtividade das unidades judiciárias, cujo resultado é multiplicado pelo respectivo Percentual da Força de Trabalho, obtendo-se, então, o Índice Geral de Desempenho, que é a representação numérica do resultado do trabalho realizado em cada unidade ao longo dos doze meses anteriores à data de coleta de dados nos sistemas informatizados quando da elaboração do relatório de inspeção correcional.

Dessa forma, a ferramenta permite a comparação do desempenho das unidades judiciárias de acordo com a faixa de movimentação processual em que se encontram classificadas, viabilizando a identificação de aspectos críticos e/ou favoráveis que colaboram para os resultados obtidos.

Adaptada à realidade da 4ª Região ao longo do ano de 2016 e implementada efetivamente no início de 2017, esta ferramenta subsidia a Corregedoria Regional com dados e informações que permitem o monitoramento do trabalho realizado pelas unidades judiciárias de 1º Grau, orientando a tomada de decisão e o planejamento de projetos e iniciativas que incrementem a celeridade da prestação jurisdicional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A Assessoria Técnico-Operacional atuou ainda no desenvolvimento das seguintes atividades:

1. Assessoramento da Corregedora Regional e Vice-Corregedor Regional relativamente aos sistemas e serviços de tecnologia de informação;
2. Resposta às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria a respeito dos sistemas em funcionamento;
3. Participação no desenvolvimento da Ferramenta de Pesquisa Patrimonial, sistema que permitirá às unidades o registro e a pesquisa de diversos atos executórios relativos a uma determinada parte, proporcionando a otimização dos procedimentos relativos à fase de execução;
4. Elaboração de pareceres nos expedientes submetidos à apreciação da Corregedora Regional e que digam respeito aos sistemas utilizados pelos servidores e magistrados de primeiro grau;
5. Elaboração e encaminhamento do IMC (Informativo Mensal da Corregedoria);
6. Envio mensal, às unidades judiciárias, dos dados relativos ao cumprimento das Metas do CNJ;
7. Compilação de dados e elaboração de relatórios a respeito da produtividade dos Magistrados de primeiro grau;
8. Geração e definição das consultas para envio de dados estatísticos do primeiro grau ao TST e CNJ, destacando-se os dados relativos às Metas Prioritárias do CNJ e Justiça em Números;
9. Acompanhamento da Semana Nacional da Execução e repasse dos resultados (dados estatísticos);
10. Atendimento aos usuários das unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região (consultas sobre uso de andamentos nos processos físicos, procedimentos relativos ao funcionamento do Sistema PJe-JT e dúvidas sobre dados estatísticos);
11. Atendimento às solicitações de advogados, Advocacia-Geral da União, Receita Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual, relativas a informações nos processos em curso e arquivados que abranjam toda a 4ª Região;
12. Atendimento às solicitações relativas a cadastro e geração de senhas no Renajud e HOD; encaminhamento junto ao Serpro sobre problemas relatados pelos usuários;
13. Cadastro dos Desembargadores e Juízes do primeiro grau no sistema Infojud (disponibilizado pela Receita Federal);
14. Cadastro dos usuários de primeiro grau no Malote Digital e orientação quanto ao uso do sistema;
15. Solicitação de cadastro de usuários para acesso ao sistema da Junta Comercial do RS (JUCISRS) e realização de pesquisas para as unidades judiciárias sempre que necessário;
16. Realização de consulta de informações de veículos, por meio do convênio firmado com o Detran/RS (GID Consultas), em atendimento às solicitações das Varas do Trabalho e dos Postos da Justiça do Trabalho;

17. Encaminhamento diário das publicações de primeiro grau ao Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, publicações de Editais das Varas do Trabalho (quando existentes problemas na unidade que impedem a publicação) e efetivação de cadastro dos usuários de primeiro grau para publicações de Editais no DEJT;
18. Orientações aos servidores e magistrados e realização de procedimentos para exclusão de despachos e sentenças divulgados equivocadamente na internet;
19. Publicação na intranet e internet das matérias relativas à Corregedoria Regional e aos sistemas disponíveis;
20. Unificações de cadastros no sistema PJe;
21. Encaminhamento periódico de orientações sobre registro de movimentação processual no Sistema PJe;
22. Divulgação de informações e prestação de atendimento em relação aos sistemas CNIB, Penhora Online e Serasajud.

5.3.2 – Convênios e Sistemas de Informações – gerenciados pela Corregedoria Regional ou a ela direcionados para os devidos encaminhamentos

EXECUÇÃO / CONSTRUÇÃO DE BENS	
Convênios	Observações
BACENJUD	Ordens judiciais de requisição de informações, bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados
BACEN CCS	Informações sobre relacionamentos mantidos pelas instituições financeiras com os seus correntistas e/ou clientes
SIMBA	Requisição de informações e/ou documentos bancários no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional
ARISP/PENHORA ONLINE	Averbação de penhora e pesquisa de bens imóveis e respectivas matrículas, por meio de CPF/CNPJ ou nº de matrícula
CNIB	Registro de indisponibilidade de bens imóveis (averbação na matrícula) a partir da indicação de CPF/CNPJ
CNE	Pesquisas, nos bancos de dados das 27 Juntas Comerciais do Brasil, de empresa ou pessoa física ou jurídica relacionada à empresa
	<i>Suspensão em virtude das informações do Cadastro Nacional de Empresas estarem indisponíveis por tempo indeterminado, em face da integração da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC. Seus sistemas estão em processo de migração para o atual Ministério ao qual está vinculada.</i>
REGISTRO DE IMÓVEIS	Pesquisa de certidões referentes a imóveis registrados na 1ª zona de Porto Alegre

1ª ZONA POA	<i>Vigora até dezembro de 2017 e foi descontinuado a partir de então em virtude dos convênios ARISP/Penhora online e CNIB.</i>
RENAJUD	Pesquisa e restrição de veículos cadastrados no Renavam
GID-DETRAN	Consulta da situação detalhada de veículos na base de dados do Detran-RS (cadeia sucessória, alienação fiduciária, licenciamento e dados do proprietário atual)
SERASAJUD	Encaminhamento de ordens judiciais para inclusão ou exclusão de restrição nos cadastros mantidos pelo Serasa

CONSULTA ENDEREÇO	
Convênios	Observações
TRE	Consulta de endereços cadastrados na base do TRE/RS
CEEE	Consulta de endereços de clientes da CEEE
AES SUL	Consulta de endereços de clientes da AES SUL
CORSAN	Consulta de endereços de clientes da CORSAN
RGESUL	Consulta de endereços de clientes da RGE

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	
Convênios	Observações pertinentes
CEF	Consulta aos depósitos judiciais e recursais
BB	Consulta de depósitos judiciais

DADOS CADASTRAIS	
Convênios	Observações
HOD	Pesquisa por nome ou CPF/CNPJ de dados cadastrais
INFOJUD	Registro e acompanhamento de solicitação de dados cadastrais (CPF e CNPJ) de declarações de pessoas jurídicas (DIPJ, PJ Simplificada, DITR, CPMF e DOI), em substituição ao procedimento de envio de ofícios por meio físico às Delegacias da RFB
SEFAZ	Consulta ao cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda/RS (situação do cadastro, CNPJ, sócios, filiais, endereços)
JUCISRS	Pesquisa por meio de CPF/CNPJ, NIRE ou nome, aos dados da empresa na Junta Comercial do RS (denominação social, situação, endereço, objeto social, alterações sociais, sócios, etc.)

OUTROS	
Convênios	Observações
NET Editais	Sistema para visualização de editais
VIPE	Sistema de peticionamento eletrônico
MALOTE DIGITAL	A Corregedoria cadastra os servidores que acessarão o sistema.
DEJT	A Corregedoria cadastra os servidores que acessarão o sistema.
INFOSEG	Sistema utilizado por Oficiais de Justiça para obter informações concernentes às diligências a serem cumpridas, mediante requisições encaminhadas à Seapa.

## 6. INSPEÇÕES CORRECIONAIS

A Justiça do Trabalho da 4ª Região está dividida em 108 Circunscrições e estruturada em: 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 102 (cento e duas) no interior do estado. Entre as últimas, 31 são varas únicas/isoladas, coincidindo com o município-sede. As demais unidades judiciárias estão distribuídas em 23 Foros Trabalhistas (duas ou mais Varas do Trabalho no mesmo município-sede).

Além das unidades mencionadas, existem ainda 22 (vinte e duas) Centrais de Mandados, 16 (dezesesseis) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos, 1 (uma) Coordenadoria de Execução de Mandados e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho, totalizando, assim, 181 (cento e oitenta e uma) unidades localizadas em 65 (sessenta e cinco) cidades-sede.

No período compreendido entre 2 de fevereiro e 14 de novembro de 2017, foram realizadas 174 (cento e setenta e quatro) correições, conforme calendário publicado no *site* do Tribunal, das quais 78 (setenta e oito) pela Corregedora Regional e 96 (noventa e seis) pelo Vice-Corregedor Regional, com o que foram inspecionadas todas as unidades judiciárias de primeiro grau da 4ª Região. Merece destaque a realização de inspeções correccionais na modalidade *online*, por meio de videoconferência, nas seguintes unidades judiciárias: Vara do Trabalho de Três Passos em 07.08.2017, Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi e Vara do Trabalho de Frederico Westphalen em 08.11.2017.

### 6.1 – Relatório de Correição

O Relatório de Correição constou de um documento em modelo único, adotado tanto pela Corregedoria, quanto pela Vice-Corregedoria Regional. Cumpre assinalar, no entanto, que, em comparação ao modelo inicial, o documento sofreu alterações em sua estrutura ao longo de 2017, além daquelas já referidas no relatório do ano de 2016, em virtude, especialmente, da inserção de nova ferramenta de avaliação das unidades inspecionadas – Mapeamento Global de Desempenho – MGD, já apresentado neste relatório em item anterior.

## 6.2 – Considerações acerca das Inspeções Correcionais Ordinárias realizadas

### 6.2.1 – Monitoramento quanto ao cumprimento de Metas

As Metas de 2017 do Conselho Nacional de Justiça são:

a) Meta 1: “Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de Juízes e servidores de cada TRT”;

b) Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.2015”;

c) Meta 3: “Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%”;

d) Meta 5: “Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de Juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos”;

e) Meta 6: “Identificar e julgar, até 31.12.2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31.12.2014 no 1º grau e até 31.12.2015 no 2º grau”;

f) Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

O monitoramento das Metas do CNJ é efetuado nos Relatórios de Correição de cada Vara do Trabalho. A Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria encaminha, mensalmente, mensagem eletrônica às unidades judiciárias informando os dados atinentes ao cumprimento das referidas metas de acordo com o desempenho verificado por meio dos sistemas de controle estatístico.

Em relação à Meta 1 de 2017 (“Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de Juízes e servidores de cada TRT”), foram julgados 183.941 processos, o que representou 102,60% dos casos novos do período (179.281), de modo que a meta em comento resultou integralmente cumprida.

Por sua vez, também se verificou o integral cumprimento da Meta 2 (“Identificar e julgar, até 31.12.2017, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2015”), na medida em que 95,79% dos processos distribuídos até 31.12.2015 foram julgados até o dia 31.12.2017 (126.051 processos, de um universo de 131.592).

Em contrapartida, não se verificou o cumprimento da Meta 3 (“Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%”), na medida em que o percentual de processos solucionados por conciliação na fase de conhecimento no biênio 2013/2014 correspondeu a 49% dos processos solucionados com resolução do mérito na 4ª Região nesse período, ao passo que, no período entre 1º.01.2017 e 31.12.2017, esse percentual representou 46,87% dos processos solucionados no presente ano (redução de 2,13 pontos percentuais).

A Meta 5 (“Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de Juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos”) também foi cumprida, porquanto o número de processos de execução baixados em 2016 (59.403) correspondeu a 100,83% das execuções iniciadas no mesmo período (58.912).

A seu turno, a Meta 6 (“Identificar e julgar, até 31.12.2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31.12.2014 no 1º grau e até 31.12.2015 no 2º grau”) também resultou cumprida, porquanto foram julgadas 98,97% das ações coletivas distribuídas até 2014 pendentes de julgamento no 1º grau (1.060 processos, de um universo de 1.071).

Finalmente, a Meta 7 (“Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”), também foi atingida, tendo em vista que o referido acervo correspondia, em 31.12.2016, a 15.552 processos, e que, em 31.12.2017, importava em 14.986 processos, resultando em uma redução de 3,64% – superior, inclusive, à meta estipulada pelo CNJ.

#### 6.2.2 – Dados relevantes da 4ª Região observados nas Correições de 2017

No ano de 2017, foi observada a continuidade da perspectiva de mudança e adaptação verificada em 2016 nas unidades judiciárias, em virtude do trabalho com o Sistema PJe-JT. Por se tratar de um sistema com constantes atualizações e novas versões, algumas dificuldades são enfrentadas por Juízes, diretores de secretaria, secretários de audiências e demais servidores. Diante disso, a orientação da Corregedoria Regional continuou priorizando, assim como em 2016, o aconselhamento para a padronização das pastas no sistema, com intuito de se obter maior transparência, objetividade e impessoalidade nas operações, facilitando a clara visualização das práticas de todos os servidores e utilizadores do sistema.

No que se refere aos sistemas informatizados, de modo geral, é parcialmente satisfatória a capacitação e o domínio de conhecimento dos servidores lotados nas unidades do primeiro grau de jurisdição, uma vez que ainda há equívocos nos lançamentos dos andamentos processuais nos referidos sistemas (inFOR e PJe), que repercutem nos dados estatísticos do sistema *e-Gestão*, os quais retratam os resultados de toda a 4ª Região. Esta constatação por parte da Corregedoria ensejou que fossem inseridas determinações nos relatórios de correição para que as respectivas unidades judiciárias procedessem às retificações e providências adequadas à solução dos problemas identificados.

Por seu turno, o monitoramento e o controle dos andamentos processuais têm sido realizados de forma permanente, paralelamente ao calendário de correições, visando a acompanhar o cumprimento das Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho no ano de 2017.

#### 6.2.3 – Monitoramento do Resíduo de Processos Aguardando Sentença

As inspeções correicionais permitiram tanto à Corregedora Regional quanto ao Vice-Corregedor Regional avaliar a realidade de cada Unidade Judiciária e as particularidades enfrentadas pelos magistrados em cada jurisdição de atuação inspecionada.

Com base nos levantamentos estatísticos prévios às inspeções correicionais para elaboração dos relatórios, tanto os resultados da Unidade Judiciária quanto os da produtividade dos magistrados que nela atuaram foram avaliados caso a caso, ensejando a decisão para que constasse das determinações:



a) ordem para que os magistrados proferissem as sentenças em processos conclusos há mais de 30 dias apurados na data da última consolidação dos dados pelo Sistema *Business Intelligence* – BI do TRT4, excluídos os períodos de férias e/ou afastamentos constantes do Sistema RH ou,

b) ordem para instauração de expediente administrativo aguardando a apresentação de plano de trabalho a ser proposto pelo magistrado para equacionar seu resíduo de decisões pendentes ao prazo legal e acompanhamento mensal da produtividade apresentada, mediante cotejo com o plano homologado pela Corregedoria.

A Corregedoria, portanto, acompanha mensalmente a produtividade dos Juízes da 4ª Região buscando trazer o resíduo acumulado de processos que aguardam sentença a patamares compatíveis com o compromisso de uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Para tanto, na homologação dos planos de trabalho apresentados pelos magistrados, foi uma constante a determinação para que mantivessem em limites aceitáveis os resíduos de embargos de declaração e de incidentes à execução interpostos, simultaneamente trabalhando na prolação de sentenças em processos de conhecimento.

Apesar do resultado parcialmente favorável, cumpre destacar que os esforços envidados para monitorar a produtividade dos magistrados, inclusive concedendo auxílio na forma de avocação de processos ou concessão de assistente, não alcançaram solução plena para a situação do resíduo acumulado na 4ª Região.

Isso posto, alguns aspectos relevantes a serem considerados para uma análise acerca do enfrentamento destes dados são apresentados a seguir.

O primeiro a ser destacado é o empenho de muitos dos Juízes até o momento acompanhados, por meio do cumprimento dos planos de trabalho apresentados. Em segundo, o número significativo de casos novos apresentados à Justiça do Trabalho nos últimos anos, em face da conjuntura econômica e social de crise que o Brasil enfrenta, o que vem acarretando significativa sobrecarga de trabalho. Por terceiro, mas não menos significativo, menciona-se a importância da atenção prioritária que vem sendo direcionada ao 1º grau de jurisdição e seu papel na proposta de reduzir o cenário de acúmulo de processos aguardando decisão. Por último e também importante, mensalmente houve uma defasagem de Juízes no 1º Grau de Jurisdição em decorrência de cargos vagos e afastamentos, além das licenças legais.

Em direção oposta, registram-se as exceções. A não apresentação de plano de trabalho por alguns magistrados instados a tanto ou sua postura silente diante das determinações da Corregedoria, descumprindo planos ou mantendo baixos índices de produtividade, apontam para o fato de serem ainda necessárias outras medidas, em casos pontuais já identificados, que merecem atuação específica da Corregedoria Regional, inclusive conforme recomendado na Ata de Correição Geral Ordinária realizada neste TRT em julho de 2017, onde constou: “Recomenda-se que sejam adotadas todas as medidas legais cabíveis em relação àqueles magistrados que se encontram em reiterado atraso na prolação de sentenças, devendo a Corregedoria Regional informar mensalmente à Corregedoria-Geral as medidas adotadas para tanto, notadamente a elaboração de planos de trabalho com o objetivo de reduzir o resíduo dos processos pendentes de solução.” (p.40)

Nesse sentido, foram apresentadas três propostas de instauração de processos administrativos disciplinares em face de Juízes de primeiro grau da 4ª Região. A seu turno, outras

ações específicas como o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Extraordinário e a adoção de regimes de auxílio pontuais a magistrados que, por situações pessoais, necessitaram de condições especiais de trabalho, foram adotadas.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos pela Corregedoria quanto às metas/indicadores e iniciativas decorrentes do Plano Estratégico do TRT4 para o período de 2016-2020, demonstram o esforço envidado para atender ao alinhamento estabelecido pelos órgãos superiores da Justiça do Trabalho e do Judiciário Federal.

Nesta esteira, o trabalho desenvolvido pela Corregedoria Regional ao longo de 2017 esteve focado, em primeiro lugar, na redução do resíduo de sentenças acumulado na 4ª Região e, em segundo, na regularização de pautas com prazos extensos.

Consideradas a crescente demanda e a adequação orçamentária imposta à Justiça Trabalhista, que inclusive vem acarretando restrição dos quadros funcionais das unidades judiciárias, a Corregedoria geriu suas ações mediante informações subsidiadas pela ferramenta implementada no exercício encerrado e demais sistemas disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia de Informação, buscando otimizar a utilização dos recursos disponíveis e maximizar a obtenção de resultados positivos.

As medidas mais incisivas adotadas decorreram, dentre outros aspectos, também de orientação emanada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho em inspeção realizada na 4ª Região no mês de julho de 2017, para que o acúmulo do resíduo de sentenças pendentes fosse mais ainda reduzido – objetivando que a justiça do trabalho gaúcha desempenhe seu papel social com a entrega de prestação jurisdicional célere e eficaz.

# VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Vice-Corregedoria Regional, no ano de 2017, foi exercida pelo Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, que, no cargo de Vice-Corregedor Regional, na forma regimental, atuou nos impedimentos da Desembargadora-Corregedora, acompanhou o desempenho de Juízes do Trabalho Vitaliciandos, realizou inspeções correccionais ordinárias, coordenou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e compilou normas editadas para fins de divulgação da atualização legislativa.

## 1. INSPEÇÕES CORREICIONAIS

A Vice-Corregedoria Regional realizou inspeções correccionais de forma compartilhada com a Corregedoria Regional, nos termos do art. 49 do Regimento do Tribunal.

Em 2017, foram inspecionadas pela Vice-Corregedoria oitenta e oito (88) unidades judiciárias, sendo 69 Varas do Trabalho, 14 Coordenadorias de Controle da Direção do Foro, 14 Centrais de Mandados e 5 Postos da Justiça do Trabalho, a saber:

	Unidade Judiciária	Data da Inspeção
1.	Vara do Trabalho de Montenegro	07.03.2017
2.	1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	08.03.2017
3.	2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	08.03.2017
4.	3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	09.03.2017
5.	CCDF e Central de Mandados de Santa Cruz do Sul	09.03.2017
6.	1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	13.03.2017
7.	2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	13.03.2017
8.	CCDF e Central de Mandados de Cachoeirinha	13.03.2017
9.	Vara do Trabalho de Arroio Grande	20.03.2017
10.	1ª Vara do Trabalho de Pelotas	20.03.2017
11.	CCDF e Central de Mandados de Pelotas	20.03.2017
12.	2ª Vara do Trabalho de Pelotas	21.03.2017
13.	3ª Vara do Trabalho de Pelotas	21.03.2017
14.	4ª Vara do Trabalho de Pelotas	21.03.2017
15.	19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.03.2017
16.	1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.03.2017
17.	1ª Vara do Trabalho de Esteio	28.03.2017
18.	2ª Vara do Trabalho de Esteio	28.03.2017

19.	CCDF e Central de Mandados de Esteio	28.03.2017
20.	5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.04.2017
21.	21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	05.04.2017
22.	27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	07.04.2017
23.	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata	18.04.2017
24.	1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	18.04.2017
25.	2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	19.04.2017
26.	CCDF e Central de Mandados de Bento Gonçalves	19.04.2017
27.	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	25.04.2017
28.	23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	25.04.2017
29.	24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.05.2017
30.	16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.05.2017
31.	1ª Vara do Trabalho de Canoas	03.05.2017
32.	2ª Vara do Trabalho de Canoas	03.05.2017
33.	3ª Vara do Trabalho de Canoas	03.05.2017
34.	4ª Vara do Trabalho de Canoas	04.05.2017
35.	5ª Vara do Trabalho de Canoas	04.05.2017
36.	CCDF e Central de Mandados de Canoas	04.05.2017
37.	29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.05.2017
38.	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.05.2017
39.	9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	10.05.2017
40.	10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	10.05.2017
41.	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Tramandaí	16.05.2017
42.	Vara do Trabalho de Osório	16.05.2017
43.	Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar	29.05.2017
44.	1ª Vara do Trabalho de Rio Grande	30.05.2017
45.	2ª Vara do Trabalho de Rio Grande	30.05.2017
46.	3ª Vara do Trabalho de Rio Grande	30.05.2017
47.	4ª Vara do Trabalho de Rio Grande	31.05.2017
48.	CCDF e Central de Mandados de Rio Grande	31.05.2017
49.	1ª Vara do Trabalho de Gravataí	21.06.2017

50.	2ª Vara do Trabalho de Gravataí	21.06.2017
51.	3ª Vara do Trabalho de Gravataí	22.06.2017
52.	4ª Vara do Trabalho de Gravataí	22.06.2017
53.	CCDF e Central de Mandados de Gravataí	22.06.2017
54.	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau	27.06.2017
55.	1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	28.06.2017
56.	2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	28.06.2017
57.	3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	28.06.2017
58.	4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	29.06.2017
59.	CCDF e Central de Mandados de Passo Fundo	29.06.2017
60.	Vara do Trabalho de Ijuí	10.07.2017
61.	Vara do Trabalho de Santo Ângelo	10.07.2017
62.	CCDF de Santa Rosa	11.07.2017
63.	1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	11.07.2017
64.	2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	12.07.2017
65.	Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul	15.08.2017
66.	CCDF de Central de Mandados de Santa Maria	15.08.2017
67.	1ª Vara do Trabalho de Santa Maria	16.08.2017
68.	2ª Vara do Trabalho de Santa Maria	16.08.2017
69.	Vara do Trabalho de Santiago	28.08.2017
70.	Vara do Trabalho de São Borja	28.08.2017
71.	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui	29.08.2017
72.	CCDF e Central de Mandados de Uruguaiana	29.08.2017
73.	1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	30.08.2017
74.	2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	30.08.2017
75.	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Cai	25.09.2017
76.	1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	25.09.2017
77.	2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	26.09.2017
78.	3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	26.09.2017
79.	4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	26.09.2017

80.	CCDF de São Leopoldo	26.09.2017
81.	Vara do Trabalho de Farroupilha	16.10.2017
82.	1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	16.10.2017
83.	2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	16.10.2017
84.	3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	16.10.2017
85.	4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	17.10.2017
86.	5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	17.10.2017
87.	6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	18.10.2017
88.	CCDF e Central de Mandados de Caxias do Sul	18.10.2017

Nas inspeções correccionais foram examinados os processos (autos físicos) quanto aos pressupostos e as rotinas cartoriais, conforme previsto na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal, bem como o cumprimento dos prazos processuais nas fases de conhecimento e de execução. Nos processos judiciais eletrônicos, foram observados a atualização dos agrupadores e a organização e movimentação dos processos nas caixas de tarefas. O Desembargador-Vice-Corregedor procedeu à cobrança de sentenças em atraso, notadamente embargos de declaração, processos na fase de execução e Metas estabelecidas pelo CNJ, aferidas por ocasião das correições realizadas.

Em colaboração com a Corregedora Regional, estabeleceu planos de trabalho para Juízes com resíduo considerável.

Em 2017, foram abertos 88 Processos Administrativos (PAs) relacionados às correições realizadas, expedidos 121 ofícios e publicados 41 editais. Foram encaminhadas diversas correspondências eletrônicas para viabilizar solução às demandas surgidas durante as correições, notadamente à Direção-Geral, à Sempro, à Setic, à Segesp, à SA (Coordenadoria de Licitações e Contratos), à Assteco e à Escola Judicial, que responderam e, no que possível, as atenderam.

No ano de 2017, foram encerrados os Processos Administrativos (PAs) relacionados às correições ordinárias realizadas em 2016.

Foram publicados 116 Relatórios de Inspeção Correccional.

## **2. VITALICIAMENTO**

O processo de acompanhamento e avaliação dos Juízes vitaliciandos é efetuado, por delegação, pela Vice-Corregedoria Regional, em atenção ao disposto no art. 1º, inciso I, da Portaria nº 41/2015, da Corregedoria Regional, e observados os critérios estabelecidos no Provimento Conjunto nº 01/2014 da Corregedoria Regional e da Escola Judicial do TRT4, que disciplina o procedimento relativo ao vitaliciamento tomando como parâmetro o Ato Conjunto CGJT/Enamat nº 001, de 04/03/2013. Segundo o art. 5º do precitado Provimento Conjunto:

*“Art. 5º. O desempenho jurisdicional do Juiz vitaliciando será aferido pelo Corregedor Regional sob critérios qualitativo e quantitativo.*

*§ 1º São itens de análise qualitativa:*

*I – a presteza, a segurança e a urbanidade no exercício da função jurisdicional;*

*II – a solução de correções parciais e os pedidos de providências contra o Juiz vitaliciando;*

*III – os elogios recebidos e as penalidades sofridas.*

*§ 2º São itens de análise quantitativa:*

*I – o número mensal de audiências, bem como o daquelas a que não compareceu sem causa justificada;*

*II – o prazo médio para julgamento de processos depois de encerrada a instrução;*

*III – o número mensal de sentenças prolatadas na fase de conhecimento que tenham sido publicadas na internet;*

*IV – o número de sentenças em sede de liquidação de sentença, publicadas na internet, que não sejam meramente homologatórias de cálculo, e em sede de embargos à execução, embargos à arrematação, embargos de terceiro e embargos à adjudicação;*

*V – o uso efetivo e constante dos sistemas Bacen Jud, Infojud e Renajud e de outras ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelo Tribunal.*

A Vice-Corregedoria Regional é responsável pela formação do processo administrativo de vitaliciamento (art. 3º do Provimento Conjunto nº 01/2014 da Corregedoria Regional e da Escola Judicial), onde são reunidas todas as informações e avaliações relativas ao Juiz vitaliciando durante o período de vitaliciamento. Os Juízes em processo de vitaliciamento enviam mensalmente, por via eletrônica, uma listagem dos processos nos quais presidiram audiências, proferiram sentenças e prolataram despachos fundamentados. Dentre esses processos enviados, é feita uma análise, por amostragem, de no mínimo cinco processos por ato. A atuação do Juiz vitaliciando em cada ato participado é avaliada, compondo um relatório apresentado bimestralmente pela Vice-Corregedoria Regional, com posterior comunicação dos relatórios ao interessado por mensagem eletrônica.

No momento em que o Juiz vitaliciando completa 1 (um) ano de exercício da magistratura, é elaborado, no prazo de 30 (trinta) dias, parecer parcial, a partir de informações obtidas no período, contando com a participação da Escola Judicial, que encaminha à Vice-Corregedoria relatório realizado pelo Juiz orientador, designado pelo Conselho Consultivo da Escola Judicial. Do relatório parcial é dado conhecimento ao Juiz vitaliciando, por via eletrônica, com prazo de 10 (dez) dias para manifestação, o qual é juntado ao processo administrativo.

Após completado 1 (um) ano e 6 (seis) meses de exercício da magistratura, é apresentado relatório final conjunto pela Vice-Corregedoria Regional e pelo Diretor da Escola Judicial, no prazo de 60 dias, avaliando se o Juiz vitaliciando atende aos critérios previstos nos artigos 2º, 5º e 6º do Provimento Conjunto nº 01/2014 da Corregedoria Regional e da Escola Judicial.

O expediente individual de vitaliciamento é instruído com o parecer parcial da Vice-Corregedoria, com o parecer final conjunto da Vice-Corregedoria e do Diretor da Escola Judicial, e relatório final do Conselheiro-Relator, aprovado pelo Conselho Consultivo da Escola Judicial e enviado à Vice-Corregedoria até dezoito meses após a posse do magistrado.

Nos pareceres parcial e final, consideram-se as informações do Conselheiro-Relator da Escola Judicial, emitido com base no relatório do Juiz-Orientador do magistrado vitaliciando, e relatórios contendo a participação, o aproveitamento e a frequência do Juiz vitaliciando em cursos de formação e eventos de capacitação; relatório fornecido pela Assessoria de Juízes, contendo os

períodos de atuações e afastamentos do Juiz vitaliciando, certidão fornecida pela Secretaria da Corregedoria Regional acerca de ocorrências que eventualmente envolvam o Juiz vitaliciando, planilhas e gráficos estatísticos de produtividade, compilados pela Vice-Corregedoria a partir dos dados de produção mensal fornecidos pela Corregedoria Regional.

Em sendo favorável o parecer final conjunto, a Vice-Corregedoria Regional de imediato o submete à deliberação do Órgão Especial, observada a hipótese prevista no art. 13, §§ 1º e 2º, do Provimento Conjunto nº 01/2014 da Corregedoria Regional e da Escola Judicial (“A ocorrência de fato que justifique o não vitaliciamento após a decisão do Órgão Especial, ou que tenha se tornado conhecido pelo Corregedor Regional após aquela decisão, ensejará a reabertura do procedimento de vitaliciamento”. “A reabertura do procedimento de vitaliciamento impõe, antes de sua reapreciação pelo Órgão Especial, a intimação do Juiz vitaliciando para manifestação, em 10 (dez) dias”).

Se desfavorável o parecer final, poderá o Juiz manifestar-se, em dez dias, antes do encaminhamento do expediente ao Órgão Especial.

Acolhido o parecer final pelo Órgão Especial, confirmando o vitaliciando no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, é dada ciência da decisão ao Juiz por mensagem eletrônica.

No ano de 2017, tomaram posse neste Tribunal 16 (dezesesseis) Juizes do Trabalho Substitutos, sendo que destes, 4 (quatro) tiveram deferidos pelo Órgão Especial requerimento de aproveitamento do vitaliciamento obtido em outros Regionais, 4 (quatro) permutaram com Juizes Substitutos de outros Regionais e 6 (seis) estão com o processo administrativo de vitaliciamento em tramitação, tudo conforme quadro abaixo:

**PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE VITALICIAMENTO  
ABERTOS/EM ANDAMENTO/SOBRESTADOS/ENCERRADOS EM 2017**

Nº PROCESSO	DATA AUTUAÇÃO	PARTE PRINCIPAL	ASSUNTO	STATUS
0000315-02.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	20.01.2017	Mariana Piccoli Lerina	Requerimento de aproveitamento do vitaliciamento aprovado pelo TRT 3ª Região.	Encerrado em 22.02.2017 em virtude de deferimento, pelo Órgão Especial, de requerimento de aproveitamento do vitaliciamento obtido perante o TRT da 3ª Região.
0000370-50.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	23.01.2017	Marines Denkievicz Tedesco Fraga	Requerimento de aproveitamento do período de vitaliciamento junto ao TRT 14ª Região	Encerrado em 22.02.2017 em virtude de deferimento, pelo Órgão Especial, de requerimento de aproveitamento do vitaliciamento obtido perante o TRT da 14ª Região.



Nº PROCESSO	DATA AUTUAÇÃO	PARTE PRINCIPAL	ASSUNTO	STATUS
0000585-26.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	1º.02.2017	Bruno Feijó Siegmann	Procedimento de vitaliciamento	Em tramitação
0000586-11.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	1º.02.2017	Caroline Bitencourt Colombo	Procedimento de vitaliciamento	Em tramitação
0000587-93.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	1º.02.2017	Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira	Procedimento de vitaliciamento	Encerrado em 10.08.2017 em virtude de remoção do magistrado para o TRT da 1ª Região, mediante permuta triangular com os Juízes Élen Cristina Barbosa Senem, da 1ª Região, e Tiago dos Santos Pinto da Motta, da 6ª Região.
0000588-78.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	1º.02.2017	Mariana Vieira da Costa	Procedimento de vitaliciamento	Em tramitação
0000589-63.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	1º.02.2017	Nikolai Nowosh	Procedimento de vitaliciamento	Encerrado em 10.08.2017 em virtude de remoção do magistrado para o TRT da 1ª Região, mediante permuta triangular com as Juízas Ivi Martins Caron, da 1ª Região, e Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling, da 2ª Região.
0000590-48.2017.5.04.0000 Posse em 19.12.2016	1º.02.2017	Igo Zany Nunes Corrêa	Procedimento de vitaliciamento	Encerrado em 10.08.2017 em virtude de remoção do magistrado para o TRT da 11ª Região, mediante permuta triangular com as Juízas Camila Tesser Wilhelms, da 15ª Região, e Luiza Helena Roson, da 11ª Região.
0002978-21.2017.5.04.0000 Posse em 28.04.2017	15.05.2017	Camila Tesser Wilhelms	Procedimento de vitaliciamento	Em tramitação
0005304-51.2017.5.04.0000	02.08.2017	Gilmara Pavão	Procedimento de	Em tramitação

Nº PROCESSO	DATA AUTUAÇÃO	PARTE PRINCIPAL	ASSUNTO	STATUS
Posse em 14.07.2017		Segala	vitaliciamento	
0007468-86.2017.5.04.0000 Posse em 05.10.2017	23.10.2017	João Batista de Oliveira Júnior	Procedimento de vitaliciamento	Encerrado em 15.12.2017 em virtude de remoção do magistrado para o TRT da 6ª Região, mediante permuta com o Juízas Camila Tesser Wilhelms, da 15ª Região, e Luiza Helena Roson, da 11ª Região tramitação.
0007469-71.2017.5.04.0000 Posse em 05.10.2017	23.10.2017	Paulo Pereira Müzell Junior	Procedimento de vitaliciamento	Encerrado em 05.12.2017 em virtude do deferimento, pelo Órgão Especial, de requerimento de aproveitamento do vitaliciamento obtido perante o TRT da 1ª Região.
0007470-56.2017.5.04.0000 Posse em 05.10.2017	23.10.2017	Vicky Vivian Hackbarth Kemmelmeier	Procedimento de vitaliciamento	Em tramitação
0007594-39.2017.5.04.0000 Posse em 05.10.2017	26.10.2017	Paulo Roberto Dornelles Junior	Procedimento de vitaliciamento	Encerrado em 05.12.2017 em virtude do deferimento, pelo Órgão Especial, de requerimento de aproveitamento do vitaliciamento obtido perante o TRT da 8ª Região.

Observação: Não houve autuação de processo administrativo de vitaliciamento em relação aos Juízes Tiago dos Santos Pinto da Motta e Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling, que tomaram posse neste Tribunal em 28.04.2017, mediante permuta triangular com os Juízes Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira e Nikolai Nowosh, respectivamente, em virtude de os magistrados terem obtido o vitaliciamento nos tribunais de origem.

### 3. COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Criada pela Resolução Administrativa nº 03/2003 do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RA 03/03), compõem a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, de acordo com a Resolução Administrativa nº 24/2017, de 18 de julho de

2017, os seguintes membros: Marçal Henri Figueiredo, Vice-Corregedor Regional (Supervisor); João Paulo Lucena, Presidente da Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região; Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência; Janine Scharlau Stoeber, Diretora da Secretaria Processual; Roberto Pereira dos Santos, Assistente-Chefe da Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais, e Mauricio Oliveira Agliardi, Coordenador do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

De acordo com a RA nº 03/2003 e seu Regulamento, instituído pela Resolução Administrativa nº 19/2003, a gestão de documentos compreende o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou seu recolhimento para guarda permanente.

Compete a esta Comissão, entre outras atribuições:

I – Elaborar, observadas as normas arquivísticas existentes, procedimentos de implantação do Programa de Gestão Documental, criando e/ou ajustando o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade escolhida à realidade do Tribunal;

II – Promover o levantamento e a identificação dos documentos produzidos, recebidos ou acumulados por setor;

III – Estabelecer normas, critérios e instrumentos de seleção para guarda ou eliminação de documentos;

IV – Coordenar e orientar os diferentes setores em relação às tarefas de execução do Programa de Gestão Documental;

V – Acompanhar a mudança do suporte e da forma de registro da informação;

VI – Propor a eliminação de autos findos, de acordo com a legislação em vigor;

VII – Deliberar sobre a eliminação de documentos, observada a Tabela de Temporalidade (ressalvados os de manutenção obrigatória);

VIII – Determinar o percentual de documentos que deverá ser preservado.

### **3.1 Eliminação de documentos**

O procedimento de eliminação de documentos, regulado pelo Provimento Conjunto nº 09, de 15 de outubro de 2012, é instaurado administrativamente pelo sistema do ADM eletrônico, por solicitação das unidades interessadas à Vice-Corregedoria Regional, mediante envio de formulário eletrônico disponível na *intranet* do Tribunal, via correio eletrônico, no formato PDF (*Portable Document Format*), com observância da Tabela de Temporalidade, também disponibilizada na *intranet*. O formulário que dá origem à abertura do procedimento administrativo eletrônico deve conter descrição completa do documento e o período a que se refere.

Recebida a solicitação, a Vice-Corregedoria cadastra, autua e processa o Processo Administrativo junto à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Formado o expediente, contendo relatório circunstanciado, a Vice-Corregedoria o encaminha ao Memorial para exarar parecer técnico. Após, o expediente é devolvido ao Supervisor da CPAD, para parecer acerca da viabilidade do requerimento. Os pareceres são encaminhados aos membros da Comissão, que, por maioria simples dos presentes, deliberam sobre a eliminação ou não dos documentos. Aprovado o pedido em reunião da CPAD, será autorizada a expedição da respectiva

Portaria pela unidade solicitante. Esta expedirá a portaria e dará ciência à Vice-Corregedoria que, após, enviará o PA à Corregedoria Regional, para observância do artigo 8º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT4.

Em 2016, foram abertos 10 processos administrativos relativos a pedidos de Eliminação de Documentos, os quais já foram encerrados. Ademais, foram encerrados mais 11 processos administrativos abertos em anos anteriores.

Em 2017, também foram abertos 10 processos administrativos relativos a pedidos de Eliminação de Documentos, dos quais 4 (quatro) foram encerrados e 6 (seis) continuam pendentes. Foram encerrados, ainda, 8 (oito) processos administrativos abertos em anos anteriores.

Atualmente, há 9 (nove) processos ativos: 6 (seis) abertos na Administração 2016/2017 e 3 (três) em administrações anteriores. Dos abertos na última Administração, 3 (três) pedidos de Eliminação de Documentos já foram objeto de deliberação pela CPAD e aguardam as respectivas Unidades requerentes enviarem a Portaria de Eliminação; 1 (um) aguarda o parecer do memorial e 2 (dois) aguardam parecer da Assessoria Jurídica da Corregedoria. Dos processos criados anteriormente, o de nº 0003075-94.2012.5.04.0000 é permanente, porque tem decisão sobre a preservação de processos em que suscitados Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – IUJ e que embasaram a edição de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, devendo ser permanentemente atualizado com informações pertinentes; o de nº 0005868-06.2012.5.04.0000 aguarda informações da Secretaria da Comissão de Concursos para Juízes acerca da destinação dos documentos e o de nº 0004551-65.2015.5.04.0000 aguarda a Portaria de Eliminação da 13ª Vara.

A situação dos processos administrativos ativos é sintetizada na tabela a que segue:

	Número	Unidade	Objeto	Situação Atual
1.	0006096-05.2017.5.04.0000	6ª VT de Porto Alegre	Eliminação de documentos	Aguarda Portaria.
2.	0005466-462017.5.04.0000	13ª VT de Porto Alegre	Eliminação de documentos	Aguarda parecer da Assessoria Jurídica da Corregedoria.
3.	0005012-66.2017.5.04.0000	2ª VT de Sapucaia do Sul	Eliminação de documentos	Aguarda parecer da Assessoria Jurídica da Corregedoria.
4.	0008795-66.2017.5.04.0000	27ª T de Porto Alegre	Eliminação de documentos	Aguarda parecer do Memorial.
5.	0003413-92.2017.5.04.0000	Seção de Capacitação	Eliminação de documentos	Aguarda Portaria.
6.	0003747-29.2017.5.04.0000	17ª VT de Porto Alegre	Eliminação de documentos	Aguarda Portaria.
7.	0004551-65.2015.5.04.0000	13ª VT de Porto Alegre	Eliminação de documentos	Aguarda Portaria.
8.	0005868-06.2012.5.04.0000	Secretaria da Comissão de Concursos para Juízes	Eliminação de documentos	Aguarda informações sobre os documentos.

	Número	Unidade	Objeto	Situação Atual
9.	0003075-94.2012.5.04.0000	CPAD	Processos que serviram de Precedente para Súmulas, OJ's e IUJ's	Deve permanecer aberto e atualizado.

### 3.2 Selo Histórico

Considerando a política do Tribunal direcionada ao engajamento da comunidade do Judiciário Trabalhista na preservação de sua memória e necessidade específica de seleção de documentos para preservação, o uso do selo “Acervo Histórico” foi instituído para identificação dos autos de processos e documentos relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul, bem como nos autos em que suscitados Incidentes de Uniformização de Jurisprudência e naqueles que serviram de precedentes para edição de Súmulas e de Orientações Jurisprudenciais do Regional.

O uso do selo do “Acervo Histórico” observa o procedimento estabelecido na Portaria nº 5.587, de 4 de outubro de 2007, com as alterações subsequentes. Os processos em meio físico em que tenham sido suscitados Incidentes de Uniformização de Jurisprudência ou que serviram de precedentes para Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TRT receberão os selos do “Acervo Histórico” (nas versões colorida e preto e branca) na capa de cada um dos volumes, diretamente nas unidades judiciárias de origem, com lançamento do respectivo andamento no sistema informatizado, e imediata comunicação à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD. Em processo eletrônico, a Secretaria do Órgão encarregado do processamento dos Incidentes, das Súmulas e das Orientações Jurisprudenciais no âmbito do TRT4 lançará o andamento no sistema informatizado, comunicando à CPAD.

Na hipótese de indicação, pelo magistrado da causa, de ofício ou a requerimento de advogados, membros do Ministério Público do Trabalho, servidores ou peritos, o processo ou documento em meio papel relevante para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul receberá o selo provisório (colorido) e tramitará regularmente. Antes da remessa ao Arquivo, ainda que em caráter provisório, o processo físico contendo o selo do Arquivo Histórico na versão colorida será remetido ao Memorial, que emitirá parecer e encaminhará os autos à CPAD, para inclusão na pauta da próxima reunião e ratificação da escolha, com a fixação do selo na versão preto e branco e o cadastramento no Acervo Histórico.

No processo eletrônico, o Memorial, de posse do relatório gerado pelo próprio sistema, emitirá parecer, comunicando-o à CPAD para inclusão na pauta da próxima reunião, quando haverá análise e deliberação diretamente no sistema. Os autos dos processos físicos e os documentos em meio papel serão remetidos ao Memorial após a fluência dos prazos previstos no artigo 131, §3º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, observada a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

### 3.3 Reuniões e pautas da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

De acordo com a Resolução Administrativa nº 19/2003 do Órgão Especial do TRT4, que estabelece o Regulamento da CPAD, a Comissão deve reunir-se, ordinariamente, uma vez por

mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Supervisor, com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros, ficando aquele autorizado a despachar *ad referendum* em todos os expedientes que lhes sejam submetidos. Designada data para reunião da CPAD, reservada a sala junto à Secretaria-Geral da Presidência e/ou Vice-Presidência para sua realização, é encaminhada a convocação acompanhada de sugestão de pauta aos membros da CPAD. As deliberações das reuniões são registradas em atas que, uma vez aprovadas, são publicadas na intranet do Tribunal.

Em razão da pequena demanda, no biênio 2016/2017 foram realizadas apenas três reuniões da comissão, nos dias 16.11.2016, 07.07.2017 e 30.11.2017. Os principais temas tratados pela CPAD foram os seguintes:

- apreciação e deliberação sobre pedidos de eliminação de documentos provenientes de diversas unidades;
- apreciação e deliberação sobre os pedidos de aposição do Selo Histórico nos processos indicados;
- debate e deliberação acerca de encaminhamento de mudança na Portaria que disciplina a questão do Selo Histórico para que passe a ser necessária a certificação da data da indicação pela unidade (da aposição do selo colorido), facultada a apresentação da motivação.
- debate e deliberação acerca de encaminhamento de mudança no Regulamento da CPAD acerca da frequência das reuniões da comissão;
- criação de infográfico contendo esclarecimentos acerca dos procedimentos envolvendo a aposição do selo do Acervo Histórico – em razão da grande demanda por informações via e-mail e telefone – e sua remessa a todos os servidores do TRT4;
- estudo, discussão e apresentação da proposta de minuta da Política de Preservação de Documentos Eletrônicos a ser adotada pelo TRT4 à Presidência.

Nas reuniões da CPAD realizadas em 2016, foram fixados selos em quinze processos físicos indicados por magistrados para serem identificados como relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul.

No ano de 2017, foram fixados selos em seis processos físicos indicados por magistrados para serem identificados como relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul.

#### **4. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA**

A Vice-Corregedoria Regional, por delegação da Corregedoria Regional, realiza análise e publicação dos atos normativos de interesse desta Justiça Especializada, disponibilizando mensalmente na interne, na aba “Consultas” do *site* do Tribunal, a atualização legislativa.

Para tanto, pesquisa, via internet, diariamente, a ocorrência de publicação de atos normativos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (TRT 4ª Região, TST, Enamat, CSJT), Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado, armazenando esses dados em arquivo próprio (Atualização Legislativa). Ao final do mês, o arquivo contendo as normas compiladas, já

organizadas por ordem de assunto (Emendas Constitucionais, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Editais, Diversos) é convertido em .pdf e publicado na intranet.

## 5. PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

O Vice-Corregedor Regional participou de sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, consoante a seguir apontado.

No ano de 2017, o Vice-Corregedor participou de sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, consoante a seguir apontado:

Pleno	
17.03.2017 (1ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)	18.09.2017 (10ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)
31.03.2017 (3ª Sessão extraordinária do Tribunal Pleno)	06.10.2017 (Sessão Ordinária do Tribunal Pleno)
24.04.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)	20.10.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)
12.05.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)	30.10.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)
28.07.2017 Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)	11.12.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)
18.08.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)	14.12.2017 (Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno)

Órgão Especial	
Sessões Ordinárias	Sessões Extraordinárias
17.02.2017	14.03.2017
17.03.2017	30.03.2017
24.04.2017	26.04.2017
19.05.2017	09.06.2017
14.07.2017	17.11.2017
18.08.2017	
18.09.2017	
20.11.2017	
11.12.2017	

O Vice-Corregedor participou, representando a Administração do TRT, nos seguintes eventos:

- 02.03.2017 – Visita do Juiz Auxiliar da Presidência do TST, Dr. Maximiliano Pereira de Carvalho e do Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Claudio Fontes Feijó, no Gabinete da Presidência do TRT4, para abordar temas relacionados ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe);
- 03.03.2017 – Reunião com representantes da Agetra, OAB, Abrat e Satergs;
- 07.03.2017 – Entrevista ao Jornal Ibiá e à Rádio Jovem Pan de Montenegro/RS;
- 08.03.2017 – Entrevista ao Riovale Jornal e Rádio Santa Cruz de Santa Cruz do Sul/RS;
- 10.03.2017 – Ato de Lançamento da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT 4. Local: Estacionamento do Prédio 2, do Foro Trabalhista;

- 15.03.2017 – Evento de lançamento da Frente em Defesa da Dignidade no Trabalho. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do TRT/RS;
- 16.03.2017 – Inauguração da Unidade Projeto Pescar Comunidade Jurídico-Trabalhista. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do TRT/RS;
- 17.03.2017 – Reunião Institucional com os Desembargadores do TRT4;
- 22.03.2017 – Aniversário de 50 anos das 8ª, 9ª e 10ª Varas do Trabalho de Porto Alegre. Local: Saguão do 3º Andar do Foro Trabalhista;
- 24.03.2017 – Aula inaugural da Escola Judicial. Local: Auditório Ruy Cirne Lima do TRT/RS;
- 30.03.2017 – Visita institucional de cortesia do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, e do Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Euzébio Fernando Ruschel;
- 31.03.2017 – Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho. Local: Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- 3ª Sessão extraordinária do Tribunal Pleno e Solenidade de ratificação da posse da Exma. Desembargadora Angela Rosi Almeida Chapper. Local: Plenário do TRT4;
- 07.04.2017 – Solenidade de posse da Juíza Lenara Aita Bozzetto no cargo de Juíza Titular de Vara do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 28.04.2017 – Ato público contra o desmonte da previdência e dos direitos trabalhistas. Local: Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- 26.05.2017 – Inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Primeiro Grau – Cejusc-JT/1º Grau e encerramento da Semana Nacional de Conciliação Trabalhista. Local: Av. Praia de Belas, 1.432, na Galeria do Prédio I do Foro Trabalhista;
- Almoço de boas-vindas ao Ministro Emmanoel Pereira, Vice-Presidente do TST e CSJT;
- 21.06.2017 – Reunião do Comitê de Priorização do Primeiro Grau. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 23.06.2017 – Solenidade de posse da Juíza Mariana Roehe Flores Arancibia, no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 03.07.2017 – Solenidade de posse da Juíza Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 14.07.2017 – Solenidade de posse da Juíza Gilmara Pavão Segala, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 25.07.2017 – Confraternização com o Ministro Renato de Lacerda Paiva. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 27.07.2017 – Solenidade de aposição do retrato da Ministra Maria Helena Mallmann. Local: Galeria de Presidentes do Tribunal;
- 13 a 15.09.2017 – Encontro da Magistratura do TRT4;
- 05.10.2017 – Posse de João Batista de Oliveira Júnior, Paulo Roberto Dornelles Junior, Paulo Pereira Müzell Junior e Vicky Vivian Hackbarth Kemmelmeier no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região;



- 18.10.2017 – Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre TRT4 e OAB/RS, por intermédio de suas Escolas, visando ao desenvolvimento institucional de Recursos Humanos;
- Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre o TRT4 e a AGU, por intermédio de suas Escolas Judicial e Regional, respectivamente, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum dos partícipes;
- 23.10.2017 – Cerimônia de descerramento da placa que atribui o nome do Desembargador Milton Varela Dutra ao Plenário do TRT4. Local: Foyer do Plenário do TRT4;
- 24.10.2017 – Solenidade de inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Segundo Grau – Cejusc-JT. Local: Sala 308, 3º andar, do Prédio do TRT4;
- “Programa de Formação de Formadores”. Local: Escola Judicial do TRT4;
- 26.10.2017 – Encontro Nacional promovido pelo Memorial TRT4;
- 09.11.2017 – Ação Conjunta dos Tribunais – Caminhos da Justiça. Local: Largo Glênio Peres;
- 17.11.2017 – Solenidade da 2ª Outorga da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região. Local: Plenário Milton Varela Dutra – Avenida Praia de Belas, 1.100 – Porto Alegre/RS;
- 20.11.2017 – 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Local: Tribunal Superior Eleitoral – Brasília/DF;.
- 21.11.2017 – 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Local: Tribunal Superior Eleitoral – Brasília/DF;
- 22.11.2017 – 8ª Reunião Ordinária do Colepccor. Local: TST – Brasília/DF;
- 28.11.2017 – Solenidade de inauguração da Sala de Audiências Compartilhada do Foro Trabalhista de Porto Alegre. Local: Av. Praia de Belas, nº 1.432, 6º Andar.
- 1º.12.2017 – Solenidade de posse em gabinete do Juiz do Trabalho Marcos Fagundes Salomão. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 07.12.2017 – Posse do Juiz do Trabalho Substituto Rodrigo de Mello, removido por permuta do TRT da 6ª Região para o TRT da 4ª Região. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 11.12.2017 – Solenidade de implantação da Versão 2.0 do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 13.12.2017 – Solenidade de inauguração das Novas Instalações da Vara do Trabalho de Viamão. Local: Viamão/RS.

O Vice-Corregedor, ainda, participou de reuniões pela Administração do TRT:

- 13.02.2017 – Reunião com o advogado Otávio Chaves, no gabinete da Vice-Corregedoria;

- 16.02.2017 – Reunião com a Agetra, no Gabinete da Presidência, para discutir a expedição de alvarás nos processos do 1º grau da Justiça do Trabalho gaúcha;
- 03.03.2017 – Reunião com representantes da Agetra, OAB, Abrat e Satergs;
- 07.03.2017 – Reunião com a Administração do TRT;
- 17.03.2017 – Reunião institucional com os Desembargadores do TRT4;
- 21.06.2017 – Reunião do Comitê de Priorização do Primeiro Grau. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 28.06.2017 – Reunião na Presidência com o Sintrajufe;
- 30.06.2017 – Reunião com a CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;
- 03.07.2017 – Reunião Institucional. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 07.07.2017 – Reunião com a CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;
- 24.07.2017 – Reunião com o Ministro Renato de Lacerda Paiva. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 27.07.2017 – Reunião com o Ministro Renato de Lacerda Paiva. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 14.08.2017 – Reunião Institucional. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 17.08.2017– Reunião do Conselho da Comenda do Mérito Judiciário no TRT4. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 11.09.2017 – Reunião Institucional. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 02.10.2017 – Reunião Institucional. Local: Salão Nobre da Presidência;
- 11.10.2017 – Reunião da Comenda do Mérito;
- 22.11.2017 – 8ª Reunião Ordinária do Coleprecór. Local: TST – Brasília/DF;

O Desembargador Vice-Corregedor esteve no exercício da Presidência e da Corregedoria do TRT durante os seguintes períodos:

- Exercício da Presidência: 08 e 09.02.2017; 26.04.2017 e 11.08.2017;
- Exercício da Corregedoria: 09.01.2017 a 10.01.2017; 24.04.2017 a 21.05.2017; 18.10.2017 a 30.10.2017; 27.11.2017 e 30.11.2017.

A Ouvidoria, órgão independente da administração da Justiça (art. 227-D do Regimento Interno do TRT4), atendeu ao público externo, objetivando essencialmente a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia e da participação do usuário na Administração Pública.

## 1. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA

A Ouvidoria recebeu 4.812 manifestações no decorrer do ano de 2017. A tabela que segue representa a demanda dividida em classes:

CLASSE DO EXPEDIENTE	COMPOSIÇÃO RELATIVA (%)
Pedido de Informação	59,14
Outros	18,19
Reclamação	16,94
Pedido de Acesso a Informações	2,03
Elogio	1,28
Crítica	1,02
Sugestão	0,96
Denúncia	0,31
Convite	0,07

Na classe "Pedidos de Informação", que foi a mais expressiva em termos de volume (59,14%), as manifestações recebidas disseram respeito, em regra, à natural angústia dos interessados, que, na maior parte dos casos, decorre da falta de esclarecimento sobre o trâmite de seu processo e da linguagem utilizada em seus andamentos. Dentro dessa classe, destacaram-se os esclarecimentos sobre atos processuais, os quais não se confundem com o fornecimento de andamentos, que, por estarem disponíveis em diversas fontes de consulta, não são prestados pela Ouvidoria.

O grupo "Outros" (18,19%) diz respeito às manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, seja em razão da matéria (pedidos de consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), seja em razão da entidade pública ou privada responsável pela resposta pretendida (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público, tribunais diversos, sindicatos, OAB, etc.). Os manifestantes que forneceram dados válidos para contato foram esclarecidos acerca da entidade responsável pelo atendimento da sua demanda, bem como, quando viável, das formas para contatá-la.

A classe "Reclamações" representou 16,94% do total dos expedientes. A demora no andamento dos processos representou o volume mais expressivo, e, mantidos os mesmos critérios empregados nos exercícios anteriores, não foram consideradas como reclamações as

manifestações relativas a processos que tramitam no TST, tampouco quanto aqueles cujo andamento depende necessariamente do julgamento de recursos naquele Tribunal. Revelaram-se significativas, também, as manifestações acerca da demora na prolação de sentenças. Quando detectados prazos demasiadamente longos entre um ato processual e outro, buscou-se identificar seus motivos a partir dos andamentos disponíveis nas consultas processuais. Quando esse procedimento não foi suficiente para esclarecer as razões da demora, solicitaram-se informações aos magistrados e às unidades responsáveis pelos processos.

Destaca-se o significativo acréscimo na classe “Pedidos de Acesso a Informações” (2,03%), em comparação com anos anteriores, indicando que a divulgação no portal do Tribunal, da Regulamentação da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – neste Regional (através Resolução Administrativa nº 01/2017), pode indicar o aumento em tais pedidos. Após a análise de cada situação, aqueles que recebidos na forma desta lei foram encaminhados às unidades responsáveis pela informação requerida para fornecer dados que subsidiassem a resposta da Ouvidoria.

As demais classes foram de pouca monta, tendo representado, aproximadamente, 3,7% do volume total.

Relativamente à forma de acesso à Ouvidoria, o modo predominante foi o formulário eletrônico disponível na página do Tribunal na internet, seguido do envio de mensagens eletrônicas e a via telefônica.

## **2. ATIVIDADES**

### **2.1 Palestras a Acadêmicos**

Durante o exercício de 2017, a Desembargadora Ouvidora ministrou palestras sobre o funcionamento e importância da Ouvidoria aos acadêmicos em visita ao Tribunal, das seguintes instituições de ensino: Instituto Porto-Alegrense – IPA (em 06.04), acompanhados da Professora Daiane Araújo; Universidade de Caxias do Sul – UCS (em 20.04), acompanhados da Professora Anelise Rigo, Faculdades Integradas São Judas Tadeu (em 18.05), acompanhados da Profª Anelise Rigo; Centro Universitário Fadergs (em 1º.06), acompanhados do Professor Jeferson Luiz Dellavalle Dutra; Faculdade Cesuca Inedi/Cachoeirinha (em 31.08), acompanhados da Professora Cristiane Dutra; Universidade de Passo Fundo/*Campus* Casca (em 27.09), acompanhados da Professora Nadya Tonial; Instituto Porto-Alegrense – IPA (em 28.09), acompanhados da Professora Daiane Araújo; Universidade do Vale do Taquari – Univates/Lajeado (em 05.10), acompanhados da Profª Fernanda Brod, Faculdade Dom Alberto/Santa Cruz do Sul (em 19.10), acompanhados do Prof. Luiz Henrique Dutra e Universidade de Caxias do Sul – UCS (em 09.11), acompanhados do Professor Guilherme Dettmer Drago.

### **2.2 Reuniões**

A Desembargadora-Ouvidora (secretária do Colégio de Ouvidores), juntamente com os demais membros da diretoria do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho – Coleouv, participou de reuniões com o Ministro Ives Gandra da Silva Martins, Presidente do TST (para apresentação dos novos dirigentes do Colégio e assuntos relacionados à implantação das Ouvidorias da Justiça do Trabalho em Rede), e com o Sr. Gilberto Waller Jr., Ouvidor-Geral da

União (para realização do ato de entrega dos termos de Adesão ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias pelos Tribunais Regionais do trabalho das 2ª, 4ª e 16ª Regiões), no dia 07/02/2017, em Brasília/DF.

### 2.2.1 Rede de Ouvidorias

A Desembargadora Ouvidora e a Desembargadora Vice-Ouvidora participaram da III Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias (no dia 13.03) e da Semana de Ouvidoria e Acesso à Informação 2017 (no período de 14 a 16.03) que ocorreram em Brasília/DF.

Houve participação, ainda, nas seguintes reuniões da Rede de Ouvidorias:

- III Reunião Extraordinária, no dia 07.06, em Brasília/DF, com a participação de servidor da Ouvidoria, por videoconferência na regional da Controladoria-Geral da União – CGU em Porto Alegre/RS;
- IV Reunião Extraordinária, no dia 22.08, em Brasília/DF, com a participação de servidor da Ouvidoria, por videoconferência na regional da Controladoria-Geral da União – CGU em Porto Alegre/RS;
- IV Reunião Ordinária, no dia 20.10, em Brasília/DF, com a participação da Desembargadora-Ouvidora;
- V Reunião Extraordinária, no dia 24.11, em Belo Horizonte/BH, com a participação da Desembargadora-Vice-Ouvidora.

### 2.2.2 Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho

A Ouvidoria esteve presente na 12ª, 13ª, 14ª e 15ª reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), ocorridas nos dias 30 e 31 de março (no TST, em Brasília/DF), 26 e 27 de junho (no TRT9, em Curitiba/PR), 21 de setembro (no TST, em Brasília/DF) e 5 e 6 de dezembro, (no TRT23, em Cuiabá/MT) respectivamente.

No dia 22 de setembro, no TST, em Brasília/DF, a Desembargadora-Ouvidora, a Desembargadora Vice-Ouvidora e servidores, participaram do 1º Encontro de Integração das Ouvidorias do Poder Judiciário, em que houve histórica participação de Ouvidores das Justičas Trabalhista, Estadual, Federal e Militar, com a presença do Ouvidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais – Cojud, Desembargador Altair de Lemos.

Os encontros tinham por objetivo a discussão de pontos importantes para as Instituições, como a importância das Ouvidorias para o serviço de informação ao cidadão, buscando a melhoria dos serviços prestados.

### 2.3 Divulgação da Ouvidoria

Como forma de divulgação da Ouvidoria do TRT-RS ao público interno da Instituição, foi publicada na intranet do Tribunal (VOX), em maio, matéria da Secretaria de Comunicação Social acerca dos serviços realizados pela Ouvidoria que, por ser conhecida como canal direto da Justiça do Trabalho com o cidadão, também está disponível a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados da Instituição. Na matéria, é explicado que a Ouvidoria, orientada pelos princípios

da confidencialidade e da responsabilidade corporativa, recebe críticas, sugestões, denúncias, entre outras manifestações, encaminhando-as às instâncias responsáveis. Entre outras atribuições, a Ouvidoria, como agente de mudança, trabalha para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das relações internas da Instituição, contribuindo, com suas ações, para o planejamento estratégico dos serviços administrativos e judiciários.

Em continuidade a essa iniciativa, no mês de julho de 2017, por solicitação da Ouvidoria, a Secretaria de Comunicação Social encaminhou material impresso (cartazes e panfletos informativos) para as unidades, destinados aos terceirizados que atuam na Justiça do Trabalho, com o objetivo de esclarecer o que é e como funciona a Ouvidoria.

## 2.4 Eventos Externos

No evento Ação Global 2017, que ocorreu em 27.05, em São Francisco de Paula, o TRT4 esteve representado com a participação da Ouvidora e de servidores. O evento (resultado da articulação entre empresas, sociedade civil organizada e poder público para oferecer serviços de promoção da cidadania, principalmente em comunidades mais carentes) é realizado anualmente, e a 26ª edição aconteceu de forma simultânea em 27 cidades brasileiras e no Distrito Federal. A participação da Ouvidoria se deu pela parceria da Controladoria-Geral da União (CGU) com os principais organizadores da Ação (Rede Globo e Sesi) e estiveram presentes, além da Ouvidoria Geral da União – OGU e da Ouvidoria do TRT4, a Ouvidoria-Geral do Estado (com participação das Secretarias da Educação, Saúde e Segurança pública), da Casa Civil (com um representante da Lei de Acesso à Informação) e a Ouvidoria do Tribunal de Justiça Gaúcho/TJRS. O número de atendimentos das Ouvidorias Públicas foi de 844 e a Ouvidoria do TRT4 fez 120 atendimentos, com distribuição de material informativo sobre os direitos dos trabalhadores.

Em 09 de novembro de 2017, no evento “Caminhos da Justiça”, no qual os quatro Tribunais gaúchos que atendem diretamente a sociedade estiveram juntos para prestar serviços e informações aos cidadãos, servidores da Ouvidoria, em conjunto com outros servidores do Tribunal, auxiliaram em consultas processuais, além de receber sugestões, elogios ou críticas sobre os serviços da Justiça do Trabalho gaúcha.

A Ouvidoria esteve representada por um servidor no evento “O cidadão 3.0 quer falar com você”, onde a Ouvidoria Geral da União – OGU e o Instituto Reclame Aqui promoveram evento nos dias 5 e 6/12, em São Paulo/SP, aos integrantes da Rede de Ouvidorias, para promover novas formas de relacionamento entre cidadão e Estado na era da informação.

## 2.5 Eventos Internos

A Ouvidoria esteve representada no “Seminário Regional sobre Transparência e Controle Social”, que ocorreu no dia 02 de junho de 2017, em Porto Alegre, e foi realizado pela Controladoria-Geral da União – CGU em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como integrante do Comitê de Pró-Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, participou do curso de Introdução a Questões de Sexualidade e Gênero (nos dias 17.11 e 1º.12), promovido pela Escola Judicial, e ministrado por Gabriel Galli.

## 2.6 – Outras atividades

Por solicitação da Ouvidoria, com objetivo de qualificar o atendimento prestado aos jurisdicionados, a Escola Judicial promoveu, de 6 a 30 de novembro, o curso *Atendimento ao Cidadão*, inteiramente a distância e com foco nas necessidades da Justiça do Trabalho. O curso oferecido (preferencialmente servidores para que atendam as demandas de usuários no balcão das Varas e Postos) objetivou o fortalecimento da ideia de profissionalismo com cordialidade e disposição para bem atender ao público, passo importante na prevenção de conflitos e elevação de laços de solidariedade e confiança entre o público interno e externo.

## 2.7 Capacitação de Servidores

Os servidores participaram de cursos e eventos promovidos pelo Tribunal, para qualificação profissional:

- 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental;
- Evento Conexão Gestores;
- Curso de Introdução ao Processo do Trabalho;
- Curso Acessibilidade;
- Curso Prevenindo o Assédio Moral e Sexual no Trabalho;
- Curso Formando Conciliadores.

## 2.8 Solenidades

A Vice-Ouvidora representou o Tribunal na solenidade de posse da nova Administração do TRT da 9ª Região, no dia 1º.12 em Curitiba/PR, e a Ouvidora representou o Tribunal na solenidade de posse da nova Administração do TRT da 23ª Região, no dia 07.12 em Cuiabá/MT.

## 2.9 Destaques

No ano de 2017, o Órgão Especial regulamentou a Lei nº 12.527, de 18.11.2011, no âmbito do TRT4, estabelecendo os procedimentos a serem adotados pelas unidades do Tribunal para cumprimento da Lei de Acesso à Informação, em que o pedido de acesso à informação deve ser dirigido à Ouvidoria pelos canais de comunicação existentes.

Ainda em 2017, foi lançada, no dia 10.03, a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade (aprovada pelo Órgão Especial, pela Resolução Administrativa nº 03/2017, de 21.02), cuja política estabelece a eleição de um Comitê Gestor, do qual um representante da Ouvidoria faz parte.

## 2.10 Considerações finais

Este é o relato das atividades desenvolvidas no ano de 2017, cabendo ressaltar que a Ouvidoria passou a utilizar, a partir de 28.11, um novo sistema informatizado para protocolo de manifestações recebidas dos diversos usuários. O sistema de processo eletrônico administrativo PROAD, concebido pelo TRT da 12ª Região, foi aperfeiçoado para ampliar sua utilização para as Ouvidorias da Justiça do Trabalho. Por solicitação do TST, para que os Tribunais apoiassem sua

utilização visando a unificação dos Tribunais, a Presidência deste Tribunal determinou a implementação de tal sistema (ainda em aperfeiçoamento) na Ouvidoria, o que permitirá a agilização no tempo de resposta aos cidadãos.



O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do sul iniciou 2017 reabrindo a exposição sobre os Juízes Classistas e distribuindo a versão impressa de seu Guia do Acervo, dentre outras atividades, como veremos a seguir.

O intenso calendário de exposições e eventos, bem como o envio da versão impressa do Guia do Acervo às universidades, aos órgãos do Poder Judiciário, às unidades judiciárias e administrativas do próprio Tribunal corresponderam ao objetivo de ampliar a visibilidade do Memorial do TRT4 e seu escopo de resgate da história da Justiça do Trabalho como instituição, além de fomentar a pesquisa em temas referentes à Justiça, ao Direito e ao mundo do Trabalho.

Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo Memorial em 2017 com uma breve descrição de cada uma.

## 1. Reaberta à visitação a exposição "Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória"

Foi reaberta, de 11 de janeiro a 3 de março, a exposição "Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória", com visitação das 10h às 18h no Espaço Cultural Lenir Heinen, localizado no Foro Trabalhista de Porto Alegre (Av. Praia de Belas, nº 1.432).

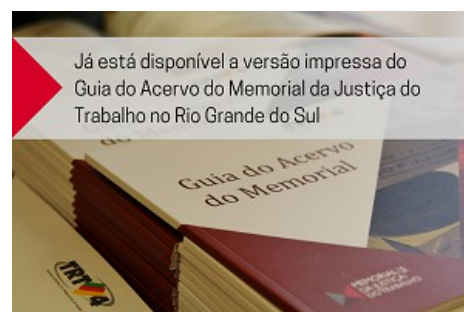
A mostra, inaugurada em 21 de novembro de 2016 no saguão do prédio-sede do Tribunal, integra a Série Registros e contou com painéis ilustrativos, fotografias, objetos, documentos históricos, reprodução de uma sala de audiências da época e um documentário produzido a partir do depoimento de dez Juízes classistas.



## 2. Versão impressa do Guia do Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul

A versão impressa do Guia do Acervo do Memorial (disponível também em meio digital no portal do Memorial), foi encaminhada ainda no primeiro semestre de 2017 a universidades e Órgãos do Poder Judiciário, além das unidades judiciárias e administrativas do próprio Tribunal, como forma de fomentar a pesquisa em matérias relativas à Justiça, ao Direito e ao mundo do Trabalho.

O documento foi elaborado para divulgar ao público externo, de maneira sintética e organizada, um panorama sobre todo o acervo da unidade, de processos, carteiras de trabalho, documentos confidenciais do Serviço Nacional de Informações, até fotografias e objetos museológicos, de forma a incentivar a pesquisa por temas de interesse.



### 3. Raio-X Histórico da 4ª Região: 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Rio Grande/RS

Na segunda postagem da série Raio-X Histórico, disponibilizou-se um infográfico referente a 1ª e a 2ª Varas do Trabalho de Rio Grande/RS, em formato bastante atrativo e lúdico, recheado de imagens e curiosidades.

O Raio-X Histórico da 4ª Região é uma série do Memorial do TRT-RS que pretende resgatar a história das unidades judiciárias do 1º Grau de Jurisdição da 4ª Região, desde sua instalação até os dias atuais.



### 4. Comissão Coordenadora do Memorial

O trabalho desenvolvido pelo Memorial é supervisionado pela Comissão Coordenadora do Memorial que, em 2017, tinha a seguinte composição:

#### Titulares:

Desembargadora Aposentada Denise Maria de Barros

Desembargador João Paulo Lucena

Juíza Anita Job Lübbe

#### Suplentes:

Desembargadora Aposentada Maria Guilhermina Miranda

Juiz Manuel Cid Jardon

Juiz Artur Peixoto San Martin

### 5. Mostra sobre a Carteira de Trabalho na Sala de Exposições do Memorial

De fevereiro a maio de 2017, esteve aberta à visitação pública a mostra “Carteira de Trabalho: Retratos, documentos, registros”, das 10h às 18h, na Sala de Exposições do Memorial.

A pequena exposição contemplou elementos que retratam a história do documento ao longo do tempo, e foi montada com base em exemplares da Carteira de Trabalho, imagens e registros escritos pertencentes ao Acervo do Memorial.

A Sala de Exposições, inaugurada em outubro de 2015, está instalada na própria sede do Memorial, localizada na Rua João Telles, nº 369, bairro Bom Fim, em Porto Alegre. O horário de visitação é das 10h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Telefone: (51) 3314.2310. E-mail: [memorial@trt4.jus.br](mailto:memorial@trt4.jus.br).



### 6. Reunião do Conselho Consultivo do Memorial

Preservar e conservar, catalogar e divulgar são alguns dos objetivos que pautam a atuação do Memorial, principalmente para a elaboração e definição dos projetos e das ações que serão conduzidos pelo setor anualmente.

Para a confirmação e o andamento desses projetos, o Memorial conta com a participação e o aconselhamento do Conselho Consultivo, que tem por finalidade contribuir para o aprimoramento do Memorial, como espaço de preservação da memória da Justiça e do Direito do Trabalho e de construção de sua história. Formado por treze membros, entre professores universitários e profissionais vinculados às áreas do conhecimento relacionadas ao Acervo, representantes das instituições de ensino e pesquisa parceiras, da Administração do TRT4, de sua Escola Judicial e do Memorial, o Conselho se reúne a cada início de ano com o objetivo de tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo setor no ano anterior e ter ciência dos projetos e das ações que o Memorial pretende implementar no ano corrente.

A reunião de 2017 aconteceu no dia 20 de março (segunda-feira), no Salão Nobre da Presidência, e contou com a presença da desembargadora. Beatriz Renck, Presidente do TRT4, do desembargador Alexandre Correa da Cruz, Diretor da Escola Judicial, da Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, e dos representantes das Universidades Gizelle Zanotto, Clarice Gontarski Speranza e Micaele Scheer, além de servidores do Memorial.

Na reunião, conduzida pela Comissão Coordenadora do Memorial, foram apresentados ao Conselho e aos membros da Administração do Tribunal a prestação de contas do que foi feito no ano de 2016 e o planejamento das ações para 2017. Os projetos e as ações, que têm o principal objetivo de continuar o intenso trabalho de divulgação das atividades desempenhadas pela unidade, além intensificar o fomento à pesquisa no seu Acervo, foram todos aprovados e encontram-se abaixo listados:

## **MARÇO**

Exposição Nos Trilhos da Memória (de 06.03.2017 a 30.06.2017) no Arquivo.

Reunião do Conselho Consultivo do Memorial no dia 20.03, no Salão Nobre da Presidência.

Reunião do Memojutra no TRT16-MA (23 e 24.03).

Apresentação do documentário *10 anos da Escola Judicial* na programação da Aula Magna da EJ, no dia 24.03.

## **ABRIL**

Inauguração da exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: Origem e Trajetória", dia 24/04, no prédio-sede do TRT4

Exposição "Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória" na FURG.

## **MAIO**

Aniversário da JT

Semana dos museus (16/05): Sarau do indizível

Exposição "Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória" na UFSM

## **JUNHO**

Exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: Origem e Trajetória no Espaço Cultural Lenir Heinen

Exposição "Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória" na UFPel

## **JULHO**

Exposição CLT 70 anos – Memorial 10 anos (de 03/07/2017 a 19/12/2017) no Arquivo

## **AGOSTO**

Exposição Acervo: Doações 2017

Exposição "Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória" na UPF

## **SETEMBRO**

11ª Primavera de Museus

## **OUTUBRO**

Inauguração da exposição "Servidores do TRT Gaúcho: Origem e Trajetória" no prédio-sede do TRT4

Reunião do Memojutra em Porto Alegre (25, 26 e 27.10)

## **NOVEMBRO**

"Servidores do TRT Gaúcho: Origem e Trajetória" no espaço Cultural Lenir Hein.

No decorrer do ano, ainda, o Memorial promoveu, em parceria com a Escola Judicial, mais um Ciclo de Cinema e debate, que, dividido em dois módulos, exibirá os seguintes filmes:

Módulo A:

27/04 – O Menino e o Mundo

04/05 – O Banheiro do Papa

18/05 – Que horas ela volta?

25/05 – Um dia sem Mexicanos

1/06 – Soylent Green

Módulo B:

03/10 – Eraserhead

10/10 – O Homem que virou Suco

17/10 – Albert Noobs

26/10 – O Corte

31/10 – O Preço do Amanhã

Além dessas ações e desses eventos, foram confirmados para 2017 os seguintes projetos:

- Distribuição do Guia do Acervo e do Dicionário Histórico Biográfico da Magistratura Trabalhista Gaúcha;
- Continuação da Série Registros, como entrevistas do MPT e de servidores e servidoras da JT no RS;

- Continuação da Série Noutros Tempos;
- Continuação da Série “Você Sabia?”, no Facebook, com a ampliação do escopo da série;
- Continuação da #Reflexão, no Facebook;
- Implementação da Série #ProfissãoDoDia, no Facebook;
- Continuação da Série “Raio-X Histórico”, no Portal VOX, no *site* do Memorial e no Facebook;
- Depoimentos para o Outubro Rosa e o Novembro Azul;
- Eventos de capacitação para servidores;
- Digitalização e catalogação do Acervo de Fotografias;
- Ampliação de convênios com Universidades;
- Estabelecimento da Política de Aquisição de Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no RS.

## 7. Documentário sobre a Escola Judicial do TRT-RS

O Memorial produziu documentário sobre a Escola Judicial do TRT4 para projeção na aula inaugural desta em 24 de março de 2017, que contou também com palestra sobre as reformas dos direitos sociais em tempos de crise.

O Documentário, que integra a Série registros, foi produzido pelo Memorial durante o segundo semestre do ano de 2016, com base em 10 entrevistas captadas em vídeo com ex-diretores, ex-coordenadores acadêmicos e uma servidora.



## 8. Reunião do Memojutra

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul esteve presente na reunião ordinária do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra e no Seminário Nacional de Arquivos para Justiça do Trabalho: Diretrizes para elaboração do planejamento na gestão de documentos e arranjo e descrição de acervo permanente, ocorridos nos dias 23 e 24 de março de 2017, no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – MA.



Na ocasião, a Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, e o servidor Mauricio Oliveira Agliardi participaram de discussões sobre, entre outros assuntos, elaboração de quadro de arranjos e sua aplicação para preservação do acervo permanente na Justiça do Trabalho, elaboração de Mapas Estratégicos, Gestão Documental e Memória e preservação no mundo do processo eletrônico – PJe.

## 9. 50 anos de instalação das 8ª, 9ª e 10ª VTs de Porto Alegre

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul foi representado pela servidora Kátia Kneipp na solenidade que celebrou os 50 anos da instalação das 8ª, 9ª e 10ª Varas do Trabalho de Porto Alegre, ocorrida em 22 de março de 2017.

O Memorial contribuiu fornecendo dados e fatos que ocorreram nas unidades judiciárias no período.

## 10. Continuidade da parceria com Justiça – Mostra Direitos Humanos

Em 31 de março de 2017, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, em parceria com o Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, inaugurou a mostra Direitos Humanos e Origem Nacional: identidades, migração e naturalização na Justiça Federal.

Na exposição, o Memorial do TRT4 apresentou um *teaser* da entrevista com o Senegalês Mor Ndiaye, em que são abordadas algumas questões relativas ao trabalho dos imigrantes, além de uma instalação, de autoria de Fernando Allgayer – servidor do memorial, feita com partes de uma sentença trabalhista decodificada, apresentadas em um "varal" de folhas, com apenas algumas partes legíveis, outras não. Essa configuração busca destacar trechos narrados em juízo versando sobre as dificuldades enfrentadas pelos haitianos no local de trabalho, em contraponto com os demais trechos, ilegíveis. A ideia de estranhamento na compreensão "literal" evoca vivenciar, de alguma forma, a dificuldade dos estrangeiros diante de uma língua estranha.

Na solenidade de abertura, o Memorial foi representado pelo Desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora e pelos servidores Kátia Teixeira Kneipp e Fernando Estanislau Bressani Allgayer.

## 11. Série Registros – Exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: origem e trajetória"

O Memorial da Justiça do Trabalho inaugurou, em 24 de abril de 2017, a exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: Origem e Trajetória", no saguão do prédio-sede do TRT-RS (Av. Praia de Belas, 1.100). A cerimônia contou com presença de magistrados, servidores, procuradores, advogados, Juízes classistas e auxiliares da Justiça e ficou aberta à visitação no local até o dia 26 de maio do mesmo ano.



Além da apresentação de documentos, fotos, objetos e painéis ilustrativos, foi veiculado *trailer* produzido pelo Memorial, composto por depoimentos de onze procuradores do Trabalho que atuaram no Rio Grande do Sul.

Fizeram uso da palavra o presidente da Comissão do Memorial, Desembargador João Paulo Lucena, o Vice-Presidente do TRT-RS à época, Desembargador João Pedro Silvestrin, o Procurador-Chefe do MPT-RS à época, Rogério Fleischmann e, representando o Procurador-Geral do MPT, Vera Regina Della Pozza Reis.

## 12. II Ciclo de Cinema e Debate

Unir entretenimento e capacitação como um modo lúdico de produzir conhecimento: foi com essa proposta que o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, em parceria com a Escola Judicial, promoveu o II Ciclo de Cinema e Debate: Novas Fronteiras.

O Ciclo, realizado de abril a outubro e dividido em dois blocos (A e B: primeiro e segundo semestre, respectivamente), teve formato de capacitação de 40 horas-aula, em 10 filmes seguidos de palestra e debate. A iniciativa teve como proposta a união da exibição de peças cinematográficas famosas a estudos de temas relacionados ao mundo do trabalho.



Iniciou, na última quinta-feira (27/04), o II Ciclo de Cinema e Debate, evento organizado em parceria do Memorial com a Escola Judicial do TRT4

### **Módulo A:**

27/04 – O Menino e o Mundo / Clarice Speranza e Micaele Irene Scheer

Tema: O mundo do trabalho aos olhos de uma criança

04/05 – O Banheiro do Papa / Cesar Augusto Guazzelli e Ananda Simões

Tema: A luta pela sobrevivência

18/05 – Que horas ela volta? / Ana Paula do Amaral Costa e Maurício Reali

Tema: A posição social do indivíduo conforme a profissão

25/05 – Um dia sem Mexicanos / Naira Lima Lapis e Tamires Xavier Soares

Tema: A importância do trabalhador para o trabalho

1º/06 – Soylent Green / Rafael Quinsani e Antônio Cattani

Tema: O trabalho enquanto consumidor de pessoas

### **Módulo B:**

03/10 – Eraserhead / Nilo Piana Castro e Rosana de Souza Coelho

Tema: O Homem como resultado da atividade laboral

10/10 – O Homem que virou Suco / Carla Rodeghero e Fernando Coutinho Cotanda

Tema: Uma odisseia em busca de um sentido para o trabalho

17/10 – Albert Nobbs / Fabiola Rohden e João W Nery

Tema: O choque entre gênero e trabalho

26/10 – O Corte / Lorena Holzmann e Jaqueline Tiltoni

Tema: Trabalhador vs trabalhador

31/10 – O Preço do Amanhã / Alisson Droppa e Tatiane Bartman

Tema: Epílogo: o que é o trabalho?

### 13. Noutros Tempos: Eu apontava, tu apontavas, ele apontava...

A série “Noutros Tempos” é um projeto desenvolvido em parceria da Secretaria de Comunicação Social com o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Tem por finalidade apresentar alguns objetos e temas que fizeram parte da trajetória da nossa instituição, preservados no Acervo do Memorial.

Em 5 de maio de 2017, foi publicada no Vox edição do “Noutros Tempos” apresentando, de forma histórica e contextualizada, texto inspirado em um apontador de mesa, movido a manivela, item do acervo do Memorial.



### 14. Semana Nacional dos Museus – Sarau do Indizível

Em sarau emocionante, realizado em 18 de maio de 2017, o Memorial relembrou processo trabalhista de professora da UFRGS perseguida na Ditadura. Uma história de perseguição e sofrimento, que gerou um dos processos mais emblemáticos da Justiça Trabalhista gaúcha, contada por meio de música, poesia, teatro e com muita emoção. A atividade ocorreu na sede do Memorial, no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, e lotou o espaço da apresentação.



A apresentação teve a presença da reclamante homenageada Ignez Vieira de Castro, que hoje mora em Paris, do Desembargador José Felipe Ledur e do advogado Eduardo de Castro Campos, sobrinho de Ignez e assistente do procurador da reclamante, à época, Antonio Pinheiro Machado Neto.

O sarau foi conduzido pelo ator, diretor e professor Jairo Klein, com performances e leituras de peças do processo trabalhista e de poemas de Fernando Pessoa, sob o embalo das músicas da cantora e violonista Daisy Folly. O público presente leu textos e poesias relacionados ao tema, assim como trechos do processo. No telão, vídeos com depoimentos de Ignez, do Desembargador Ledur e do ex-prefeito Raul Pont (testemunha na ação trabalhista à época) também ajudaram a lembrar os fatos. Tudo “costurado” em uma sequência envolvente e emocionante.

Na entrevista gravada em vídeo, Ignez declarou satisfação em contar seu caso no evento do Memorial, para que situações como essa jamais se repitam na nossa história. O evento também foi prestigiado pela então Presidente do TRT-RS, Desembargadora Beatriz Renck.

### 15. Raio-X Histórico: 5ª VT de Porto Alegre



Em 25 de maio de 2017, o Memorial publicou infográfico referente à 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, em formato bastante atrativo e lúdico, recheado de imagens e curiosidades.

O Raio-X Histórico da 4ª Região é uma série do Memorial do TRT-RS que pretende resgatar a história das unidades judiciárias do 1º Grau de Jurisdição da 4ª Região, desde sua instalação até os dias atuais.



## 16. Memorial visita o acervo da Justiça do Trabalho na Universidade Federal de Pelotas

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, representado pelo desembargador João Paulo Lucena e pelos servidores Mauricio Oliveira Agliardi, Kátia Teixeira Kneipp e Diego Airoso da Motta, visitaram, na tarde do dia 24 de maio de 2017, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, onde estão armazenados aproximadamente 105 mil processos trabalhistas das décadas de 1930 a 1990. Os processos até 1962 já estão devidamente catalogados, higienizados e armazenados em caixas próprias. Os posteriores ainda estão organizados em fardos e necessitam passar pelo processo de higienização.



Lucena, Maurício, Kátia e Diego foram recebidos pelas professoras Lorena Gill e Clarice Gontarski Speranza e pelo servidor Paulo Koeschier, do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – NDH.

A visita teve o intuito de verificar a situação dos processos trabalhistas que estão sob os cuidados da universidade e saber detalhes sobre o Banco de Dados para o Acervo da Justiça do Trabalho, desenvolvido pelo NDH, para a catalogação dos processos trabalhistas a seus cuidados. Na ocasião, também foram iniciadas as tratativas para a disponibilização do sistema para outras universidades conveniadas ao Memorial.

Além disso, tratou-se da remessa para a Universidade das fichas brancas e rosa e dos processos trabalhistas de Pelotas arquivados até o ano 2000, os quais constam do Acervo do Memorial.

Ficou acertado também que a UFPel enviará ao Memorial toda a produção textual feita com base nos processos lá armazenados, para que ela seja conhecida e amplamente divulgada, e, com isso, possa fomentar outras pesquisas. Ao final, aventou-se também a possibilidade da promoção de uma exposição específica para retratar e fazer conhecer a referida produção textual.

## 17. Entrevista Série Registros – Advogado Clóvis Gottuzzo Russomano

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul entrevistou, na manhã de 26 de maio de 2017, em



Pelotas/RS, o advogado Clóvis Gotuzzo Russomano, tido como o profissional da advocacia há mais tempo em atividade no estado do Rio Grande do Sul.

A entrevista foi conduzida pelo desembargador João Paulo Lucena, presidente da Comissão Coordenadora do Memorial. Acompanharam a entrevista também os netos do advogado, Marcela Russomano e Álvaro Russomano, os quais advogam no escritório, juntamente ao avô, assim como sua mãe, Martha Russomano, filha de Clóvis.

O escritório Russomano Advocacia, tradicional na cidade de Pelotas e onde Clóvis atua, completou 100 anos em 17 de dezembro de 2017. Foi fundado por seu pai, Vicente Russomano, que estudou no Rio de Janeiro.

Na entrevista, Clóvis falou sobre a advocacia trabalhista nas primeiras décadas de existência da Justiça do Trabalho e sua viva e atuante trajetória jurídica, iniciada antes mesmo da fundação da instituição.

Sobre a atuação, nas décadas de 1940 e 1950, perante o Juiz Mozart Victor Russomano, seu primo, na Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, Clóvis mencionou que nunca foi levantada hipótese de qualquer tipo de suspeição, uma vez que os julgamentos proferidos por Mozart sempre teriam sido imparciais.

Clóvis é pai do Juiz do Trabalho Frederico Russomano, titular da 3ª Vara do Trabalho de Pelotas.

## 18. Itinerância Série Registros e lançamento do Banco de Dados da UFPel para o Acervo da Justiça do Trabalho

Em 25 de maio de 2017, foi inaugurada a exposição “Advocacia e Magistratura Trabalhista Gaúchas: Origens e Trajetórias”, como parte do Projeto Itinerâncias, do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, o qual visa a permitir a circulação das exposições realizadas pelo Memorial em outros espaços, em especial nas instituições parceiras da Justiça do Trabalho e nas unidades judiciárias do Interior.

Estiveram presentes à solenidade o desembargador João Paulo Lucena, representando o TRT4, a Professora Noris Leal, representando o reitor da UFPel; Sebastião Peres, Vice-Diretor do ICH da UFPel; a professora Lorena Gill, Coordenadora do NDH – Núcleo de Documentação Histórica da UFPel; os advogados Samuel Chapper e Jaqueline Signorini, ambos representando a Agetra, e Paula Grill, presidente da OAB subseção Pelotas. Esteve presente também o ex-reitor da Universidade, Mauro Augusto Burkert Del Pino.

O evento, idealizado em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, ocorreu por ocasião do lançamento do Banco de Dados para o Acervo da Justiça do Trabalho, desenvolvido pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

O Banco de Dados já disponibiliza os dez primeiros anos da documentação trabalhista aos cuidados da UFPel. Seu acesso é irrestrito pelo endereço <http://bancodedadosndh.com.br/>. No Banco, constam várias informações como número do processo; data do início e do fim; nome do



demandante; idade, profissão e estado civil do requerente; número da caixa em que está inserido; qual foi seu resultado final; um pequeno resumo da demanda; nome do advogado e do Juiz; vara e o tipo de ação, se individual ou plúrima. Com essas informações, será possível realizar pesquisas ao serem cruzadas informações entre os processos e também a partir de outras documentações.

As exposições Advocacia Trabalhista Gaúcha e Magistratura Trabalhista Gaúcha foram inauguradas pela primeira vez em 6 de abril de 2015 e 21 de novembro de 2016, respectivamente, no saguão do prédio-sede do TRT4, em Porto Alegre. Seu destaque são dois vídeos de aproximadamente 10 minutos cada – versões reduzidas de documentários produzidos pelo Memorial, que reuniram entrevistas com advogados e magistrados atuantes na Justiça Trabalhista gaúcha. Os documentários foram lançados em uma sessão de cinema no dia 2 de maio de 2016, como parte das comemorações aos 75 Anos da Justiça do Trabalho. As mostras integram a Série Registros, do Memorial, a qual está vinculada à conquista do selo “Memória do Mundo”, conferida pela Unesco, que atribuiu aos processos trabalhistas de 1935 a 2000 a condição de Patrimônio da Humanidade.

## 19. Reaberta à visitação a exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: Origem e Trajetória"

Foi reaberta em 30 de maio de 2017 a exposição "Procuradores do MPT no Rio Grande do Sul: Origem e Trajetória", no Espaço Cultural Lenir Heinen, localizado no Foro Trabalhista de Porto Alegre (Av. Praia de Belas, nº 1.432) até 30 de junho de 2017.

A mostra, inaugurada em 24 de abril de 2017 no saguão do prédio-sede do Tribunal, é formada por painéis com fotografias, por objetos e por documentos históricos, e pelo *trailer* de um documentário produzido a partir do depoimento de onze integrantes do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul.



A exposição integra a Série Registros, do Memorial.

## 20. Raio-X Histórico da 4ª Região: 1ª Vara do Trabalho de Pelotas

A terceira postagem da série Raio-X Histórico pretendeu oferecer extratos da história e da memória de uma das mais antigas e tradicionais Varas do Trabalho deste Estado: a 1ª Vara do Trabalho de Pelotas/RS.

O Raio-X Histórico da 4ª Região é uma série do Memorial do TRT-RS que pretende resgatar a história das unidades judiciárias do 1º Grau de Jurisdição da 4ª Região, desde sua instalação até os dias atuais.



## 20. Reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

Em 7 de julho de 2017, ocorreu a 62ª reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Na oportunidade, a Comissão acolheu os pareceres do Memorial em 6 processos de eliminação de documentos e em 10 processos de aposição do selo Acervo Histórico.

Além disso, foi definido o encaminhamento do infográfico sobre procedimentos decorrentes da aposição do selo. A reunião definiu processos para compor Acervo Histórico.

A CPAD é coordenada pelo Vice-Corregedor Regional. O Memorial esteve representado na reunião pelo Desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora do Memorial e pelo servidor Mauricio Oliveira Agliardi.

## 21. Memorial inaugura exposição em Rio Grande – Série Registros – Itinerância

Foi inaugurada hoje em 10 de julho de 2017, no Foro Trabalhista de Rio Grande, a exposição “Advocacia e Magistratura Trabalhista Gaúchas: Origens e Trajetórias”, dentro do Projeto Itinerâncias, do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, o qual visa a permitir a circulação das exposições realizadas pelo Memorial em outros espaços, em especial nas instituições parceiras da Justiça do Trabalho e nas unidades judiciárias do Interior.

Estiveram presentes à solenidade a Desembargadora Maria Guilhermina Miranda, representando o TRT4; a Juíza do Trabalho Rachel de Souza Carneiro, representando o Foro Trabalhista de Rio Grande; o advogado Everton Mattos, Presidente da OAB, subseção Rio Grande; as advogadas Luciana Dombkowitz e Ivone Velasque, representando a Agetra, e os Professores Carmem Schiavon e Daniel Prado, representando a FRG.

As exposições “Advocacia Trabalhista Gaúcha e Magistratura Trabalhista Gaúcha” foram inauguradas pela primeira vez em 6 de abril de 2015 e 21 de novembro de 2016, respectivamente, no saguão do prédio-sede do TRT4, em Porto Alegre. Seu destaque são dois vídeos de aproximadamente 10 minutos cada – versões reduzidas de documentários produzidos pelo Memorial, que reuniram entrevistas com advogados e magistrados atuantes na Justiça Trabalhista. Os documentários foram lançados em uma sessão de cinema no dia 2 de maio de 2016, como parte das comemorações aos 75 Anos da Justiça do Trabalho. As mostras integram a Série Registros, do Memorial, a qual está vinculada à conquista do selo “Memória do Mundo”, conferida pela Unesco, que atribuiu aos processos trabalhistas de 1935 a 2000 a condição de Patrimônio da Humanidade.



## 22. Memorial visita acervo de processos trabalhistas na Universidade Federal de Rio Grande – FURG

O Memorial da Justiça do Trabalho visitou em 10 de julho de 2017, a Reitoria e o Centro de Documentação Histórica (CDH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A Desembargadora Maria Guilhermina Miranda, representando a Comissão Coordenadora do Memorial, e servidores do Memorial foram recebidos pela chefe de gabinete da Reitora, Denise Varella Martinez; pelos pró-reitores de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, respectivamente Renato Duro Dias e Eduardo Secchi e pela professora Carmem Schiavon, coordenadora do CDH.



Memorial visita acervo de processos trabalhistas na Universidade Federal de Rio Grande - FURG

O TRT4 mantém termo de cooperação técnica com a Universidade, o qual, em 2012, resultou no encaminhamento de 10.967 processos trabalhistas da comarca de Rio Grande para o CDH, com o objetivo de preservação e fomento à pesquisa e ao ensino.

Foram tratados temas como a renovação do termo e sua ampliação, além da possibilidade de projetos conjuntos para efetivar o objeto da parceria. O Memorial sugeriu a ampliação do corte temporal dos processos sob custódia da Universidade para coincidir com a nomeação Memória do Mundo conferida pela Unesco aos processos trabalhistas da 4ª Região compreendidos entre 1935 e 2000. Além disso, sugeriu a criação de um banco de dados, que facilita e potencializa o número de pesquisas com base no conjunto documental.

A visita estreitou os laços entre as instituições e propiciará novas iniciativas.

### 23. Retomadas as entrevistas para a Série Registros

Iniciada em 2014, a Série Registros visa a resgatar o aspecto humano das classes profissionais que atuaram nos processos trabalhistas ajuizados entre 1935 e 2000, que foram nominados como Memória do Mundo pela Unesco.

Na sua quinta etapa, a Série Registros abordou a origem e a trajetória dos Servidores da Justiça do Trabalho gaúcha. As entrevistas iniciaram pelas servidoras Wilma Maria Werlang Guardiola e Aura Martinez Cardoni (foto).



Retomadas as entrevistas para a Série Registros

### 24. Itinerância da Parceria com a Justiça Federal – Exposição Direitos Humanos e Origem Nacional

De 18 de agosto a 12 de setembro de 2017, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul itinerou no saguão do TRT4 a exposição originalmente concebida pela Justiça Federal – Seção Judiciária do RS cujo título é "Direitos Humanos e Origem Nacional: identidades, migração e naturalização na Justiça Federal".



Além de processos e resenhas de seu conteúdo, sobre o tema da identidade, migração e naturalização, tanto da Justiça do Trabalho, como da Justiça Federal e da Justiça Estadual, há vasto material textual e normativo produzido pelo Ministério Público Federal, panfletos e cartilhas disponíveis ao público, bem como a reprodução de uma entrevista produzida pelo Memorial do TRT4 com Mor Ndyaye, Presidente da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre, na qual Mor relata várias peculiaridades de ser/estar imigrante e da necessidade ou gratidão de ter a quem recorrer para "deschorar".

Destaca-se também um provocativo e sensível Varal, de autoria de Fernando Allgayer, servidor do Memorial, elaborado pelo Memorial do TRT4 a partir de uma sentença trabalhista, com registros a serem lidos e decifrados, como uma simulação do ponto de vista de um imigrante ou refugiado que não domina a língua da terra onde se instalou/refugiou e nesta situação perpassa sua vida cotidiana e laboral.



## 25. Nota de pesar

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul manifestou seu pesar pelo falecimento do advogado trabalhista Carlos Araújo, no dia 12 de agosto de 2017, aos 79 anos.

CARLOS FRANKLIN PAIXÃO ARAÚJO: Advogado trabalhista, com ênfase na defesa dos trabalhadores. Deputado estadual por três mandatos, pelo PDT. Iniciou na advocacia na década de 1960. Combateu a ditadura militar que se instalou no Brasil, a partir de 1964, sendo preso político nesse período. Com o processo de redemocratização do País retomou a advocacia e a militância política. Parceiro do Memorial nos últimos anos, em 2014, concedeu entrevista para a Série Registros sobre a Advocacia Trabalhista Gaúcha, que resultou no documentário Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória, disponível em <https://youtu.be/Q-jRDSMg944> e proferiu palestra ao lado de Carlos Renan Kurtz, também já falecido, no projeto Fim de Tarde, em parceria do Memorial com a Escola Judicial do TRT4, falando sobre o Golpe Militar de 1964 e seu Impacto no Mundo do Trabalho. Em 2015, foi agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho na categoria Comendador, por indicação da Ministra do TST Maria Helena Mallmann. O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul lamentou profundamente esta grande perda.



## 26. Primavera dos Museus – Sarau dos Imigrantes e Refugiados

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS promoveu, em 18 de setembro de 2017, o Sarau dos Imigrantes e Refugiados – Memórias, Palavras e Sons. A programação integrou a 11ª Primavera dos Museus, organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).



O Sarau abordou a realidade dos imigrantes e refugiados no mundo do trabalho. O evento foi descontraído e muito informativo. Houve apresentações de haitianos e senegaleses, leituras de trechos de processos e de textos próprios relacionados com o tema.

As leituras direcionadas (trechos de processos) apresentaram as principais reivindicações dos imigrantes perante a Justiça do Trabalho, passaram por ações afirmativas da Justiça do Trabalho, como a cartilha dos direitos do trabalho em línguas estrangeiras, produzida em parceria com o MPT e com o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE) da UFRGS, e finalizaram com a leitura de acórdãos consignando que “o poder diretivo do empregador não autoriza a exposição depreciativa do trabalhador e que o ato cometido pelo empregador não se coaduna com o princípio de proteção à dignidade da pessoa humana, sendo claramente abusivo, por exceder os limites impostos pelos bons costumes. Cabe indenização por dano moral.”

Presente ao evento, a Juíza Carolina Santos Costa de Moraes aproveitou a oportunidade para esclarecer que a Justiça do Trabalho não está alheia a essa grave situação vivenciada pelos imigrantes e que vem adotando todas as medidas possíveis.

O Sarau contou com participação do público externo e interno interessados pelo tema, registrando-se a presença de representantes da Associação dos Imigrantes Senegaleses em Porto Alegre.



## 27. Noutros Tempos – Brasão de Armas do Brasil

Publicado no Vox em 2 de setembro de 2017, esta edição do “Noutros Tempos, trouxe a público texto inspirado em item do acervo do Memorial: um Brasão de Armas do Brasil em ferro pintado.

Entre outras alusões, foi dito que o Brasão de Armas do Brasil, impresso em documentos como carteira de identidade, título de eleitor, páginas de processos e outros docu-



mentos oficiais, segundo informações do próprio portal da Presidência da República, na internet, foi desenhado pelo engenheiro Artur Zauer, por encomenda do Presidente Manuel Deodoro da Fonseca em 1889 e que a inscrição “República Federativa do Brasil”, contudo, somente passou a ser utilizada no brasão após 1967, com a nova Constituição. Até então, era impressa no brasão a expressão “Estados Unidos do Brasil”, nome oficial da nação à época.

## 28. Módulo B do II Ciclo de Cinema e Debate: Novas Fronteiras

Com início em 3 de outubro de 2017, o módulo B do evento de capacitação, que teve um total de 20 horas-aulas, divididas em 5 filmes cuidadosamente pensados para representar diferentes olhares sobre a temática do trabalho e seguidos de palestras proferidas por especialistas, pretendeu fomentar o debate abordando temas como memória, identidade, construção da história do trabalho, seu significado e sua importância no mundo atual, bem como os limites e as possibilidades dos arranjos sociais inerentes ao campo do trabalho.



Confira os filmes e os palestrantes do Módulo B:

1) “ERASERHEAD”, dirigido por David Lynch.

Tema abordado: O homem como resultado da atividade laboral

Palestrantes: Nilo André Piana Castro (Doutor em Ciência Política pela UFRGS) e Rosana de Souza Coelho (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise)

2) “O HOMEM QUE VIROU SUCO”, dirigido por João Batista de Andrade.

Tema abordado: Uma odisseia em busca de um sentido para o trabalho.

Palestrantes: Carla Rodeghero (Doutora em História pela UFRGS) e Jaqueline Tittoni (Doutora em História Social pela Unicamp)

3) “ALBERT NOBBS”, dirigido por Rodrigo Garcia.

Tema abordado: O choque entre gênero e trabalho

Palestrantes: Fabiola Rohden (Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Júlio Knach de Bittencourt (Bacharel em Direito).

4) “O CORTE”, dirigido por Costa-Gavras.

Tema abordado: Trabalhador vs. trabalhador

Palestrantes: Lorena Holzmann (Doutora em Sociologia pela UFRGS) e Fernando Coutinho Cotanda (Doutor em Sociologia pela UFRGS)

5) “O PREÇO DO AMANHÃ”, dirigido por Andrew Niccol.

Tema abordado: Epílogo: o que é o trabalho?

Palestrantes: Alisson Droppa (Doutor em História Social pela Unicamp) e Tatiane Bartman (Mestre em História pela PUCRS)

As sessões foram semanais, sempre às quintas-feiras, das 18h30 às 22h30.



## 29. Noutros Tempos – Canetas nanquim

O Memorial possui em seu acervo dois estojos incompletos de canetas recarregáveis para nanquim, marca STAEDTLER/MARS. As canetas foram incorporadas ao acervo vindas da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, hoje Secretaria de Manutenção e Projetos. Elas são de espessuras diversas, possuem reservatório para a tinta e ponta de metal. Funcionam da seguinte maneira: a tinta do reservatório escorre por dentro da ponta de metal, cujo miolo é oco, até o papel onde se desenha. As pontas possuem bítolas diversas, das mais finas para traços de espessura mínima às mais grossas para linhas mais encorpadas.

O texto aborda contexto histórico desde a época em que a caneta nanquim foi inventada pelos chineses, feita de bambu.



## 30. FAC dos Museus – Pró-cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Acervo fotográfico do Memorial teve projeto contemplado no FAC dos Museus, do Pró-cultura, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Foi publicado em 9 de outubro de 2017 no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul a súmula do contrato referente ao Edital nº 08/2016 – Pró-cultura RS FAC dos Museus.

O Memorial da Justiça do Trabalho teve o projeto "A Face do Trabalho: Digitalização do Acervo Fotográfico da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul" contemplado no edital. Com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Cultura, o acervo fotográfico do Memorial, além de receber a digitalização das fotografias que ainda não tiveram esse tratamento, será integralmente catalogado em sistema próprio e receberá projeto de identificação das personalidades registradas.



## 31. Noutros Tempos – Plantas de arquitetura do TRT4

Existem no Memorial do TRT4 algumas plantas de arquitetura feitas pelos próprios arquitetos do TRT. Essas plantas foram concebidas para instrumentalizar a construção de espaços de trabalho adequados à necessidade de seu público, sejam trabalhadores do Judiciário em geral, sejam usuários da Justiça do Trabalho. Desenhadas à mão, com o



auxílio de canetas específicas e instrumentos de desenho técnico, são basicamente feitas de linhas de tinta nanquim sobre papel poliéster ou de seda, em geral em grandes formatos.

Esta edição do “Noutros Tempos” foi inspirada neste item do acervo do Memorial.

### 32. TRT da 4ª Região sediou Encontro Nacional dos Memoriais da Justiça do Trabalho

O Seminário Processo Judicial eletrônico e Gestão Documental, organizado pelo Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e realizado nos dias 26 e 27 de outubro de 2017, em Porto Alegre, reuniu representantes dos Centros de Memória e Gestão Documental dos TRTs brasileiros. A abertura do evento foi realizada pela Desembargadora Vania Cunha Mattos, Presidente eleita do TRT da 4ª Região, pela Juíza Denise Mársico, Presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), e pela Juíza Anita Job Lübbe, membro da Comissão Coordenadora do Memorial.



No evento, foram apresentadas propostas sobre a preservação dos processos judiciais eletrônicos arquivados. A Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT4, Natacha Moraes de Oliveira, e o professor Dr. Daniel Flores, da Universidade Federal de Santa Maria, apresentaram alternativas viáveis para o armazenamento dos processos eletrônicos em repositório confiável.

O Desembargador João Paulo Lucena, membro da Comissão Coordenadora do Memorial, e o servidor Mauricio Oliveira Agliardi, Coordenador do Memorial, apresentaram aos participantes o processo de elaboração do Planejamento Estratégico do Memorial da Justiça do Trabalho no RS.

Os palestrantes Francisco Rocha Amorim e Patrícia Bosenbecker abordaram o tema do acesso à informação e da importância da preservação da totalidade dos acervos judiciais como fonte de pesquisas.

A manhã do dia 27 de outubro foi reservada à reunião do Memojutra.

A palestra de encerramento foi realizada pelo Coordenador de Comunicação e Informação da Unesco Brasil, Sr. Aduino Cândido Soares.

A presidente do TRT4, à época, desembargadora Beatriz Renck, e a presidente do Memojutra, Juíza Denise Mársico, fizeram o encerramento do evento, que contou ainda com as seguintes atrações culturais: Apresentação da Oficina de Improvisação Teatral, Duo Petit Poà e Fábrica de Gaiteiros.

### 33. Semana da Memória do TST

A Semana da Memória do TST iniciou, oficialmente, em 7 de novembro de 2017 com a abertura da exposição comemorativa aos 100 anos de Arnaldo Süsskind.



O Coordenador do Memorial, Mauricio Oliveira Agliardi, esteve presente à solenidade e participou do I Ciclo de Palestras – Arquivos da Justiça do Trabalho: experiências compartilhadas.

O ciclo tratou de importantes assuntos como recolhimento de arquivos permanentes nos TRTs, organização de arquivos e aplicação de amostragem estatística, dentre outros. Além disso, foi feito estudo de caso da implantação do sistema Arquivoteca Digital do TST.

### **34. Memorial inaugura exposição alusiva aos 25 anos da Femargs**

Em 13 de novembro de 2017, o Memorial participa da inauguração da exposição alusiva aos 25 anos da Femargs, produzindo painéis que retrataram a trajetória da Fundação Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul João Antonio Pereira Leite – Femargs.

Entre outras informações, foram compilados o histórico dos Diretores da Fundação, publicações por ela produzidas e cursos oferecidos, além de mencionar alguns ex-alunos que hoje são magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

A mostra ficou exposta no saguão do prédio-sede do TRT4 e no espaço cultural Lenir Heinen, do Foro Trabalhista de Porto Alegre até o dia 24 de novembro de 2017.



### **35. Parceria com a Justiça Federal – Exposição Orgulho Negro**

No dia 20 de novembro de 2017, marcando as comemorações pelo Dia da Consciência Negra, o Memorial da Justiça do Trabalho do RS, em parceria com o Memorial da Seção Judiciária da Justiça Federal do RS, inaugurou no saguão do TRT4 a exposição Orgulho Negro – Processos do TRT4 e da Justiça Federal do RS. A exposição somou-se à mostra Orgulho Negro, com fotografias de oito fotógrafos negros, também instalada no local e promovida pelo Coletivo de Servidores Negros da Justiça do Trabalho Gaúcha. Estas iniciativas compuseram a programação que a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal realizaram em 2017, cujo objetivo é alertar sobre a necessidade de reafirmar as complexas questões da causa negra.



### **36. Série Registros – Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha: Origem e Trajetória**

No dia 27 de novembro de 2017, no saguão do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ocorreu a abertura da exposição Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha: origem e trajetória.

A exposição integra a Série Registros, do Memorial da Justiça do Trabalho, que visa a resgatar a história das importantes classes profissionais que desempenham suas atividades na Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Na oportunidade, foi apresentada a performance Embotamento, cena que falou por meio de trabalho, processos, relações de poder, sonhos... vários aspectos do cotidiano histórico dos servidores da Justiça Laboral do RS, deixando, ao término, o desenho dos corpos que performatizaram, em marcas semiapagadas, tanto quanto ocorre com os registros dos servidores que ingressam e saem da Instituição.



### 37. Planejamento Estratégico

Em 2017, o Memorial iniciou o processo de elaboração de seu Planejamento Estratégico, a fim de nortear suas ações, otimizar recursos e criar condições para a ampliação da sua atuação, além de planejar e executar ações de melhoria da gestão documental.

As oficinas para a elaboração do Planejamento Estratégico aconteceram de agosto a novembro de 2017, tendo como facilitadora a servidora Romy Bruxel, da Assessoria de Gestão estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

As datas dos encontros e os temas abordados em cada um deles foram:

- Encontro 1 – 18.08.2017 Conceitos preliminares e Missão
- Encontro 2 – 1º.09.2017 Visão e Objetivos Estratégicos
- Encontro 3 – 15.09.2017 Matriz SWOT
- Encontro 4 – 22.09.2017 Indicadores e Metas
- Encontro 5 – 20.10.2017 Iniciativas
- Encontro 6 – 17.11.2017 Planos de Ação
- Encontro 7 – 02.03.2018 Monitoramento.

### 39. Doações recebidas

Em 2017, o Memorial recebeu diversos documentos e objetos em doação. Foram eles:

Doador	Doação/Cessão
ADAUTO CÂNDIDO SOARES (UNESCO)	Um (01) livro com o título Arquivística Audiovisual: Filosofia e Princípios, de Ray Edmondson. Brasília. UNESCO, 2017, 100 p. Um (01) livreto com o título “O Programa de Comunicação e Informação da UNESCO, 2015

SÍLVIO JOSÉ KALIFE	Um (01) crachá funcional de Oficial de Justiça Avaliador do TRT4.
CLÓVIS GOTUZZO RUSSOMANO	Conjunto de quatro (04) livros de acórdãos encadernados, capa dura vermelha, dos períodos 1949 a 1960, 1961 a 1965, 1965 a 1967 e 1968 a 1969.
BERNADETE LAÚ KURTZ	<p>Livros, livretos e revistas, conforme descrição abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) II Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas do Rio Grande do Sul – Agetra, Porto Alegre. Co-edição Associação Gaúcha de Advogados Especialistas em Direito do Trabalho e Editora Resenha Universitária. São Paulo – 1976;</li> <li>2) V Encontro Estadual de Advogados do Rio Grande do Sul – Agetra, Santo Ângelo. Edição Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas. Porto Alegre, 1979;</li> <li>3) VI Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas do Rio Grande do Sul – Agetra, Porto Alegre. Edição Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas. Porto Alegre, 1980;</li> <li>4) VIII Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas do Rio Grande do Sul – Agetra, Caxias – 1982. Edição Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas. Apoio: Banco Agrimisa S/A;</li> <li>5) IX Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas, Porto Alegre, 1983. Edição Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas. Apoio: Banco Agrimisa S/A;</li> <li>6) XI Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas. O Direito Social na Constituinte. Agetra – Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas. Rio Grande-RS, 1985;</li> <li>7) XII Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas. O Poder e o Direito Social na Constituinte. Agetra – Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas. Gramado-RS, 1986;</li> <li>8) XIV Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas. Justiça do Trabalho: Realidade e Perspectivas. Agetra – Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas. Gramado-RS, 1988. Publicado em agosto de 1989;</li> <li>9) XXIII Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas. Passo Fundo, setembro de 1999. Agetra – Associação Gaúcha dos Advogados trabalhistas. HS Editora;</li> <li>10) I Encontro Regional dos Juízes do Trabalho da 4ª Região. A Magistratura frente à Constituição Federal. Associação dos Magistrados da 4ª Região (RGS) – Amatra/RS. Dia 19 a 21 de agosto de 1982. Plenário da OAB, subseção do RGS. Gentileza da: Crefisul;</li> <li>11) XII Encontro Regional da Amatra RS, Santo Ângelo, 17 a 20 de abril de 1998. Amatra IV. HS Editora;</li> <li>12) Amatra IV – Associação dos Magistrados do Trabalho da IV Região. Conclusões do Seminário sobre Sumaríssimo. Abril 2000. Promoção: Corregedoria do TRT da IV Região e FEMARGS. Apoio: Amatra IV. Publicação: 06 de abril de 2001;</li> <li>13) A Advocacia Trabalhista no Contexto Latino-Americano.</li> </ol>

	<p>Reginald D. H. Felker. Coleção “O Trabalho”, n. 2 (volume II), 1ª edição, 2000. Editora DT Decisório Trabalhista;</p> <p>14) Anteprojeto de Lei “Criação do Juizado Especial na Justiça do Trabalho. Parecer do Conselho Federal Reginald Delmar Hintz Felker (RS) no processo nº 0033/2003/COP. OAB – Conselho Federal. Brasília, DF -2003.</p>
--	---

## **SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

A Secretaria-Geral Judiciária, no exercício de 2017, visando ao bom andamento dos processos no âmbito do Tribunal, realizou a coordenação, a orientação, a direção e o controle dos serviços prestados pelas Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e de Dissídios Coletivos, das duas Seções de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução, das onze Turmas Julgadoras e da Secretaria Processual, bem como das seguintes unidades judiciárias: Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Agravos e Certidões, Coordenadoria de Recursos e Assessoria de Recurso de Revista.

Manteve a prática regular de reuniões mensais com as unidades judiciárias, a fim de verificar as necessidades e promover a padronização de procedimentos e a disseminação das informações procedimentais e de boas práticas. Buscando dar impulso e maior agilidade às demandas relacionadas aos sistemas informatizados do Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária manteve contato direto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, contando com grupo de servidores dedicado a essa atividade, principalmente no tocante à implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT. Exerceu, também, a coordenação das atividades do Serviço de Apoio aos Gabinetes (Saga), instituído pela Portaria nº 3.486/2009 (alterada pela Portaria nº 8.561/2015), e realizou a manutenção do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e do Sistema Hermes (Malote Digital), relativamente ao segundo grau, bem como a manutenção dos grupos de e-mails e das páginas do Portal da Justiça do Trabalho da 4ª Região com a atualização das informações de sua competência.

A Secretaria-Geral Judiciária prestou esclarecimentos às partes, aos procuradores, aos advogados e aos alunos visitantes sobre os trâmites processuais e o funcionamento do Tribunal e da Justiça do Trabalho.

No cumprimento das determinações emanadas do Gestor Regional das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, prestou auxílio no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas para o ano de 2017, aprovadas no 10º Encontro Nacional do Judiciário, em Brasília/DF. A Secretaria-Geral Judiciária prestou informações e dados relativamente às metas 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no exercício), 2 (Identificar e julgar, até 31.12.2017, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2015, no 1º grau e no 2º grau), 6 (Identificar e julgar, até 31.12.2017, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2015, no 2º grau) e 7 (identificar e reduzir o acervo dos dez maiores litigantes em 2% em relação ao ano anterior).

Em todos os períodos indicados, a Secretaria-Geral Judiciária contribuiu com subsídios para a elaboração de relatório circunstanciado, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução nº 95/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

O Secretário-Geral Judiciário, sua assessoria e os demais integrantes do gabinete mantiveram-se designados membros das Comissões de Avaliação de Documentos e de Avaliação de Desempenho Funcional, do Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 2.775/2011, alterada pela Portaria nº 433/2014), tendo participado de diversos eventos institucionais. Ainda, integraram o Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos e Movimentação Processuais, já integralmente implementadas, e que foram aperfeiçoadas ao longo do ano, e permanecem participando da validação dos dados do novo módulo estatístico e-Gestão.

Também integraram o Comitê Gestor Regional de Implantação do PJe-JT (Portarias nº 5.370/2012, alterada pela Portaria nº 5.582/2015), a Comissão de Informática do Tribunal, o Comitê de Segurança da Informação e a Comissão de Movimentação de Servidores (Portaria nº 2.866/2016, alterada pela Portaria nº 3.039/2017).

Atuaram, também, nos grupos de trabalho envolvendo a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, na condição de administradores do sistema, realizando o cadastramento e a manutenção dos Órgãos Julgadores e Órgãos Julgadores Colegiados, registros de competências de magistrados e validação de cadastros de advogados, homologação de versões do sistema para posterior implementação, bem como a participação em todos os Plantões Judiciais, dentre outras atividades correlatas. Ainda, a Secretaria-Geral Judiciária trabalhou na elaboração e revisão dos regulamentos envolvendo o trâmite do Sistema PJe-JT no 2º Grau, na homologação das novas versões dessa ferramenta, e no treinamento do público interno e externo, prestando esclarecimentos aos usuários sobre o andamento processual nessa plataforma, inclusive no tocante às rotinas para processamento dos recursos de revista e agravos de instrumento em recurso de revista para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho.

Com a edição da Lei nº 13.015/2014, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como a publicação da Resolução TST nº 195/2015, que aprovou a Instrução Normativa nº 37/2015, que regulamentou os procedimentos em caso de Incidentes de Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho – suscitados na forma do § 4º do art. 896 da CLT –, a Secretaria-Geral Judiciária atuou na análise de fluxo e parametrização dos sistemas de informática com vistas a identificação, controle e movimentação de processos sobrestados em razão de temas submetidos à uniformização.

Em atenção à Resolução CNJ nº 235/2016, que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Secretaria-Geral Judiciária alimentou o Banco Nacional de Precedentes Repetitivos e atuou na normatização dos procedimentos administrativos decorrentes da instituição do Nugep e de Comissão Gestora.

Com a instituição dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc-JT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Portaria Conjunta nº 1.791/2017, alterada pela Portaria Conjunta nº 3.261/2017 e pela Portaria Conjunta nº 79/2018), a Secretaria-Geral Judiciária deu amplo suporte à operacionalização das atividades de conciliação na segunda instância, fluxos de trabalho e rotinas procedimentais e preservação dos dados estatísticos correlatos.

O Secretário-Geral Judiciário apresentou minutas de portarias, provimentos e resoluções administrativas, sugeriu alterações regimentais e elaborou propostas de despachos à Presidência, e, por delegação, deu andamento a processos judiciais e administrativos que tramitam no Tribunal, buscando dar suporte à Administração, aos magistrados e aos servidores em relação à qualificação e à celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

Abaixo, a movimentação de processos no Gabinete da Secretaria-Geral Judiciária no exercício:



## PROCESSOS FÍSICOS

<b>MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL</b>	
Saldo em 2016	0
Processos Recebidos	992
Processos Despachados	978
Devolvidos sem despacho	13
Saldo para 2018	1

<b>NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA</b>	
Presidente	31
Vice-Presidente	125
Secretário-Geral Judiciário	822
Total	978

<b>MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EXCLUSIVA DO GABINETE DA SEGJUD</b>	
Saldo em 2016	0
Processos recebidos para despacho do Secretário-Geral	835
Processos despachados pelo Secretário-Geral	822
Analisados e devolvidos sem despacho	13
Saldo para 2018	0

## PROCESSOS ELETRÔNICOS

<b>MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL</b>	
Saldo em 2016	0
Processos Recebidos	66
Processos Despachados	66
Devolvidos sem despacho	0
Saldo para 2018	0

<b>NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA</b>	
Presidente	20
Vice-Presidente	38
Secretário-Geral Judiciário	8
Total	66

## **SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS**

Em 2017, a Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos desenvolveu as seguintes atividades:

- cumpriu os despachos exarados pela Presidência do Tribunal e pelos relatores nos processos de competência originária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como os despachos exarados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência da SDC, e pelos Desembargadores integrantes da Seção;
- registrou no sistema de acompanhamento processual os dados e as informações inerentes à tramitação dos processos, quanto aos processos em meio físico, bem como fez os devidos encaminhamentos em relação aos processos que tramitam no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT;
- encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- providenciou a publicação das decisões e dos despachos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- organizou as sessões e solenidades, as pautas das sessões de julgamento, confeccionou as respectivas certidões, lavrou as atas, realizou as degravações necessárias e publicou os acórdãos respectivos;
- realizou os serviços pertinentes às audiências conciliatórias, por meio da expedição de notificações, da publicação de despachos, da juntada de petições e documentos, da organização da pauta e da prestação de informações aos procuradores, às partes e aos demais setores do Tribunal;
- realizou os serviços pertinentes às audiências de mediação;
- compilou e encaminhou para publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, as Resoluções Administrativas editadas pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno;
- encaminhou para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho a constituição das Turmas, das Seções Especializadas e do Órgão Especial (art. 17, § 2º, do Regimento Interno);
- informou mensalmente ao setor competente a frequência dos Juízes Convocados para atuar no Tribunal;
- manteve atualizados no *site* do Tribunal a composição dos órgãos julgadores, as Súmulas, as Teses Jurídicas Prevalentes e as Resoluções Administrativas;
- prestou atendimento às partes e aos procuradores;
- cumpriu plantão e sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas) e nos finais de semana, feriados e no recesso.

## **SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS**

No exercício de 2017, a Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- organizou as pautas das sessões de julgamento;
- confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- registrou as decisões em ata;
- cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- expediu alvarás de soltura, salvo-condutos, ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem e cartas precatórias;
- promoveu a cobrança das custas processuais;
- expediu intimações e editais referentes aos processos em que publicou acórdãos;
- encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção;
- encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso;
- elaborou escalas de plantão recesso e anual.

## **SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS**

No exercício de 2017, a Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- organizou as pautas das sessões de julgamento;
- confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- registrou as decisões em ata;
- cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;

- registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativos à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- expediu ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem, cartas precatórias, cartas rogatórias e alvarás;
- expediu intimações referentes aos processos em que publicou os acórdãos;
- encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção, elaborando as propostas de despachos na fase de execução;
- encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- controlou custas e todos os procedimentos nos processos em fase de execução;
- cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e no recesso.

## **SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO**

Em 2017, a Secretaria da Seção Especializada em Execução desempenhou as seguintes atividades:

- recebeu e encaminhou processos aos Desembargadores, aos Juízes Convocados e demais Serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos respectivos movimentos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- deu cumprimento aos despachos exarados pelos Relatores, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- conferiu os processos para inclusão em pauta;
- organizou as pautas das sessões de julgamento aprovadas pelo Presidente da Seção, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- lançou os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, inclusive para fins de geração dos dados estatísticos no sistema e-Gestão, e elaborou as certidões respectivas para juntada aos autos;
- registrou no sistema informatizado os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- elaborou as certidões de julgamento;
- registrou as decisões em ata;
- providenciou a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediu notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;

- Imprimiu e juntou aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as respectivas certidões de publicações;
- ordenou e elaborou listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- registrou no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos magistrados que compõem o Órgão Julgador;
- recebeu petições e ofícios e os encaminhou aos Desembargadores, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- providenciou a publicação das Orientações Jurisprudenciais editadas pelo Órgão Julgador no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- prestou atendimento aos procuradores e às partes e entregou autos em carga, bem como solicitou sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal.

## **SECRETARIAS DAS TURMAS JULGADORAS**

Em 2017, as Secretarias das Turmas Julgadoras desempenharam as seguintes atividades:

- receberam e encaminharam processos aos Desembargadores, aos Juízes Convocados e aos serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- cumpriram despachos exarados pelos Desembargadores das Turmas Julgadoras, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- conferiram os processos para inclusão em pauta;
- organizaram as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação dos respectivos Presidentes de Turma, verificando impedimentos e afastamentos de Magistrados;
- lançaram os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT e geraram as certidões respectivas para juntada aos autos;
- registraram no sistema os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- elaboraram as certidões de julgamento;
- registraram as decisões em ata;
- providenciaram a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediram notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- imprimiram e juntaram aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as certidões de publicações respectivas;
- ordenaram e elaboraram listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;

- registraram no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos Desembargadores que compõem as Turmas Julgadoras;
- receberam petições e ofícios e os encaminharam aos Desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- prestaram atendimento aos procuradores e às partes e entregaram autos em carga, bem como solicitaram sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal;
- realizaram os lançamentos no sistema informatizado NovaJus4 e no Sistema PJe-JT para a coleta de dados estatísticos baseados no sistema e-Gestão.

## **ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA**

A Assessoria de Recurso de Revista desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades no ano de 2017:

- assessoramento à Administração do Tribunal quanto à análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista e de petições correlacionadas, com elaboração de minuta dos respectivos despachos, inclusive de Embargos de Declaração opostos das decisões de admissibilidade;
- verificação de processos em que há necessidade de cumprimento de determinações de sobrestamento em virtude de incidentes de uniformização de jurisprudência, incidentes de recursos de revista repetitivos ou incidentes de recursos de demandas repetitivas;
- distribuição semanal de processos aos assistentes, com acréscimo de 15% para os que laboram em sistema de teletrabalho;
- triagem dos processos que necessitam complementação do pagamento de custas processuais ou regularização da representação processual, diante das determinações contidas no novo Código de Processo Civil e orientações do Tribunal Superior do Trabalho;
- elaboração de propostas de despachos relativos à admissibilidade prévia dos recursos de revista, petições diversas tanto no meio físico como no meio eletrônico (Sistema PJe);
- elaboração de planilhas de produtividade e apresentação de dados estatísticos baseados nos sistemas e-Gestão e e-Recurso, com projeções para o cumprimento de metas para contenção do resíduo processual;
- inserção, no sistema informatizado (Nova-Jus4 e e-Recurso), de informações relativas ao andamento de processos conclusos para propostas de despachos e posteriormente encaminhados para publicação, bem como de diligências realizadas; realização de pesquisas junto a outros Tribunais Regionais Superiores a fim de atualizar posicionamentos, sempre visando à uniformização da jurisprudência; divulgação do trabalho realizado pela Assessoria a outros setores do Tribunal, notadamente os da área judiciária;
- prestar informações e elaborar manifestação em Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, pendentes;

- elaborar propostas de despachos em processos que retornaram do TST para Uniformização de Jurisprudência e daqueles sobrestados pela Vice-Presidência, após a edição de Súmula Regional;
- participação de reuniões e encontros no âmbito regional para atualização de jurisprudência e de conhecimento de inovações tecnológicas que envolvem a elaboração do trabalho no setor.

## ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE DA ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA – 2017

### RECURSOS DE REVISTA – LEGADO

<b>PROPOSTAS DE DESPACHOS</b>			
Recursos interpostos			5.434
Processos conclusos para despacho			8.332
Propostas de despachos	Recebidos	2.520	9.258
	Denegados	5.049	
	Baixados	1.689	
Recursos que permanecem sobrestados em 31.12.2017			1.743
Recursos pendentes de análise			1.611
<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b>			
Despachados			253
<b>MANIFESTAÇÕES</b>			
Incidentes de Uniformização de Jurisprudência			21
<b>DESPACHOS DIVERSOS, incluídos os oriundos de retorno do TST</b>			
Despachados			753
<b>RECURSOS DE REVISTA NO PJe-JT</b>			
<b>PROPOSTAS DE DESPACHOS</b>			
Recursos interpostos no ano			36.652
Processos conclusos para despacho			16.452
Despachados	Recebidos	7.048	19.606
	Denegados	10.901	
	Baixados	1.657	
Recursos que permaneciam sobrestados em 31.12.2017			1.173
Despachos pendentes de análise			29.716
<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b>			
Despachados			316
<b>DESPACHOS DIVERSOS, incluídos os oriundos de retorno do TST</b>			
Despachados			1.189

Observações: 1. Informações obtidas a partir do levantamento de dados fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Nova-Jus4, e-Rec e PJe-JT; 2. Os números referentes aos processos sobrestados não representam a totalidade dos despachos de sobrestamento elaborados pela Assessoria no ano de 2017, mas apenas aqueles que permaneciam sobrestados em 31.12.2017.

## **SECRETARIA PROCESSUAL**

A Secretaria Processual, no cumprimento das determinações emanadas da Secretaria-Geral Judiciária, atua na condução dos serviços de suporte às atividades judiciárias do Tribunal, na organização e na supervisão dos procedimentos para a correta instrução dos processos judiciais do Tribunal, contando com o apoio de suas Coordenadorias e Seções (Coordenadoria de Agravos e Certidões, Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Recursos, Seção de Perícias, Seção de Expedição, Seção de Digitalização e Seção de Apoio às Atividades de Conciliação).

No tocante às atividades desenvolvidas pelo núcleo da Secretaria no ano de 2017, submeteu processos e petições à apreciação da Presidente, por intermédio da Secretaria-Geral Judiciária. Foi responsável pelo processamento e pelo envio da matéria judiciária de processos físicos do Tribunal para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Encaminhou os processos PJe-JT originários do 2º grau de jurisdição ao Tribunal Superior do Trabalho, via sistema e-Remessa, as diligências decorrentes dessas remessas e petições apresentadas diretamente no Regional.

Fez remessa de conflitos de competência ao Superior Tribunal de Justiça, via sistema Malote Digital, suscitados em processos em tramitação nesta Justiça Especializada na plataforma PJe.

Ainda nesse ano, manteve a tarefa de cadastrar advogados no sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4), conforme solicitações recebidas das unidades judiciárias.

Em atenção ao Provimento Conjunto TST-CSJT nº 10/2010, respondeu pela remessa digitalizada de petições provindas do 1º e 2º graus de jurisdição, atinentes aos processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho.

Fora destinatária de documentos digitalizados pelas Varas do Trabalho, relativos à representação das partes nos processos em tramitação no 2º grau, encaminhados de forma digital à caixa de correio eletrônica da Secretaria.

Diante das atribuições concedidas no Ofício Circular Secor nº 0302/2011, cumpriu as diligências promovidas pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos eletrônicos em tramitação naquela Corte.

Concentrou a tarefa de entrega da relação das Pautas de Julgamento dos órgãos julgadores do 2º grau ao representante da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Passou a supervisionar a digitalização de processos físicos e sua inserção no PJe, realizada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, em atenção ao Provimento Conjunto nº 14/2016.

Coube à Secretaria Processual a disponibilização de servidores para o início das atividades do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc-JT 2º grau, que possibilitou a criação da Seção de Apoio às Atividades de Conciliação pela Secretaria-Geral Judiciária, que vinculou a nova estrutura a esta da Secretaria.

O movimento processual está expresso nos quadros elaborados pelas Coordenadorias e Seções que compõem esta Secretaria.



## **COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL**

A Coordenadoria de Cadastramento Processual, com as Seções que a integram, é o órgão receptor de percentual significativo do movimento global de expedientes judiciais e administrativos encaminhados ao TRT.

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é integrada pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo e Apoio Processual (criada em 15.12.2017 pela Portaria nº 6.894/2017 em decorrência da fusão da Seção de Protocolo e Seção de Apoio Processual), Seção de Classificação e Autuação, Seção de Distribuição, Seção de Triagem de Processos Arquivados e Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.

A seguir, as informações, por Seção, das atividades desenvolvidas no ano de 2017, esclarecendo que os dados foram retirados dos sistemas informatizados do segundo grau de Jurisdição.

Atividades da Coordenadoria de Cadastramento Processual:

- coordenação administrativa das Seções vinculadas à Coordenadoria;
- autuação de processos físicos originários;
- autuação de Recursos Administrativos;
- digitalização, criação do protocolo eletrônico de petições físicas de natureza administrativa e encaminhamento às Unidades de destino;
- recebimento de processos físicos e dos arquivos eletrônicos dos processos baixados do TST, lançamento no sistema informatizado deste retorno e remessa aos locais de destino (Unidades do Tribunal ou Varas do Trabalho).

A seguir, as informações, por Seção, das atividades desenvolvidas em 2017.

### **Seção de Distribuição**

A Seção de Distribuição, no ano de 2017, desenvolveu as seguintes atividades:

- recebimento diário de processos físicos recursais provenientes da Seção de Classificação e Autuação que, por orientação e em decorrência de peculiaridades, seguem tramitando fisicamente;
- recebimento de processos físicos oriundos das secretarias dos Órgãos Julgadores;
- identificação e vinculação dos processos físicos recursais aos seus relatores;
- distribuição diária de processos físicos de competência recursal e originária;
- impressão de capas, certidões e montagem dos processos distribuídos;
- acompanhamento diário no sistema NovaJus4 das médias de processos distribuídos por magistrado;
- inclusão de dados relativos às férias, afastamentos, licenças, impedimentos e/ou suspensão dos Desembargadores no sistema NovaJus4;
- guarda e controle de entrega, aos respectivos gabinetes, de todos os processos distribuídos;

- recebimento dos agravos de petição digitalizados pela Seção de Classificação e Autuação. Particionamento dos arquivos e cadastro dos processos no PJe-JT através da ferramenta AutoCCLE.

Dados da movimentação de processos físicos na Seção de Distribuição:

ANO	Número de processos
2017	1.977
2016	22.564
2015	34.653
2014	50.843
2013	58.298

Dados referentes à autuação de processos na plataforma PJe-JT na Seção de Distribuição:

Ano	RO, AIRO e REENEC	AP e AIAP	Total
2017	1.262	12.023	13.285 **
2016	0	1.117	1.117 *

\* Processos autuados e distribuídos através do CLE em 2016: 1.117, todos da fase de execução.

\*\* Processos eletrônicos distribuídos após cadastro no AutoCCLE em 2017: 13.285, destes 12.023 na fase de execução (AP e AIAP) e 1.262 no conhecimento (RO, AIRO e Reenec), considerando que o módulo de conhecimento entrou em operação em abril de 2017.

## Seção de Protocolo e Apoio Processual

A Seção de Protocolo e Apoio Processual, em 2017:

- prestou informações sobre andamentos de processos;
- recebeu, protocolou e encaminhou petições e expedientes, efetuando lançamentos no sistema informatizado do 2º Grau, quando pertinente, bem como o fez em relação aos requerimentos administrativos;
- recebeu, pelo sistema de peticionamento eletrônico, 61,66% dos documentos protocolizados.

### MATÉRIA JUDICIÁRIA

RECURSOS PROTOCOLADOS	2015		2016		2017	
Recurso Ordinário ao TST	27		13		12	
Recurso de Revista	22.496		14.463		5.308	
Agravo de Instrumento ao TST	12.341		6.277		5.602	
Recurso Adesivo a RO e RR	RO	2	RO	0	RO	0
	RR	335	RR	193	RR	125
Embargos de Declaração	9.910		6.271		2.423	

Recurso Extraordinário	10	5	2
<b>TOTAL</b>	<b>45.121</b>	<b>27.222</b>	<b>13.472</b>

<b>PETIÇÕES PROTOCOLADAS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Contrarrazões a AI	6.444	3.896	2.949
Contrarrazões a RO	34	11	4
Contrarrazões a RR	6.781	3.213	2.179
Contrarrazões a RA	102	54	28
Outras	18.712	14.205	10.642
<b>TOTAL</b>	<b>32.073</b>	<b>21.379</b>	<b>15.802</b>

## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

<b>PETIÇÕES PROTOCOLADAS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	195*	234*	197

\* Dados referentes a documentos entregues pelo público externo, tendo em vista que os documentos de servidores e magistrados passaram a ser entregues diretamente nas Unidades Administrativas.

## **Atividades atinentes ao Apoio Processual**

Em 2017, a Seção de Apoio Processual:

- recebeu os processos físicos das unidades publicadoras do 2º grau de jurisdição, para fins de controle dos prazos;
- prestou atendimento às partes e aos procuradores durante o prazo recursal, fornecendo autos em carga ou disponibilizando-os para vista;
- após o decurso do prazo, encaminhou os autos às Turmas Julgadoras, às Seções Especializadas, à Coordenadoria de Recursos, à Coordenadoria de Agravos e Certidões, à Seção de Digitalização e às Varas do Trabalho.

<b>MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS</b>		<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Acórdãos publicados	Turmas	36.427	19.787	7.254
	SEEx	8.766	9.266	3.802
	Órgão Especial, 1ª SDI, 2ª SDI e SDC	142	111	159
Despachos	Recursos de revista	23.299	10.448	8.067
	Recursos ordinários	40	4	8
	Recursos adesivos	380	110	
	Agravos de Instrumento em RR	0	4.821*	7.367
Outros despachos do Presidente		762	487	1.027
<b>TOTAL</b>		<b>69.816</b>	<b>45.034</b>	<b>27.684</b>

\* A partir de 02.05.2016, os despachos dos processos com Agravo de Instrumento em Recurso de Revista passaram a ser disponibilizados na Seção de Apoio Processual.

<b>ATENDIMENTO DE PARTES E ADVOGADOS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Atendimentos	10.175	8.018	6.923
Cargas	3.596	4.069	2.324
Cópias	9.286	6.838	5.864
Devolução de cargas	12.487	10.853	8.334
Devolução de cargas no Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho ( <i>Shopping Praia de Belas</i> ) – PAI-JT	694*	0	0

\* Últimos processos recebidos no PAI-JT: 18.12.2015

## Seção de Classificação e Autuação

Em 2017, a Seção de Classificação e Autuação:

- recebeu, conferiu, autuou, classificou e cadastrou no sistema informatizado do 2º Grau processos físicos em grau recursal, oriundos das Varas do Trabalho da Capital e do interior do estado;
- classificou, autuou e cadastrou processos de competência originária do Tribunal que tramitam em autos físicos;
- separou e encaminhou processos físicos à Seção de Distribuição e à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região;
- efetuou retificações de autuação em processos físicos;
- cadastrou precatórios e requisições de pequeno valor;
- recebeu, registrou no sistema NovaJus4 e encaminhou para digitalização os Agravos de Petição e Agravos de Instrumento em Agravos de Petição para futura autuação na plataforma PJe-JT;
- orientou e acompanhou atividades relativas à digitalização de processos realizadas por meio de trabalho terceirizado e encaminhou os autos físicos à origem;
- conferiu e disponibilizou os arquivos dos processos digitalizados.

<b>PROCESSOS AUTUADOS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Agravo (AG)**	305	177	17
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP)	155	110	01
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	13.364	6.149	3.534
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	295	183	21
Agravo de Petição (AP)	7.332	8.439	55
Agravo Regimental (AGR)**	100	52	87
Carta de Ordem (CARTORD)	05	01	02
Carta Precatória (CARTPREC)**	02	08	05
Carta Rogatória (ROGATO)	03	09	07
Cautelar Inominada (CAUINOM)**	41	29	07

<b>PROCESSOS AUTUADOS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Conflito de Competência (CC)	01	03	00
Consulta (CONS)**	29	16	17
Correção Parcial ou Reclamação Correicional (CORPAR)**	35	57	82
Exceção de Impedimento (EXCIMP)	00	01	00
Exceção de Suspeição (EXSUSP)	04	02	00
Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)**	67	20	20
Petição (PET)	550	302	447
Precatório (PRECAT)	1.504	1.632	1.065
Processo Administrativo (PA)**	03	08	05
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)**	06	11	09
Recurso Administrativo (RECADM)**	16	12	12
Recurso Ordinário (RO)*	21.574	11.166	1.191
Recurso Ordinário/Reexame Necessário (RO/REENEC)	84	24	04
Reexame Necessário (REENEC)	10	03	00
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	289	411	240

\* ROs – a partir de 10.01.2017 passaram a ser digitalizados e autuados na plataforma PJe, nos termos do Provimento Conjunto nº 14/2016; ROPS estão somados com os Ros.

\*\* Classes autuadas pela Coordenadoria de Cadastramento Processual.

<b>CANCELAMENTO DE AUTUAÇÕES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	77	38	40
<b>RETIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	1.504	919	502
<b>RETORNO DE DILIGÊNCIA</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	2.710	1.581	1.495
<b>RETORNO DO TST E DO STF</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	24.310	15.360	12.662
<b>RECEBIDOS PARA DIGITALIZAR</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	0	1.537	12.974

## Seção de Triagem de Processos Arquivados

Em 2017, a Seção de Triagem de Processos Arquivados desenvolveu as seguintes atividades:

- recebimento, cadastro e armazenagem no Depósito Centralizado de processos enviados pelas diversas Varas do Trabalho do interior do estado e pelo Arquivo de Porto Alegre;
- atendimento de solicitações de autos efetuadas pela Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo) e Varas do Trabalho do interior do estado, efetuando a busca dos processos, os registros no sistema informatizado e a remessa aos destinos;
- recebimento de processos devolvidos pelas unidades supracitadas, executando os registros no sistema informatizado e a guarda dos autos;
- pesquisa, localização e remessa de processos ao Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

	2015	2016	2017
Processos Cadastrados	162.829	39.563	16.210

MOVIMENTAÇÃO	2015	2016	2017
Pedidos de vista	16.727	14.096	13.366
Pedidos de desarquivamento	12.724	8.422	2.554
Retorno de vista e desarquivamento	16.030	14.234	14.088
Remessa ao Jaep	-	1.884	2.162

PROCESSOS	2015	2016	2017
Processos armazenados	2.339.076	2.373.774	2.384.064
Processos em trânsito para vista	21.199	18.708	21.313
Processos desarquivados	41.930	48.385	49.609
<b>TOTAL</b>	<b>2.402.205</b>	<b>2.440.867</b>	<b>2.454.986</b>

## Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais

Em 2017, a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais desenvolveu as seguintes atividades:

- recebimento, conferência, cadastro e armazenagem de processos enviados pelas Varas do Trabalho de Porto Alegre;
- atendimento de solicitações de autos efetuadas por Varas do Trabalho de Porto Alegre, partes e advogados;
- confecção de certidões, autenticações e cobranças de cargas.

ATIVIDADES	2015	2016	2017
Processos arquivados	22.751	16.597	11.807
Autenticações (número de folhas)	38.180	41.752	35.403

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Certidões de eliminação de microfilme	16	12	18
Petições juntadas	3.140	3.131	3.064
Movimentação diária de lotes e processos	130	132	135
Processos transferidos ao depósito	22.754	19.921	9.459
Total do acervo	112.573	109.249	111.597

<b>ATENDIMENTO AO PÚBLICO INTERNO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Remessa para as Varas do Trabalho	3.440	3.763	4.851
Provenientes do Depósito	1.130	1.175	1.723
Provenientes do Arquivo	2.310	2.588	3.128

<b>ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Partes e advogados no balcão	4.944	6.261	5.607
Provenientes do Depósito	1.130	1.661	3.173
Provenientes do Arquivo	2.310	4.600	2.434
Listas de processos remetidas por e-mail *	3.303	3.413	3.818
Cobrança de carga (ligação telefônica)	1.425	1.347	1.150
Ligações atendidas	-	10.800	10.800
E-mails respondidos	-	6.550	7.205

\* Atendimento disponibilizado aos advogados que solicitam listas de processos, por e-mail, para minimizar o congestionamento no balcão de atendimento.

## **COORDENADORIA DE RECURSOS**

A Coordenadoria de Recursos, unidade integrante da Secretaria Processual, operacionaliza o processamento dos recursos de revista, por meio da Seção de Controle e Movimentação e da Seção de Publicação.

Constituem tarefas desempenhadas na unidade:

- processar os recursos de revista e expedientes correlatos;
- intimar as partes nos processos que tramitam na Coordenadoria e controlar prazos;
- juntar petições e documentos aos processos em trâmite na Coordenadoria, verificando o seu protocolo;
- lançar em sistema informatizado todas as informações referentes às custas recolhidas na fase do recurso de revista pelo Tribunal;

- proceder ao encaminhamento de processos para outras unidades do Tribunal e para o Tribunal Superior do Trabalho;
- encaminhar processos à Origem;
- cobrar as custas devidas nos processos cautelares;
- emitir certidões;
- retificar autuação de processos que tramitam na Coordenadoria;
- efetuar triagem prévia dos processos com recursos de revista a serem encaminhados à Vice-Presidência, realizando diligências e procedendo à separação segundo critérios que facilitem o trabalho posterior.

Seguem os dados da movimentação de petições e processos do legado na Unidade em 2017:

<b>Recursos de Revista – Processos físicos</b>	
Interpostos	5.434
Conclusos	8.331
Admitidos	2.520
Não admitidos	5.048
Baixados – acordo / desistência / fungibilidade	1.689
Pendentes – suspensos ou sobrestados	1.743
Pendentes – exceto suspensos ou sobrestados	1.610
<b>TOTAL</b>	<b>3.353</b>

Abaixo, seguem dados da movimentação de recursos e processos eletrônicos do Sistema PJe-JT na Unidade em 2017:

<b>Recursos de Revista – PJe-JT</b>	
Interpostos	36.651
Conclusos	16.452
Admitidos	7.048
Não admitidos	10.901
Baixados – acordo / desistência / fungibilidade	1.657
Pendentes – suspensos ou sobrestados	1.173
Pendentes – exceto suspensos ou sobrestados	29.715
<b>TOTAL</b>	<b>30.888</b>

## **COORDENADORIA DE AGRAVOS E CERTIDÕES**

No ano de 2017 houve a redução de 11% na interposição de agravos de instrumento em processos físicos em comparação ao período anterior, representando uma queda menor do que a



observada em outras áreas do Tribunal. Esse impacto menos significativo da digitalização processual encontra explicação parcial no número de processos físicos sobrestados por IUJ ou IR, além do momento processual em que esta Coordenadoria atua – sendo o agravo de instrumento, via de regra, o último recurso manejado para que o litigante acesse o Tribunal Superior do Trabalho.

A interposição de agravos em processos eletrônicos, entretanto, aumentou 61,3% no mesmo período, seguindo a tendência de acréscimo no número de ações. O aumento global de agravos de instrumento foi superior a 3.500 (três mil e quinhentos) recursos. Considerando que a tramitação do agravo de instrumento, quase na totalidade dos casos, é exaurida nesta Coordenadoria, inclusive na elaboração das minutas de despacho, o incremento supracitado repercutiu significativamente em todas as atividades.

O aumento de agravos eletrônicos e a pequena queda nos agravos físicos compõem um panorama previsto ao longo do ano de 2016, sendo o motivo de adoção de medidas mitigatórias desse esperado fenômeno. A principal delas foi o investimento de tempo no treinamento dos servidores para atuação em todos os pontos da tramitação do processo dentro da CACE: até o momento, dez já estão aptos a exercerem as principais atividades (elaboração de minutas, intimação, controle de prazo, revisão e remessa). A capacitação adotada permitiu melhor resposta nos picos de demanda (rápida solução de acúmulos eventuais), resultando no fechamento do período sem resíduos expressivos.

A criação da Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas (CEAT) agilizou a confecção de certidões negativas/positivas, ainda que não tenha diminuído o número de solicitações (houve pequeno acréscimo). Na sua regulamentação, há previsão da isenção dos emolumentos para o solicitante que opte por receber a certidão por correio eletrônico, o que provou expressiva adesão à modalidade. Assim, em que pese a manutenção do número de certidões, houve a diminuição dos emolumentos recolhidos ao longo de 2017.

Seguem abaixo especificadas as atividades que couberam à Coordenadoria, seguidas daquelas pertinentes às unidades subordinadas:

- orientar e supervisionar as atividades que envolvem o processamento dos agravos de instrumento, assim como aquelas relacionadas ao atendimento ao público;
- receber e organizar os processos físicos com interposição de agravo de instrumento;
- receber, organizar e juntar aos autos as petições de agravo de instrumento interpostos em processos físicos;
- revisar os processos físicos e eletrônicos, para conclusão, certificando quando necessário;
- minutar despachos (processos físicos e eletrônicos);
- remeter os processos eletrônicos julgados pelo TST às Varas do Trabalho de origem;
- expedir certidões narratórias de processos em tramitação no Tribunal.

## **Seção de Agravos de Instrumento**

À Seção de Agravos de Instrumento coube o processamento dos agravos de instrumento, o que envolve as seguintes atividades:

- publicar de imediato os despachos exarados nos processos eletrônicos;

- imprimir e juntar aos autos os despachos relativos aos processos físicos;
- publicar de imediato as decisões proferidas em processos físicos que apresentam também recurso de revista admitido e encaminhar os demais à Seção de Classificação e Autuação, para autuação como agravo de instrumento (Resolução Administrativa nº 1.418/2010, do TST);
- receber e publicar os processos físicos autuados como agravo de instrumento advindos da Seção de Classificação e Autuação;
- atualizar o cadastro de procuradores;
- publicar despachos em geral, certificando nos autos;
- expedir intimações;
- expedir Editais, Cartas de Ordens e Cartas Precatórias;
- revisar e organizar os autos dos processos físicos com decisões já publicadas, para futura disponibilização aos interessados;
- receber, organizar, analisar e juntar petições nos autos dos processos físicos com decisões publicadas.

## **Seção de Certidões e Conferências**

À Seção de Certidões e Conferências, responsável também pelo atendimento ao público, coube as seguintes atividades:

- disponibilizar os processos físicos publicados pela Seção de Agravos de Instrumento, dando carga dos autos ou emprestando-os para extração de fotocópias;
- revisar os processos eletrônicos com prazo vencido e remetê-los ao TST, com certidão a respeito dos recursos interpostos.
- registrar os pedidos de certidões, cópias e autenticações formulados verbalmente pelo público;
- expedir certidões negativas/positivas;
- fornecer cópias autenticadas de acórdãos armazenados na Base de Acórdãos do sistema NovaJus4, assim como aqueles digitalizados e armazenados fora do sistema, em mídia CD;
- conferir e autenticar cópias apresentadas pelas partes, quando extraídas de processos que tramitam no TRT;
- calcular os emolumentos a cobrar no fornecimento de cópias, autenticações e certidões;
- armazenar os comprovantes de recolhimento de emolumentos (GRU);
- juntar petições nos processos físicos.

Seguem, por fim, os quadros com os dados numéricos relativos às atividades da Coordenadoria de Agravos e Certidões, incluindo o atendimento ao público e a movimentação processual.

## ATENDIMENTO

	2015	2016	2017
Emolumentos recolhidos	R\$ 6.922,62	R\$ 7.733,78	R\$ 4.358,41
Autenticações	1.366	308	8
Certidões expedidas	1.101	1.223	1.230
Cópias	171	479	262
Cópias autenticadas	637	44	7
Cargas e empréstimos	4.598	1.256	153

## AGRAVOS DE INSTRUMENTO

	2015	2016	2017
Recebidos (físicos e eletrônicos)**	15.441 agravos	13.127	16.652
Despachados (físicos***)	11.518	6.279	4.903
Remetidos à origem (acordos, desistências, diligências, etc.)	73 (44 físicos e 29 eletrônicos) *	67 (14 físicos e 53 eletrônicos) *	69 físicos
Remetidos à Seção de Digitalização	11.567	6.832	5.048
Remetidos ao TST (físicos e eletrônicos) **	17.633	14.628	16.265

\*\* Dados obtidos na ferramenta Business Intelligence.

\*\*\* Segundo informação da Setic, não há como obter dados estatísticos no PJe-JT.

## OUTROS

	2015	2016	2017
Conclusões (processos físicos) *	11.390	5.765	4.975
Publicações de despacho e intimações (postal, oficial de justiça, edital, carta de ordem, carta precatória) *	13.165	7.678	5.851

\* Segundo informação da Setic, não há como obter dados estatísticos no Sistema PJe-JT.

## Seção de Perícias

Em 2017, foram recebidos 1.288 processos, e devolvidos às Varas Trabalhistas da Capital e do Interior ou ao Tribunal, 1.612 processos, acompanhados do respectivo laudo ou parecer técnico, alcançando um total de 28.180 análises de cunho técnico-científico – 16.484 exames grafoscópicos (de escritas) e 11.696 exames documentoscópicos (de documentos).

A Seção de Perícias encerrou o ano de 2017 com 322 processos aguardando pela concretização dos correspondentes exames periciais e elaboração de laudo. Deste total, 45 processos não possuem pauta designadas, e terão seus exames e laudos elaborados por ordem de chegada. Os demais processos estão distribuídos de acordo com a pauta designada, atendendo o critério de enviar o laudo concluído à unidade requisitante com, no mínimo, 60 dias de antecedência.

## Seção de Expedição

As atividades da Seção da Expedição, em 2017, estão demonstradas na tabela que segue.

Correspondências expedidas pelo TRT e pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (Simples e Remessa Local)	122.292
Correspondência registrada expedida ao/pelo e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	19.765
Malotes enviados para o interior do estado	9.742
Malotes enviados para o STJ	01
Malotes enviados para o TST	51
Processos expedidos para as VTs do Interior	6.677
Processos expedidos às 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	4.041
Processos expedidos ao/pelo interior do estado e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (REM2)	20.209
Processos expedidos à Procuradoria	137

## Seção de Digitalização

Em 2017, a Seção de Digitalização executou as seguintes atividades:

- recebimento de autos;
- triagem, certidão;
- digitalização dos autos;
- conferência dos arquivos digitais, certidão;
- remessa à Secretaria Processual de autos para diligência prévia;
- remessa dos arquivos eletrônicos ao TST;
- envio/devolução de autos físicos à Origem.

## DADOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA NOVAJUS4: PERÍODO DE 07.01 a 19.12.2016

REM2 – à Seção de Digitalização: 6.621 autos

RETS – remessa eletrônica ao TST: 7.231 autos

No ano 2017, foram digitalizadas 8.167.593 páginas (frente e verso dos originais) aproximadamente.

O serviço de digitalização dos autos é terceirizado, conforme o Contrato com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis/RS. O serviço foi prestado por uma intérprete e cinco digitalizadores.

### Seção de Apoio às Atividades de Conciliação

A Portaria nº 6.894, de 12 de dezembro de 2017, criou a Seção de Apoio às Atividades de Conciliação, vinculada à Secretaria Processual. As atividades passaram a ser desempenhadas pelos servidores lotados na Secretaria Processual desde maio de 2017.

Atividades da Seção:

- apoiar as atividades do Cejusc – 2º Grau;
- preparar e secretariar as audiências de conciliação;
- organizar e agendar as pautas de conciliação;
- notificar os procuradores das audiências;
- cumprir as determinações constantes nas atas de audiência;
- atender público interno e externo;
- expedir certidões, intimações e alvarás.

Seguem os dados estatísticos referentes ao ano de 2017:

Resultado das Pautas de Conciliação – 2º Grau								
Mês	Processos pautados	Processos Conciliados	Processos Conciliados em Parte	Processos com audiência adiada	Processos NÃO Conciliados	Processos retirados de pauta	Valor (em R\$)	Percentual Conciliados
Maio	36	9	0	0	27	0	143.750,00	25,00%
Junho	42	8	0	0	31	3	672.657,72	19,05%
Julho	84	20	0	9	53	2	536.036,57	23,81%
Agosto	154	52	2	20	79	1	5.020.296,84	35,06%
Setembro	172	41	1	31	77	22	2.570.117,23	24,42%
Outubro	406	111	2	42	203	48	13.328.088,06	27,83%
Novembro	358	108	0	68	139	43	17.096.368,34	30,17%

Resultado das Pautas de Conciliação – 2º Grau								
Mês	Processos pautados	Processos Conciliados	Processos Conciliados em Parte	Processos com audiência adiada	Processos NÃO Conciliados	Processos retirados de pauta	Valor (em R\$)	Percentual Conciliados
Dezembro	379	122	0	20	203	34	27.613.019,60	32,19%
<b>Total</b>	<b>1631</b>	<b>471</b>	<b>5</b>	<b>190</b>	<b>812</b>	<b>153</b>	<b>66.980.334,36</b>	<b>29,18%</b>

Classes Processuais *										
Período	Processos pautados	AIRO	AIRR	AP	AR	CC	MS	RO	ROPS	RR
Maio	36	0	0	0	0	0	0	35	1	0
Junho	42	0	0	1	0	0	0	41	0	0
Julho	84	0	0	1	0	0	0	83	0	0
Agosto	154	1	3	1	1	0	0	146	0	2
Setembro	172	0	0	17	0	0	0	155	0	0
Outubro	406	4	2	18	0	1	1	379	1	0
Novembro	358	0	1	28	2	0	0	320	7	0
Dezembro	379	1	0	14	0	0	0	363	1	0
<b>Total</b>	<b>1631</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>80</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1522</b>	<b>10</b>	<b>2</b>

\* AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AIRR: Agravo de Instrumento em Recurso de Revista; AP: Agravo de Petição; AR: Ação Rescisória; CC: Conflito de Competência; MS: Mandado de Segurança; RO: Recurso Ordinário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo; RR: Recurso de Revista.

No ano de 2017, a atuação da Diretoria-Geral esteve voltada, em especial, para o avanço da utilização de sistemas administrativos nacionais no âmbito deste Tribunal, quais sejam, o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (Sigeo-JT), o Sistema de Licitações e Contratos (SILC) e o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep).

O Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (Sigeo-JT) é o sistema único desenvolvido pelo TRT da 20ª Região para o processamento de informações referentes ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. A partir do exercício de 2017, a proposta orçamentária prévia e a proposta orçamentária do TRT4 passaram a ser lançadas neste novo sistema. O lançamento da primeira versão centralizada do Sigeo-JT no ambiente do TST e o aprimoramento do módulo de execução orçamentária, ocorridos durante o ano, representaram grande incentivo para a adesão ao sistema nacional.

Em 2017, também foi colocado em produção o Sistema de Licitações e Contratos (SILC), ferramenta desenvolvida por este TRT4 para utilização em âmbito nacional, que permite o registro e o acompanhamento das aquisições, contratações e contratos. Sua adoção contribuirá para a otimização de processos de aquisições e contratos, propiciando maior confiabilidade das informações lançadas e viabilizando a automação de rotinas.

Além disso, o avanço na implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep) tornou possível sua utilização em ambiente de produção a partir de maio de 2017. É importante destacar, no que diz respeito ao Sigep, que a adoção de um sistema nacional unificado de gestão de recursos humanos pela Justiça do Trabalho decorre de determinação do Tribunal de Contas da União no acórdão TCU nº 1.993/2014 – Plenário.

De fato, a implantação do Sigep representa grande desafio estratégico nacional e local, tendo em vista a qualidade dos sistemas legados substituídos, muitos deles construídos sob medida para atender particularidades regionais, a abrangência dos dados a serem migrados e a margem de segurança exigida dos resultados, com impacto direto em folha de pagamento.

No panorama nacional, o TRT4 participou ativamente das deliberações sobre o Sigep, representado por sua Diretora-Geral, que atua como coordenadora do Comitê Gestor do Sistema de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho – cgSIGEP.

No plano local, as ações necessárias para efetiva adoção do Sigep foram desenvolvidas em caráter prioritário durante todo o ano de 2017 pelas Secretarias de Gestão de Pessoas, de Orçamento e Finanças e de Tecnologia da Informação e Comunicações, sob a coordenação da Diretoria-Geral, com o apoio da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, ante a natureza estratégica do projeto.

O esforço será mantido em 2018, com foco nos testes para funcionamento a contento da nova folha de pagamento, na geração de relatórios com base em dados extraídos do Sigep e na paulatina substituição do sistema legado pelo sistema nacional no fornecimento de informações aos sistemas periféricos utilizados em todo o Tribunal.

Há que se destacar, igualmente, o trabalho desenvolvido no ano de 2017 pelas áreas vinculadas à Diretoria-Geral no estudo e na promoção das medidas necessárias para atendimento do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas

(eSocial). Por meio do eSocial, as informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas serão comunicadas ao Governo, de forma unificada, mediante transmissão eletrônica. As ações necessárias para suprir as muitas lacunas identificadas nos campos exigidos pelo eSocial, que passa a ser obrigatório para os órgãos públicos a partir de 2019, mobilizaram as Secretarias vinculadas à Diretoria-Geral durante todo o período.

Ademais, cabe registrar a atuação da Diretoria-Geral como unidade socioambiental do TRT4, competência atribuída por meio da Portaria TRT4 nº 1.996/2015 e preestabelecida no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 e na Resolução CNJ nº 201/2015. No decorrer de 2017, várias ações foram realizadas no âmbito do Regional, entre elas: ação de doação de material escolar aos trabalhadores terceirizados de Porto Alegre; distribuição de mudas de plantas na semana do meio ambiente em Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo e Três Passos, em parceria com a concessionária de energia elétrica RGE; campanha para Descarte Seguro de Lixo Eletrônico, realizada em parceria com o GISA – Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental, do qual o TRT4 participa desde 2010; passeio ciclístico promovido em parceria com a Empresa Pública de Transportes e Circulação – EPTC e com o Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE, alusivo à Semana de Aniversário de Porto Alegre e ao projeto “De Bike para o Trabalho”; lançamento do portal Horizonte Sustentável no Vox; campanha do agasalho; campanha Outubro Rosa; certificação da Sala de Amamentação do Foro Trabalhista de Porto Alegre junto ao Ministério da Saúde; campanha Natal Solidário; promoção de nova edição do concurso Desafio Sustentável; e a realização do Encontro de Servidores com Deficiência.

Salienta-se, também, a consolidação do Projeto Pescar no âmbito do TRT4. Trata-se de iniciativa realizada em conjunto com a Fundação Projeto Pescar, o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Sul e a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Sul, que possibilitou a constituição da unidade Comunidade Jurídico Trabalhista e ofereceu formação socioprofissional gratuita a 15 jovens em situação de vulnerabilidade social, nas dependências do TRT4. Ainda, em parceria com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, foi realizado o 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, com a participação de todos os tribunais regionais da JT, além de outras instituições parceiras, no qual foram realizadas palestras e painéis de debate sobre as temáticas da sustentabilidade.

Com referência à competência de unidade socioambiental do TRT4, também cabe referir os projetos que iniciaram em 2017 e ainda estão em andamento, sendo: projeto de incentivo a caronas; elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos; além da revisão do Plano de Logística Sustentável, instrumento de planejamento e desenvolvimento de ações sustentáveis, com o acompanhamento e monitoramento de indicadores pelo Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento às disposições da Resolução CNJ nº 201/2015.

Para finalizar, atendendo ao disposto no artigo 39, inciso XXVII, do Regimento Interno do Tribunal, apresenta-se o quadro demonstrativo da execução orçamentária do exercício do ano de 2017.



## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2017

AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	EMP/DOT
<b>GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>1.472.464.570,85</b>	<b>1.457.901.906,22</b>	<b>99,0%</b>
<b>PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>767.253.761,00</b>	<b>767.253.761,00</b>	<b>100,0%</b>
3190 07 CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	578.100,43	578.100,43	100,0%
3190 11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	749.533.719,07	749.533.719,07	100,0%
3190 16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.488.621,67	7.488.621,67	100,0%
3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.575.751,95	9.575.751,95	100,0%
3191 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	77.567,88	77.567,88	100,0%
<b>CONTR. DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>	<b>150.694.972,00</b>	<b>140.431.564,19</b>	<b>93,2%</b>
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	3.729,98	3.729,98	100,0%
3191 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.263.407,81	0,00	0,0%
3191 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140.427.834,21	140.427.834,21	100,0%
<b>PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES</b>	<b>464.774.385,00</b>	<b>463.455.526,11</b>	<b>99,7%</b>
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	1.318.858,89	0,00	0,0%
3190 01 APOSENTADORIAS E REFORMAS	362.078.390,30	362.078.390,30	100,0%
3190 03 PENSÕES	86.868.003,58	86.868.003,58	100,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	479.561,41	479.561,41	100,0%
3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.029.570,82	14.029.570,82	100,0%
<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)</b>	<b>77.760.183,00</b>	<b>74.780.701,72</b>	<b>96,2%</b>
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	2.979.481,28	0,00	0,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	74.780.701,72	74.780.701,72	100,0%
<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS) NO RS</b>	<b>1.525.450,00</b>	<b>1.524.533,35</b>	<b>99,9%</b>
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	916,65	0,00	0,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.524.533,35	1.524.533,35	100,0%
<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIOS)</b>	<b>10.455.819,85</b>	<b>10.455.819,85</b>	<b>100,0%</b>
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.455.819,85	10.455.819,85	100,0%
<b>GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>193.337.852,91</b>	<b>190.731.481,63</b>	<b>98,7%</b>
<b>ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA</b>	<b>24.873.210,00</b>	<b>24.559.916,41</b>	<b>98,7%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	313.293,59	0,00	0,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	24.558.381,79	24.558.381,79	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.534,62	1.534,62	100,0%
<b>AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO</b>	<b>39.589.056,00</b>	<b>39.219.343,04</b>	<b>99,1%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	369.712,96	0,00	0,0%
3390 46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	39.218.539,40	39.218.539,40	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	803,64	803,64	100,0%
<b>AUXÍLIO-TRANSPORTE</b>	<b>912.463,00</b>	<b>811.747,03</b>	<b>89,0%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	100.715,97	0,00	0,0%
3390 49 AUXÍLIO TRANSPORTE	811.747,03	811.747,03	100,0%
<b>ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR</b>	<b>6.342.927,00</b>	<b>6.325.077,97</b>	<b>99,7%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	17.849,03	0,00	0,0%
3390 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	6.317.421,84	6.317.421,84	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.656,13	7.656,13	100,0%
<b>BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE</b>	<b>631.740,00</b>	<b>506.675,15</b>	<b>80,2%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	125.064,85	0,00	0,0%
3390 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	503.509,09	503.509,09	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.166,06	3.166,06	100,0%
<b>APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO</b>	<b>73.306.328,00</b>	<b>73.247.829,08</b>	<b>99,9%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	58.498,92	0,00	0,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.244.023,71	3.244.023,71	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	2.588.168,27	2.588.168,27	100,0%
3390 32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.121,50	3.121,50	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	504.777,10	504.777,10	100,0%
3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	335.382,70	335.382,70	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	2.207.589,98	2.207.589,98	100,0%
3390 37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	21.029.063,76	21.029.063,76	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	37.045.929,34	37.045.929,34	100,0%
3390 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	101.604,94	101.604,94	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	440.957,14	440.957,14	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.534.877,53	5.534.877,53	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	146.101,98	146.101,98	100,0%
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	52.503,89	52.503,89	100,0%
3391 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.727,24	13.727,24	100,0%
<b>TRABALHO SEGURO</b>	<b>79.500,00</b>	<b>79.500,00</b>	<b>100,0%</b>
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	15.140,62	15.140,62	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.645,78	9.645,78	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	54.713,60	54.713,60	100,0%

AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	EMP/DOT
<b>COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESTÍMULO À APRENDIZAGEM</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>100,0%</b>
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.050,00	1.050,00	100,0%
3390 32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	8.830,80	8.830,80	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	969,60	969,60	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	4.149,60	4.149,60	100,0%
<b>COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>115.806,00</b>	<b>115.480,00</b>	<b>99,7%</b>
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	326,00	0,00	0,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	101.150,68	101.150,68	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.344,60	1.344,60	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	12.984,72	12.984,72	100,0%
<b>FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS - NACIONAL</b>	<b>87.000,00</b>	<b>87.000,00</b>	<b>100,0%</b>
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	53.244,86	53.244,86	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.686,71	7.686,71	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	12.270,00	12.270,00	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.650,00	1.650,00	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.148,43	12.148,43	100,0%
<b>MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>2.978.610,76</b>	<b>2.978.610,75</b>	<b>100,0%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	0,01	0,00	0,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	2.978.610,75	2.978.610,75	100,0%
<b>DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJe-JT</b>	<b>24.788,15</b>	<b>24.788,15</b>	<b>100,0%</b>
3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	21.788,15	21.788,15	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	3.000,00	3.000,00	100,0%
<b>ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES</b>	<b>29.000.000,00</b>	<b>28.118.187,72</b>	<b>97,0%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	881.812,28	0,00	0,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	23.293.703,47	23.293.703,47	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	194.388,16	194.388,16	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	800,00	800,00	100,0%
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.629.296,09	4.629.296,09	100,0%
<b>AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA</b>	<b>15.381.424,00</b>	<b>14.642.326,33</b>	<b>95,2%</b>
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	739.097,67	0,00	0,0%
3390 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	14.642.326,33	14.642.326,33	100,0%
<b>GND 4 - INVESTIMENTOS</b>	<b>40.379.522,97</b>	<b>35.298.196,10</b>	<b>87,4%</b>
<b>APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO</b>	<b>15.182.559,00</b>	<b>15.182.559,00</b>	<b>100,0%</b>
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	987.295,23	987.295,23	100,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.703.108,00	1.703.108,00	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.490.784,58	12.490.784,58	100,0%
4490 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.371,19	1.371,19	100,0%
<b>COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>6.270,00</b>	<b>6.216,25</b>	<b>99,1%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	53,75	0,00	0,0%
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.216,25	6.216,25	100,0%
<b>MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>308.275,00</b>	<b>308.275,00</b>	<b>100,0%</b>
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	101.900,00	101.900,00	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	206.375,00	206.375,00	100,0%
<b>DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJe-JT</b>	<b>295.218,97</b>	<b>295.218,97</b>	<b>100,0%</b>
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	295.218,97	295.218,97	100,0%
<b>MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO</b>	<b>1.667.200,00</b>	<b>1.667.200,00</b>	<b>100,0%</b>
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.667.200,00	1.667.200,00	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ALEGRETE</b>	<b>1.578.868,00</b>	<b>1.578.867,11</b>	<b>100,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,89	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.574.983,38	1.574.983,38	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.883,73	3.883,73	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ARROIO GRANDE</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>1.691.165,78</b>	<b>84,6%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	308.834,22	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.684.736,82	1.684.736,82	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.428,96	6.428,96	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ESTRELA</b>	<b>3.895.000,00</b>	<b>3.894.999,15</b>	<b>100,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,85	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	3.333.104,36	3.333.104,36	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	561.894,79	561.894,79	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE LAGOA VERMELHA</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	700.000,00	0,00	0,0%
<b>AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE LAJEADO</b>	<b>1.400.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1.400.000,00	0,00	0,0%

<b>AÇÃO</b>	<b>DOTAÇÃO</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>EMP/DOT</b>
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE NOVO HAMBURGO</b>	<b>6.500.000,00</b>	<b>6.500.000,00</b>	<b>100,0%</b>
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	6.500.000,00	6.500.000,00	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE OSÓRIO</b>	<b>350.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	350.000,00	0,00	0,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SANTA ROSA</b>	<b>910.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	910.000,00	0,00	0,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SÃO BORJA</b>	<b>1.602.684,00</b>	<b>1.590.247,72</b>	<b>99,2%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	12.436,28	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.585.494,69	1.585.494,69	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.753,03	4.753,03	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE SÃO LEOPOLDO</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	700.000,00	0,00	0,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE TRIUNFO</b>	<b>1.673.448,00</b>	<b>1.673.447,12</b>	<b>100,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,88	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.663.072,41	1.663.072,41	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.374,71	10.374,71	100,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE VACARIA</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	700.000,00	0,00	0,0%
<b>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE VIAMÃO</b>	<b>910.000,00</b>	<b>910.000,00</b>	<b>100,0%</b>
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	789.193,28	789.193,28	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	120.806,72	120.806,72	100,0%
<b>TOTAL:</b>	<b>1.706.181.946,73</b>	<b>1.683.931.583,95</b>	<b>98,7%</b>

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração passou por mudanças no ano de 2017, sobretudo em relação à implementação de projetos que visaram ao aprimoramento e à padronização das atividades desempenhadas. Ressalta-se, por exemplo, o Projeto de Mapeamento de Processos, o qual delineou os seguintes fluxos:

- dispensa de licitação;
- inexigibilidade de licitação;
- formalização de contratos;
- pregão;
- adesão à Ata de Registro de Preços;
- desfazimento de bens, com elaboração de Portaria regulamentar;
- coparticipação em registro de preços;
- sanções administrativas, com elaboração de portaria regulamentar.

Para a escolha dos processos mapeados, priorizou-se a elaboração dos fluxos das atividades que apresentavam gargalos, necessitavam de melhorias ou que foram objetos de auditoria.

No que se refere à sustentabilidade, a Secretaria de Administração organizou a segunda edição do Concurso Desafio Sustentável, que estimulou a redução do consumo de energia elétrica e água. Com este concurso, o TRT4 economizou o montante de R\$ 582.000,00 (quinhentos e oitenta e dois mil reais), com a redução de 351.005 kWh de energia elétrica e, aproximadamente, 1.690.000 litros de água, estimulando a conscientização ambiental de magistrados e servidores.

A Secretaria de Administração auxiliou na elaboração de esclarecimentos, informações e justificativas em relação aos achados da auditoria *in loco* realizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho na área de Gestão de Tecnologia da Informação do Tribunal, no período de 22 a 26 de maio de 2017, e que refletiam no trabalho da Secretaria. Em decorrência dessa auditoria, foi desenvolvido trabalho de revisão dos fluxos dos processos de adesão à ata de registro de preços e coparticipação em registro de preços, além da padronização da forma de designação de equipe de fiscalização, gestores e fiscais de contratos no âmbito do TRT4.

No que diz respeito à Governança, a Secretaria de Administração foi encarregada de responder as questões relativas à Gestão de Contratações do questionário iGov – Ciclo 2017, avaliação realizada pelo Tribunal de Contas da União para medir os índices de governança e de gestão das organizações públicas federais. Ao analisar as respostas, em comparação aos anos anteriores, ficou evidente o progresso nesse quesito, uma vez que a Secretaria de Administração vem aperfeiçoando os processos de trabalho de contratações e o seu planejamento, inclusive com a instituição do Plano de Gestão de Contratações.

O Plano de Gestão de Contratações foi elaborado pela Secretaria de Administração, com o subsídio das áreas demandantes das aquisições, consistindo em documento que contempla as contratações pretendidas com informações como: descrição do objeto; valor estimado; forma de contratação; data do encaminhamento; classificação de despesa e prioridade, e tem como

objetivo priorizar e agilizar as aquisições do TRT4, bem como o acompanhamento mensal da sua execução.

Tal aprimoramento auxiliou a aumentar o percentual do Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado, superando em 7,11% a meta estabelecida no Plano Estratégico do TRT da 4ª Região 2015-2020 (meta: 71,76% – alcançado: 78,87%), vinculada ao objetivo estratégico nº 3, “Aprimorar a Gestão Orçamentária”. Ademais, as ações da Secretaria de Administração contribuíram para o aperfeiçoamento das práticas de governança do Tribunal, propiciando o cumprimento do objetivo estratégico nº 7, “Fortalecer os Processos de Governança”.

Ainda sobre Governança, a Secretaria de Administração realizou estudo sobre o Acórdão TCU nº 2.622/2015, que trata de recomendações relativas às aquisições na Administração Pública Federal, que resultou em algumas propostas, aprovadas pela Presidência do TRT4, entre elas:

- instituição de Grupo de Trabalho para elaboração de normativo que estabeleça as diretrizes para aquisição de bens e contratação de serviços, padronizando os procedimentos e levando em conta critérios de terceirização, sustentabilidade e compras conjuntas;
- elaboração de estudo e normativo interno sobre Gestão de Riscos vinculados às aquisições;
- elaboração de novo modelo de plano de aquisições, de forma a contemplar os itens exigidos no Acórdão TCU nº 2.622/2015;
- indicação de objetivo, indicador e meta vinculados às aquisições, para compor o Planejamento Estratégico;
- elaboração de estudo para avaliar quantitativa e qualitativamente a força de trabalho da Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Outrossim, a Secretaria de Administração regulamentou a pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços, conforme os procedimentos disciplinados pela Instrução Normativa nº 05/2014 (alterada pela Instrução Normativa nº 03/2017), que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. O estudo teve como objetivo auxiliar e orientar as áreas requisitantes na instrução de seus processos administrativos, e teve como resultado a criação de um Guia de Pesquisa de Preços para auxiliar as áreas requisitantes na instrução de seus processos.

Em relação à capacitação dos servidores da Secretaria, foi elaborado pela primeira vez o Plano Anual de Capacitação – PAC, dividido por Coordenadorias e Seções, no qual constam os seguintes itens: público-alvo, evento, número de participantes, modalidade, justificativa, semestre e carga horária.

Com a migração dos dados publicados na aba Transparência para o novo Portal do TRT4, foi necessária a realização de levantamento e conferência dos dados cuja publicação é de responsabilidade da Secretaria de Administração. Foram elaboradas tabelas que vinculam a informação ao respectivo normativo, com o objetivo de garantir a excelência na avaliação do Selo Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça e para atender à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Ainda no ano de 2017, o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas do TRT4 relativas ao exercício de 2015, dando quitação plena aos responsáveis relacionados, de acordo com o parecer emitido nos autos. Tal fato evidencia o comprometimento e a integridade dos servidores envolvidos com a gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, e o alinhamento com as boas práticas da gestão pública.

Dentre as pesquisas realizadas pela Secretaria de Administração no ano de 2017 destacam-se as seguintes:

- padronização das cláusulas de sanções dos editais de licitação para adequação às determinações exaradas no Acórdão 754/2015, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que versou sobre a aplicação de penalidades por descumprimentos ocorridos durante o transcurso das licitações efetuadas na modalidade pregão eletrônico;
- estudo das regras aplicáveis às licitações efetuadas na modalidade empreitada por preço global, a fim de subsidiar os futuros procedimentos licitatórios para a contratação de obras;
- estudo das providências necessárias para assegurar que o contratado refaça os serviços que apresentem vícios após a entrega da obra, com fundamento na garantia prevista no artigo 618 do Código Civil;
- elaboração do fluxo de execução de garantias contratuais em caso de aplicação de penalidades pecuniárias.

## **COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

À Coordenadoria de Contabilidade cumpre analisar e verificar a conformidade contábil dos atos e fatos referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, visando à certificação das demonstrações contábeis. Compete à Coordenadoria de Contabilidade, ainda, liquidar as despesas de custeio verificando o direito adquirido pelo credor e os tributos devidos de acordo com a legislação vigente.

Essa Coordenadoria faz parte do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria TRT4 nº 2.942 de 09.06.2017, para a implementação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções (EFD Reinf). A EFD Reinf, instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.701 de 14.03.2017, é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial. Dentre as informações prestadas através da EFD-Reinf, destacam-se aquelas associadas aos serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, às retenções na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados a pessoas físicas e jurídicas e às empresas que se sujeitam à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

O Grupo de Trabalho possui a incumbência de avaliar o *layout* apresentado pela Receita Federal do Brasil para geração e transmissão dos dados para a EFD-Reinf, bem como auxiliar a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações a adaptar e criar campos nos sistemas informatizados para atender as exigências da EFD-Reinf. A Coordenadoria de Contabilidade trabalhou no ano de 2017 na verificação e no levantamento dos campos necessários no sistema administrativo “Compras”, em atendimento às exigências da nova modalidade de escrituração digital.

## **COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

A Coordenadoria de Licitações e Contratos é responsável por processar as aquisições de materiais e equipamentos e também as contratações de serviços e obras, mediante processos licitatórios ou compras diretas (hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação).

No exercício de 2017, foram realizados 83 pregões eletrônicos, com a adjudicação do montante de R\$ 74,26 milhões. A redução de preços obtida representou economia de 60,68% em relação aos valores estimados pelas áreas requisitantes. Além disso, foram elaborados 103 editais, um acréscimo de 41,09% em relação ao ano de 2016, quando foram realizadas 73 licitações. Dos 103 editais referidos, 21 trataram de obras civis, enquanto em 2016 foram duas as licitações desse tipo.

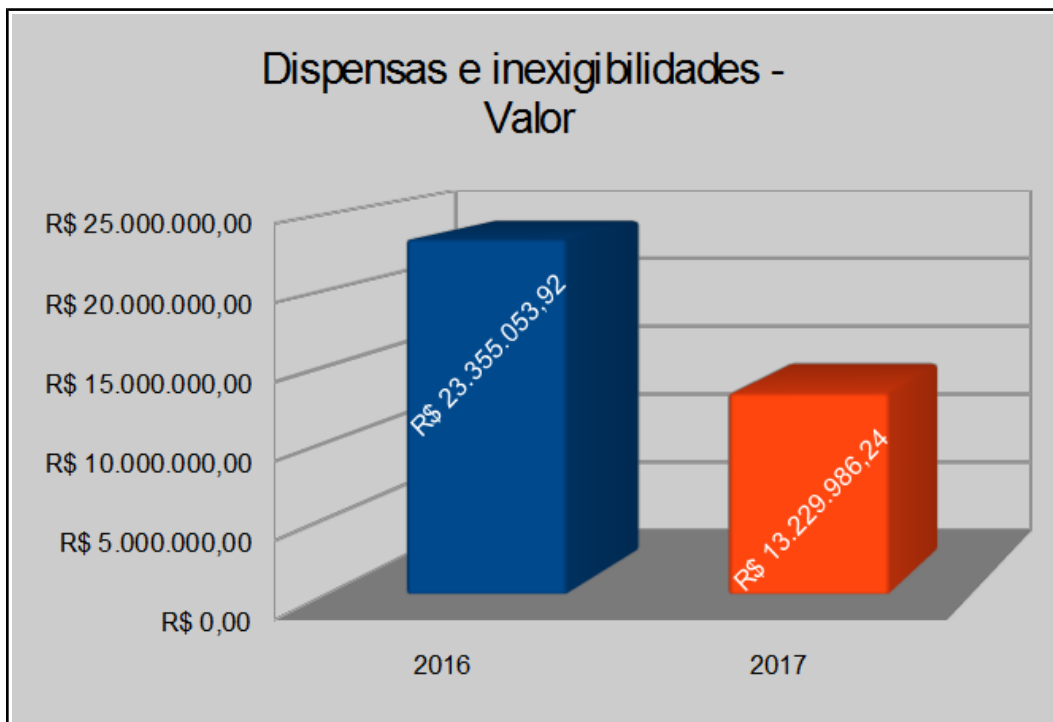
Dos pregões realizados em 2017, destaca-se a licitação nacional de registro de preços relativa à contratação dos serviços de telecomunicações de dados, visando à atualização tecnológica da rede de longa distância de toda a Justiça do Trabalho – Rede WAN, que resultou na adjudicação do montante total de R\$ 32,01 milhões.

Foi realizado também o edital de credenciamento de Instituições Bancárias de Crédito, para prestação de serviços de pagamento de servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, em atendimento à recomendação do Acórdão TCU nº 1.940/2015. Ressalta-se o pioneirismo do TRT4 neste assunto, tendo em vista que foi o primeiro órgão da Justiça do Trabalho a adequar-se ao recomendado pelo TCU.

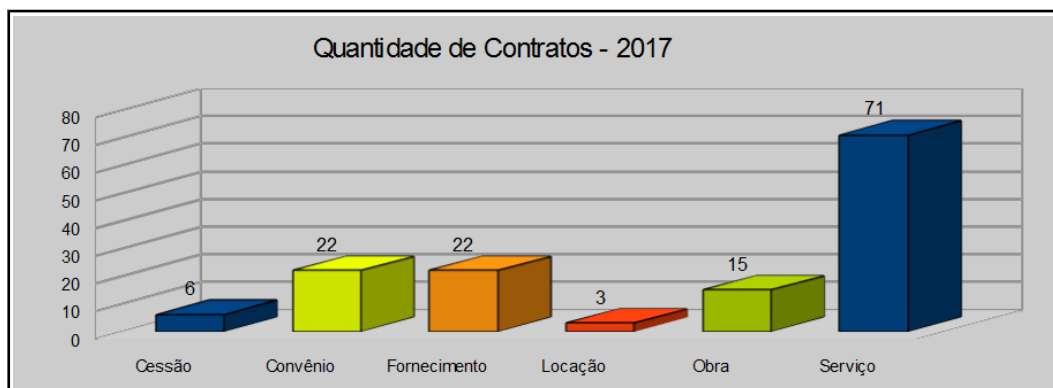
Em dezembro de 2017, entrou em produção o Sistema de Licitações e Contratos (SILC), em desenvolvimento no TRT4 desde 2014, para otimizar os processos de aquisições, bem como facilitar a gestão administrativa das compras efetuadas através da automação de tarefas. Como o referido sistema será disponibilizado para todos os Tribunais do Trabalho, houve grande envolvimento dos servidores da área de licitações durante o ano para desenvolvimento, validação e testes do projeto, com a dedicação praticamente exclusiva de um servidor para viabilizar a implantação do SILC ainda no ano de 2017.

Em relação às contratações por dispensa de licitação, importante mencionar que, no ano de 2017, foram processadas 55 cotações pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, 22,2% a mais do que no ano anterior. Ressalta-se que as cotações pelo referido sistema apresentaram resultado positivo, ou seja, foram obtidos valores inferiores aos orçamentos prévios à cotação, em 47,27% das consultas, índice superior aos 37,78% alcançados em 2016.

Relativamente aos dados estatísticos, foram processadas 663 compras diretas, quantidade 12,37% superior à verificada em 2016, sendo que 421 foram por dispensa de licitação e 242 por inexigibilidade, tendo alcançado o valor total de R\$ 13,23 milhões, valor este inferior ao alcançado no ano anterior, que foi de R\$ 23,36 milhões. Tal diferença refere-se à celebração, em 2016, de novos contratos de fornecimento de energia elétrica, que somaram R\$ 14,77 milhões.



Em 2017, foram celebrados 139 contratos, 26,36% a mais do que em 2016, em que foram celebrados 110. Foram firmados ainda 154 termos aditivos, o que representa uma diminuição de 21,83% em relação ao ano de 2016, quando foram formalizados 197.



## COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

Após o cenário de recessão enfrentado no ano de 2016, a Coordenadoria de Material e Logística – Clog atuou em 2017 buscando proporcionar renovação uniforme em todas as unidades do Tribunal, no que diz respeito, principalmente, ao mobiliário, com substituição de cadeiras em geral, móveis de secretaria e de gabinete, além de itens como geladeiras, frigobares e purificadores. Foi promovido levantamento por segmento, com a proposta de substituição de bens fora da garantia e com mais tempo de uso em todo o estado. Como resultado dessa ação de modernização foram adquiridos 9.813 bens permanentes novos para o Tribunal.

Em 2017, a Coordenadoria de Material e Logística alinhou procedimentos relativos ao recebimento de materiais com outras áreas que efetuam aquisições de bens permanentes,



promovendo maior segurança e controle, observando as especificações contratadas e as informações técnicas necessárias em todos os casos, conforme a peculiaridade do material.

Além disso, a Coordenadoria de Material e Logística é responsável por disponibilizar informações sobre 32 indicadores Complementares e 4 indicadores Iniciais do Plano de Logística Sustentável do TRT4, em cumprimento à Resolução CNJ nº 201/2015. Foi feita ainda, em 2017, por representantes da área de patrimônio do Tribunal, visita ao TRT da 12ª Região/SC, para analisar a viabilidade de implantação, no âmbito da 4ª Região, do Sistema do Controle de Material e Patrimônio – SCMP, desenvolvido pelo TRT da 24ª Região. Tal sistema possui várias funcionalidades que não são abrangidas pelo sistema atualmente utilizado e que podem suprir falhas no atual controle patrimonial. Diante disso, há pretensão de implantação do referido sistema no TRT4 no ano de 2018.

## **COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO**

A Coordenadoria de Planejamento trabalhou em 2017 no acompanhamento da execução orçamentária de “outras despesas correntes” e “de capital”, parcelas que correspondem a R\$ 112 milhões da dotação anual. Durante o ano, foram elaboradas estimativas para manter o equilíbrio das contas e o monitoramento das disponibilidades orçamentárias. Essas informações serviram de subsídio para a Administração e para os gestores nas tomadas de decisões e na adoção de medidas estratégicas para melhor execução do orçamento e das metas fixadas.

A Proposta Orçamentária para 2018 foi elaborada em duas etapas: a prévia em maio e a definitiva em julho. A definição dos valores resultou de reuniões com as principais áreas demandantes de recursos do Tribunal. Pelo segundo ano consecutivo a proposta foi lançada no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho – SIGEO, agora com novas funcionalidades.

Outro trabalho significativo foi o Relatório de Gestão 2016, documento que integra a Prestação de Contas para o Tribunal de Contas da União. Além dos dados orçamentários, a Coordenadoria de Planejamento foi responsável por consolidar as informações prestadas por diversas unidades do Tribunal e enviar o relatório final ao TCU.

## **SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

A Secretaria de Manutenção e Projetos é responsável pela realização das obras de construção, adaptação, reforma e modernização de prédios das unidades judiciárias e administrativas do Tribunal, bem como pelas ações de manutenção predial, incluindo instalações eletrológicas, climatização e elevadores, visando a proporcionar espaços adequados para o desenvolvimento das respectivas atividades. Compõem a Sempro a Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex e a Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip, cujas principais ações realizadas no ano 2017 seguem adiante discriminadas.

No âmbito de atuação da Sempro, o ano de 2017 foi marcado pelos desafios advindos de significativa recuperação orçamentária, decorrente do excelente percentual de execução atingido pelo TRT4 em 2016: (a) grande aumento de demandas (que ficaram reprimidas no ano anterior);

(b) necessidade de agilização dos projetos previstos no Plano de Obras do Tribunal, em função da obrigatoriedade de que sejam concluídos até o final do ano de 2019.

Entre os vários projetos desenvolvidos, fiscalizados e gerenciados pelas Coordenadorias da Sempro em 2017, merecem destaque os seguintes:

- conclusão da obra de construção do prédio da Vara do Trabalho de Viamão;
- retomada da reforma do prédio-sede do TRT4 e conclusão da obra na ala sul do 6º pavimento, com a entrega de 4 novos gabinetes de desembargador;
- conclusão do projeto, aprovação pelo CSJT e início da retomada da obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Estrela, que estava paralisada desde 2015;
- conclusão do projeto, aprovação pelo CSJT e início da obra de construção do prédio da Vara do Trabalho de São Borja;
- conclusão do projeto, aprovação pelo CSJT e encaminhamento para realização do processo licitatório para contratação das obras de construção dos prédios das Varas do Trabalho de Alegrete, Arroio Grande, Vacaria e Lagoa Vermelha;
- atualização do orçamento e encaminhamento para realização do processo licitatório para contratação da obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo;
- conclusão dos estudos preliminares de arquitetura das obras de construção dos prédios dos Foros Trabalhistas de Rio Grande e de Santa Rosa;
- contratação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica para instalação em 13 edificações do TRT4 (1ª fase), localizadas em diversas cidades, totalizando 550 kWp de potência, com capacidade de geração de, em média, 66 kWh/mês, o que proporcionará uma economia média mensal estimada de R\$ 50.000,00 ao Tribunal.

Também merece registro o esforço empreendido pela Sempro para atualização e regularização dos Projetos de Proteção Contra Incêndio, com vistas à obtenção do respectivo alvará junto ao Corpo de Bombeiros Militar (CBM) de cada localidade. Considerando as 78 edificações ocupadas pelo Tribunal, até o final do ano 2017 foram obtidos os seguintes resultados:

<b>Etapas/Andamento</b>	<b>Quant. imóveis</b>	<b>Percentual</b>
Alvará expedido pelo CBM, em plena validade em 31.12.2017	31	39,7%
PPCI já encaminhado ao CBM (aguardando análise ou vistoria)	11	14,1%
Aguardando ação do proprietário do imóvel	8	10,3%
Ações em andamento na Sempro (projeto/especificação/orçamento/licitação/execução)	28	35,9%

## **COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS**

A Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços (Copex) é responsável pela concepção (elaboração de projetos, especificações e orçamentos) e acompanhamento (fiscalização) de serviços técnicos de engenharia e arquitetura, desde *layouts* e reorganizações

espaciais, adaptações e reformas de espaços existentes (próprios, locados ou cedidos) até a construção de novas sedes para abrigar as unidades judiciárias de todo o Tribunal, tanto na Capital e Região Metropolitana, como no Interior. Tais ações são geridas a partir do Plano de Obras, que engloba a construção das novas edificações, e do Plano de Modernização das Instalações Judiciárias, que engloba as adequações físicas para atender as alterações espaciais impostas pela mudança do processo de trabalho (implantação do PJe, reforma trabalhista e estabelecimento das atividades conciliatórias, etc.), bem como para atender a legislação em constante alteração, referente à acessibilidade universal, prevenção e proteção contra incêndio, sustentabilidade e eficiência energética da edificação, etc. Responde também pela gestão, coordenação e fiscalização de todos os contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura do TRT4.

Além das ações já destacadas, os principais projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços no ano de 2017 foram os seguintes:

- reforma do 8º pavimento do prédio-sede, visando à criação de 8 novos gabinetes de desembargador;
- reforma no 7º pavimento do prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre para abrigar o Memorial da Justiça do Trabalho;
- reforma geral do depósito da Av. Aureliano de Figueiredo Pinto;
- reforma geral dos prédios dos Foros Trabalhistas de Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Bento Gonçalves, para reorganização espacial interna e otimização das áreas dos Foros, adequações de acessibilidade e PPCI;
- reforma na galeria do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre para abrigar a Central de Atendimento ao Público – CAP, com vistas a permitir a reorganização do Centro Judiciário de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos – Cejusc-JT, e o aumento da quantidade de salas de conciliação;
- reforma da área externa (calçadas e rampas) do prédio-sede do TRT4 para adequação à acessibilidade universal;
- criação de Salas de Conciliação do Cejusc-JT no 3º e 5º andares do prédio-sede do TRT4;
- adequações de acessibilidade e construção de dois vestiários na VT Palmeira das Missões;
- adequação da sala de amamentação localizada na Galeria do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre, para fins de certificação pela Secretaria Estadual da Saúde;
- instalação de nova guarita no Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- alteração de *layout* de 17 gabinetes e 6 secretarias dos prédio-sede e administrativo, de 21 Varas do Trabalho de Porto Alegre e de 6 unidades judiciárias do interior do estado.

## **COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS**

As ações da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais (Comip) compreendem a implantação do Plano de Manutenção Predial Permanente, a coordenação e fiscalização dos contratos regionais de manutenção predial, incluindo instalações eletrológicas, de climatização e de elevadores, a implementação do Plano Permanente de Modernização das Instalações Prediais, o projeto, o orçamento e a fiscalização das instalações mecânicas e eletrológicas de todos os

prédios do Tribunal (Capital e Interior), além de estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas à manutenção predial e às instalações eletrológicas e mecânicas. Para atendimento das diversas demandas, a Comip é estruturada em cinco seções: Seção de Manutenção, Seção de Instalações Eletrológicas, Seção de Instalações Mecânicas, Seção de Marcenaria e Carpintaria e Seção de Edificações e Metalurgia.

Além da participação nos projetos e na fiscalização das ações já destacadas anteriormente, entre as diversas ações de manutenção realizadas pela Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais em todas as unidades do Tribunal no ano de 2017, merecem destaque as seguintes:

- reforma geral de pequeno ou médio porte nas seguintes unidades judiciárias: Arroio Grande, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Farroupilha, Gravataí, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Palmeira das Missões, Pelotas, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Jerônimo, São Leopoldo e Soledade;
- controle, revisão e ajustes gerais dos PPCIs em várias unidades judiciárias do interior do estado, incluindo todos os elementos que o compõem, tais como extintores, hidrantes, *sprinklers*, mangueiras, centrais de alarme, placas de sinalização visual;
- regulação geral do sistema de incêndio do prédio Anexo, com a substituição do painel geral de alimentação e do painel de comando das bombas;
- instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) no Foro Trabalhista de Novo Hamburgo;
- reformas de grande porte na Escola Judicial e na Biblioteca;
- reforma na CAP/Cejusc e na sala da OAB (área de inclusão digital);
- alteração de *layout* de diversos gabinetes (17) e secretarias (6) dos prédio-sede e administrativo, de 21 Varas do Trabalho de Porto Alegre e de 6 unidades judiciárias do interior do estado;
- atualização da infraestrutura de telefonia (projeto SETIC) nos prédios das Varas do Trabalho de Carazinho, Marau, Nova Prata, Osório, Panambi, São Jerônimo, Soledade;
- confecção dos móveis para as copas dos novos gabinetes do 6º andar ala sul e para a Coordenadoria de Saúde;
- pintura dos saguões do prédio I e dos terraços do prédio III;
- reforma da área onde funcionava o restaurante do prédio administrativo, em função de incêndio ocorrido no início do ano de 2017;
- modernização dos sistemas de sonorização e vídeo de sala de sessões (902), com vistas a atender a sustentação remota e as transmissões *on-line*;
- reforma na rede eletrológica das seguintes unidades judiciárias: Camaquã, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Farroupilha, Ijuí, Lagoa Vermelha, Montenegro, Santiago, Três Passos, Triunfo e Vacaria;
- fechamento em gesso acartonado do sistema de climatização do Prédio II;
- elaboração dos projetos, fiscalização e apoio para a substituição dos geradores da sala-cofre e CPD2 da Setic;
- execução do projeto (Setic) de autonomia dos *no-breaks*;

- reforma do sistema de rede *wireless* do prédio-sede do Tribunal e dos prédios do Foro Trabalhista de Porto Alegre.

## **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

A Secretaria de Orçamento e Finanças (Secof) é responsável pela gestão financeira e orçamentária e pelos pagamentos relacionados às ações de pessoal ativo, inativo, pensionistas, contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores, assistência médica e odontológica, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar, benefícios assistenciais decorrentes de auxílio-funeral e natalidade, pagamento de honorários periciais e ajuda de custo moradia. Compõem a Secretaria de Orçamento e Finanças a Coordenadoria de Pagamento – Copag e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – Cofin.

Cabe à Coordenadoria de Orçamento e Finanças o controle das ações orçamentárias acima especificadas e a realização dos pagamentos das despesas de pessoal, custeio e investimentos, tais como: folha de pagamento, fornecedores, capacitação, diárias, ajudas de custo, indenizações, aluguéis, peritos, requisições de pequeno valor (RPV), precatórios e obras.

A Coordenadoria de Pagamento é responsável pela elaboração da folha de pagamento de magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas e pelo cálculo das respectivas contribuições e tributos, bem como pelas informações a órgãos públicos de fiscalização, tributação e controle e a outros interessados, no que se refere à sua área de atuação, como por exemplo: auditorias do TCU, CNJ e CSJT, informações à Receita Federal e Previdência Social (DIRF e RAIS), documentação para defesa em ações judiciais solicitadas pela AGU, acompanhamento e cumprimento das alterações de legislação e resoluções do CNJ e CSJT.

### **COORDENADORIA DE PAGAMENTO**

A Coordenadoria de Pagamento no exercício de 2017 procedeu à elaboração das folhas de pagamento de magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas, com o recolhimento das respectivas contribuições e tributos. Ao longo do exercício também ocorreram pagamentos de despesas de exercícios anteriores de férias indenizadas, adicional por tempo de serviço, adicional de qualificação, abono de permanência, Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), vencimentos/proventos/pensão, gratificação natalina, licença-prêmio indenizada, correção monetária e juros da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) do período de janeiro de 1998 a agosto de 1999.

Também procedeu ao encaminhamento de informações a órgãos públicos de fiscalização, tributação e controle e a outros interessados, no que se refere à sua área de atuação, como por exemplo: auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Receita Federal do Brasil (RFB) e Ministério da Previdência Social (MPS) – DIRF e RAIS, documentação para defesa em ações judiciais solicitadas pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Dentre as informações encaminhadas ao Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe) estão: elementos para elaboração de cálculos de liquidação de sentenças referentes a diferenças decorrentes de progressões e promoções

funcionais; fornecimento de dados em face do acordo judicial de cessação do desconto da cota-parte correspondente à participação dos servidores no custeio do benefício de assistência pré-escolar; fornecimento de elementos para fins de elaboração de cálculos de liquidação de sentença referentes a diferenças da não incidência de contribuição previdenciária sobre o pagamento de função comissionada ou cargo em comissão.

Em relação ao TCU, foi encaminhado detalhamento da situação dos pagamentos, recebimentos e do saldo dos passivos trabalhistas relacionados ao item 9.2 do Acórdão-TCU-Plenário 117/2013, devidos a magistrados e servidores do TRT 4ª Região, relativos a diferenças de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), Unidade Real de Valor (URV), Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI); resposta ao Acórdão TCU – Plenário 2.190/2017, que solicitou esclarecimentos acerca de pagamentos acima do teto constitucional, entre as competências de setembro de 2011 e agosto de 2012.

Ao CSJT foram prestadas informações para subsidiar exames preliminares relacionados à auditoria *in loco* nas áreas de Gestão de Pessoas e de Gestão de Tecnologia da Informação, realizada pela Coordenadoria de Controle e Auditoria (CCAUD/CSJT), no período de 22 a 26 de maio.

Igualmente, fizeram parte da rotina da Coordenadoria de Pagamento no exercício de 2017 o acompanhamento e cumprimento das alterações de legislação e resoluções do CNJ e CSJT, tais como: Resolução CSJT nº 184, de 24.02.2017, que altera o critério de cálculo da vantagem Substituição de servidores; Resolução CSJT nº 189, de 24.03.2017, que altera as datas de pagamento do adiantamento da gratificação natalina; Resolução CSJT nº 196, de 30.06.2017, que dispõe sobre a concessão do Adicional de Qualificação aos servidores ocupantes de cargos efetivos; Resolução CSJT nº 198, de 25.08.2017, que regulamenta os procedimentos atinentes à concessão do auxílio-alimentação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus; Resolução CSJT nº 199, de 25.08.2017, que regulamenta as consignações em folha de pagamento dos magistrados, servidores e beneficiários de pensão; Resolução CSJT nº 204, de 25.08.2017, que regulamenta o banco de horas e o desconto de remuneração decorrente de faltas ou atrasos de servidores; Resolução CSJT nº 205, de 25.08.2017, que altera os critérios de preenchimento dos relatórios da indenização de transporte de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112/90; Resolução CSJT nº 211, de 24.11.2017, que padroniza procedimentos relacionados às rotinas de pagamento de pessoal; Recomendação CSJT nº 22, de 30.11.2017, que recomenda procedimentos relacionados à tributação nas rotinas de pagamento de pessoal; Provimento CNJ nº 64, de 1º.12.2017, que estabelece diretrizes gerais para o pagamento dos subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça; Portaria CNJ nº 63, de 17.08.2017, a qual impõe o dever de apresentar dados sobre estrutura e pagamento remuneratório de magistrados, para cumprimento da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

Paralelamente às questões diretamente ligadas ao pagamento de pessoal, a Coordenadoria de Pagamento também integra os projetos Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP) e eSocial. Durante o transcorrer do ano de 2017 houve uma evolução significativa na familiarização com o novo sistema nacional de Folha de Pagamento que integra o SIGEP, o FolhaWeb-JT. Houve a liberação de acesso à pré-versão desse Sistema em dezembro de 2016 e, a partir daí, em parceria com as equipes de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação, foram promovidas complementações de dados cadastrais registrados no SGRH e que são consumidos e geram efeito financeiro no novo sistema de folha. Entre os dias 21 e 24 de novembro, durante o primeiro Curso do Sistema de Gestão da Folha de Pagamento - Folha Web, preparado e ministrado pelas equipes de informática e de folha de pagamento do TRT da 24ª Região, foram avaliadas as funcionalidades existentes e sugeridas algumas melhorias que o

sistema ainda não atende, como, por exemplo, abatimento por dependentes no cálculo do imposto de renda; apuração de pensão alimentícia para os pensionistas civis; pagamento de correção monetária e de juros para diferenças pagas no próprio exercício; módulo de gestão e controle de passivos; pagamento de folhas suplementares de Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA), com a devida tributação própria. Em parceria com o TRT da 17ª Região, foi desenvolvida a regra de negócio para o módulo de cálculo de Correção Monetária e dos Juros de Mora e, em seguida, enviada para o Comitê Nacional Gestor do Sigep. Foram enviadas também ao referido Comitê a relação de rubricas ainda inexistentes no novo Sistema.

Quanto ao eSocial, foram promovidas as seguintes ações: estudos sobre o fluxo de informações do sistema de eventos, resultando em um gráfico do fluxo de dados; criação de uma estrutura de trabalho compartilhada para que todas as secretarias e seções do grupo de trabalho pudessem organizar e catalogar informações (planilhas com os *layouts*, tabelas para dados inexistentes em nossos sistemas, definição de metodologias de trabalho); participação em reuniões semanais do grupo de trabalho do eSocial; análise dos 16 eventos que demandam informações da folha de pagamento; mapeamento de dados para definir a origem das informações exigidas pelos eventos e apontamento das informações inexistentes no Sistema; auxílio aos membros do grupo de trabalho em questões técnicas e análise de dados; participação em cursos e eventos para apropriação de conhecimento e esclarecimento de dúvidas; preparação de dados inexistentes em nossos sistemas para carga futura quando os campos necessários estiverem disponíveis (trabalho ainda em andamento); análise da nova versão do *layout* do eSocial, identificando para o grupo de trabalho os pontos que necessitam adequação.

Integra a folha de pagamento do Tribunal o seguinte quantitativo de pessoal (dezembro/2017):

Quantitativo de Pessoal		
Ativos	Servidores	3.401
	Magistrados	293
Inativos	Servidores	1.308
	Magistrados	127
	Juízes Classistas	86
Pensionistas	Pensionistas Civis	481
Total		5.696

## COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

No âmbito de competência da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, o ano de 2017 foi marcado por expressiva mudança na esfera orçamentária e financeira, por ser o primeiro exercício financeiro de vigência do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu 15 limites individualizados para as despesas primárias referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive para a Justiça do Trabalho.

Foi adotado como referência o total de despesas primárias pagas no exercício de 2016, que demarcará o limite de gastos de todos os Poderes, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União para os próximos 20 anos, incluída apenas a correção monetária.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2017 corresponderam, assim, ao total de despesas primárias pagas em 2016 com a atualização de 7,2%.

Destaca-se, também, o trabalho desenvolvido ao longo do ano para verificação das exigências advindas da EFD-Reinf – Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais, módulo do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, e levantamento das necessidades de adequação do sistema administrativo “Compras” a esse módulo. Em consonância às alterações provenientes da implantação da EFD-Reinf e do eSocial – Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, o comitê Gestor do Sistema de Gestão Administrativa Eletrônica – cgGAe da Justiça do Trabalho deliberou no sentido de priorização do desenvolvimento dos sistemas de Gestão Orçamentária e Financeira (Sigeo) e de Gestão de Pessoas (Sigep). De acordo com tal orientação, no ano de 2017, a Coordenadoria intensificou o trabalho de verificação e validação das alterações e melhorias efetuadas pelo comitê nacional no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira (Sigeo).

## **SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

No ano de 2017, a Secretaria de Apoio Administrativo – Seapa coordenou e supervisionou os serviços de apoio às rotinas judiciais e administrativas, como a execução e controle dos serviços de vigilância, transportes, manutenção de viaturas, lavagem de veículos, limpeza, zeladoria, telefonia, serviços gráficos, jardinagem, desinsetização, serviços de copa, movimentação de processos e movimentação de cargas.

Tendo em vista as medidas de economia implementadas no ano de 2016, houve redução dos valores mensais de alguns dos contratos terceirizados sob a gestão da Secretaria.

Com o objetivo de reduzir o contato dos empregados terceirizados com agentes insalubres de grau máximo, no início do ano foi formada equipe especial para higienização de instalações sanitárias de uso público de grande circulação em todas as unidades judiciárias e administrativas do Tribunal, ação que teve como consequência a redução de 5,23% (montante de R\$ 31.517,78) do valor mensal do contrato do serviço de limpeza.

## **COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

A Coordenadoria de Segurança Institucional tem como atribuições realizar atividades de planejamento e organização das demandas ligadas à segurança, aos transportes e à manutenção da frota de veículos do Tribunal, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços às seções e aos setores a ela subordinados. Cabe à Coordenadoria também planejar e executar a segurança em eventos externos e internos e fazer a fiscalização e gestão do contrato de vigilância armada.

Em continuidade à implantação do Núcleo Especializado de Proteção e Escolta – Nepe, criado no ano de 2016, foram adquiridas armas e munições para uso exclusivo do Núcleo, bem como realizados cursos e treinamentos aos componentes do grupo.

Foi executado o projeto de aperfeiçoamento das ferramentas de controle e gestão dos sistemas de Circuito Fechado de TV (CFTV) e a implementação de novos recursos na central de monitoramento do Tribunal, novas ferramentas de manutenção, implementação de nova central de monitoramento no prédio do Foro Trabalhista de Porto Alegre e aquisição de novas licenças para



câmeras IP (*Internet Protocol*), bem como a configuração e testes de novo *software* para gerenciamento dessas câmeras.

Em 2017, atingiu-se a cobertura de 100% das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal monitoradas por alarme de intrusão. Foram substituídos ou instalados módulos IP em diversas centrais de alarme, otimizando a comunicação de ocorrências e reduzindo despesas telefônicas.

Foi efetuado o monitoramento por CFTV no prédio-sede, Prédio Administrativo e Plenário, no Arquivo e no Memorial, no Depósito Centralizado, nos Depósitos da Seção de Cadastramento de Bens, na Seção de Almoxarifado, na Seção de Marcenaria, na Seção de Transportes, nos Foros Trabalhistas de Alvorada, Bento Gonçalves, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara e Uruguaiana.

Em contrapartida, houve redução nos valores do contrato de vigilância em função da substituição de postos com carga horária de 24h ou 12h diárias por postos com 44h semanais.

Por fim, visando a manter o baixo consumo de água para a limpeza e higienização dos veículos do Tribunal, no ano de 2017, foi mantida a contratação de empresa para executar o serviço por meio do procedimento chamado “lavagem ecológica”, no qual são utilizados produtos especiais para a remoção de sujeira, com a utilização de pouca quantidade de água.

## **SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

No ano de 2017, houve a implementação de projetos que representaram evolução e aprimoramento na forma como as informações funcionais são gerenciadas na Secretaria de Gestão de Pessoas. Destaca-se, por exemplo, a participação no desenvolvimento de projetos como eSocial, Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias, e o Sigep, Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, gradativamente implementado nos diversos órgãos da Justiça do Trabalho no País.

Cumprir destacar, também, a alteração do organograma da Secretaria de Gestão de Pessoas, com a extinção, criação e desvinculação de Seções no intuito de redefinir e otimizar o fluxo de processos que tramitam pela Secretaria.

Em relação à gestão interna de capacitação da Secretaria, objetivou-se a implementação do modelo gerencial, adotando-se premissas como o estímulo à profissionalização do servidor, incentivando-o a participar de programas de capacitação internos e externos que o habilitem a desenvolver as várias competências inerentes ao seu cargo e às novas demandas exigidas pelos diversos públicos do Tribunal, como, por exemplo, o 20º Encontro Anual de Gestores promovido no segundo semestre do ano.

De igual forma, estiveram em evidência as dificuldades enfrentadas em virtude das restrições orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho, as quais impossibilitaram a recomposição de vagas que gerassem aumento de despesas. Encontrar um equilíbrio entre as imposições de limites orçamentários e as necessidades de manter um quantitativo de pessoal adequado às demandas de trabalho foi um desafio permanente na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Na área de capacitação foram promovidas ações específicas de disseminação de conhecimento e conscientização para temas relevantes na Justiça do Trabalho, destacando-se aqueles ligados à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, diversidade, prevenção do assédio moral e sexual no trabalho, conciliação e reforma trabalhista. Destaca-se que, ao final do período, a referida área foi incorporada à estrutura da Escola Judicial.

Diante de tais ações, desafios e adversidades enfrentados pela Secretaria no ano de 2017, evidenciam-se a seguir, com maiores detalhes, as atividades de caráter mais relevante desenvolvidas pelas áreas que a integram, divididas por tema.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS**

O gerenciamento eficiente de processos relacionados à introdução de novas soluções tecnológicas na Secretaria de Gestão de Pessoas foi decisivo para que fossem alcançados os atuais resultados, especialmente na implementação inicial de sistemas como o Sigep e o eSocial.

Os esforços foram consolidados por meio de ações como a instituição de Comitê e Grupos de Trabalho específicos para cada sistema, realização de reuniões periódicas para alinhar os objetivos propostos no planejamento, dedicação exclusiva de servidores na gestão de determinadas demandas, entre outras atividades que vêm contribuindo para o fim pretendido.

Além disso, ações como a migração de dados entre os sistemas, levantamento de críticas, atualização de campos, confecção de manuais e gerenciamento de cursos dirigidos ao quadro de pessoal acerca das novas tecnologias foram ações regulares da Secretaria no último ano.

- **Sigep**

O Sistema Integrado de Gestão de Pessoas é resultado de um acordo de cooperação técnica firmado em 2014 entre órgãos do Poder Judiciário e está sendo implantado em toda a Justiça do Trabalho.

O sistema está sendo utilizado em modo de produção no âmbito do Tribunal desde 29.05.2017. Atualmente, está sendo utilizado paralelamente ao sistema legado de RH, isto é, o cadastro é alimentado por diversas áreas na base de dados dos dois sistemas, simultaneamente.

No que tange ao processo de migração de dados do atual Sistema de RH para o Sigep, as seções da Secretaria realizaram minucioso levantamento de inconsistências e associações para que as informações pudessem ser transferidas de forma adequada, tais como situações funcionais, dependentes, incorporação de quintos, penalidades administrativas disciplinares, evoluções na carreira, portarias de louvor, entre outros registros de vital importância para controle e emissão de relatórios gerenciais. Com o processo de migração, vem sendo possível proceder à análise crítica de seus efeitos, reportando e discutindo eventuais erros em reuniões semanais. Além disso, foram realizados inúmeros testes de validação da migração de dados com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações para assegurar a exatidão da base cadastral do sistema.

O resultado dessa nova ferramenta tecnológica está diretamente relacionado aos ganhos expressivos no controle de informações gerenciais, decorrentes da utilização de um sistema confiável. Assim, no futuro, a Secretaria de Gestão de Pessoas poderá concentrar seus esforços na otimização de processos de trabalho, levantamento fidedigno de relatórios funcionais,

eliminação do retrabalho e duplicidade da informação, bem como outras melhorias nas atividades administrativas.

- **eSocial**

O Decreto nº 8.373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Por meio desse sistema, os órgãos passarão a transmitir seus dados de forma unificada. A transmissão eletrônica simplificará o envio das informações, de forma a reduzir a burocracia e substituir o preenchimento e a entrega de formulários e declarações separados a cada ente.

O Ofício Circular CSJT.GP.SETIC nº 96/2017, exigiu dos Tribunais Regionais do Trabalho que adotem providências para mobilizar e integrar os responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas e de orçamento nas ações de aperfeiçoamento dos sistemas Sigep e Sigeo, tendo em vista os prazos legais fixados pelo Governo Federal para implantação do eSocial e do EFD-Reinf. Além disso, a Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2/2016 determinou que o início da prestação de informações por meio do sistema se daria em 1º.07.2018, exceto os relativos à saúde e à segurança do trabalhador (SST), que serão obrigatórios após os seis primeiros meses, a contar daquela data, ou seja, a partir do ano de 2019.

Dessa forma, surgiu a necessidade de formação de um Grupo de Trabalho para apresentar proposta de implantação e acompanhar a implementação do sistema no âmbito deste Tribunal, haja vista que o TRT4 integra o primeiro grupo de implantação e migração desse sistema nacional. A Portaria TRT4 nº 3.449/2017 instituiu o referido Grupo, estabelecendo, além de suas competências, o prazo de 120 dias para apresentação da proposta indicada.

Conforme definido em reuniões do Grupo de Trabalho, os “eventos” do eSocial foram divididos de acordo com a atribuição de cada área para a prestação das informações solicitadas, ficando a Secretaria de Gestão de Pessoas responsável pela identificação daqueles de sua competência, a fim de realizar as seguintes ações: mapear o local das informações no sistema legado (RH) e no Sigep; analisar a qualidade e suficiência das informações existentes; e deliberar sobre a forma de obtenção das informações inexistentes. Considerando o grau de complexidade da fase de mapeamento, o Grupo de Trabalho do eSocial solicitou a prorrogação do prazo por igual período, a fim de concluir a proposta estipulada. A prorrogação foi deferida pela Portaria TRT4 nº 6.331/2017.

Também merece destaque quanto ao tema a realização pelo TRT4, em agosto de 2017, do Seminário eSocial para Órgãos Públicos, evento oferecido para prestar esclarecimentos sobre o novo sistema de escrituração digital. O seminário foi conduzido por representantes da Secretaria da Receita Federal, Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda e TRT2, com a participação de mais de 400 inscritos. Além dos servidores do TRT4, acompanharam o evento integrantes da Administração Pública da União, do estado e dos Municípios de todo o estado. De forma complementar, promoveu-se posteriormente o evento eSocial para Justiça do Trabalho, ciclo de palestras específico para órgãos integrantes da justiça trabalhista.

- **e-Pessoal**

A partir de novembro de 2017, o Tribunal passou a utilizar o novo Sistema de Atos de Pessoal (e-Pessoal) do Tribunal de Contas da União, em substituição ao Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), para registro de atos como a admissão e

a concessão de aposentadorias e pensões, assim como os respectivos desligamentos e cancelamentos.

- **Entrevistas à distância – Ferramenta *Google Hangouts***

Apesar de não integrar um sistema de informação gerencial propriamente dito, mas uma ferramenta tecnológica que auxilia no desempenho das atividades da Secretaria, bem como na tomada de decisão, é importante destacar a iniciativa surgida em 2017 em relação às entrevistas à distância com servidores lotados em outros Regionais e interessados em compor o quadro de pessoal do TRT4, por meio de permutas ou redistribuição. Essa ação, processada pela videochamada do *Google Hangouts*, além de possibilitar uma prévia análise do perfil de candidatos a vagas no Tribunal, reduz custos de deslocamento e agiliza os processos de avaliação, eventualmente não realizados em razão da falta de recursos e meios adequados.

- **Férias On-line**

No decorrer do ano de 2017, os magistrados de segundo grau e os Juízes Convocados passaram a utilizar o sistema férias on-line, mesmo sistema utilizado pelos servidores. Isso provocou uma considerável redução na possibilidade de erros, especialmente relativos aos lançamentos dos períodos de férias solicitados, de requerimento de antecipação de remuneração de férias e gratificação natalina, processo realizado manualmente até então.

- **Migração dos Dados Estatísticos para o Novo Portal do TRT4**

Em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, foi realizado levantamento específico das publicações realizadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas para proceder à migração de dados estatísticos do antigo para o novo *site* do TRT4, inaugurado no final de 2017.

## **CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

- **Ressarcimento**

A partir da entrada em vigor da Resolução CSJT nº 164/2016, que disciplina o uso e a concessão de certificados digitais institucionais no âmbito da Justiça do Trabalho, a Secretaria de Gestão de Pessoas iniciou estudos para definir critérios e operacionalizar o processo de ressarcimento ao erário, decorrente da emissão de novos certificados digitais, nos casos de inutilização, perda ou extravio do dispositivo. Tal iniciativa, além de restituir ao erário valores eventualmente despendidos em razão de perda/extravio da mídia, bloqueio de senha e não renovação de certificados digitais, conscientiza magistrados e servidores acerca das responsabilidades pela guarda e conservação do bem fornecido para a consecução das atividades desempenhadas no Tribunal.

Em setembro de 2017, a partir da fixação de critérios e do fluxo de processos definido pela Presidência, os casos de ressarcimento identificados passaram a ser analisados, bem como enviados à apreciação da Diretoria-Geral e, posteriormente, à Secretaria de Orçamento e

Finanças, para os devidos descontos em folha de pagamento, gerando, em 2017, reembolso aos cofres públicos no valor de aproximadamente R\$ 1.400,00 decorrente da apuração de 75 casos considerados devidos.

## **INCLUSÃO, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE**

- **Inclusão de Pessoas com Deficiência – PcDs**

A Secretaria realizou diversas demandas relacionadas a servidores com deficiência, tais como ações oriundas de reuniões da Comissão de Acessibilidade e Inclusão – CPAI – responsável pelo assessoramento integral dos servidores com deficiência lotados no Regional –, trabalho de inserção e acompanhamento de servidores em novas unidades de trabalho, melhorias e adequações para servidores em suas áreas, acompanhamento de servidores lotados em outros Regionais, acolhimento de ingressantes, entre outras ações de integração.

Merece destaque, dentre tais ações de inclusão, a promoção do 1º Encontro de Servidores com Deficiência, evento realizado nas dependências do Tribunal e que teve como público-alvo os servidores do quadro de pessoal com deficiência – aproximadamente 130 pessoas –, bem como gestores do Regional. As vagas remanescentes foram ofertadas a gestores e servidores com deficiência do TRF4 e do TRE-RS. O evento foi elaborado com temáticas que propiciaram o debate, abordando questões como inclusão social, equidade e não discriminação.

- **Conexão Servidores**

*Conexão Servidores* foi um evento à distância, em formato colaborativo, que abordou os temas de Ética e Comunicação Não-Violenta; Diversidade e Equidade de Gênero; Sustentabilidade e Meio Ambiente no Poder Público; Organização do Trabalho frente às Novas Tecnologias; e Orçamento do TRT4. Foi disponibilizada uma turma do evento, com 200 vagas, no período de 14.08 a 13.09.2017.

- **Gênero e Sexualidade**

Na temática de diversidade, a Secretaria, por meio de sua área de capacitação, ofereceu o Curso *Introdução às Questões de Gênero e Sexualidade*. O evento foi elaborado para atender aos servidores integrantes do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4, bem como servidores lotados em unidades envolvidas com estas questões, tais como Diretoria-Geral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Ouvidoria.

- **Assédio Moral e Sexual no Trabalho**

O curso a distância *Prevenindo o Assédio Moral e Sexual no Trabalho*, em formato colaborativo, abordou a temática do assédio, promovendo o conhecimento, a troca de experiências e a busca da prevenção no ambiente do TRT4.

## **GOVERNANÇA (IGOV)**

A Secretaria de Gestão de Pessoas foi responsável pelo envio das informações relativas às suas áreas de competência no Ciclo iGov 2017, avaliação periódica do TCU acerca da capacidade de governança e gestão da Administração Pública. Realizado o cálculo prévio do índice a partir das respostas enviadas em setembro de 2017, uma vez que o órgão de controle ainda não divulgou oficialmente o índice, pode-se apurar que o TRT4, na área de “Pessoas”, apresentará sensível avanço de seu índice, dadas as melhorias e aprimoramentos de gestão de pessoas implementados nos últimos anos. Esse aperfeiçoamento contribui para o cumprimento das metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (2015-2020) e do Plano Estratégico do TRT da 4ª Região (2015-2020), a saber: *atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas.*

## **NOMEAÇÕES, EXONERAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES E CONTRATAÇÕES DE ESTAGIÁRIOS**

Relativamente ao quadro de servidores, em 2017, o TRT4 enfrentou sérias dificuldades em virtude das restrições orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho, as quais impossibilitaram o provimento de cargos vagos que gerassem aumento de despesas. Como os provimentos ficaram restritos apenas aos cargos vagos decorrentes de vacância por posse em cargo inacumulável, exoneração ou falecimento sem instituidor de pensão, que ocorrem em menor número do que as aposentadorias, a reposição das vagas existentes nas unidades ficou bastante prejudicada, levando-as a atuarem com quadro de servidores reduzido e a envidarem esforços para atender às demandas de trabalho.

De outro lado, diante da necessidade de encontrar alternativas para suprir a escassez de mão de obra, foi autorizada pela Presidência do Tribunal a ampliação do número de vagas do Programa de Estágios, que passou de 336 para 388. Esse acréscimo possibilitou a destinação de mais um estagiário para cada um dos 44 Gabinetes de Desembargadores, que passaram a contar, então, com dois estagiários cada. Além disso, vagas remanescentes puderam ser direcionadas para unidades com maior *deficit* de servidores e com grande volume de trabalho. Apesar de a referida ampliação ter contribuído para a redução dos efeitos da falta de pessoal, o número de vagas atualmente autorizadas não é suficiente para atender às inúmeras demandas do Regional.

Em 2017, também foi realizado novo processo seletivo para a contratação de estagiários, em virtude do término da validade do processo então vigente. A organização do certame ocorreu em parceria com o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), entidade contratada por este Tribunal para atuar como agente integrador do Programa de Estágios. Ainda, foi realizada nova contratação de seguro de vida para os estudantes.

A Secretaria também integrou a Comissão de Movimentação de Servidores, prestando todas as informações necessárias à análise dos requerimentos de unidades e servidores. Não obstante ser atividade desenvolvida desde 2016, a severa restrição para provimento dos cargos vagos elevou a necessidade de detalhamento das informações que instruem a pauta da reunião, a fim de que os raros cargos autorizados fossem direcionados às unidades com maior carência de servidores.

Pode-se destacar, também, o procedimento de inscrição de Juízes do Trabalho Substitutos interessados na remoção para o TRT4, divulgado por meio do Edital nº 07/2017, de processo de remoção para aproveitamento futuro, em observância ao art. 13 da Resolução CSJT nº 182/2017, que regula o exercício do direito de remoção, a pedido, de Juiz do Trabalho Substituto entre Tribunais Regionais do Trabalho.

## **AUDITORIAS**

- **Auditorias Externas – TCU**

A Secretaria desenvolveu importante papel na confecção de pareceres sobre irregularidades apontadas pelo TCU, destacando-se a informação do Ofício nº 278-357/2016 – TCU/SEFIP/Diaup, relativa à participação de servidores do TRT4 na administração de sociedades empresariais e acúmulo de cargos públicos, aposentadorias e pensões. Tal ação culminou na abertura de quatro processos administrativos para fins de apuração de supostas irregularidades praticadas.

Cumprido relatar, além disso, que, no ano de 2017, foi realizado complexo trabalho decorrente de duas auditorias oriundas do TCU: uma com o objetivo de apurar irregularidades na percepção de pensão civil pelas “filhas solteiras”, com trabalho já finalizado, e outra tendo por finalidade averiguar o acúmulo ilegal de cargos em relação a servidores aposentados e servidores instituidores de pensão, com algumas providências ainda não finalizadas. Cabe registrar que a averiguação de irregularidades na percepção de pensão civil pelas filhas solteiras, após assegurado o contraditório e a ampla defesa, resultou no cancelamento de seis pensões.

- **Auditorias Externas – CSJT**

Tendo em vista o Plano Anual de Auditoria do CSJT para o exercício de 2017, foi realizada no TRT4 auditoria no período de 22 a 26 de maio de 2017, contemplando a área de Gestão de Pessoas e Benefícios.

Para subsidiar os exames preliminares, a Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CCAUD/CSJT – solicitou, por meio das Requisições de Documentos e Informações (RDI) nº 61 e 62/2017, o envio de informações acerca da área auditada. Dentre os dados e documentos requisitados, citam-se:

- o andamento da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep) no âmbito do TRT4, principalmente em relação a ações de capacitação dos servidores envolvidos, documentação do sistema com seus módulos e funcionalidades e informações relativas à prestação de contas quanto à implantação do sistema;
- aspectos relevantes de cadastro de pessoal, pagamentos em folha e reconhecimento de passivos trabalhistas.

- **Auditorias Internas – Seconti**

No final de 2017, foi realizada auditoria nos processos de pagamento de diárias de magistrados e servidores, pela Secretaria de Controle Interno – Secont, com relatório final encaminhado à Presidência do Tribunal.

Da mesma forma, no referido ano, a Secretaria de Gestão de Pessoas respondeu à auditoria interna acerca do teletrabalho, o que implicou ações tomadas pela Secretaria, notadamente a inclusão de relatórios semestrais nos respectivos processos e a inserção de alertas nos e-mails de solicitação de teletrabalho, ressaltando ao servidor da importância do acesso à cartilha “Ergonomia no Teletrabalho”, disponível na extranet do Tribunal (Portal Vox). Em relatório final, a Secont entendeu que as providências adotadas suprimiram as deficiências apontadas, não havendo mais recomendações. É de se destacar, por oportuno, que o número de servidores em teletrabalho praticamente dobrou em 2017, com o acréscimo de 50 de um total de 98 servidores.

## **REFORMA PREVIDENCIÁRIA**

A tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de Reforma da Previdência, consubstanciado na Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, que tem por objeto a alteração da Constituição Federal para dispor sobre a seguridade social, estabelecer regras de transição e dar outras providências, provocou grande procura, por parte dos servidores em atividade, de esclarecimentos a respeito da matéria, o que se deu mediante inúmeros atendimentos presenciais, por telefone e via mensagem eletrônica.

Ainda como consequência da iminente aprovação das novas regras, a Secretaria de Gestão de Pessoas realizou, a partir de meados de novembro, um mutirão com o objetivo de deixar prontos requerimentos e portarias de aposentadoria de 356 servidores e magistrados aptos a requererem sua aposentação até 31.12.2017. Também foram confeccionados requerimentos e portarias de aposentação para 18 servidores igualmente aptos à aposentadoria até 31.12.2017, caso manifestassem opção pelo cômputo em dobro de períodos de Licença-Prêmio por Assiduidade não fruídos.

Paralelamente a isso, após treinamento no Tribunal relativo à previdência complementar, com destaque à opção pela migração de regime de aposentadoria para o novo Regime Próprio de Previdência Social – pelos servidores que ingressaram no serviço público em data anterior à implantação do Regime de Previdência Complementar no Judiciário Federal (13.10.2013) – magistrados e servidores iniciaram uma busca intensa por informações, para fins de decisão quanto à migração, requerendo orientações e cálculo do benefício especial, a ser pago pelo RPPS no momento da aposentadoria, além do teto do RGPS.

Houve, ainda, a revisão nos processos de averbação de tempo de serviço de todos os magistrados associados da Amatra IV, devido a pedido de cálculo do benefício especial pela Associação. A revisão também se deu no intuito de identificar as certidões que deveriam ser regularizadas pelas alterações legislativas.



## COORDENADORIA DE SAÚDE

No ano de 2017, foi concluído o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), iniciado em 2014, com a execução a cargo da Consultoria em Segurança do Trabalho – Consetra. Foram recebidos e aprovados os relatórios finais e, a partir de então, serão revistos caso haja modificação em ambientes de trabalho ou criação de funções laborais ainda não existentes no TRT4.

Já o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) teve retomada sua execução, pois se trata de controle periódico da saúde de servidores e magistrados. Anualmente, são submetidos ao programa os servidores expostos a áreas de risco à saúde e aqueles com idade superior a 45 anos, sendo bienal para aqueles servidores abaixo dessa idade. Historicamente, a adesão ao programa é muito baixa, devido à não obrigatoriedade, mesmo havendo ampla divulgação interna.

No ano de 2017, a Coordenadoria de Saúde prestou os serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

<b>ATIVIDADES E SERVIÇOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Consultas médicas	10.018
Laudos de licenças para tratamento de saúde	2.828
Laudos de licenças por motivo de doença em pessoa da família	741
Laudos de licença à gestante	66
Laudos de licença por acidente em serviço	0
Laudos de perícia médica	141
Laudos de licença de magistrados	120
Laudos de assunção	56
Atendimento ambulatorial	1.142
Eletrocardiograma	77
Avaliações ergonômicas individuais	107
Atendimentos odontológicos (consultas, perícias, Raios-X, emergências, orientação e encaminhamento)	2.429

- Realização de nova produção de sete vídeos sobre Cinesioterapia Laboral, disponibilizados a todos os servidores e magistrados;
- Acompanhamento de servidores com necessidades especiais;
- Participação nos Grupos de Trabalho do Sigep e do eSocial.
- Realização de quatro palestras "Ergonomia para Todos", nas unidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.

- Realização do *workshop Saúde Bucal da Gestante e do Bebê*, promovido pela Seção de Assistência Odontológica.
- Atuação da Seção de Assistência Odontológica no Projeto Pescar, oferecendo atendimento individual, atividades coletivas e palestra aos jovens participantes.
- Atuação da equipe de enfermagem nos Encontros de Gestores e de Magistrados, realizando medição da pressão arterial e das taxas de glicose e colesterol.

Na Área de Psicologia as ações foram as seguintes:

- Participação em Encontros Institucionais da Magistratura para conversar sobre saúde mental no trabalho, nos Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 8ª e 19ª Regiões;
- Apoio e assessoria em ações da Escola Judicial: acompanhamento de magistrados; vitaliciandos; apoio na formação dos Juízes orientadores; assessoria na elaboração do percurso “Justiça de dentro para fora”, ciclo de palestras voltadas para a humanização das relações no trabalho; auxílio na formação de conciliadores e mediadores; condução do grupo de estudos sobre saúde e qualidade de vida no trabalho;
- Cursos de capacitação:
  - Programa de educação emocional oferecido em três módulos (15h cada curso): Cultivando a atenção e o autocuidado; Cultivando o equilíbrio emocional; Cultivando qualidades internas;
  - Planejamento do Programa de Preparação para Aposentadoria (a ser executado em 2018).
- *Workshops*:
  - “É possível ser feliz no trabalho?”
  - “A importância do autocuidado para a saúde física e mental”
  - “A meditação como caminho para a cultura de paz”
  - “A importância do propósito e das virtudes para o bem-estar”
  - “Como encontrar a motivação no trabalho?”
- Auxílio no Projeto Reintegrar-te;
- atendimentos individuais;
- Apoio no Projeto Pescar através do oferecimento de encontros sobre educação emocional.
- Parceria com outros tribunais:
  - curso sobre comunicação não-violenta no TRE-RS, juntamente com os psicólogos do TRE (36h no total);
  - oferecimento de vagas dos cursos e workshops realizados para os servidores do TRE-RS;
  - apresentação de palestra no TRE-RS em evento sobre Outubro Rosa, abordando o tema do autocuidado.
- Espaço saúde: encontros semanais sobre saúde mental;
- Apoio ao Comitê de equidade de gênero;
- Elaboração de textos para a campanha Setembro Amarelo.





**COMPARATIVO DO ANO DE 2017 COM O ÚLTIMO TRIÊNIO**  
**Processos Distribuídos**

MÊS	DISTRIBUÍDOS											
	2014		2015		2016							
	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	P						
JANEIRO	913	331	2.620	829	686	1.						
FEVEREIRO	5.621	413	2.457	1.459	1.019	3.						
MARÇO	6.473	496	4.263	2.307	3.005	4.						
ABRIL	4.453	564	3.214	1.706	3.964	4.						

**COMPARATIVO DO ANO DE 2017 COM O ÚLTIMO TRIÊNIO**  
**Processos Julgados**

MÊS	JULGADOS											
	2014		2015		2016							
	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	P						
JANEIRO	182	2	169	41	437	5						
FEVEREIRO	5.118	220	3.585	244	1.681	1.						
MARÇO	6.250	293	6.038	1.984	3.770	3.						
ABRIL	6.131	301	4.919	1.368	2.539	4.						

# TRIBUNAL PLENO

Sessões	Ordinárias	1	16
	Extraordinárias	15	
Processos recebidos por distribuição			19
Processos recebidos por redistribuição			15
Processos solucionados	Julgamento em sessão	28	28
	Decisão monocrática	<i>não computado</i>	
Saldo por julgar em 31.12.2017	Com os relatores	20	21
	Em diligência	<i>não computado</i>	
	Aguardando pauta	1	
	Saldo no MP	<i>não computado</i>	

## PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*		
	IUJ	IRDR	ED de IUJ
Ricardo Carvalho Fraga	-	1	-
Denise Pacheco	-	1	-
João Paulo Lucena	-	1	-
Iris Lima de Moraes	-	1	-
Lucia Ehrenbrink	-	1	-
Carmen Izabel Centena Gonzalez	-	1	-
Wilson Carvalho Dias	8	2	-
Ricardo H. de Almeida Martins Costa	3	-	-
João Batista de Matos Danda	7	-	1
André Reverbel Fernandes	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

\* IUJ: Incidente de Uniformização de Jurisprudência; IRDR: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; ED: Embargos de Declaração

## **RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO**

Resolução Administrativa nº 05/2017 – Altera o prazo das convocações dos Juízes de primeiro grau para auxílio no âmbito do Tribunal, previsto no artigo 4º da Resolução Administrativa nº 08/2009.

Resolução Administrativa nº 06/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 01/2017.

Resolução Administrativa nº 10/2017 – Altera a redação da Súmula nº 67 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 11/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 117 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 12/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 118 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 13/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 119 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 14/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 02/2017.

Resolução Administrativa nº 18/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 03/2017.

Resolução Administrativa nº 19/2017 – Regulamenta o procedimento da consulta de que tratam os §§ 1º, 13 e 14 do artigo 16 do Regimento Interno do TRT da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 26/2017 – Aprova a revisão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para o período de 2016 a 2020.

Resolução Administrativa nº 27/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 04/2017.

Resolução Administrativa nº 28/2017 – Cancelamento da Súmula nº 66 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 30/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 120 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 31/2017 – Cancelamento da Súmula nº 61 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 32/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 05/2017.

Resolução Administrativa nº 33/2017 – Altera a redação da Súmula nº 84 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 34/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 06/2017.

Resolução Administrativa nº 35/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 121 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 36/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 122 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 37/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 123.

Resolução Administrativa nº 38/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 124 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 39/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 125 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 40/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 126 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 41/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 127 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 42/2017 – Aprova o enunciado da Tese Jurídica Prevalente nº 7 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 45/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 128 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 44/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 129 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 45/2017 – Aprova o enunciado da Tese Jurídica Prevalente nº 8 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 46/2017 – Aprova o enunciado da Súmula nº 130 deste Tribunal.

Resolução Administrativa nº 47/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 07/2017.

Resolução Administrativa nº 49/2017 – Aprova o Regulamento da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 50/2017 – Aprova o Assento Regimental nº 08/2017.



## ÓRGÃO ESPECIAL

Sessões	Ordinárias	11	19
	Extraordinárias	8	
Processos recebidos por distribuição			92
Processos recebidos por redistribuição			32
Processos solucionados	Julgamento em sessão	96	97
	Decisão monocrática	1	
Saldo por julgar em 31.12.2017	Com os relatores	11	12
	Em diligência	1	
	Aguardando pauta	Não computado	
	Saldo no MP	Não computado	

### PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*							Total
	AGR	MS	RO	TUTANT ANT	AP	CC	PET	
Beatriz Renck	3	-	-	-	-	-	-	3
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	-	1	-	-	1	1	-	3
Rosane Serafini Casa Nova	1	-	-	-	-	1	1	3
João Alfredo Borges Antunes De Miranda	2	2	-	-	-	-	-	4
Ricardo Carvalho Fraga	-	4	-	-	-	-	-	4
Francisco Rossal de Araújo	-	2	-	-	-	-	-	2
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	-	1	-	-	-	-	-	1
João Pedro Silvestrin	40	-	1	1	2	-	-	44
Carmen Izabel C. Gonzalez	-	1	-	-	-	-	-	1
Maria da Graça R. Centeno	20	-	-	-	-	-	-	20
Marçal Henri dos S. Figueiredo	8	-	-	-	-	-	-	8
Emílio Papaleo Zin	-	1	-	-	-	-	-	1
Cleusa Regina Halfen	-	1	1	-	-	-	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>96</b>

\*AGR: Agravo Regimental; MS: Mandado de Segurança; ED: Embargos Declaratórios; PA: Processo Administrativo; REC ADM: Recurso Administrativo.

## **RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ÓRGÃO ESPECIAL**

Resolução Administrativa nº 01/2017 – Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Resolução Administrativa nº 02/2017 – Altera a Resolução Administrativa nº 40/2015, que regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a fim de adequá-la à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

Resolução Administrativa nº 03/2017 – Aprova a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 04/2017 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Janney Camargo Bina, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, para atuar no Tribunal a partir de 15 de março de 2017, na cadeira do Desembargador José Felipe Ledur.

Resolução Administrativa nº 07/2017 – Dispõe sobre a distribuição dos processos no âmbito do 2º grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 08/2017 – Dispõe sobre a convocação da Juíza Maria Silvana Rotta Tedesco, Titular da 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para atuar no Tribunal, a partir de 31 de março de 2017, em razão do afastamento da Desembargadora Berenice Messias Corrêa em face de concessão de licença para tratamento de saúde.

Resolução Administrativa nº 09/2017 – Dispõe sobre o funcionamento das unidades administrativas e judiciárias de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, na data de 28 de abril de 2017.

Resolução Administrativa nº 15/2017 – Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais das unidades judiciárias de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, nas datas de 12, 15 e 16 de maio de 2017.

Resolução Administrativa nº 16/2017 – Altera a redação da Resolução Administrativa nº 24/2015, que regulamenta os procedimentos aplicáveis à Uniformização de Jurisprudência prevista na Lei nº 13.015/2014.

Resolução Administrativa nº 17/2017 – Fixa a competência funcional da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, instalada em 24 de setembro de 2012 como Vara especializada em ações que versem sobre acidente do trabalho.

Resolução Administrativa nº 20/2017 – Dispõe sobre o funcionamento das unidades administrativas e judiciárias de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região, na data de 30 de junho de 2017.

Resolução Administrativa nº 21/2017 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Roberto Antonio Carvalho Zonta, Titular da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para atuar no Tribunal a partir de 10 de julho de 2017, na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Exmo. Desembargador Herbert Paulo Beck.

Resolução Administrativa nº 22/2017 – Altera o Anexo Único da Resolução Administrativa nº 58/2016, que dispõe sobre o expediente forense nas unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º Graus, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Resolução Administrativa nº 23/2017 – Constitui a Comissão Executiva Local para fiscalizar a aplicação da prova objetiva seletiva do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

Resolução Administrativa nº 24/2017 – Altera o Anexo Único da Resolução Administrativa nº 02/2016, que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Resolução Administrativa nº 25/2017 – Dispõe sobre a convocação dos Juízes Marcos Fagundes Salomão, Titular da 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, e Roberto Antônio Carvalho Zonta, Titular da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para atuarem no Tribunal, a partir de 25 de julho de 2017, nas cadeiras dos Desembargadores Herbert Paulo Beck e Marcelo Gonçalves de Oliveira, respectivamente.

Resolução Administrativa nº 29/2017 – Prorroga o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do TRT da 4ª Região, regido pelo Edital nº 01/2015.

Resolução Administrativa nº 48/2017 – Altera a área da jurisdição do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo, retirando-lhe os Municípios de Lindolfo Collor, Morro Reuter, Picada Café e Presidente Lucena, que passam a integrar a área da jurisdição da Vara do Trabalho de Estância Velha.

Resolução Administrativa nº 51/2017 – Dispõe sobre a convocação de Juiz(a) de primeiro grau para auxílio no âmbito da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 52/2017 – Dispõe sobre a convocação de Juiz(a) de primeiro grau para auxílio no âmbito da Corregedoria Regional.

Resolução Administrativa nº 53/2017 – Afasta da jurisdição a Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, Diretora da Escola Judicial, e convoca o Juiz Luis Carlos Pinto Gastal, Titular da Vara do Trabalho de Arroio Grande.

Resolução Administrativa nº 54/2017 – Delega ao Corregedor Regional a atribuição de conceder férias aos Juízes de 1º Grau.

## SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Sessões	Ordinárias	10	10
	Extraordinárias	-	
Processos recebidos por distribuição			525
Processos recebidos por redistribuição			73
Processos solucionados	Julgamento em sessão	87	91
	Decisão monocrática	4	
Saldo por julgar em 31.12.2017	Com os relatores	181	197
	Em diligência	2	
	Aguardando pauta	10	
	Saldo no MP	4	

### PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*							Total
	DC	AACC	HOM. ACORDO	DCG	ED	CAU INOM	AGR	
João Pedro Silvestrin	-	-	-	-	2	-	-	2
Ana Luiza Heineck Kruse	3	1	4	1	2	-	-	11
Berenice Messias Corrêa/ Maria Silvana Rotta Tedesco	6	2	3	-	1	-	-	12
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	7	-	1	-	1	-	-	9
Flávia Lorena Pacheco	3	1	2	1	2	-	-	9
Luiz Alberto de Vargas	1	-	1	-	1	-	-	3
Maria Cristina S. Ferreira	5	-	2	-	-	-	-	7
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	7	1	2	-	1	-	-	11
Carmen Izabel Centena Gonzalez	7	2	-	-	3	-	-	12
Emílio Papaléo Zin	2	-	2	1	-	-	-	5
Denise Pacheco	4	1	2	-	-	-	-	7
Angela Rosi A. Chapper	-	-	-	-	1	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>87</b>

\* DC: Dissídio Coletivo; AACC: Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais; HOM.ACORDO: Homologação de acordo; DCG: Dissídio Coletivo de Greve; ED: Embargos Declaratórios; CAUINOM: Cautelar Inominada; AGR: Agravo.

# 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	12	12
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			1.567
Processos recebidos por redistribuição			250
Processos solucionados	Julgamento em sessão	875	1.688
	Decisão monocrática	813	
Saldo por julgar em 31.12.2017	Em diligência e/ou aguardando prazo na Secretaria	276	564
	Aguardando pauta	25	
	Aguardando manifestação do MPT	45	
	Análise de gabinete	24	
	Autos no TST	190	

## PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*					
	MS	AGR	CC	HC	ED	TOTAL
André Reverbel Fernandes	59	22	2	1	6	90
Angela Rosi Almeida Chapper	27	22	2	0	2	53
Brígida Joaquina Charão Barcelos	41	30	2	0	6	79
Fabiano Holz Beserra	41	33	2	0	10	86
Fernando Luiz de Moura Cassal	30	43	1	0	3	77
Francisco Rossal de Araújo	50	9	1	0	3	63
George Achutti	6	4	0	0	2	12
Gilberto Souza dos Santos	12	4	0	3	1	20
Janney Camargo Bina	13	19	3	0	2	37
João Paulo Lucena	35	19	0	0	5	59
Karina Saraiva Cunha	32	29	0	0	5	66
Laís Helena Jaeger Nicotti	10	16	3	0	4	33
Luis Carlos Pinto Gastal	19	18	1	0	1	39
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	32	11	2	0	4	49
Marcos Fagundes Salomão	11	9	3	0	1	24
Raul Zoratto Sanvicente	33	36	0	1	6	76
Tânia Regina Silva Reckziegel	8	1	1	0	2	12
<b>TOTAL</b>	<b>459</b>	<b>325</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>63</b>	<b>875</b>

\* MS: Mandado de Segurança; AGR: Agravo; CC: Conflito de Competência; HC: Habeas Corpus; ED: Embargos Declaratórios.

## 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	11	11
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			207
Processos recebidos por redistribuição			91
Processos solucionados	Julgamento em sessão	214	260
	Decisão monocrática	46	
Saldo por julgar em 31.12.2017	Com os relatores	82	214
	Em diligência	112	
	Aguardando pauta	11	
	Sobrestado	5	
	No Cejusc/JT	4	

### PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*			
	AGR	AR	ED	TOTAL
Carlos Henrique Selbach	0	13	3	16
Clóvis Fernando Schuch Santos	4	12	3	19
George Achutti	1	12	2	15
Herbert Paulo Beck	1	3	1	5
Iris Lima de Moraes	5	10	2	17
José Felipe Ledur	3	0	1	4
Laís Helena Jaeger Nicotti	0	5	3	8
Marcelo Gonçalves de Oliveira	2	6	0	8
Marcos Fagundes Salomão	2	9	3	14
Maria Helena Lisot	1	9	1	11
Maria Madalena Telesca	0	13	4	17
Ricardo Carvalho Fraga	1	9	2	12
Ricardo H. de A. Martins Costa	0	10	1	11
Roberto Antônio Carvalho Zonta	3	0	0	3
Rosane Serafini Casa Nova	7	15	6	28
Tânia Regina Silva Reckziegel	0	5	2	7
Wilson Carvalho Dias	6	13	0	19
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>144</b>	<b>34</b>	<b>214</b>

\* AGR: Agravo Regimental; AR: Ação Rescisória; ED: Embargos Declaratórios.

## SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Sessões	Ordinárias	26	28
	Extraordinárias	2	
Processos recebidos por distribuição			16.724
Processos recebidos por redistribuição			938
Processos solucionados	Julgamento em sessão	14.009	15.014
	Decisão monocrática	1.005	
Saldo por julgar em 31.12.2017	Com os relatores	5.793	8.537
	Em diligência	116	
	Aguardando pauta	2.491	
	Saldo no MP	106	
	Suspensão ou sobrestado	31	

### PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*													TOTAL
	AG	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINOM	ED	OPOS	PET	RO	TUTANT	TUTCAUTANT		
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	1	0	24	1	1.702	0	234	0	0	1	0	2	1.965	
Angela Rosi Almeida Chapper	0	0	4	0	496	0	67	0	0	0	0	0	567	
Cleusa Regina Halfen	7	2	16	0	1.329	1	182	1	0	1	0	0	1.539	
Fabiano Holz Beserra	0	0	0	0	11	0	24	0	0	0	0	0	35	
João Alfredo B. A. de Miranda	0	2	23	0	1.678	0	221	0	1	0	1	2	1.928	
João Batista de Matos Danda	0	0	30	0	1.916	0	259	0	0	0	0	2	2.207	
Lucia Ehrenbrink	0	0	11	0	639	0	66	0	0	0	0	0	716	
Luiz Alberto de Vargas	1	0	0	0	63	0	89	0	0	0	0	0	153	
Manuel Cid Jardon	0	0	20	0	1.436	1	198	0	0	1	1	2	1.659	
Rejane Souza Pedra	7	23	11	0	1.980	1	225	0	0	0	0	0	2.247	
Vania Cunha Mattos	12	20	16	0	1.729	2	214	0	1	0	0	4	1.998	
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>47</b>	<b>155</b>	<b>1</b>	<b>12.979</b>	<b>5</b>	<b>1.779</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>15.014</b>	

\* AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; OPOS: Oposição; PET: Petição; RO: Recurso Ordinário; TUTANTANT: Tutela Antecipada Antecedente; TUTCAUTANT: Tutela Cautelar Antecedente.

# TURMAS

## NÚMERO DE SESSÕES

TURMA	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1ª	35	0	35
2ª	28	3	31
3ª	39	1	40
4ª	38	0	38
5ª	33	2	35
6ª	38	0	38
7ª	38	0	37
8ª	30	0	30
9ª	13	0	13
10ª	11	0	11
11º	36	1	37

## MOVIMENTO PROCESSUAL

TURMA	PROCESSOS RECEBIDOS*	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
		JULGAMENTO EM SESSÃO	DECISÃO MONOCRÁTICA	TOTAL
1ª	6.446	7.177	75	7.252
2ª	6.767	6.332	480	6.812
3ª	6.590	7.624	39	7.663
4ª	6.426	7.277	33	7.310
5ª	6.534	6.699	57	6.756
6ª	6.353	6.840	65	6.905
7ª	6.082	6.080	42	6.122
8ª	6.388	7.942	35	7.977
9ª	1.625	1.481	144	1.625
10ª	1.626	1.771	68	1.839
11ª	6.748	6.737	44	6.781

\* Por distribuição, redistribuição e vinculação



## PROCESSOS RELATADOS – TURMAS

1ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AGR	AIRO	CAU INOM	CC	ED	EXC SUSP	REENEC /RO	RO	ROPS	TUT ANT ANT	TUT CAUT ANT	TOTAL
Fabiano Holz Beserra	0	24	0	0	216	0	0	1.207	80	1	4	1.532
Iris Lima de Moraes	0	24	0	1	330	0	2	1.437	81	1	1	1.877
Laís Helena Jaeger Nicotti	1	12	1	0	290	1	0	1.542	84	0	4	1.935
Manuel Cid Jardon	0	0	0	0	27	0	0	10	0	0	0	37
Marçal H. dos S. Figueiredo	0	1	0	0	2	0	0	3	0	0	0	6
Rosane Serafini Casa Nova	0	25	0	0	303	0	1	1.439	93	0	4	1.865
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>86</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1.168</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5.638</b>	<b>338</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>7.252</b>

2ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	REE NEC	REENEC/ RO	RO	ROPS	TUT CAUT ANT	TOTAL	
Carlos Henrique Selbach	0	0	21	1	234	0	2	1.568	70	1	1.897	
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	11	80	15	2	224	0	2	1.544	64	5	1.947	
Tânia Regina Silva Reckziegel	0	0	15	0	203	0	0	1.163	64	4	1.449	
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	0	0	18	1	184	1	0	1.260	51	4	1.519	
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>80</b>	<b>69</b>	<b>4</b>	<b>845</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5.535</b>	<b>249</b>	<b>14</b>	<b>6.812</b>	

3ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *											
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXCSUS P	REENEC	REENEC /RO	RO	ROPS	TUT ANT ANT	TUT CAUT ANT	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chaper	0	0	0	10	0	0	0	3	0	0	0	13
Cláudio A. Cassou Barbosa	1	16	0	218	0	0	1	1.188	59	0	0	1.483
Gilberto Souza dos Santos	0	4	0	31	0	0	1	383	20	1	1	441
Luís Carlos Pinto Gastal	2	14	0	327	1	0	0	1.355	78	0	0	1.777
Luiz Alberto de Vargas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Marcos Fagundes Salomão	0	1	0	3	0	0	0	104	19	0	0	127
Maria Madalena Telesca	0	17	3	222	1	2	1	1.510	70	0	1	1.827
Ricardo Carvalho Fraga	0	20	0	297	0	0	0	1.636	41	0	0	1.994
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>72</b>	<b>3</b>	<b>1.108</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>6.180</b>	<b>287</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7.663</b>

\* AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; CC: Conflito de Competência; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspensão; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; REENEC/RO: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo; TUTANTANT: Tutela Antecipada Antecedente; TUTCAUTANT: Tutela Cautelar Antecedente.

4ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIRO	AP	CAU INOM	ED	REE NEC	REENEC/ RO	RO	ROPS	TUT CAUT ANT	TOTAL
Ana Luiza Heineck Kruse	1	14	0	0	220	1	0	1.378	49	7	1.670
André Reverbel Fernandes	0	25	0	2	272	0	2	1.624	76	10	2.011
George Achutti	1	25	1	2	225	0	0	1.459	73	1	1.787
João Pedro Silvestrin	0	0	0	0	6	0	0	1	0	0	7
Joe Ernando Deszuta	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	4
Marcelo Gonçalves de Oliveira	0	3	0	0	15	0	0	356	20	0	394
Marcos Fagundes Salomão	0	9	1	2	224	0	1	894	54	5	1.190
Maria da Graça Ribeiro Centeno	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Roberto Antonio Carvalho Zonta	0	3	0	0	13	0	1	215	13	1	246
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>79</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>979</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5.928</b>	<b>285</b>	<b>24</b>	<b>7.310</b>

5ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIRO	AP	CC	ED	PET	REENEC/ RO	RO	ROPS	TUT CAUT ANT	TOTAL
Berenice Messias Corrêa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Brígida Joaquina Charão Barcelos	1	5	1	0	192	0	0	872	9	1	1.081
Cláudio A. Cassou Barbosa	0	1	0	0	2	0	0	121	22	0	146
Clóvis Fernando Schuch Santos	0	24	0	0	230	0	2	1.409	59	0	1.724
Janney Camargo Bina	0	18	0	0	44	0	0	584	45	4	695
Karina Saraiva Cunha	0	15	0	0	221	0	0	1.138	22	2	1.398
Maria Silvana Rotta Tedesco	0	12	0	1	218	1	0	1.394	83	2	1.711
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>75</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>907</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5.519</b>	<b>240</b>	<b>9</b>	<b>6.756</b>

6ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIRO	AP	CAU INOM	ED	REENEC/ RO	RO	ROPS	TUT ANT ANT	TUT CAUT ANT	TOTAL
Brígida J. Charão Barcelos	2	9	0	0	51	0	486	65	1	0	614
Emílio Papaléo Zin	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Fernando Luiz de Moura Cassal	0	18	0	1	221	0	1.505	65	0	0	1.810
Janney Camargo Bina	0	9	0	1	109	1	457	9	0	0	586
José Felipe Ledur	0	1	0	1	40	0	221	5	0	0	268
Maria Cristina Schaan Ferreira	2	17	1	0	265	4	1.424	57	0	1	1.771
Raul Zoratto Sanvicente	2	16	0	1	224	0	1.522	89	0	0	1.854
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>70</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>911</b>	<b>5</b>	<b>5.616</b>	<b>290</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6.905</b>

\*AGR: Agravo Regimental; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo; TUTANTANT: Tutela Antecipada Antecedente; TUTCAUTANT: Tutela Cautelar Antecedente.

<b>7ª TURMA</b>									
<b>DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS</b>	<b>CLASSES PROCESSUAIS*</b>								
	<b>AIRO</b>	<b>AP</b>	<b>CAU INOM</b>	<b>ED</b>	<b>RO</b>	<b>ROPS</b>	<b>TUT ANT ANT</b>	<b>TUT CAUT ANT</b>	<b>TOTAL</b>
Carmen Izabel C. Gonzalez	16	1	1	160	991	82	0	1	1.252
Denise Pacheco	24	0	0	229	1.352	29	0	0	1.634
Emílio Papaléo Zin	23	0	0	183	1.384	55	1	3	1.649
Manuel Cid Jardon	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Wilson Carvalho Dias	10	0	1	166	1.317	89	0	3	1.586
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5.045</b>	<b>255</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>6.122</b>

<b>8ª TURMA</b>												
<b>DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS</b>	<b>CLASSES PROCESSUAIS*</b>											
	<b>AGR</b>	<b>AIRO</b>	<b>AP</b>	<b>CAU INOM</b>	<b>ED</b>	<b>EXC SUSP</b>	<b>REENEC</b>	<b>REENEC /RO</b>	<b>RO</b>	<b>ROPS</b>	<b>TUT CAUT ANT</b>	<b>TOTAL</b>
Angela Rosi Almeida Chapper	0	12	0	0	238	0	0	0	1.396	82	1	<b>1.729</b>
Francisco Rossal de Araújo	0	23	1	1	223	1	2	0	1.532	60	2	<b>1.845</b>
João Paulo Lucena	2	16	0	0	193	0	0	0	1.584	99	1	<b>1.896</b>
Lucia Ehrenbrink	1	8	0	0	176	0	1	1	724	28	1	<b>940</b>
Luiz Alberto de Vargas	0	19	0	0	198	0	0	0	1.265	84	1	<b>1.567</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>78</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1028</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>6501</b>	<b>353</b>	<b>6</b>	<b>7977</b>

<b>9ª TURMA</b>											
<b>DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS</b>	<b>CLASSES PROCESSUAIS *</b>										
	<b>AIRO</b>	<b>ED</b>	<b>EXCS USP</b>	<b>OPOSIC</b>	<b>REENEC/ RO</b>	<b>RO</b>	<b>ROPS</b>	<b>TUT ANT ANT</b>	<b>TUT CAUT ANT</b>	<b>TOTAL</b>	
Angela Rosi Almeida Chapper	2	47	0	0	1	135	3	0	0	188	
Fabiano Holz Beserra	0	46	0	0	0	33	0	0	0	79	
João Alfredo Borges A. de Miranda	8	157	0	0	18	615	29	0	2	829	
João Batista de Matos Danda	8	68	0	0	2	285	32	1	0	396	
Lucia Ehrenbrink	2	31	0	1	0	187	16	0	0	237	
Luiz Alberto de Vargas	0	33	0	0	0	14	1	0	0	48	
Manuel Cid Jardon	4	130	1	0	0	562	21	0	1	719	
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>512</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>1.831</b>	<b>102</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2.496</b>	

\* AGR: Agravo Regimental; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; EXCIMP: Exceção de Impedimento; OPOSIC: Oposição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; TUTANTANT: Tutela Antecipada Antecedente; TUTCAUTANT: Tutela Cautelar Antecedente.

10ª TURMA										
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *									
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	REENEC /RO	RO	ROPS	TUT CAUT ANT	TOTAL
Ana Rosa Sagrilo	0	0	7	1	69	1	437	20	0	535
Cleusa Regina Halfen	0	0	6	0	50	0	308	11	5	380
Denise Pacheco	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
João Batista de Matos Danda	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Rejane Souza Pedra	2	1	4	0	54	0	373	26	1	461
Vania Mattos	0	1	3	0	58	0	365	30	2	349
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>233</b>	<b>1</b>	<b>1;485</b>	<b>87</b>	<b>8</b>	<b>1.839</b>

11ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *											
	AIRO	AP	CAUIN OM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REENEC/ RO	RO	ROPS	TUT ANT ANT	TUT CAUT ANT	TOTAL
Flávia Lorena Pacheco	17	0	0	29	0	1	0	1.718	45	0	3	1.813
Herbert Paulo Beck	8	0	1	37	0	0	0	882	69	1	5	1.003
Karina Saraiva Cunha	4	0	0	0	0	0	0	285	16	0	0	305
Marcos Fagundes Salomão	8	0	0	10	0	0	1	440	20	0	0	479
Maria Helena Lisot	14	1	1	37	0	0	0	1.575	52	0	7	1.687
Ricardo H. de A. Martins Costa	31	0	0	38	1	0	1	1.658	78	0	3	1.810
Roberto Antônio C. Zonta	0	0	0	2	0	0	0	8	1	0	0	11
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>153</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6.566</b>	<b>281</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>7.108</b>

\* AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; TUTANTANT: Tutela Antecipada Antecedente; TUTCAUTANT: Tutela Cautelar Antecedente.

# MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU

## VARAS DO TRABALHO

### Fase de Conhecimento – Casos Novos

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Alegrete	601	4	605	0	605
Alvorada	1.307	29	1.336	0	1.336
Arroio Grande	354	5	359	0	359
Bagé - 01ª Vara	1.323	281	1.604	1	1.605
Bagé - 02ª Vara	1.288	297	1.585	2	1.587
Bento Gonçalves - 1ª Vara	1.814	127	1.941	0	1.941
Bento Gonçalves - 2ª Vara	1.824	103	1.927	0	1.927
Cachoeira do Sul	933	5	938	3	941
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.468	48	1.516	0	1.516
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.450	63	1.513	2	1.515
Camaquã	775	3	778	0	778
Canoas - 1ª Vara	1.754	212	1.966	1	1.967
Canoas - 2ª Vara	1.893	185	2.078	0	2.078
Canoas - 3ª Vara	1.702	209	1.911	1	1.912
Canoas - 4ª Vara	1.817	196	2.013	1	2.014
Canoas - 5ª Vara	1.805	207	2.012	1	2.013
Capão da Canoa - PAJT	1.059	36	1.095	2	1.097
Carazinho	1.413	46	1.459	0	1.459
Caxias do Sul - 1ª Vara	2.013	85	2.098	1	2.099
Caxias do Sul - 2ª Vara	1.939	109	2.048	1	2.049
Caxias do Sul - 3ª Vara	2.001	78	2.079	0	2.079
Caxias do Sul - 4ª Vara	1.969	128	2.097	1	2.098
Caxias do Sul - 5ª Vara	1.971	79	2.050	0	2.050
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.323	25	1.348	0	1.348
Cruz Alta	1.184	15	1.199	2	1.201
Dom Pedrito - PAJT	200	1	201	0	201
Encantado	783	6	789	0	789
Erechim - 1ª Vara	1.056	136	1.192	0	1.192
Erechim - 2ª Vara	1.048	186	1.234	1	1.235
Erechim - 3ª Vara	1.060	154	1.214	0	1.214
Estância Velha	2.422	16	2.438	3	2.441

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA	TOTAL
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal	REFORMADA OU ANULADA	
Esteio - 1ª Vara	829	41	870	0	<b>870</b>
Esteio - 2ª Vara	818	32	850	0	<b>850</b>
Estrela - 1ª Vara	854	23	877	0	<b>877</b>
Estrela - 2ª Vara	840	37	877	0	<b>877</b>
Farroupilha	1.601	13	1.614	0	<b>1.614</b>
Frederico Westphalen	1.288	6	1.294	4	<b>1.298</b>
Gramado - 1ª Vara	1.170	29	1.199	1	<b>1.200</b>
Gramado - 2ª Vara	1.176	27	1.203	0	<b>1.203</b>
Gravataí - 1ª Vara	1.280	188	1.468	1	<b>1.469</b>
Gravataí - 2ª Vara	1.367	82	1.445	4	<b>1.449</b>
Gravataí - 3ª Vara	1.250	110	1.360	1	<b>1.361</b>
Gravataí - 4ª Vara	1.244	78	1.322	5	<b>1.327</b>
Guaíba	1.917	41	1.958	0	<b>1.958</b>
Ijuí	1.076	2	1.078	0	<b>1.078</b>
Itaqui - PAJT	217	0	217	0	<b>217</b>
Lagoa Vermelha	734	9	743	0	<b>743</b>
Lajeado - 1ª Vara	1.410	49	1.459	0	<b>1.459</b>
Lajeado - 2ª Vara	1.468	31	1.499	4	<b>1.503</b>
Marau - PAJT	1.200	24	1.224	0	<b>1.224</b>
Montenegro	1.185	50	1.235	2	<b>1.237</b>
Nova Prata - PAJT	1.077	46	1.123	0	<b>1.123</b>
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.113	65	1.178	1	<b>1.179</b>
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.119	59	1.178	0	<b>1.178</b>
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.178	57	1.235	0	<b>1.235</b>
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.089	78	1.167	0	<b>1.167</b>
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.054	67	1.121	0	<b>1.121</b>
Osório	1.782	28	1.800	2	<b>1.802</b>
Palmeira das Missões	797	39	816	1	<b>817</b>
Panambi - PAJT	636	16	652	1	<b>653</b>
Passo Fundo - 1ª Vara	1.350	81	1.431	0	<b>1.431</b>
Passo Fundo - 2ª Vara	1.312	99	1.411	0	<b>1.411</b>
Passo Fundo - 3ª Vara	1.309	89	1.398	2	<b>1.400</b>
Passo Fundo - 4ª Vara	1.300	115	1.415	0	<b>1.415</b>
Pelotas - 1ª Vara	1.174	50	1.224	0	<b>1.224</b>
Pelotas - 2ª Vara	1.169	61	1.230	1	<b>1.231</b>
Pelotas - 3ª Vara	1.178	123	1.301	0	<b>1.301</b>
Pelotas - 4ª Vara	1.159	142	1.301	0	<b>1.301</b>
Porto Alegre - 1ª Vara	1.818	116	1.934	2	<b>1.936</b>

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA	TOTAL
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal	REFORMADA OU ANULADA	
Porto Alegre - 2ª Vara	1.760	105	1.865	0	1.865
Porto Alegre - 3ª Vara	1.792	113	1.905	1	1.906
Porto Alegre - 4ª Vara	1.730	149	1.879	1	1.880
Porto Alegre - 5ª Vara	1.779	102	1.881	4	1.885
Porto Alegre - 6ª Vara	1.770	119	1.889	1	1.890
Porto Alegre - 7ª Vara	1.765	121	1.886	1	1.887
Porto Alegre - 8ª Vara	1.859	99	1.958	3	1.961
Porto Alegre - 9ª Vara	1.782	167	1.949	4	1.953
Porto Alegre - 10ª Vara	1.770	137	1.907	0	1.907
Porto Alegre - 11ª Vara	1.819	89	1.908	1	1.909
Porto Alegre - 12ª Vara	1.804	164	1.968	0	1.968
Porto Alegre - 13ª Vara	1.733	123	1.856	0	1.856
Porto Alegre - 14ª Vara	1.751	97	1.848	1	1.849
Porto Alegre - 15ª Vara	1.747	101	1.848	0	1.848
Porto Alegre - 16ª Vara	1.771	100	1.871	1	1.872
Porto Alegre - 17ª Vara	1.795	132	1.927	5	1.932
Porto Alegre - 18ª Vara	1.236	488	1.724	1	1.725
Porto Alegre - 19ª Vara	1.767	102	1.869	0	1.869
Porto Alegre - 20ª Vara	1.806	108	1.914	2	1.916
Porto Alegre - 21ª Vara	1.800	92	1.892	1	1.893
Porto Alegre - 22ª Vara	1.583	108	1.691	1	1.692
Porto Alegre - 23ª Vara	1.749	123	1.872	0	1.872
Porto Alegre - 24ª Vara	1.738	133	1.871	2	1.873
Porto Alegre - 25ª Vara	1.808	97	1.905	1	1.906
Porto Alegre - 26ª Vara	1.820	92	1.912	0	1.912
Porto Alegre - 27ª Vara	1.827	100	1.927	1	1.928
Porto Alegre - 28ª Vara	1.776	98	1.874	0	1.874
Porto Alegre - 29ª Vara	1.729	395	2.124	0	2.124
Porto Alegre - 30ª Vara	2.504	176	2.680	3	2.683
Rio Grande - 1ª Vara	1.157	99	1.256	0	1.256
Rio Grande - 2ª Vara	1.127	104	1.231	1	1.232
Rio Grande - 3ª Vara	1.115	115	1.230	0	1.230
Rio Grande - 4ª Vara	1.188	121	1.309	1	1.310
Rosário do Sul	368	3	371	0	371
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.189	64	1.255	2	1.257
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.198	27	1.225	1	1.226
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.173	34	1.207	6	1.213
Santa Maria - 1ª Vara	1.415	204	1.619	1	1.620
Santa Maria - 2ª Vara	1.363	130	1.493	5	1.498

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA	TOTAL
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal	REFORMADA OU ANULADA	
Santana do Livramento	707	8	715	2	717
Santa Rosa - 1ª Vara	868	43	911	0	911
Santa Rosa - 2ª Vara	837	45	882	0	882
Santa Vitória do Palmar	509	6	515	0	515
Santiago	447	5	452	1	453
Santo Ângelo	1.309	70	1.379	0	1.379
São Borja	535	8	543	1	544
São Gabriel	529	1	530	0	530
São Jerônimo	1.130	10	1.140	0	1.140
São Leopoldo - 1ª Vara	1.328	100	1.428	4	1.432
São Leopoldo - 2ª Vara	1.360	94	1.454	0	1.454
São Leopoldo - 3ª Vara	1.306	84	1.390	0	1.390
São Leopoldo - 4ª Vara	1.325	93	1.418	0	1.418
São Lourenço do Sul - PAJT	415	3	418	0	418
São Sebastião do Caí - PAJT	1.249	28	1.277	0	1.277
Sapiranga - 1ª Vara	1.189	65	1.254	1	1.255
Sapiranga - 2ª Vara	1.201	69	1.270	0	1.270
Sapiranga - 3ª Vara	1.257	67	1.324	0	1.324
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	966	52	1.018	1	1.019
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	987	50	1.037	0	1.037
Soledade	810	6	816	4	820
Taquara - 1ª Vara	1.073	157	1.230	0	1.230
Taquara - 2ª Vara	973	308	1.281	0	1.281
Taquara - 3ª Vara	1.095	176	1.271	0	1.271
Taquara - 4ª Vara	1.270	61	1.331	0	1.331
Taquari - PAJT	294	2	296	0	296
Torres	795	20	815	0	815
Tramandaí - PAJT	1.407	12	1.419	1	1.421
Três Passos	807	15	822	0	822
Triunfo	862	30	892	4	896
Uruguaiana - 1ª Vara	1.117	295	1.412	2	1.414
Uruguaiana - 2ª Vara	1.176	247	1.423	0	1.423
Vacaria	917	13	930	0	930
Viamão	1.668	48	1.716	1	1.717
<b>TOTAL</b>	<b>184.668</b>	<b>12.499</b>	<b>197.167</b>	<b>129</b>	<b>197.296</b>



## Fase de Conhecimento – Processos Solucionados

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete	676	55	731
Alvorada	1.088	148	1.236
Arroio Grande	311	36	347
Bagé - 1ª Vara	955	362	1.317
Bagé - 2ª Vara	894	434	1.328
Bento Gonçalves - 1ª Vara	1.765	205	1.970
Bento Gonçalves - 2ª Vara	1.747	175	1.922
Cachoeira do Sul	789	103	892
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.161	179	1.340
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.148	167	1.315
Camaquã	679	56	735
Canoas - 1ª Vara	1.253	317	1.570
Canoas - 2ª Vara	1.404	447	1.851
Canoas - 3ª Vara	1.503	248	1.751
Canoas - 4ª Vara	1.298	362	1.660
Canoas - 5ª Vara	1.424	399	1.823
Capão da Canoa - PAJT	881	132	1.013
Carazinho	1.422	156	1.578
Caxias do Sul - 1ª Vara	1.842	412	2.254
Caxias do Sul - 2ª Vara	1.732	351	2.083
Caxias do Sul - 3ª Vara	1.830	244	2.071
Caxias do Sul - 4ª Vara	1.899	244	2.143
Caxias do Sul - 5ª Vara	1.971	276	2.247
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.786	91	1.877
Cruz Alta	972	125	1.097
Dom Pedrito - PAJT	165	24	189
Encantado	676	84	760
Erechim - 1ª Vara	883	186	1.069
Erechim - 2ª Vara	933	80	1.013
Erechim - 3ª Vara	810	158	968
Estância Velha	2.270	264	2.534
Esteio - 1ª Vara	838	98	936
Esteio - 2ª Vara	775	122	897
Estrela - 1ª Vara	697	80	777
Estrela - 2ª Vara	666	109	775
Farroupilha	1.375	170	1.545
Frederico Westphalen	967	152	1.119

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Gramado - 1ª Vara	1.128	116	<b>1.244</b>
Gramado - 2ª Vara	1.077	150	<b>1.227</b>
Gravataí - 1ª Vara	1.215	222	<b>1.437</b>
Gravataí - 2ª Vara	1.378	356	<b>1.734</b>
Gravataí - 3ª Vara	1.244	252	<b>1.496</b>
Gravataí - 4ª Vara	1.312	194	<b>1.506</b>
Guaíba	1.861	270	<b>2.131</b>
Ijuí	854	65	<b>919</b>
Itaqui - PAJT	184	23	<b>207</b>
Lagoa Vermelha	708	93	<b>801</b>
Lajeado - 1ª Vara	1.015	168	<b>1.183</b>
Lajeado - 2ª Vara	1.025	198	<b>1.223</b>
Marau - PAJT	922	111	<b>1.033</b>
Montenegro	1.133	145	<b>1.278</b>
Nova Prata - PAJT	969	112	<b>1.081</b>
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.335	199	<b>1.534</b>
Novo Hamburgo - 2ª Vara	938	166	<b>1.104</b>
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.643	249	<b>1.892</b>
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.080	134	<b>1.214</b>
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.385	147	<b>1.532</b>
Osório	1.731	264	<b>1.995</b>
Palmeira das Missões	597	161	<b>758</b>
Panambi - PAJT	614	104	<b>718</b>
Passo Fundo - 1ª Vara	946	211	<b>1.157</b>
Passo Fundo - 2ª Vara	1.102	204	<b>1.306</b>
Passo Fundo - 3ª Vara	927	201	<b>1.128</b>
Passo Fundo - 4ª Vara	1.178	199	<b>1.377</b>
Pelotas - 1ª Vara	1.027	117	<b>1.144</b>
Pelotas - 2ª Vara	1.205	154	<b>1.359</b>
Pelotas - 3ª Vara	1.071	101	<b>1.172</b>
Pelotas - 4ª Vara	1.066	144	<b>1.210</b>
Porto Alegre - 1ª Vara	1.504	270	<b>1.774</b>
Porto Alegre - 2ª Vara	1.363	335	<b>1.698</b>
Porto Alegre - 3ª Vara	1.374	262	<b>1.636</b>
Porto Alegre - 4ª Vara	1.692	289	<b>1.981</b>
Porto Alegre - 5ª Vara	1.249	375	<b>1.624</b>
Porto Alegre - 6ª Vara	1.440	326	<b>1.766</b>
Porto Alegre - 7ª Vara	1.561	281	<b>1.842</b>
Porto Alegre - 8ª Vara	1.448	395	<b>1.843</b>

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Porto Alegre - 9ª Vara	1.676	368	<b>2.044</b>
Porto Alegre - 10ª Vara	1.569	217	<b>1.786</b>
Porto Alegre - 11ª Vara	1.539	300	<b>1.839</b>
Porto Alegre - 12ª Vara	1.615	340	<b>1.955</b>
Porto Alegre - 13ª Vara	1.252	296	<b>1.548</b>
Porto Alegre - 14ª Vara	1.449	363	<b>1.812</b>
Porto Alegre - 15ª Vara	1.688	248	<b>1.936</b>
Porto Alegre - 16ª Vara	1.467	318	<b>1.785</b>
Porto Alegre - 17ª Vara	1.529	381	<b>1.910</b>
Porto Alegre - 18ª Vara	1.017	728	<b>1.745</b>
Porto Alegre - 19ª Vara	1.435	401	<b>1.836</b>
Porto Alegre - 20ª Vara	1.608	337	<b>1.945</b>
Porto Alegre - 21ª Vara	1.321	271	<b>1.592</b>
Porto Alegre - 22ª Vara	1.306	274	<b>1.580</b>
Porto Alegre - 23ª Vara	1.483	340	<b>1.823</b>
Porto Alegre - 24ª Vara	1.369	426	<b>1.795</b>
Porto Alegre - 25ª Vara	1.520	337	<b>1.857</b>
Porto Alegre - 26ª Vara	1.464	411	<b>1.875</b>
Porto Alegre - 27ª Vara	1.496	349	<b>1.845</b>
Porto Alegre - 28ª Vara	1.567	260	<b>1.827</b>
Porto Alegre - 29ª Vara	1.763	294	<b>2.057</b>
Porto Alegre - 30ª Vara	2.268	291	<b>2.559</b>
Rio Grande - 1ª Vara	994	247	<b>1.241</b>
Rio Grande - 2ª Vara	929	204	<b>1.133</b>
Rio Grande - 3ª Vara	915	244	<b>1.159</b>
Rio Grande - 4ª Vara	924	348	<b>1.272</b>
Rosário do Sul	284	41	<b>325</b>
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.071	138	<b>1.209</b>
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.442	113	<b>1.555</b>
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.130	98	<b>1.228</b>
Santa Maria - 1ª Vara	1.182	221	<b>1.403</b>
Santa Maria - 2ª Vara	1.532	218	<b>1.750</b>
Santana do Livramento	648	92	<b>740</b>
Santa Rosa - 1ª Vara	768	116	<b>884</b>
Santa Rosa - 2ª Vara	761	93	<b>854</b>
Santa Vitória do Palmar	482	68	<b>550</b>
Santiago	385	15	<b>565</b>
Santo Ângelo	1.267	151	<b>483</b>
São Borja	484	81	<b>1.582</b>

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
São Gabriel	447	36	<b>565</b>
São Jerônimo	1.456	126	<b>483</b>
São Leopoldo - 1ª Vara	1.098	227	<b>1.325</b>
São Leopoldo - 2ª Vara	1.271	231	<b>1.502</b>
São Leopoldo - 3ª Vara	1.422	177	<b>1.599</b>
São Leopoldo - 4ª Vara	1.275	185	<b>1.460</b>
São Lourenço do Sul - PAJT	384	35	<b>419</b>
São Sebastião do Caí - PAJT	1.196	135	<b>1.331</b>
Sapiranga - 1ª Vara	1.200	153	<b>1.353</b>
Sapiranga - 2ª Vara	1.386	159	<b>1.545</b>
Sapiranga - 3ª Vara	1.218	227	<b>1.445</b>
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	956	144	<b>1.100</b>
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	948	144	<b>1.092</b>
Soledade	616	79	<b>695</b>
Taquara - 1ª Vara	1.144	116	<b>1.260</b>
Taquara - 2ª Vara	1.044	169	<b>1.213</b>
Taquara - 3ª Vara	1.170	119	<b>1.289</b>
Taquara - 4ª Vara	1.055	153	<b>1.208</b>
Taquari - PAJT	312	33	<b>345</b>
Torres	678	116	<b>794</b>
Tramandaí - PAJT	1.074	178	<b>1.252</b>
Três Passos	848	101	<b>949</b>
Triunfo	568	90	<b>658</b>
Uruguaiana - 1ª Vara	1.046	474	<b>1.520</b>
Uruguaiana - 2ª Vara	989	484	<b>1.473</b>
Vacaria	688	89	<b>777</b>
Viamão	1.545	164	<b>1.709</b>
<b>TOTAL</b>	<b>164.619</b>	<b>29.396</b>	<b>194.015</b>

## Fase de Conhecimento – Processos Pendentes de Solução

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE SOLUÇÃO					TOTAL
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando Encerramento da Instrução	Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Alegrete	648	426	19	7	26	<b>1.100</b>
Alvorada	1.712	1.553	197	579	776	<b>4.041</b>
Arroio Grande	402	253	71	10	81	<b>736</b>
Bagé - 1ª Vara	1.466	1.112	160	510	670	<b>3.248</b>
Bagé - 2ª Vara	1.408	996	255	208	463	<b>2.867</b>
Bento Gonçalves - 1ª Vara	2.279	1.385	247	393	640	<b>4.304</b>
Bento Gonçalves - 2ª Vara	2.325	1.817	340	463	803	<b>4.945</b>
Cachoeira do Sul	1.092	1.851	148	445	593	<b>3.536</b>
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.638	792	275	266	538	<b>2.968</b>
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.696	1.385	356	178	534	<b>3.615</b>
Camaquã	811	1.817	278	14	292	<b>2.920</b>
Canoas - 1ª Vara	2.607	1.548	253	486	739	<b>4.894</b>
Canoas - 2ª Vara	2.154	2.271	673	179	852	<b>5.277</b>
Canoas - 3ª Vara	1.993	2.189	572	152	724	<b>4.906</b>
Canoas - 4ª Vara	2.097	2.043	284	543	827	<b>4.967</b>
Canoas - 5ª Vara	2.190	2.216	161	206	367	<b>4.773</b>
Capão da Canoa - PAJT	1.206	1.159	200	143	343	<b>2.708</b>
Carazinho	1.605	1.493	322	231	553	<b>3.651</b>
Caxias do Sul - 1ª Vara	2.170	1.727	369	69	438	<b>4.335</b>
Caxias do Sul - 2ª Vara	2.379	1.576	264	9	273	<b>4.228</b>
Caxias do Sul - 3ª Vara	2.331	1.808	627	260	887	<b>5.026</b>
Caxias do Sul - 4ª Vara	2.338	1.795	420	299	719	<b>4.852</b>
Caxias do Sul - 5ª Vara	2.474	1.845	595	38	633	<b>4.952</b>
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.457	1.981	529	834	1.363	<b>4.801</b>
Cruz Alta	1.562	1.377	179	402	581	<b>3.520</b>
Dom Pedrito - PAJT	211	175	39	47	86	<b>472</b>
Encantado	792	673	102	296	398	<b>1.863</b>
Erechim - 1ª Vara	1.385	1.300	166	364	530	<b>3.215</b>
Erechim - 2ª Vara	1.331	1.427	125	475	600	<b>3.358</b>
Erechim - 3ª Vara	1.333	1.162	129	298	427	<b>2.922</b>
Estância Velha	2.055	1.482	163	292	455	<b>3.992</b>
Esteio - 1ª Vara	899	1.136	129	295	424	<b>2.459</b>

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE SOLUÇÃO					TOTAL
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando Encerramento da Instrução	Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Esteio - 2ª Vara	857	906	123	363	486	<b>2.249</b>
Estrela - 1ª Vara	887	808	56	172	258	<b>1.953</b>
Estrela - 2ª Vara	822	787	77	256	333	<b>1.942</b>
Farroupilha	1.645	1.436	212	8	230	<b>3.311</b>
Frederico Westphalen	1.401	1.177	147	246	393	<b>2.971</b>
Gramado - 1ª Vara	1.075	874	26	2	28	<b>1.977</b>
Gramado - 2ª Vara	1.271	946	128	144	272	<b>2.489</b>
Gravataí - 1ª Vara	1.768	2.344	422	58	480	<b>4.592</b>
Gravataí - 2ª Vara	1.614	2.392	290	87	377	<b>4.383</b>
Gravataí - 3ª Vara	1.688	2.659	284	700	984	<b>5.331</b>
Gravataí - 4ª Vara	1.755	2.524	282	428	710	<b>4.989</b>
Guaíba	2.455	2.463	384	323	707	<b>5.625</b>
Ijuí	1.132	979	51	267	318	<b>2.429</b>
Itaqui - PAJT	216	185	16	57	73	<b>474</b>
Lagoa Vermelha	802	658	163	56	219	<b>1.679</b>
Lajeado - 1ª Vara	1.669	1.272	198	81	279	<b>3.220</b>
Lajeado - 2ª Vara	1.575	1.360	118	249	367	<b>3.302</b>
Marau - PAJT	1.470	1.202	321	5	326	<b>2.998</b>
Montenegro	1.349	1.375	182	9	191	<b>2.915</b>
Nova Prata - PAJT	1.378	1.237	212	166	378	<b>2.993</b>
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.388	1.409	192	237	429	<b>3.226</b>
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.184	1.204	106	279	385	<b>2.773</b>
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.392	1.863	202	503	705	<b>3.960</b>
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.082	940	184	78	262	<b>2.284</b>
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.200	1.327	147	306	453	<b>2.980</b>
Osório	1.993	1.725	57	19	76	<b>3.794</b>
Palmeira das Missões	1.006	875	102	54	156	<b>2.037</b>
Panambi - PAJT	788	811	137	20	157	<b>1.756</b>
Passo Fundo - 1ª Vara	1.459	1.392	338	130	468	<b>3.319</b>
Passo Fundo - 2ª Vara	1.453	1.032	324	346	670	<b>3.155</b>
Passo Fundo - 3ª Vara	1.428	1.361	402	78	480	<b>3.269</b>
Passo Fundo - 4ª Vara	1.490	1.307	466	147	613	<b>3.410</b>
Pelotas - 1ª Vara	1.343	1.124	249	32	281	<b>2.748</b>
Pelotas - 2ª Vara	1.409	1.117	8	146	154	<b>2.680</b>
Pelotas - 3ª Vara	1.306	963	106	0	106	<b>2.375</b>

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE SOLUÇÃO					TOTAL
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando Encerramento da Instrução	Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Pelotas - 4ª Vara	1.299	833	148	11	159	<b>2.291</b>
Porto Alegre - 1ª Vara	1.990	2.055	213	689	902	<b>4.947</b>
Porto Alegre - 2ª Vara	2.276	1.980	192	1.018	1.210	<b>5.466</b>
Porto Alegre - 3ª Vara	2.079	1.946	273	521	794	<b>4.819</b>
Porto Alegre - 4ª Vara	2.137	1.347	380	489	869	<b>4.353</b>
Porto Alegre - 5ª Vara	1.980	1.494	266	320	586	<b>4.060</b>
Porto Alegre - 6ª Vara	2.059	2.050	210	665	875	<b>4.984</b>
Porto Alegre - 7ª Vara	2.056	2.133	182	916	1.098	<b>5.287</b>
Porto Alegre - 8ª Vara	2.273	2.010	357	244	601	<b>4.884</b>
Porto Alegre - 9ª Vara	2.175	2.604	374	604	978	<b>5.757</b>
Porto Alegre - 10ª Vara	2.031	1.868	398	465	863	<b>4.762</b>
Porto Alegre - 11ª Vara	2.091	2.175	173	925	1.098	<b>5.364</b>
Porto Alegre - 12ª Vara	2.006	2.211	242	262	504	<b>4.721</b>
Porto Alegre - 13ª Vara	2.563	1.496	493	74	567	<b>4.626</b>
Porto Alegre - 14ª Vara	2.087	1.654	296	288	584	<b>4.325</b>
Porto Alegre - 15ª Vara	1.901	1.958	115	366	481	<b>4.340</b>
Porto Alegre - 16ª Vara	1.885	1.644	272	604	876	<b>4.405</b>
Porto Alegre - 17ª Vara	2.135	2.187	484	424	908	<b>5.230</b>
Porto Alegre - 18ª Vara	1.985	184	143	498	641	<b>2.810</b>
Porto Alegre - 19ª Vara	2.407	2.191	173	829	1.002	<b>5.600</b>
Porto Alegre - 20ª Vara	2.074	2.064	407	275	682	<b>4.820</b>
Porto Alegre - 21ª Vara	2.183	1.552	330	319	649	<b>4.384</b>
Porto Alegre - 22ª Vara	2.118	1.904	2212	599	811	<b>4.833</b>
Porto Alegre - 23ª Vara	2.050	1.965	143	676	819	<b>4.834</b>
Porto Alegre - 24ª Vara	2.004	1.792	213	347	560	<b>4.356</b>
Porto Alegre - 25ª Vara	2.009	1.978	541	486	1.027	<b>5.014</b>
Porto Alegre - 26ª Vara	2.076	2.271	344	610	954	<b>5.301</b>
Porto Alegre - 27ª Vara	2.411	2.315	382	429	811	<b>5.537</b>
Porto Alegre - 28ª Vara	1.955	2.301	234	1.050	1.284	<b>5.540</b>
Porto Alegre - 29ª Vara	2.030	1.759	183	223	406	<b>4.195</b>
Porto Alegre - 30ª Vara	3.027	4.859	635	928	1.563	<b>9.449</b>
Porto Alegre - CEJUSCg1	0	1	0	0	0	<b>1</b>
Rio Grande - 1ª Vara	1.319	1.258	429	300	729	<b>3.306</b>
Rio Grande - 2ª Vara	1.358	1.446	283	645	928	<b>3.732</b>
Rio Grande - 3ª Vara	1.322	1.167	93	640	733	<b>3.222</b>

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE SOLUÇÃO					TOTAL
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando Encerramento da Instrução	Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Rio Grande - 4ª Vara	1.225	1.231	235	214	449	<b>2.905</b>
Rosário do Sul	315	278	86	55	141	<b>734</b>
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.447	1.494	363	242	605	<b>3.546</b>
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.297	1.382	114	366	480	<b>3.159</b>
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.402	1.360	123	565	688	<b>3.450</b>
Santa Maria - 1ª Vara	1.648	1.402	194	810	1.004	<b>4.054</b>
Santa Maria - 2ª Vara	1.810	1.695	373	494	867	<b>4.372</b>
Santana do Livramento	749	662	59	161	220	<b>1.631</b>
Santa Rosa - 1ª Vara	924	791	124	257	381	<b>2.096</b>
Santa Rosa - 2ª Vara	932	850	146	25	171	<b>1.953</b>
Santa Vitória do Palmar	545	377	32	1	33	<b>955</b>
Santiago	470	360	106	53	159	<b>989</b>
Santo Ângelo	1.445	902	224	105	329	<b>2.676</b>
São Borja	560	524	53	198	251	<b>1.335</b>
São Gabriel	552	463	75	124	199	<b>1.214</b>
São Jerônimo	1.535	1.959	313	658	971	<b>4.465</b>
São Leopoldo - 1ª Vara	1.533	1.368	232	370	602	<b>3.503</b>
São Leopoldo - 2ª Vara	1.587	1.483	112	622	734	<b>3.804</b>
São Leopoldo - 3ª Vara	1.386	1.225	118	257	375	<b>2.986</b>
São Leopoldo - 4ª Vara	1.450	1.405	313	164	477	<b>3.332</b>
São Lourenço do Sul - PAJT	436	223	68	1	69	<b>728</b>
São Sebastião do Caí - PAJT	1.424	928	130	142	272	<b>2.624</b>
Sapiranga - 1ª Vara	1.446	1.268	269	63	332	<b>3.046</b>
Sapiranga - 2ª Vara	1.382	1.251	261	170	331	<b>2.964</b>
Sapiranga - 3ª Vara	1.300	1.108	117	404	521	<b>2.929</b>
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	1.052	958	206	183	389	<b>2.399</b>
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	865	664	72	0	72	<b>1.601</b>
Soledade	795	876	93	129	222	<b>1.893</b>
Taquara - 1ª Vara	1.168	1.152	110	245	355	<b>2.675</b>
Taquara - 2ª Vara	1.300	1.073	131	256	387	<b>2.760</b>
Taquara - 3ª Vara	1.221	940	148	176	324	<b>2.485</b>
Taquara - 4ª Vara	1.305	998	114	320	434	<b>2.737</b>
Taquari - PAJT	312	315	36	132	168	<b>795</b>
Torres	894	1.010	107	98	215	<b>2.119</b>



VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE SOLUÇÃO					TOTAL
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando Encerramento da Instrução	Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Tramandaí - PAJT	1.441	1.339	256	35	291	<b>3.071</b>
Três Passos	893	951	322	187	509	<b>2.353</b>
Triunfo	1.067	784	120	220	340	<b>2.191</b>
Uruguaiana - 1ª Vara	1.228	450	90	0	90	<b>1.768</b>
Uruguaiana - 2ª Vara	1.211	490	141	130	271	<b>1.972</b>
Vacaria	951	690	84	165	249	<b>1.890</b>
Viamão	1.807	1.685	389	125	514	<b>4.006</b>
<b>TOTAL</b>	<b>211.518</b>	<b>197.730</b>	<b>31.773</b>	<b>41.701</b>	<b>73.474</b>	<b>482.722</b>

### Fase de Execução – Processos Pendentes

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Alegrete	4	460	<b>464</b>	527
Alvorada	9	712	<b>721</b>	644
Arroio Grande	5	351	<b>356</b>	410
Bagé - 1ª Vara	18	1.143	<b>1.161</b>	864
Bagé - 2ª Vara	14	1.005	<b>1.019</b>	578
Bento Gonçalves - 1ª Vara	8	905	<b>913</b>	495
Bento Gonçalves - 2ª Vara	5	1.348	<b>1.353</b>	439
Cachoeira do Sul	8	782	<b>790</b>	1.714
Cachoeirinha - 1ª Vara	3	827	<b>830</b>	497
Cachoeirinha - 2ª Vara	16	1.039	<b>1.055</b>	590
Camaquã	0	648	<b>648</b>	1.290
Canoas - 1ª Vara	8	1.580	<b>1.588</b>	1.051
Canoas - 2ª Vara	2	1.306	<b>1.308</b>	1.161
Canoas - 3ª Vara	19	1.405	<b>1.424</b>	1.146
Canoas - 4ª Vara	13	1.419	<b>1.432</b>	675
Canoas - 5ª Vara	2	1.187	<b>1.189</b>	783
Capão da Canoa - PAJT	5	708	<b>713</b>	637
Carazinho	82	844	<b>926</b>	614
Caxias do Sul - 1ª Vara	2	637	<b>639</b>	1.182
Caxias do Sul - 2ª Vara	18	860	<b>878</b>	1.142

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Caxias do Sul - 3ª Vara	6	996	<b>1.002</b>	936
Caxias do Sul - 4ª Vara	12	827	<b>839</b>	880
Caxias do Sul - 5ª Vara	3	888	<b>891</b>	191
Caxias do Sul - 6ª Vara	0	139	<b>139</b>	0
Cruz Alta	8	814	<b>822</b>	762
Dom Pedrito - PAJT	4	197	<b>201</b>	200
Encantado	6	235	<b>241</b>	198
Erechim - 1ª Vara	4	570	<b>574</b>	311
Erechim - 2ª Vara	16	498	<b>514</b>	228
Erechim - 3ª Vara	6	458	<b>464</b>	198
Estância Velha	14	885	<b>899</b>	290
Esteio - 1ª Vara	4	474	<b>478</b>	535
Esteio - 2ª Vara	4	489	<b>493</b>	517
Estrela - 1ª Vara	1	333	<b>334</b>	281
Estrela - 2ª Vara	2	269	<b>271</b>	232
Farroupilha	10	517	<b>527</b>	800
Frederico Westphalen	3	460	<b>463</b>	694
Gramado - 1ª Vara	12	580	<b>592</b>	1.498
Gramado - 2ª Vara	4	553	<b>557</b>	678
Gravataí - 1ª Vara	2	983	<b>985</b>	797
Gravataí - 2ª Vara	8	1.002	<b>1.010</b>	601
Gravataí - 3ª Vara	2	904	<b>906</b>	447
Gravataí - 4ª Vara	5	670	<b>675</b>	499
Guaíba	9	1.324	<b>1.333</b>	1.077
Ijuí	10	689	<b>699</b>	521
Itaqui - PAJT	0	200	<b>200</b>	409
Lagoa Vermelha	27	347	<b>374</b>	136
Lajeado - 1ª Vara	3	398	<b>401</b>	939
Lajeado - 2ª Vara	5	488	<b>493</b>	347
Marau - PAJT	11	383	<b>394</b>	161
Montenegro	8	545	<b>553</b>	399
Nova Prata - PAJT	6	461	<b>467</b>	247
Novo Hamburgo - 1ª Vara	58	1.435	<b>1.493</b>	1.718
Novo Hamburgo - 2ª Vara	11	884	<b>895</b>	998
Novo Hamburgo - 3ª Vara	48	1.362	<b>1.410</b>	1.217
Novo Hamburgo - 4ª Vara	23	995	<b>1.018</b>	873
Novo Hamburgo - 5ª Vara	6	971	<b>977</b>	1.051
Osório	3	879	<b>882</b>	1.688
Palmeira das Missões	30	370	<b>400</b>	63

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Panambi - PAJT	0	300	<b>300</b>	119
Passo Fundo - 1ª Vara	18	707	<b>725</b>	681
Passo Fundo - 2ª Vara	19	735	<b>754</b>	704
Passo Fundo - 3ª Vara	22	627	<b>649</b>	686
Passo Fundo - 4ª Vara	11	485	<b>496</b>	792
Pelotas - 1ª Vara	119	1.931	<b>2.050</b>	1.987
Pelotas - 2ª Vara	38	1.114	<b>1.152</b>	1.540
Pelotas - 3ª Vara	25	1.112	<b>1.137</b>	1.209
Pelotas - 4ª Vara	81	972	<b>1.053</b>	565
Porto Alegre - 1ª Vara	25	1.683	<b>1.708</b>	763
Porto Alegre - 2ª Vara	14	1.205	<b>1.219</b>	1.004
Porto Alegre - 3ª Vara	10	1.550	<b>1.560</b>	830
Porto Alegre - 4ª Vara	13	1.198	<b>1.211</b>	861
Porto Alegre - 5ª Vara	8	1.083	<b>1.091</b>	1.461
Porto Alegre - 6ª Vara	9	795	<b>804</b>	905
Porto Alegre - 7ª Vara	3	1.439	<b>1.442</b>	1.076
Porto Alegre - 8ª Vara	14	1.429	<b>1.443</b>	1.038
Porto Alegre - 9ª Vara	18	1.319	<b>1.337</b>	1.080
Porto Alegre - 10ª Vara	8	1.483	<b>1.491</b>	1.068
Porto Alegre - 11ª Vara	19	899	<b>918</b>	1.178
Porto Alegre - 12ª Vara	11	1.358	<b>1.369</b>	1.133
Porto Alegre - 13ª Vara	8	1.273	<b>1.281</b>	1.188
Porto Alegre - 14ª Vara	12	1.136	<b>1.148</b>	906
Porto Alegre - 15ª Vara	9	1.476	<b>1.485</b>	981
Porto Alegre - 16ª Vara	8	829	<b>837</b>	780
Porto Alegre - 17ª Vara	7	1.270	<b>1.277</b>	606
Porto Alegre - 18ª Vara	12	3.269	<b>3.281</b>	2.471
Porto Alegre - 19ª Vara	10	1.368	<b>1.378</b>	1.089
Porto Alegre - 20ª Vara	15	1.658	<b>1.673</b>	841
Porto Alegre - 21ª Vara	28	1.077	<b>1.105</b>	929
Porto Alegre - 22ª Vara	18	1.873	<b>1.891</b>	724
Porto Alegre - 23ª Vara	5	1.073	<b>1.078</b>	933
Porto Alegre - 24ª Vara	6	1.286	<b>1.292</b>	852
Porto Alegre - 25ª Vara	16	861	<b>877</b>	866
Porto Alegre - 26ª Vara	13	1.656	<b>1.669</b>	813
Porto Alegre - 27ª Vara	13	1.384	<b>1.397</b>	995
Porto Alegre - 28ª Vara	4	1.685	<b>1.689</b>	987
Porto Alegre - 29ª Vara	15	1.415	<b>1.430</b>	1.111

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Porto Alegre - 30ª Vara	6	1.481	<b>1.487</b>	256
Rio Grande - 1ª Vara	8	827	<b>835</b>	432
Rio Grande - 2ª Vara	14	565	<b>579</b>	694
Rio Grande - 3ª Vara	11	953	<b>964</b>	599
Rio Grande - 4ª Vara	6	678	<b>684</b>	653
Rosário do Sul	4	250	<b>254</b>	438
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	3	699	<b>702</b>	1.325
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	8	974	<b>982</b>	636
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	2	484	<b>486</b>	459
Santa Maria - 1ª Vara	40	1.720	<b>1.760</b>	2.088
Santa Maria - 2ª Vara	8	1.019	<b>1.027</b>	2.443
Santana do Livramento	12	832	<b>844</b>	741
Santa Rosa - 1ª Vara	3	315	<b>318</b>	653
Santa Rosa - 2ª Vara	3	251	<b>254</b>	491
Santa Vitória do Palmar	16	440	<b>456</b>	467
Santiago	3	262	<b>265</b>	574
Santo Ângelo	7	1.322	<b>1.329</b>	1.680
São Borja	0	496	<b>496</b>	985
São Gabriel	3	317	<b>320</b>	375
São Jerônimo	4	796	<b>800</b>	1.090
São Leopoldo - 1ª Vara	6	833	<b>839</b>	945
São Leopoldo - 2ª Vara	14	718	<b>732</b>	696
São Leopoldo - 3ª Vara	6	560	<b>566</b>	726
São Leopoldo - 4ª Vara	5	557	<b>562</b>	768
São Lourenço do Sul - PAJT	3	161	<b>164</b>	341
São Sebastião do Caí - PAJT	1	490	<b>491</b>	201
Sapiranga - 1ª Vara	2	485	<b>487</b>	875
Sapiranga - 2ª Vara	6	402	<b>408</b>	1.067
Sapiranga - 3ª Vara	10	948	<b>958</b>	1.017
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	3	508	<b>511</b>	759
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	4	691	<b>695</b>	212
Soledade	7	379	<b>386</b>	180
Taquara - 1ª Vara	0	884	<b>884</b>	579
Taquara - 2ª Vara	19	508	<b>527</b>	491
Taquara - 3ª Vara	1	652	<b>653</b>	621
Taquara - 4ª Vara	4	563	<b>567</b>	512
Taquari - PAJT	1	187	<b>188</b>	174
Torres	1	614	<b>615</b>	385

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Tramandaí - PAJT	10	861	<b>871</b>	1.180
Três Passos	4	463	<b>467</b>	588
Triunfo	3	645	<b>648</b>	313
Uruguaiana - 1ª Vara	1	851	<b>852</b>	710
Uruguaiana - 2ª Vara	1	677	<b>678</b>	924
Vacaria	3	378	<b>381</b>	344
Viamão	17	1.539	<b>1.556</b>	1.493
<b>TOTAL</b>	<b>1.597</b>	<b>122.901</b>	<b>124.498</b>	<b>110.988</b>

### VARAS DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	Item	Valor *
Valores arrecadados	Custas Processuais	32.082.925,57
	Emolumentos	160.545,14
	Contribuições previdenciárias	208.481.335,41
	Imposto de Renda	57.262.976,27
	<b>Total</b>	<b>297.987.782,39</b>
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho		211.454,63
Custas processuais dispensadas		160.024.710,94

\* Valores em Reais.

### COORDENADORIAS DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO – CCDFs

Item	Valor *
Emolumentos arrecadados	261.517,82

\* Valores em Reais.

# DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU

## Juízes Titulares de Vara do Trabalho

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Adair João Magnaguagno	1.066	838	311	463	52
Adriana Freires	1.594	976	362	519	72
Adriana Moura Fontoura	1.387	941	415	477	76
Adriano Santos Wilhelms	1.892	1.270	580	610	80
Alcides Otto Flinkerbusch	1.232	792	365	320	148
Alexandre Schuh Lunardi	1.222	729	335	338	41
Almiro Eduardo de Almeida	935	838	353	188	50
Ana Ilca Härter Saalfeld	1.001	716	316	326	45
Ana Julia Fazenda Nunes	1.464	1.064	388	558	60
André Ibaños Pereira	1.325	860	436	340	133
André Luiz Schech	1.235	766	317	379	54
André Vasconcellos Vieira	1.582	1.250	459	667	46
Andrea Saint Pastous Nocchi	0	0	0	0	0
Anita Job Lübbe	1.092	767	349	301	100
Artur Peixoto San Martin	1.556	1.035	406	552	52
Ary Faria Marimon Filho	1.545	935	455	371	192
Bárbara Schönhofen Garcia	1.358	935	285	465	57
Ben-Hur Silveira Claus	1.206	858	296	500	96
Bernarda Nubia Toldo	1.804	1.102	582	409	122
Cacilda Ribeiro Isaacsson	1.297	794	423	310	68
Candice Von Reisswitz	1.632	1.092	461	423	85
Carla Sanvicente Vieira	1.154	851	484	257	96
Carlos Alberto May	1.262	838	383	372	53
Carlos Henrique Selbach	0	0	0	0	0
Carolina Santos Costa	1.397	841	379	337	92
Celso Fernando Karsburg	1.247	895	456	370	142
Cinara Rosa Figueiró	1.261	789	258	448	47
Cintia Edler Bitencourt	1.602	958	452	371	78
Cláudio Roberto Ost	179	129	45	57	17
Claudio Scandolara	1.439	926	419	339	239

<b>JUÍZES TITULARES</b>	<b>Incluídos em pauta</b>	<b>Resolvidos</b>	<b>Sentenças de conhecimento</b>	<b>Conciliações</b>	<b>Decisões em incidentes de execução</b>
Cloceimar Lemes Silva	0	255	253	2	33
Cristiane Bueno Marinho	1.183	821	423	282	152
Cristina Bastiani	1.172	678	187	388	16
Daniel de Sousa Voltan	1.256	729	382	284	105
Daniel Souza de Nonohay	1.242	897	411	335	147
Déborah Madruga Costa Lunardi	1.026	692	287	364	27
Deise Anne Longo	1.425	896	490	325	96
Diogo Souza	1.370	925	294	554	51
Edson Moreira Rodrigues	741	699	404	239	72
Edson Pecis Lerrer	1.002	764	390	262	131
Eduardo de Camargo	1.354	827	300	467	57
Eduardo Duarte Elyseu	746	495	260	215	46
Eliane Covolo Melgarejo	1.131	875	476	244	49
Elisabete Santos Marques	1.311	844	372	387	111
Elson Rodrigues da Silva Junior	1.279	861	408	353	110
Eny Ondina Costa da Silva	1	8	8	0	3
Fabiana Gallon	1.016	767	227	502	40
Fabiane Rodrigues da Silveira Trindade Emery	611	749	356	261	44
Fernando Formolo	1.213	862	386	384	66
Flávia Cristina Padilha Vilande	495	264	85	120	75
Frederico Russomano	1.254	769	442	283	61
Gilberto Destro	1.272	829	471	274	101
Giovani Martins de Oliveira	1.149	752	400	217	71
Glória Valério Bangel	1.423	971	546	293	145
Graciela Maffei	1.578	1.063	374	604	165
Gustavo Fontoura Vieira	1.151	886	522	264	73
Horismar Carvalho Dias	1.369	922	463	334	96
Ingrid Loureiro Irion	1.331	810	354	296	138
Ivanildo Vian	1.033	793	473	246	56
Janaína Saraiva da Silva	1.071	757	312	341	36
Janney Camargo Bina	237	175	102	56	6
Jarbas Marcelo Reinicke	1.171	834	351	393	38

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
João Batista Sieczkowski Martins Vianna	414	564	490	47	226
Joe Ernando Deszuta	864	574	197	321	60
Jorge Alberto Araujo	1.078	799	329	315	65
José Carlos dal Ri	1.327	866	333	337	99
José Luiz Dibe Vescovi	1.326	868	283	465	66
José Renato Stangler	1.156	679	307	310	81
Julieta Pinheiro Neta	1.685	1.166	506	583	63
Laura Antunes de Souza	736	1.020	440	323	53
Leandro Krebs Gonçalves	2	291	290	0	4
Lila Paula Flores França	1.585	927	493	351	41
Lina Gorczewski	1.111	784	233	478	55
Luciana Böhm Stahnke	1.185	841	423	353	67
Luciane Cardoso Barzotto	1.353	1.176	726	307	219
Luciano Ricardo Cembranel	1.165	870	493	261	132
Luis Antônio Mecca	1.493	919	523	338	37
Luis Carlos Pinto Gastal	225	117	38	70	2
Luís Ernesto dos Santos Veçozzi	1.331	889	302	541	55
Luis Fettermann Bosak	1.427	964	288	601	61
Luís Henrique Bisso Tatsch	709	238	36	197	30
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1.377	921	414	402	68
Luiz Antonio Colussi	3	2	1	1	0
Luiz Fernando Bonn Henzel	1.412	903	481	295	88
Marcelo Bergmann Hentschke	1.316	904	539	310	113
Marcelo Caon Pereira	1.263	763	349	329	97
Marcelo Papaléo de Souza	1.057	746	293	395	26
Marcelo Silva Porto	873	766	575	159	13
Márcia Carvalho Barrili	1.484	832	416	320	150
Márcio Lima do Amaral	1.082	927	455	304	115
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	305	131	35	91	6
Marcos Fagundes Salomão	0	4	3	1	0
Maria Silvana Rotta Tedesco	496	518	367	114	16
Maria Teresa Vieira da Silva	1.317	814	315	341	124



JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Oliveira					
Marilene Sobrosa Friedl	1.353	1.173	470	496	49
Maristela Bertei Zanetti	1.236	788	409	309	78
Marta Kumer	0	0	0	0	1
Maurício Machado Marca	1.586	970	309	545	72
Mauricio Schmidt Bastos	1.266	887	422	314	107
Miriam Zancan	0	101	101	0	0
Neusa Líbera Lodi	1.436	1.122	632	388	66
Noêmia Saltz Gensas	4	0	0	0	0
Odete Carlin	1.164	929	453	377	94
Patrícia Dornelles Peressutti	1.425	912	400	441	129
Patrícia Helena Alves de Souza	1.715	1.257	452	692	70
Patricia Heringer	942	810	510	224	64
Paula Silva Rovani Weiler	1.235	886	443	366	80
Paulo André de França Cordovil	1.258	947	264	594	21
Rachel de Souza Carneiro	1.274	686	372	210	51
Rafael da Silva Marques	1.480	1.110	538	502	43
Raquel Hochmann de Freitas	480	436	250	146	25
Raquel Nenê Santos	1.206	828	364	395	46
Renato Barros Fagundes	607	415	192	184	17
Ricardo Fioreze	1.411	995	546	343	177
Rita de Cássia da Rocha Adão	587	328	137	160	19
Rita Volpato Bischoff	762	1.065	525	279	55
Roberto Antonio Carvalho Zonta	968	713	305	284	91
Rogério Donizete Fernandes	1.570	933	251	596	31
Rosane Marlene de Lemos	1.369	912	367	474	86
Rosemarie Teixeira Siegmann	1	0	0	0	0
Rosiul de Freitas Azambuja	1.176	824	360	374	51
Rozi Engelke	1.306	1.062	638	364	101
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior	1.180	834	225	534	93
Rui Ferreira dos Santos	1.446	837	391	359	79

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Silvana Martinez de Medeiros	1.388	1.074	411	568	110
Silvionei do Carmo	1.652	1.023	367	572	91
Simone Maria Nunes Kunrath	1.442	891	332	465	47
Simone Oliveira Paese	1.599	1.085	465	367	107
Simone Silva Ruas	1.172	825	495	200	43
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1.555	893	376	346	122
Themis Pereira de Abreu	1.165	786	350	284	281
Valdete Souto Severo	671	893	538	241	111
Volnei de Oliveira Mayer	3.790	2.549	508	1.884	134
<b>TOTAL</b>	<b>148.613</b>	<b>103.816</b>	<b>47.120</b>	<b>44.773</b>	<b>9.884</b>

### Juízes do Trabalho Substitutos

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Adriana Kunrath	1.224	1.004	505	326	81
Adriana Ledur	1.454	1.031	438	486	44
Adriana Seelig Gonçalves	1.156	874	433	361	161
Aline Doral Stefani Fagundes	652	477	110	319	10
Aline Veiga Borges	1.349	897	411	306	133
Ana Carolina Schild Crespo	1.224	864	310	482	57
Ana Luiza Barros de Oliveira	1.441	868	472	306	115
Ana Paula Keppeler Fraga	1.190	750	388	226	99
Ana Paula Kotlinsky Severino	1.404	900	405	365	151
Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling	568	337	310	427	115
André Sessim Parisenti	1.275	864	190	122	4
Átila da Rold Roesler	1.626	728	320	286	141
Bárbara Fagundes	1.483	855	440	319	70
Bruno Feijó Siegmann	836	577	252	280	46
Bruno Marcos Guarnieri	1.332	884	280	494	80
Camila Tesser Wilhelms	900	526	141	328	33

<b>JUÍZES SUBSTITUTOS</b>	<b>Incluídos em pauta</b>	<b>Resolvidos</b>	<b>Sentenças de conhecimento</b>	<b>Conciliações</b>	<b>Decisões em incidentes de execução</b>
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	0	627	623	4	4
Carolina Cauduro Dias de Paiva	1.013	635	360	225	94
Carolina Hostyn Gralha	1.633	1.237	451	666	170
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	1.274	899	532	210	60
Caroline Bitencourt Colombo	819	514	212	219	48
Cássia Ortolan Graziotin	1.202	856	448	291	70
Cesar Zucatti Pritsch	1.429	890	359	444	124
Charles Lopes Kuhn	947	700	215	395	23
Cínthia Machado de Oliveira	1.030	811	331	394	23
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	1.518	1.008	477	435	81
Daniela Elisa Pastório	29	24	4	14	0
Daniela Floss	1.679	1.104	483	522	82
Daniela Meister Pereira	426	389	183	157	44
Denilson da Silva Mroginski	895	814	408	356	110
Diogo Guerra	1.093	637	310	265	34
Edenilson Ordoque Amaral	1.173	842	485	165	74
Edenir Barbosa Domingos	1.471	1.040	308	639	33
Eduardo Batista Vargas	929	325	8	312	18
Eduardo Vianna Xavier	1.081	873	336	330	99
Eliseu Cardozo Barcellos	1.379	960	305	558	41
Elizabeth Bacin Hermes	1.216	931	538	271	54
Evandro Luís Urnau	1.303	875	470	343	62
Fabiane Martins	1.377	910	481	287	69
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	1.275	919	480	331	88
Fabrizio Luckmann	1.402	892	378	327	115
Felipe Jakobson Lerrer	1.112	833	354	421	26
Felipe Lopes Soares	1.245	958	459	394	57
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	1.283	969	504	347	231
Fernanda Probst Marca	880	927	730	166	15
Fernando Reichenbach	1.449	1.022	417	491	36
Gabriela Lenz de Lacerda	1.115	694	291	301	18

<b>JUIZES SUBSTITUTOS</b>	<b>Incluídos em pauta</b>	<b>Resolvidos</b>	<b>Sentenças de conhecimento</b>	<b>Conciliações</b>	<b>Decisões em incidentes de execução</b>
Giani Gabriel Cardozo	1.274	937	306	566	49
Gilmara Pavão Segala	289	207	106	76	8
Glória Mariana da Silva Mota	1.410	749	390	269	92
Guilherme da Rocha Zambrano	550	666	306	287	91
Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira	8	127	125	2	0
Gustavo Friedrich Trierweiler	1.151	1.174	581	525	32
Gustavo Jaques	1.671	1.101	476	461	140
Gustavo Pusch	1.172	803	423	276	148
Igo Zany Nunes Corrêa	10	65	64	0	0
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	1.286	910	297	536	80
Jaqueline Maria Menta	1.483	964	385	500	119
Jefferson Luiz Gaya de Goes	1.228	848	459	276	102
João Batista de Oliveira Júnior	0	25	25	0	0
Jorge Fernando Xavier de Lima	1.305	891	383	390	50
José Frederico Sanches Schulte	1.091	813	408	333	50
Juliana Oliveira	1.265	992	566	387	48
Kelen Patrícia Bagetti	911	653	271	325	46
Laura Balbuena Valente Gabriel	1.279	935	356	484	81
Lenara Aita Bozzetto	1.191	854	410	378	106
Ligia Maria Fialho Belmonte	1.217	845	316	423	77
Lúcia Rodrigues de Matos	750	634	336	238	46
Luciana Caringi Xavier	1.393	928	452	360	128
Luciana Kruse	1.191	957	531	298	157
Luís Fernando da Costa Bressan	1.386	909	317	500	52
Luísa Rumi Steinbruch	1.270	877	478	255	84
Marcela Casanova Viana Arena	1.318	845	336	399	64
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	918	770	338	220	37
Marcia Padula Mucenic	1.701	946	611	255	85
Marcos Rafael Pereira Pizino	827	1.118	471	307	75

JUIZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Maria Cristina Santos Perez	1.133	859	429	316	172
Mariana Piccoli Lerina	1.156	713	352	265	70
Mariana Roehle Flores Arancibia	1.206	850	395	337	176
Mariana Vieira da Costa	757	527	218	259	30
Marina dos Santos Ribeiro	900	546	345	150	66
Marines Denkievicz Tedesco Fraga	1.246	830	368	393	11
Mateus Crocoli Lionzo	1.600	827	386	308	65
Matheus Brandão Moraes	1.286	834	441	337	79
Maurício de Moura Peçanha	1.742	1.144	414	626	111
Maurício Graeff Burin	1.359	838	298	443	41
Mauricio Joel Zanotelli	1.376	918	407	362	55
Max Carrion Brueckner	1.190	956	530	290	118
Milena Ody	567	456	258	173	28
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1.445	1.065	493	441	30
Nikolai Nowosh	31	117	102	12	1
Nivaldo de Souza Junior	1.224	842	454	321	74
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	888	60	249	308	21
Patrícia Bley Heim	1.030	681	276	306	34
Patricia Iannini dos Santos	1.553	840	549	222	114
Patricia Zeilmann Costa	1.459	920	404	417	49
Paulo Ernesto Dorn	1	1.129	461	51	378
Paulo Pereira Müzell Junior	392	175	36	120	1
Paulo Roberto Dornelles Junior	297	215	68	102	7
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	521	347	189	125	17
Rafael Fidelis de Barros	769	462	220	175	47
Rafael Flach	1.417	894	355	448	95
Rafael Moreira de Abreu	1.322	1.069	504	481	49
Rafaela Duarte Costa	1.292	877	455	307	108
Raquel Gonçalves Seara	1.025	678	347	214	66

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Rita de Cássia Azevedo de Abreu	1.324	796	273	395	106
Roberta Testani	1.191	803	359	361	63
Rodrigo de Almeida	1.061	859	382	316	50
Rodrigo de Mello	48	21	0	18	1
Rodrigo Machado Jahn	750	560	203	301	91
Rodrigo Trindade de Souza	0	79	79	0	39
Rubiane Solange Gassen Assis	1.166	730	311	361	5
Sérgio Giacomini	674	478	237	193	33
Sheila dos Reis Mondin Engel	1.180	822	379	331	108
Sheila Spode	1.302	863	305	453	65
Sonia Maria Pozzer	1.330	964	504	285	117
Taise Sanchi Ferrão	1.158	736	362	255	79
Thiago Boldt de Souza	1.391	979	420	450	35
Tiago dos Santos Pinto da Motta	1.008	655	262	297	47
Tiago Mallmann Sulzbach	1.243	824	296	396	123
Valtair Noschang	1.439	995	401	506	46
Vicky Vivian Hackbarth Kemmelmeier	15	29	25	3	0
Vinícius Daniel Petry	1.205	839	417	298	146
Vinícius de Paula Löblein	1.312	800	382	364	55
<b>TOTAL</b>	<b>133.317</b>	<b>93.595</b>	<b>43.468</b>	<b>38.931</b>	<b>8.712</b>

# Registro Fotográfico



9 de janeiro - posse de dez servidores



16 de janeiro - Primeira Aula do Projeto Pescar na Comunidade Jurídico-Workista



30 de janeiro - Presidente e vice do TRT-RS recebem novos juizes substitutos



19 de janeiro - Alegrete: TRT-RS inicia mediação entre frigorífico Marfrig e sindicato profissional



16 de fevereiro - Administração do TRT-RS recebe representantes da Agetra

# Registro Fotográfico



17 de fevereiro - sessão do Órgão Especial



23 de fevereiro - reunião com representantes dos Oficiais de Justiça do TRT-RS



8 de fevereiro - Conselho Regional de Educação Física adere ao Programa Trabalho Seguro



10 de março - Lançamento da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade



15 de março - lançamento da Frente em Defesa da Dignidade do Trabalho



# Registro Fotográfico



22 de março - 50 anos das 8ª, 9ª e 10ª Varas Trabalho de Porto Alegre



20 de março - lançamento da exposição "Amores Perfeitos"



24 de março - inauguração da Sala Antiga da Biblioteca, com obras clássicas e raras



24 de março - Aula inaugural da Escola Judicial, com a jurista portuguesa Maria do Rosário Palma Ramalho



25 de março - Passeio inaugural do projeto De Bike para o Trabalho no TRT-RS

# Registro Fotográfico



28 de março - Alunos do Projeto Pescar criam jardim e horta no Foro Trabalhista de Porto Alegre



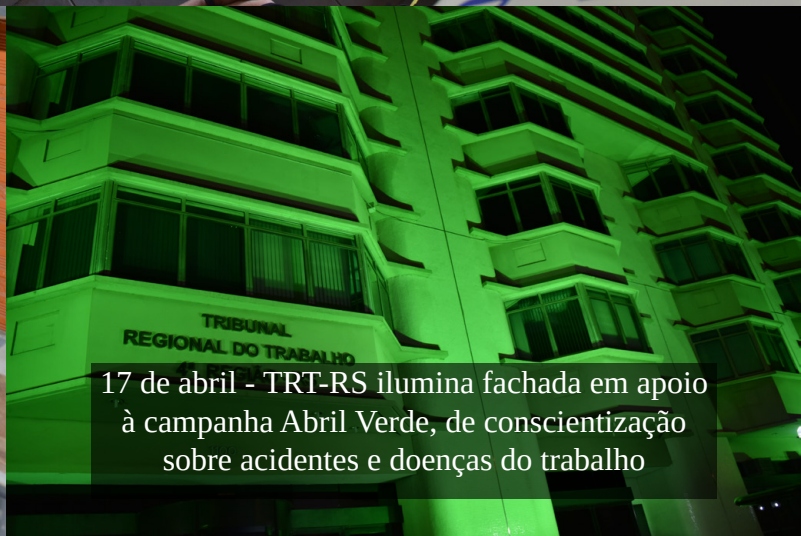
6 de abril - lançamento do Comitê Gaúcho Impulsor do Movimento ElesPorElas



31 de março - Ato em Defesa da Justiça do Trabalho



7 de abril - TRT-RS e outras instituições do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental encaminham 700kg de lixo eletrônico para reciclagem



17 de abril - TRT-RS ilumina fachada em apoio à campanha Abril Verde, de conscientização sobre acidentes e doenças do trabalho

# Registro Fotográfico



24 de abril - Memorial inaugura exposição Procuradores do MPT no RS: origem e trajetória



27 de abril - coletiva de imprensa após divulgação de dados sobre acidentes de trabalho



15 de maio - presidente do TRT-RS participa do seminário Mulheres do Poder, na OAB/RS



16 de maio - Memorial promove Sarau do Indizível, tematizando o trabalho de imigrantes e refugiados



26 de maio - Inauguração dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscc-JT)

# Registro Fotográfico



27 de maio - Ouvidoria do TRT-RS atende cidadãos na Ação Global, evento de promoção da cidadania, em São Francisco de Paula



5 de junho - distribuição de mudas de árvores durante a Semana do Meio Ambiente



17 e 18 de junho - IX Jogos da Integração da Justiça do Trabalho gaúcha



6 de junho - reunião de mediação envolvendo a Fundação Piratini



12 de julho - Posse do desembargador Janney Camargo Binna

# Registro Fotográfico



27 de julho - aposição de retrato da ministra Maria Helena Mallmann na galeria de presidentes do TRT-RS



28 de julho - Leitura da ata de correição realizada pelo ministro Renato de Lacerda Paiva



3 de agosto - Audiência coletiva alerta para importância da Aprendizagem para jovens em vulnerabilidade social



21 de agosto - Sessão externa da 8ª Turma na Universidade Católica de Pelotas



21 e 22 de agosto - Encontro de Servidores com Deficiência do TRT-RS

# Registro Fotográfico



24 de agosto - TRT-RS sedia seminário sobre implantação do sistema eSocial em órgãos públicos



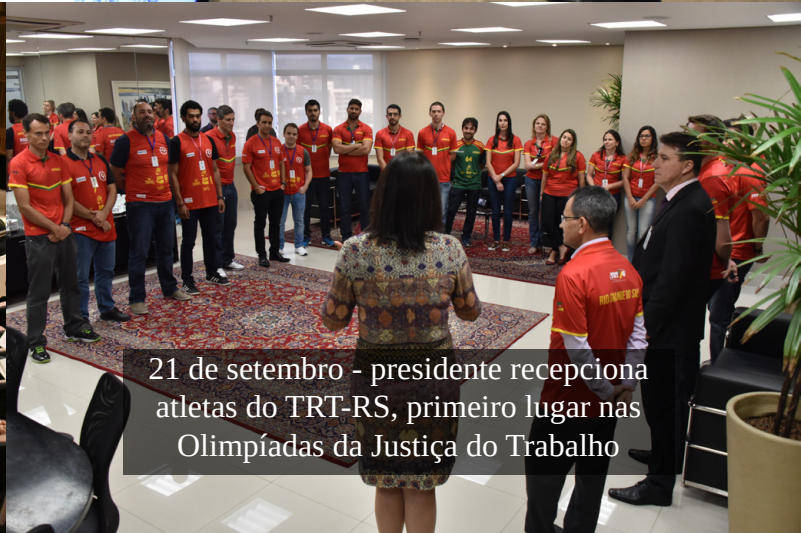
1º de setembro - Candidatos à Administração do TRT-RS e à Direção da Escola Judicial debatem temas propostos pela Amatra IV



13 de setembro - Encontros de Magistrados e Gestores: Jurista mexicano fala sobre democracia e legitimidade de decisões



11 de setembro - Escola Judicial promove seminário sobre a Reforma Trabalhista



21 de setembro - presidente recepciona atletas do TRT-RS, primeiro lugar nas Olimpíadas da Justiça do Trabalho

# Registro Fotográfico



6 de outubro - eleição da nova Administração do TRT-RS



10 de outubro - assinatura do convênio com a ONG Themis, para cooperação com o aplicativo "Laudelina", de suporte a trabalhadoras domésticas



15 de outubro - ação no Parque da Redenção, no Dia da Criança, buscou conscientizar a população sobre o combate ao trabalho infantil

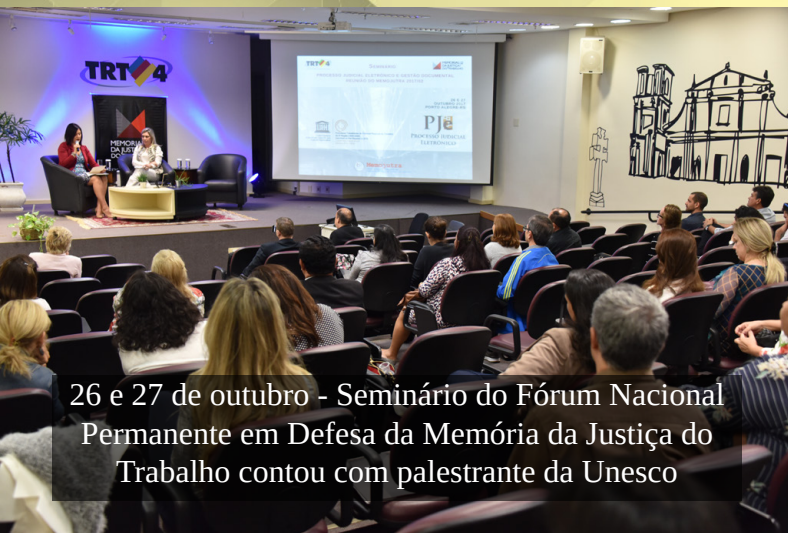


23 de outubro - cerimônia de atribuição do nome do desembargador Milton Varela Dutra ao Plenário do TRT-RS

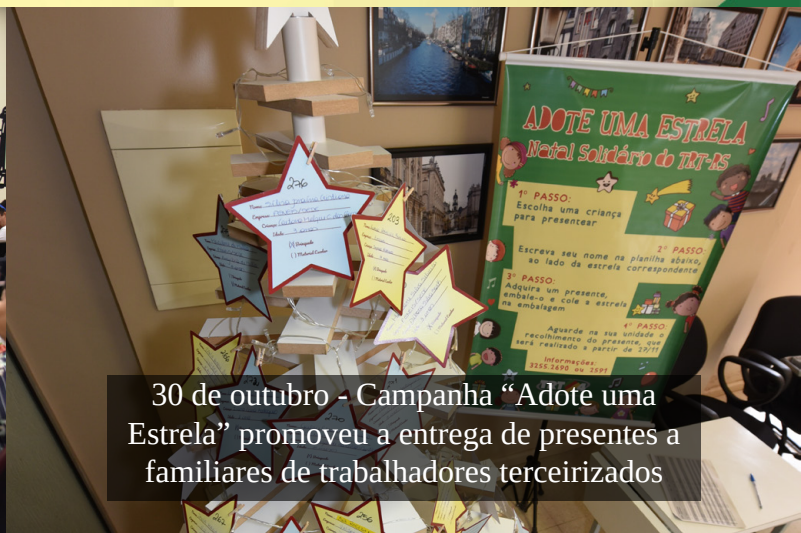


24 de outubro - inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 2º grau

# Registro Fotográfico



26 e 27 de outubro - Seminário do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho contou com palestrante da Unesco



30 de outubro - Campanha "Adote uma Estrela" promoveu a entrega de presentes a familiares de trabalhadores terceirizados



9 de novembro - Tribunais do estado realizam mais de 1,6 mil atendimentos a cidadãos no evento "Caminhos da Justiça", realizado em Porto Alegre



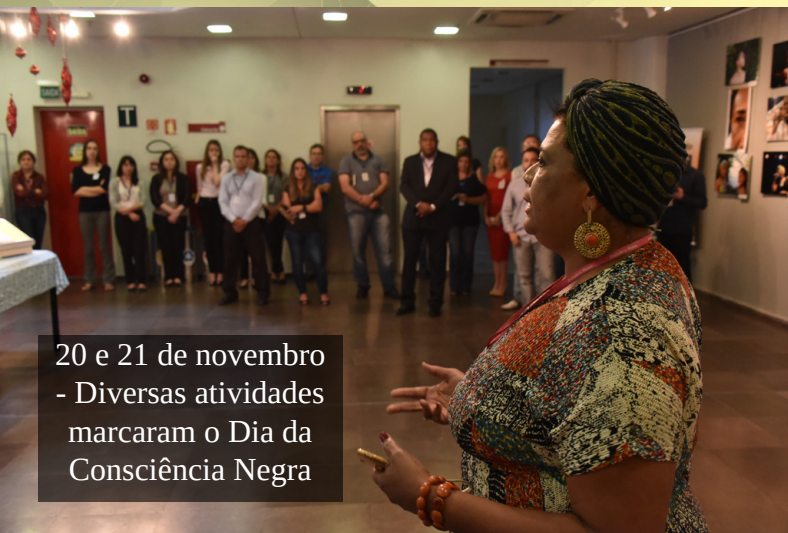
09 e 10 de novembro - Escola Judicial promove Jornada sobre a Reforma Trabalhista



17 de novembro - TRT-RS realiza a 2ª Outorga da Comenda do Mérito Judiciário



# Registro Fotográfico



20 e 21 de novembro - Diversas atividades marcaram o Dia da Consciência Negra



23 de novembro - 56ª Reunião Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho foi aberta com palestra sobre a formação de juízes franceses



24 de novembro - 16ª edição da Homenagem por Tempo de Serviço a servidores

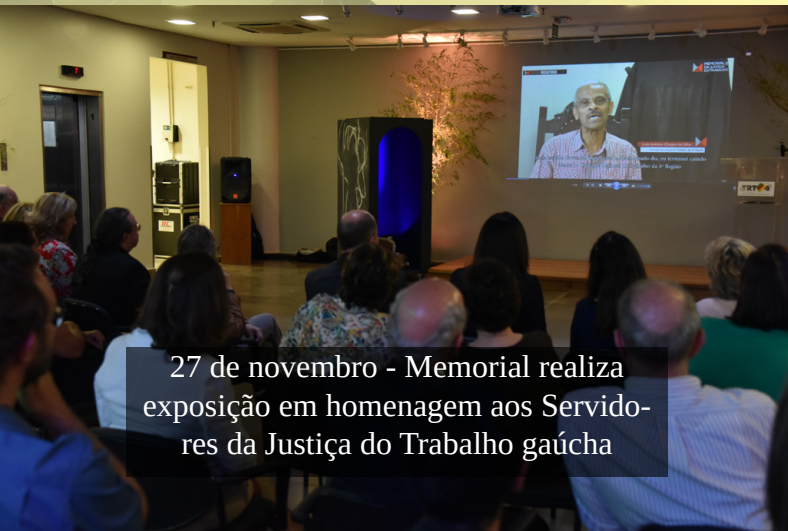


24 de novembro - 1ª edição do "Palco em Pauta", atividade artística de integração



27 de novembro - Começa a Semana da Conciliação, com 362 audiências agendadas

# Registro Fotográfico



27 de novembro - Memorial realiza exposição em homenagem aos Servidores da Justiça do Trabalho gaúcha



28 de novembro - inauguração da sala de audiências compartilhada no Foro Trabalhista de Porto Alegre



28 e 29 de novembro - TRT-RS sedia o 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho



30 de novembro - Cerimônia de Certificação da 1ª Turma do Projeto Pescar Comunidade Jurídico-Trabalhista



5 de dezembro - Aposição do retrato de Cláudio Roberto Ost na Galeria de Juízes Titulares do Foro de Santa Rosa

# Registro Fotográfico



11 de dezembro - apresentação anual da Oficina de Improvisação Teatral



11 de dezembro - lançamento da versão 2.0 do PJe, em projeto Piloto, na 4ª Região



13 de dezembro - Inauguração da nova sede da Justiça do Trabalho em Viamão



15 de dezembro - TRT-RS forma primeira turma de servidores especializados em mediação e conciliação



15 de dezembro - posse da Administração 2018-2019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

**CERTIDÃO**

**PROC. TRT PA Nº 0002933-80.2018.5.04.0000**

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, na sessão ordinária realizada nesta data, por unanimidade, aprovou o Relatório de Atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2017, nos termos do disposto no art. 39, inciso XXVII, 'in fine', do Regimento Interno. Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores Rosane Serafini Casa Nova, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Ana Luiza Heineck Kruse, Tânia Rosa Maciel de Oliveira, Cleusa Regina Halfen, Ricardo Carvalho Fraga, Emílio Papaléo Zin, Alexandre Corrêa da Cruz, Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa e George Achutti, sob a presidência da Exma. Desembargadora Vania Cunha Mattos, Presidente deste Tribunal. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Victor Hugo Laitano. Porto Alegre, 18 de maio de 2018. Cláudia Regina Schröder, Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da SDC.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.

Cláudia Regina Schröder  
Secretária do Tribunal Pleno,  
do Órgão Especial e da SDC